

EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA



S É R I E

Estudos em História e Historiografia da Educação

Diretores da série:

Prof. Dr. José Edimar de Souza

(Doutor em Educação pela UNISINOS; Presidente da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul; Vice-presidente da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação; Membro do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul e Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão Educacional da UNISINOS).

Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira

(Doutora em Educação pela UFPEL; Coordenadora do Grupo de Trabalho História da Educação da ANPUH/RS. Membro do Conselho Fiscal da Associação Sul-Rio-Grandense de História da Educação. Professora e pesquisadora do IFRS – Campus Osório e do Mestrado Profissional em Educação).

Conselho Editorial e Científico:

Prof. Dr. Alberto Barausse

(Doutor em Educação - Università Cattolica del Sacro Cuore.
Professor e pesquisador da Università degli Studi del Molise - UNIMOL).

Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Jr.

(Doutor em História pela UNISINOS; Coordenador do Grupo de Trabalho em História da Educação da Associação Nacional de História - ANPUH. Professor e pesquisador da UFPR).

Profa. Dra. Dóris Bittencourt de Almeida

(Doutora em Educação pela UFRGS. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS).

Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin

(Doutora em Educação pela PUCRS. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UNISINOS).

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral

(Doutora em Educação pela UFRGS. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPEL).

EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO NA AMÉRICA PORTUGUESA

HISTÓRIAS COMPARTILHADAS E CONECTADAS

Organizadora

Thais Nívia de Lima e Fonseca



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação e instrução na América portuguesa: histórias compartilhadas e conectadas [recurso eletrônico] / Thais Nívia de Lima e Fonseca (org.). – Cachoeirinha : Fi, 2025.
279p.

ISBN 978-65-5272-126-6

DOI 10.22350/9786552721266

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Educação – Colonização portuguesa – Brasil. I. Fonseca, Thais Nívia de Lima e.

CDU 37:325(469:81)

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

Apoio:



SUMÁRIO

Apresentação	9
<i>Thais Nívia de Lima e Fonseca</i>	
1	13
Normatização e educação feminina nos recolhimentos da América portuguesa	
<i>Ana Cristina Pereira Lage</i>	
2	41
Diretório dos Índios e Educação: características e efeitos de um plano de homogeneização linguística e cultural na América Portuguesa	
<i>Ana Rita Leitão</i>	
3	67
Luzes sobre o inventário de José Maria Veloso de Miranda: os livros da biblioteca do tenente da cidade de Mariana no século XVIII	
<i>Edson Junio dos Santos</i>	
<i>Thais Nívia de Lima e Fonseca</i>	
4	81
Famílias e práticas educativas nos testamentos de Vila Rica no século XVIII: mobilidades, vivências afetivas e mestiçagens	
<i>Fabício Vinhas Manini Angelo</i>	
5	115
O missionário e o intelectual: João Felipe Bettendorff e sua atuação educativa e política no Estado do Maranhão (1661-1698)	
<i>Jane Elisa Otomar Buecke</i>	
6	137
Instruídos e industriosos: escola para índios no Brasil. Breves considerações em torno do Directório (1758) e do Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil (1790)	
<i>Justino Magalhães</i>	
7	169
Hierarquias, investimentos e mobilidades no Maranhão setecentista: o caso da família Cunha	
<i>Kelly Lislie Julio</i>	

8

197

O Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba: perspectivas e potencialidades para História da Educação

Thiago Gomes Medeiros

Danielle Alves de Oliveira

9

223

Dinâmicas da circulação de amostras da natureza: colecionismo, museus e a formação de naturalistas no séc. XVIII

Verona Campos Segantini

Marta Eloísa Melgaço Neves

Giovanna Giovanelli Tacconi Gimenez

Isabelle Iennaco

Anna Carolina Oliveira Souza Santos

Ana Clara Lima Aires de Abreu

10

241

O estado e a educação no Império português: mediações e conexões (século XVIII e primeiras décadas do século XIX)

Yasmin Grigório Silva

Beatriz Gomes Guimarães

Thais Nívia de Lima e Fonseca

Sobre os autores

275

APRESENTAÇÃO

Thais Nívia de Lima e Fonseca

Pesquisas recentes sobre a educação na América portuguesa no século XVIII e primeiras décadas do XIX têm demonstrado as diferentes práticas na educação do súdito cristão, na instrução das primeiras letras e da gramática latina, em estudos focados em localidades específicas, sejam capitânias, vilas ou comarcas. Os avanços têm sido significativos, mas ainda não apresentam uma visão integrada dos eventos educativos da América portuguesa e em outras partes do império português. Tendo em vista essas questões, uma equipe de pesquisadores do grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero) iniciou, em 2022, o desenvolvimento de um projeto de pesquisa¹, com o objetivo fundamental de contribuir para questionar a ilusão da unidade e confrontá-la com a diversidade de circunstâncias que permitiriam compreender os processos educativos, suas conexões e compartilhamentos de experiências entre as diversas partes da América portuguesa e mesmo em outras partes dos domínios portugueses.

Com tal propósito, temos investigado as dinâmicas educacionais existentes na América portuguesa naquele período, escolares ou não, ocorridas em diferentes espaços geográficos daquele território, mas conectadas por dinâmicas econômicas, políticas, religiosas, culturais. Entendemos as dinâmicas educacionais como os processos relacionados

¹ Projeto *Educação e instrução na América portuguesa na perspectiva de histórias compartilhadas e conectadas; dinâmicas internas e conexões (século XVIII e primeiras décadas do século XIX)*. Edital Universal CNPq 2021.

à atuação dos mestres particulares, à criação e funcionamento do ensino régio após as reformas pombalinas da instrução, ao aprendizado das artes e dos ofícios, todos mediados pela circulação de saberes, de pessoas, de normas jurídicas e administrativas. O problema central é avançar o estudo da educação e da instrução numa vasta área geográfica, no período de mais de um século, em perspectiva comparada e conectada, para além da ilusão da unidade trazida pela atuação centralizada da Coroa portuguesa, ao dar as diretrizes e normas a serem seguidas em todo o seu império. Nossa principal hipótese é que as condições específicas, a atuação dos poderes locais, e os interesses das populações nas diferentes partes da América portuguesa, foram variantes determinantes nas relações dessas instâncias entre si e com a administração central em Portugal, não sem conflitos e disputas, e na percepção da instrução pública como elemento simbólico e instrumento de distinção social, prestígio político e indicador de civilização. Os documentos disponíveis no Brasil e em Portugal permitem a constatação dessas evidências, analisados segundo as conexões pretendidas.

Neste livro apresentamos alguns resultados desse esforço investigativo da equipe do projeto, fruto não apenas das pesquisas individuais de cada um e de seus colaboradores, mas também, e principalmente, dos debates historiográficos e teórico-metodológicos realizados ao longo desses últimos anos, como parte importante das atividades do CEIbero. Com isso, podemos apresentar ao leitor as diferentes dimensões educacionais presentes entre os séculos XVIII e XIX, relacionadas a instituições religiosas, à educação das mulheres, dos indígenas, às estratégias educativas familiares, às práticas educativas ligadas às artes, à circulação dos livros, à expansão da língua portuguesa, às ações do Estado no processo de instituição do ensino e às

discussões sobre fontes documentais e arquivos. Agradecemos ao CNPq o apoio recebido para o desenvolvimento das pesquisas e para a publicação deste livro.

Organizadora

Verão de 2025

1

NORMATIZAÇÃO E EDUCAÇÃO FEMININA NOS RECOLHIMENTOS DA AMÉRICA PORTUGUESA

Ana Cristina Pereira Lage

Introdução

O recolhimento apareceu no início do período moderno com a intencionalidade de proporcionar segurança para mulheres pobres e desamparadas, ou a correção daquelas consideradas como ‘desviantes’ das normas sociais daquela época. Na América portuguesa foi o modelo mais comum de instituição educativa de mulheres reclusas. No geral, considero que todos os recolhimentos foram instituições educativas, uma vez que inculcavam princípios e valores que moldavam suas habitantes de acordo com as intencionalidades das respectivas casas.

Neste capítulo, pretendo analisar as propostas educativas existentes nos estatutos de alguns recolhimentos e comparar estes documentos, para compreender as suas aproximações de acordo com o tipo de recolhida recebida por cada instituição. Geralmente, os estatutos se aproximam dos modelos das Constituições propostas para as Ordens Religiosas, porém aparecem de forma mais resumida, por meio de capítulos que indicam os funcionamentos das casas, os horários das atividades cotidianas, os hábitos educativos e religiosos, os cuidados com os corpos, os vestuários, as alimentações etc. Nessa perspectiva, serão apresentados e analisados três estatutos: do Recolhimento das Macaúbas em Minas Gerais (Cruz,1750)¹; do Recolhimento de São Raimundo Nonato e de Santa Maria Madalena de Salvador, na Bahia

¹ O Recolhimento de Macaúbas surgiu em 1715, separou o claustro da escola em 1846 e, em 1926, foi então transformado em mosteiro.

(Chagas, c.1760)²; e do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do Recife, em Pernambuco (Azeredo Coutinho,1798)³. Embora os documentos já apresentem diferenças espaciais e temporais, pretende-se perceber como era a estrutura dos estatutos e, além disso, os direcionamentos realizados em instituições que recebiam recolhidas com intencionalidades distintas, uma vez que, enquanto o primeiro pretendia guardar mulheres com a intenção de formá-las religiosamente, o segundo voltava-se para moldar as prostitutas convertidas e o último já tinha a intenção de educar meninas para a maternidade e o casamento.

Embora com intenções distintas, as três fontes apresentam a educação como um eixo condutor do funcionamento das casas: inicialmente, seria uma educação para a formação moral e religiosa, como acontecia em Macaúbas, que se aproximava mais de um modelo conventual. Já a instituição baiana educava para o trabalho, uma vez que as recolhidas passavam parte do dia na ‘casa do labor’ e produziam costuras que sustentavam a casa onde habitavam. Por fim, no Recife temos um outro modelo que educava de forma mais ampliada e aproximava-se de um modelo escolar com as práticas de leitura, escrita, para a administração de suas futuras casas, o casamento e a maternidade.

Cabe ainda compreender que essas fontes foram produzidas por homens da Igreja, especialmente por bispos e representantes de ordens religiosas e, por isso, este trabalho não pode se furtar das questões de gênero, uma vez que foram homens escritores que prescreveram e doutrinaram o universo feminino.

² O Recolhimento de São Raimundo Nonato e de Santa Maria Madalena foi fundado em 1755 em Salvador. Em 1926 foi transformado em convento.

³ A instituição é oriunda do Recolhimento do Paraíso (s.d.), estabelecido em uma região de mata pernambucana. Em 1758, quando se transferiu para o Recife, passou a ser denominado como Recolhimento de Nossa Senhora da Glória. Tornou-se convento apenas em 1963.

Os estatutos e suas estruturas

O Concílio de Trento (1545-1563) preocupou-se com o direcionamento do universo claustral de todos os religiosos regulares. Foi um marco para assegurar os caminhos dos Conventos femininos, especialmente com relação às determinações necessárias para a manutenção das casas e do enclausuramento das mulheres. Até então, as casas conventuais eram organizadas por meio das Regras das respectivas ordens religiosas.

As ordens se constituem em agrupamentos de religiosos nos quais os membros fazem os votos solenes (obediência, pobreza e castidade). As origens, as características e as organizações das ordens variam, mas certos traços são comuns, uma vez que ela compreende muitas casas, que geralmente são autônomas em sua administração, tendo como regente um abade ou uma abadessa, no caso de uma instituição feminina. Cabe ao papa decidir se a ordem religiosa será submissa ao papado ou ao bispado local. Todas as ordens seguem uma Regra que dita os seus costumes (Gerhards, 1998). As regras, instituídas geralmente pelos fundadores, podem ser consideradas como condutoras do cotidiano dentro dos espaços compreendidos pelos Conventos ou Recolhimentos, além de estabelecer o caminho das suas práticas em todas as horas do dia, também apontam as diretrizes educativas dos grupos que se recolhem nestes espaços, especialmente enquanto mulheres enclausuradas (Lage, 2016, p. 51).

As Regras foram, em sua maioria, escritas por homens, fundadores das ordens, o que funcionava até para o caso dos claustros femininos. A primeira mulher a escrever uma “Forma de Vida”, considerada como uma 1ª Regra de seu grupo, foi Clara de Assis (1194-1253), mas logo após o seu falecimento, já apareceu uma 2ª Regra para as irmãs Clarissas, escrita pelo papa Urbano IV (c. 1195-1264), que foi seguida pela maioria das casas com princípios clarianos desde então.

No período Moderno apareceram as primeiras Constituições das ordens religiosas, que geralmente são constituídas por interpretações

detalhadas do que era proposto nas Regras. Juntas, Regras e Constituições, tornavam-se os ordenamentos jurídicos dos diversos grupos conventuais. Alguns grupos possuíam diversas constituições, já que cada casa poderia ter o seu próprio documento. Como exemplifica Trivino (2011) para o caso das irmãs clarissas, cada convento tinha as suas próprias Constituições até 1639, quando os frades franciscanos promulgaram então as Constituições Gerais.

Publicadas em 1693 em Portugal, as Constituições Gerais para todas as freiras sujeitas aos franciscanos, apresentavam inicialmente a normatização para a formação das noviças, a profissão no estado de religiosas e o controle do número de freiras em cada convento. Depois, apareciam informações sobre os momentos de oração e Ofício Divino, silêncio, confissão e comunhão. A parte da vida comum estabelecia como seriam os hábitos e calçados das freiras e noviças, a disciplina, os livros que poderiam ler e os diversos itens proibidos no cotidiano claustral. A seguir, apresentavam detalhadamente os votos que deveriam ser seguidos pelas enclausuradas: pobreza, obediência, castidade e clausura. Aparecia, então, a hierarquia da casa e os diversos ofícios exercidos dentro dos conventos: a partir da eleição da abadessa e ‘suas oficiais’ (vigária, discretas, porteira, torneira, gradeira, mestra das noviças, vigária do Coro, sacristã, enfermeira, provisora, roupeira, refeiteira e depositária); os padres vigário e confessor; além das freiras leigas, criadas e seculares que cuidavam da limpeza das casas. Um capítulo era destinado para a administração dos recursos da casa, uma vez que havia a recepção de dotes, doações de terras, imóveis adquiridos e dinheiro, o que aconteceria por meio do controle dos livros e cofres por parte de três pessoas, conjuntamente: a abadessa, uma irmã discreta e o mordomo. O documento era finalizado com as informações sobre a sua guarda, indicando que o mesmo deveria ser lido três vezes

ao ano, nos meses de janeiro, maio e setembro (Constituições Geraes, 1693). A título de comparação, torna-se importante compreender a estrutura das constituições de uma determinada ordem religiosa para, posteriormente, compreender a aproximação com os Estatutos utilizados nos recolhimentos da América portuguesa e que serão aqui analisados.

A definição de Rafael Bluteau para a palavra estatuto é “ordenação, decreto” (1712-1728, p. 2489). Na perspectiva de uma ordenação, é necessário salientar que este tipo de documento orientava como seria a organização, mas não necessariamente era o que acontecia na prática cotidiana dos recolhimentos aqui analisados, uma vez que outros documentos apontam para os possíveis distanciamentos entre a norma e a prática das casas.

As instituições do tipo recolhimento surgiram como uma complementação das orientações conciliares tridentinas que instituíram a clausura perpétua para os conventos femininos, mas que não indicaram outros caminhos para as demais mulheres que, aos olhos da Igreja Católica, também deveriam ser controladas (Lopes, 2012). A alternativa encontrada foi o controle que não passava diretamente pela Santa Sé ou pelas ordens religiosas, mas que surgia a partir da implementação de instituições leigas e que teriam vínculos diretos com os bispados e arcebispados locais (Zarri, 2011).

Constituíram um dos mecanismos de controlo dos destinos femininos utilizados pelas autoridades eclesiásticas, civis e familiares, no intuito de combater aquilo que consideravam marginalização social feminina, sinónimo de degradação moral, isto é, liberdade sexual. Foi uma das estratégias de normalização, impedindo o desvio social com o internamento das crianças e mulheres jovens, ou castigando-o com o recolhimento das que optavam ou involuntariamente caíam em situações socialmente reprováveis (Lopes, 2012, p. 2-3).

Foi a partir da estratégia de normatização para impedir o desvio social das mulheres, que essas instituições ganharam força não só na Europa, como também no território da América portuguesa, onde muitas das instituições consideradas como recolhimentos iniciaram suas atividades informalmente e demoraram anos para conseguir uma aprovação régia. A resistência da Coroa portuguesa na institucionalização de espaços de reclusão na colônia estava diretamente ligada à questão do povoamento do território por meio dos casamentos entre colonos e, particularmente, com as mulheres com origens portuguesas. Segundo Leila Algranti (1999), a história da fundação das instituições femininas (conventos ou recolhimentos) foi motivada pelas resistências dos colonos à política metropolitana de incentivo ao casamento para povoar e moralizar o território.

Na maioria das vezes, os recolhimentos femininos surgiam de forma espontânea e só posteriormente, quando solicitavam a aprovação por parte dos bispados locais e da Coroa portuguesa, apresentavam documentos de normatização de suas instituições. Assim aconteceu com o Recolhimento de Macaúbas, fundado pelo ermitão Félix da Costa em 1715, uma vez que o estatuto normatizador da casa somente apareceu em 1750, elaborado por D. Frei Manuel da Cruz (1690-1764), primeiro bispo de Mariana, em Minas Gerais. Ao transcrever e analisar o referido estatuto, Leila Algranti (2000, p. 223-224) observa que:

Ao redigir os estatutos, em 1750, D. Manuel da Cruz procurou manter-se fiel à idéia original, copiando antigas advertências de outros bispos e reformulando outras, segundo suas próprias palavras. Prescreveu assim, uma rotina típica de uma vida conventual, provavelmente, na expectativa de que um dia, o recolhimento viesse a ser transformado em convento. Porém, teve o cuidado de referir-se às mulheres sempre como recolhidas e não como religiosas, para que o estatuto pudesse ser aprovado pelo monarca. (...) Se no conteúdo os Estatutos se aproximam das constituições

que regem um convento, no que diz respeito à forma, eles diferem um pouco, pois são menos detalhados, e às vezes até omissos, como por exemplo em relação à idade de entrada, o perfil da recolhida, (origem, raça), ou no detalhamento dos horários de cada atividade.

Os Estatutos do Recolhimento de Macaúbas foram implantados com a intenção de melhor controlar as práticas internas e demonstravam o perfil religioso que a Igreja pretendia implementar na instituição. Embora o Recolhimento não tivesse autorização para funcionar como ordem religiosa, o bispo de Mariana recomendou a observância da ‘Santa Regra de Nossa Senhora da Conceição’ (Julio II, 1511), a qual já fora indicada pelo fundador desde o início da instituição. O documento aqui analisado divide-se em quatorze *estatutos*, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 01: Divisão dos Estatutos do Recolhimento de Macaúbas ⁴

Estatuto	Assunto
I	O sossego da comunidade
II	A instituição de um confessor
III	A presença de um capelão procurador para a administração da casa
IV	A pobreza como princípio cristão
V	A castidade das recolhidas
VI	A obediência como princípio fundamental para o alcance da ordem na instituição
VII	A realização de obras que demonstrem o amor a Deus
VIII	O amor ao próximo
IX	O alcance da perfeição pela observação do silêncio
X	O controle da entrada e saída das recolhidas na instituição
XI	A necessidade de colocá-las em celas separadas
XII	O estabelecimento do trabalho como um benefício da comunidade
XIII	O tratamento com os mortos
XIV	A guarda dos princípios dos estatutos

Fonte: Cruz, 1750.

⁴ Ao contrário dos demais, o documento de Macaúbas aqui analisado subdivide-se em “Estatutos”, como se cada número correspondesse a um capítulo, os quais não possuem títulos e, por isso, para organizar a tabela, optei por enumerar os temas apresentados em cada sessão.

Nos Estatutos de Macaúbas, a recolhida deveria cultivar três virtudes: obediência, pobreza e castidade. A obediência era o voto considerado mais importante, que propiciava outras virtudes. A pobreza deveria ser pessoal e não do grupo, já que dentro da comunidade era proibida a posse de bens e objetos individuais, sendo que tudo deveria pertencer ao grupo. A castidade era uma tentativa de aproximação com o caráter angelical e sagrado. “[...] O silêncio, as orações mentais e os exames de consciência reafirmavam a necessidade de se voltar à vida interior, tendo como companheiros inseparáveis apenas os próprios sentimentos e pensamentos” (Algranti, 1999, p. 205).

A análise da fonte aponta para o caminho religioso que seria perseguido pelas habitantes da instituição e a sua proximidade com a estrutura das constituições das ordens religiosas. Por outro lado, distancia-se em não explicitar detidamente a divisão das funções no interior da casa. No entanto, é necessário salientar que a fonte foi elaborada pelo bispo de Mariana, que tinha pouco contato com as recolhidas e, além disso, não temos outros documentos suficientes para comprovar se os Estatutos de Macaúbas foram realmente implementados e se a instituição funcionou apenas como uma casa religiosa. Leila Algranti (1999) aponta para o caráter misto da instituição: asilo, educandário, convento e casa de correção. Soma-se, ainda, a falta de vocação e indisciplina existente dentro do referido recolhimento, pois muitas vezes as mulheres eram forçadas ao enclausuramento por seus familiares. É necessário, então, relacionar a produção do documento com a intencionalidade da Igreja Católica para a educação feminina em Minas Gerais no momento da escrita dos Estatutos por parte do bispo marianense.

A intenção de D. Manuel da Cruz era manter possível, uma vida de reclusão e de castidade no estabelecimento. E essa será a preocupação de alguns dos bispos que o sucederam. Certamente eles não recusaram a entrada de mulheres por motivos alheios à religião, nem tampouco deixaram de assinar os muitos pedidos de saída. Mas expediram portarias proibindo visitas excessivas, reafirmando sem cessar o espírito de clausura, nos estatutos (Algranti, 2000, p. 226).

Os Estatutos de Macaúbas direcionavam o caminho a ser percorrido pelas mulheres desejosas de uma vida religiosa, embora não contemplassem todas as habitantes do espaço de reclusão feminina, uma vez que recebia uma diversidade de mulheres. Já o Recolhimento de São Raimundo Nonato e Santa Maria Madalena da Bahia recebia, em sua maioria, um público específico de mulheres: as prostitutas convertidas.

O “Recolhimento das Convertidas”, como era conhecido, foi fundado pelo Sargento Mor Raimundo Maciel Soares, que também era provedor da Santa Casa da Bahia. Iniciou a construção da obra em 1755, porém faleceu em 1759. Em seu testamento, deixou todos os seus bens para a conclusão e o funcionamento da instituição e, além disso, designou o prior dos Carmelitas Descalços da Bahia para finalizar a construção e estabelecer os estatutos da casa. Em troca, as recolhidas deveriam rezar diariamente três “salve rainha” por sua alma (Cerqueira e Silva, Tomo IV, 1837, p. 226). A Tabela 02 apresenta os títulos dos capítulos existentes no documento:

Tabela 02: Capítulos dos Estatutos do Recolhimento de São Raimundo Nonato e Santa Maria Madalena

Cap.	Título
I	Das qualidades que devem ter as que houverem de ser aceitas, e da forma que devem requerer
II	Do hábito, e vestidos que poderão usar as Recolhidas
III	Da formalidade com que se hão de recolher as novamente aceitas e as sua instrução e preparo

IV	Do modo de vida e exercícios que hão de observar todas as recolhidas, repartição das horas do dia, e do que a elas pertence em comum.
V	Das obrigações em comum, e das coisas que se permitem, ou se proibem, e dos exercícios fora dos aplicados na repartição das horas, em o capítulo antecedente.
VI	Do recebimento do dinheiro, sua entrada e saída na arca do comum e do particular.
VII	Do cargo e obrigações da regente
VIII	Do cargo e obrigações da Mestra das convertidas
IX	Do cargo e obrigações da porteira
X	Do cargo e obrigações da provisora
XI	Do cargo e obrigações da enfermeira
XII	Do cargo e obrigações da roupeira
XIII	Do cargo e obrigações da despenseira
XIV	Do cargo e obrigações da refeitoreira
XV	Do cargo e obrigações da dispertadora
XVI	Do capelão e do que ao seu ofício pertence
XVII	Do procurador constituído para a cobrança dos rendimentos dos bens patrimoniais, juros e dívidas
XVIII	Do Médico, cirurgião e sangrador

Fonte: Chagas, c.1760.

Frei Antônio das Chagas, prior dos carmelitas descalços da Bahia, organizou o Diretório em forma de Regra e de Estatutos do Recolhimento de São Raimundo Nonato e Santa Maria Madalena como um documento mais amplo e detalhado. Segundo Raphael Bluteau (1712-1728, p. 2041), o ‘directorio’ seria “[...] o livro, em que se declaram as leis, que alguém há de seguir”. Se compararmos esta definição com aquela apresentada anteriormente acerca dos estatutos pelo mesmo autor, não é possível encontrar diferenças, porém a própria denominação do documento analisado já apresenta que ele contém tanto a regra quanto os estatutos. Neste sentido, até pela própria estrutura e o tipo de recolhida a ser recebida na instituição, compreende-se a necessidade de criar uma regra específica para direcionar o cotidiano da casa por meio da definição dos cargos, diferentemente do caso de Macaúbas, que já seguia uma regra religiosa específica. Além dos dezoito capítulos

apresentados na tabela 2, ao final, o documento ainda traz a relação de casas alugadas e o ‘Regulamento para o jantar e ceia para todos os dias do ano’, que devem ser consideradas como informações valiosas para compreender os recursos existentes para a manutenção e, ainda, a alimentação da casa.

Segundo os Estatutos, o grupo de mulheres era formado por três senhoras ‘brancas’ - Regente, Mestra dos Espíritos e Porteira - escolhidas pelos ‘senhores do Governo’. “[...] Três mulheres honestas de conhecida virtude com prática da vida devota e regular capazes, e inteligentes da economia familiar doméstica as quais se encarregue do governo da casa, e possam reger, instruir e doutrinar as convertidas” (Chagas, c. 1760).

Cabia ainda aos ‘senhores do governo’ eleger o capelão, o procurador e o médico, homens que acompanhavam a administração dos bens e a saúde do corpo e da alma na instituição. Este grupo controlava a entrada das doze convertidas, mulheres brancas sustentadas pelos recursos da casa e ainda cinco supranumerárias, que eram responsáveis por pagar pelo próprio sustento. As convertidas seriam mulheres que haviam ‘declinado do caminho da honestidade’, constituídas por prostitutas ou mulheres casadas e adúlteras, que deveriam se converter por meio da disciplina e do exemplo. A instituição também poderia receber meninas pobres e órfãs de pai e mãe, que procurassem a reclusão para não caírem no ‘caminho da perdição’. Dentre as convertidas ocorria a eleição de seis cargos: anualmente eram escolhidas a provisora, a enfermeira e a roupeira; mensalmente, a dispenseira e a refeitoreira; e, semanalmente, a despertadora. Na casa havia ainda serventes e escravas ‘de dentro’ para a limpeza e trabalho em geral, e aquelas consideradas ‘de fora’,

responsáveis por comprar e entregar tudo o que deveria ser adquirido fora do estabelecimento (Chagas, c. 1760).

Os Estatutos do Recolhimento de N. Senhora da Glória do lugar da Boa-Vista de Pernambuco é o único documento impresso (Azeredo Coutinho, 1798). Publicado na Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, e ordenados por D. Azeredo Coutinho, o documento foi produzido por uma autoridade eclesiástica muito distante da realidade do recolhimento e, possivelmente, a publicação aconteceu antes da chegada de Azeredo Coutinho, que assumiu o cargo de bispo de Pernambuco apenas no final do ano de 1798. O bispo teve ainda que garantir junto à Coroa portuguesa a herança destinada para a manutenção do recolhimento e que foi deixada pelos irmãos e padres Gondim⁵. Segundo Guapindaia (2013, p. 78), Azeredo Coutinho conseguiu um parecer favorável, entretanto a Coroa impôs a “[...] necessidade de a casa de clausura se apresentar como um espaço de educação, e não um espaço contemplativo”. Foi nesse movimento de destinação dos recursos e da pressão da Coroa portuguesa, acrescido do momento de fortalecimento da circulação das ideias ilustradas em todo o território português, que apareceram as principais modificações na educação proposta para a instituição.

No discurso ilustrado sobre a escolarização feminina encontrava-se o seu futuro papel social. As capacidades das mulheres eram reconhecidas e compreendidas como necessárias ao progresso da sociedade enquanto esposas e educadoras de seus filhos. “A educação das mulheres era defendida na medida em que ela se devia tornar mais

⁵ “Manuel e Francisco Gondim, ricos herdeiros de fazendas de gado do sertão e que se responsabilizaram pela instituição desde a sua transferência para o Recife. Inicialmente, estabeleceram que as recolhidas não mais poderiam circular pela cidade, uma vez que teriam recursos doados e que deveriam viver como enclausuradas. Eles foram responsáveis, tanto pela manutenção econômica da instituição, quanto por deixar todos os seus bens em testamento para o Recolhimento” (Lage, 2023, p.11).

culta para ser mais útil à família, nomeadamente enquanto educadora, dando bons ensinamentos e exemplos. O mesmo se applicava para a sua função de esposa” (Araújo, 2003, p. 682).

A obra proposta para o funcionamento do Recolhimento Nossa Senhora da Glória se aproxima, na primeira parte, das diversas Constituições que normatizavam as vidas conventuais. O distanciamento estaria na segunda parte, destinada especificamente às educandas.

Na primeira parte daremos regras propriamente para o governo das doze Recolhidas da Instituição, as quais deverão servir como Mães, Mestras, e Diretoras das Educandas, que se houverem de instruir, e educar no dito Recolhimento. [...] Em a segunda parte daremos regras propriamente para a educação e a instrução das mesmas educandas (Azeredo Coutinho, 1798, p. 4).

É importante salientar que a função das recolhidas se destinava ao governo de uma casa na qual deveriam agir como mães e mestras das educandas. O Estatuto proposto por Azeredo Coutinho possui 120 páginas e divide-se em dois livros, conforme descritos na tabela a seguir:

Tabela 03: Capítulos dos Estatutos do Recolhimento da Glória

LIVRO 1		LIVRO 2	
Cap.	Título	Cap.	Título
I	Do estabelecimento das pessoas do governo interior do Recolhimento	I	Da primeira Mestra, ou Diretora das Educandas
II	Do Padre Espiritual e Capelão da Casa	II	Danos, que resultam da ordinária educação das filhas
III	Da Superiora, ou Regente da Casa	III	Dos primeiros fundamentos da educação
IV	Da Vigaria do Coro	IV	Instrução dos primeiros princípios da Religião
V	Da Procuradora	V	Instrução dos meios necessários para bem obrar

VI	Da Sacristã	VI	Instrução para preservar as Educandas dos defeitos ordinários do seu sexo
VII	Da Porteira	VII	Instrução sobre os empregos próprios das Mães de Famílias
VIII	Da Rodeira	VIII	Da Mestra das primeiras letras
IX	Da Enfermeira	IX	Da Mestra de cozer e bordar
X	Da Dispenseira	X	Do emprego do tempo, e distribuição das horas a respeito das Educandas
XI	Da Refeitoreira	XI	Das qualidades que devem ter as Educandas para serem admitidas
XII	Das Mestras das Educandas	XII	Do modo de regular a recepção e despedida das Educandas
XIII	Da Simplicidade no vestir	XIII	Dos vestidos das Educandas
XIV	Da Caridade	XIV	De como devem ser tratadas as Educandas nas doenças
XV	Da Humildade	XV	Das licenças para os divertimentos das Educandas
XVI	Da Modéstia		
XVII	Da Confissão e Comunhão		
XVIII	Do emprego do tempo e distribuição das horas		
XIX	Do refeitório		
XX	Das qualidades, que devem ter as pretendentes aos lugares de Recolhidas, e do modo com que hão de ser admitidas		
XXI	Dos Ofícios exteriores, que são necessários para o serviço e governo da Casa		
XXII	Do Cofre que deve haver no Recolhimento		
XXIII	Do modo de se tornarem anualmente as contas da receita e despesa do Recolhimento		

A partir da implementação dos Estatutos, o Recolhimento da Glória passaria a funcionar com doze mulheres recolhidas, cada uma com uma função específica. Ao analisar a hierarquia entre as recolhidas, é possível detectar que as seis primeiras – regente, diretora das educandas, vigária do Coro, mestra das primeiras letras, mestra de coser e bordar, procuradora – exerciam cargos que necessitavam do conhecimento de leitura e escrita. As demais (sacristã, porteira, rodeira, enfermeira, dispenseira e refeitoreira) exerciam trabalhos mais práticos e de cuidado da casa. Essas últimas eram acompanhadas por três serventes internas para os serviços domésticos e, ainda, outras duas ou três mulheres que habitavam próximas ao recolhimento e que deveriam realizar compras e fazer o contato com o mundo exterior. Para ser uma recolhida, além de haver um lugar vago na instituição, era necessário apresentar os seguintes requisitos:

- 1º. Se é branca, e natural do Bispado de Pernambuco, ou nele criada desde a menor idade.
- 2º. Se é filha de legítimo matrimônio, de pais pobres, e de boa condição.
- 3º. Se não tem menos de dezesseis anos de idade, nem mais de trinta.
- 4º. Se sabe ler, escrever e contar. Ou se tem alguma outra qualidade, que possa ser útil à Casa.
- 5º. Se é de bom procedimento sem nota alguma, nem fama em contrário.
- 6º. Se é de boa saúde, e sem algum mal contagioso, ou enfermidade crônica, que lhe impeça o servir nos ministérios da Casa.
- 7º. Preferirá em iguais circunstâncias a Pretendente pobre, que legitimamente mostrar ser parenta do Deão instituidor, ou seja, donzela, ou viúva; contanto que não tenha filhos, nem obrigação alguma, de que dar contas (Azeredo Coutinho, 1798, p. 46).

As recolhidas eram apenas mulheres brancas, nascidas de forma legítima no Bispado. O parentesco com o falecido Deão, Manuel Gondim, facilitava a entrada. O conhecimento de leitura, escrita e contas era desejável; porém, caso não soubessem, poderiam exercer as funções de

cuidado da casa. Todas deveriam usar roupas simples, de lã ou de algodão, em que aparecesse o asseio, “[...], mas não o enfeite, nem a afetação, que desminta o modo de vida que elegeram” (Azeerdo Coutinho, 1798, p. 29). Deveriam ainda seguir três virtudes necessárias para conduzir, de forma exemplar, as educandas: caridade; humildade; e modéstia. Porém, todas as atividades das recolhidas descritas no primeiro livro eram com a intencionalidade de direcionar a educação das meninas que estava descrita no segundo livro dos estatutos do Recolhimento da Glória.

Aproximações e distanciamentos na educação das mulheres recolhidas

Como os documentos apontam para a educação de mulheres com intencionalidades diversas, torna-se importante analisar as propostas educativas de cada instituição. No caso do Recolhimento de Macaúbas, os seus estatutos pouco falam sobre as suas práticas educativas, mas apontam para o fato de que as recolhidas deveriam perseguir no seu cotidiano a união em espírito com Deus, por meio de suas orações, atitudes e devoções. Era necessário, ainda, ter um confessor capelão para manter a espiritualidade institucional, o qual faria as vezes de mestre das recolhidas:

E como o confessor das recolhidas é juntamente seu pai espiritual e diretor deve ser tão perfeito que a todas sirva de edificação, sendo versado na lição de livros espirituais, principalmente no de Afonso Rodrigues, e tendo prática da oração mental porque só desta sorte com a sua doutrina saberá nas matérias do espírito dissolver com acerto todas as dúvidas das recolhidas, e sossegar os seus escrúpulos, consolando as suas aflições espirituais, e com o seu exemplo as moverá eficazmente para a caminharem com fervor pelo caminho da perfeição persuadindo-as a que exatamente observem estes estatutos. (Cruz, 1750, p. 237)

O confessor deveria levar uma vida perfeita para exemplificar as ações das recolhidas, as quais também deveriam buscar a perfeição. A obra de referência era *O Caminho da Perfeição*, escrita pelo padre jesuíta Afonso Rodrigues no século XVI, a partir dos princípios do Concílio de Trento e do movimento reformista católico. A obra deveria ser lida pelo confessor e não necessariamente pelas recolhidas, porém serviria para direcionar o cotidiano na instituição. Afonso Rodrigues definia a perfeição como sabedoria, mais precisamente “[...] o conhecimento e amor de Deus.” (Rodrigues, 2009, p. 23). Constituíam-se meios para que as reclusas alcançassem a perfeição: a mortificação, a modéstia, o silêncio, a humildade, a guerra contra as tentações e o amor desordenado aos parentes. Em consonância com esta obra, D. Frei Manuel da Cruz (1750) apontou o silêncio como ponto principal para alcançar a perfeição religiosa nos Estatutos de Macaúbas. Assim, no cotidiano de Macaúbas, as recolhidas teriam horários específicos para conversar, sendo que, na maior parte do dia, deveriam guardar o silêncio. Toda a normatização estava voltada para o aprendizado de orações e de comportamentos necessários para uma vida conventual, não apresentando informações sobre práticas de leituras ou, ainda, a presença de mestras das recolhidas na casa.

Já o Recolhimento de São Raimundo Nonato e Santa Maria Madalena possuía uma mestra das convertidas, escolhida pelos ‘homens do governo’. Tinha um papel importante na casa, uma vez que era a substituta da regente em sua ausência. Era responsável por preparar para a confissão e ensinar a Doutrina Cristã, além dos trabalhos manuais das recolhidas convertidas. “[...] Assistirá sempre com as recolhidas na casa do labor em todas as horas que forem de trabalho, administrando-lhes as obras, em que devem ocupar-se, e ensinando as que não souberem bem coser.” Além disso, seria um tipo de fiscal da

parte espiritual e temporal de suas discípulas pois “[...] zelará muito a inteira observância dos Estatutos, vigiando as faltas, e defeitos de cada uma das recolhidas para as emendar com admoestações, e advertências. E não conseguindo emenda fará a saber a regente, para esta proceder o castigo” (Chagas, c. 1760).

Na instituição soteropolitana, dada a natureza das recolhidas, a educação era voltada para a conversão, doutrinação e para o trabalho. Diariamente, entre 8:00 e 10:30 na parte da manhã, e entre 15:00 e 18:00 na parte da tarde, todas as recolhidas eram encaminhadas para a ‘Casa do Labor’, onde recebiam lições de Doutrina Cristã e davam conta de trabalhos de costura que auxiliavam no sustento da casa.

O emolumento do trabalho das costuras será ajustado pela Regente ou Porteira, sem que as recolhidas saibam de quem são as obras; o que pertencer as Recolhidas do número recolherá a regente para dispender com as ditas no seu vestuário, e o que pertencer as recolhidas supranumerárias lhe entregará, pois que se sustentarão a sua custa (Chagas, c. 1760).

Os recursos recebidos pela venda das costuras eram destinados para a manutenção do vestuário das convertidas numerárias, aquelas que faziam parte do grupo das doze recolhidas que eram sustentadas pelos recursos deixados pelo fundador. Por outro lado, aquelas recolhidas que pagavam para habitar na instituição, recebiam os recursos das obras que produziam para ajudar na manutenção delas na instituição.

Já o Recolhimento da Glória no Recife, que teve a sua fundação e a organização dos seus estatutos em um momento posterior das outras instituições aqui analisadas, teve a particularidade de ser uma casa que funcionava para a formação de meninas para a vida secular. As recolhidas seriam mulheres que “[...] a Providência desde o berço destinou para serem Mestras, Religiosas, ou Diretoras dos primeiros passos daqueles que um dia hão de formar o corpo da Sociedade Humana” (Azeredo

Coutinho, 1798, p. 2). Ademais, o bispo propunha uma educação feminina diferenciada, de acordo com a destinação de cada mulher.

A ciência das mulheres, assim como a dos homens, deve ser proporcionada aos seus empregos: a diferença das ocupações é a que faz a dos seus estudos. A instrução mais sólida é aquela, que ensina a saber o modo, com que se fazem as coisas, que são necessárias para a vida humana; por ser daí donde se tiram os maiores interesses. A instrução, que propriamente pertence às mulheres, deve ser regulada segundo os seus estados: as que se destinam para Religiosas aonde ser instruídas na mortificação da própria vontade; na inteligência da língua latina, e canto de música para o exercício cotidiano do Coro, onde devem gastar a maior parte de sua vida.

Aquelas porém que não aspiram à vida dos claustros; mas sim aonde fazer a sociedade e a propagação das famílias na vida conjugal, devem ser instruídas na particular ciência de viver em paz com seus maridos; de educar os seus filhos na virtude e administrar com economia o governo das suas casas. Não são estreitos os limites desta ciência, como muitos julgam, querendo-a fazer propriedade natural do sexo. É muito mais fácil acostumar-se a um exterior afetado, a discorrer sobre modas, e a exercitar-se em pequenas galanterias nas conversações políticas, do que instruir-se na virtude, e na economia para saber governar bem uma família, que é uma pequena República (Azaredo Coutinho, 1798, p. 86-87).

As aspirantes à vida religiosa teriam uma educação mais voltada para as orações e atividades do Coro, local onde permaneceriam a maior parte do tempo. Já aquelas que almejavam o matrimônio e a maternidade deveriam ser instruídas para o governo e a condução da casa, além da educação dos filhos e a boa convivência com os seus maridos. Com a intencionalidade de formar mulheres para a vida secular, os Estatutos do Recolhimento da Glória propunham a formação das educandas, a partir das orientações que deveriam ser conduzidas pelas suas mestras.

As educandas poderiam ser de dois tipos: pobres gratuitas ou pagantes, também chamadas de porcionistas. O número de meninas

pobres dependeria dos recursos da instituição e deveriam comprovar alguns critérios para a admissão:

- 1º. Que são filhas de Pais brancos, e havidas de legítimo matrimônio.
- 2º. Que tem sete anos de idade, e não padecem enfermidade grave, ou mal contagioso.
- 3º. Que são naturais do mesmo Bispado, órfãs ao menos de pais e verdadeiramente pobres.
- 4º. Que apresentem licença do ordinário para os lugares, que pretendem (Azeredo Coutinho, 1798, p. 113).

As moças deveriam levar um enxoval, uma cama e móveis, de acordo com as suas posses. As roupas seriam em tecidos de algodão ou lã, muito simples. As educandas pobres teriam as suas despesas cobertas pela instituição até completarem 16 anos, quando seriam encaminhadas para casamentos ou poderiam reivindicar um lugar como recolhidas, com precedência na escolha.

Ao longo do dia, havia dois momentos (manhã e tarde) em que as educandas eram conduzidas para as salas de aula, totalizando cerca de cinco horas diárias para os diversos aprendizados. Além disso, realizavam os estudos individuais em suas celas, ocupadas de acordo com a idade por grupos de três ou quatro meninas, controladas pela Diretora e pela Mestra de Primeiras Letras.

Três recolhidas, consideradas como mestras, eram destinadas a acompanhar diretamente as educandas. A primeira delas era a Diretora, que cuidava da educação moral, religiosa e pela preparação para o matrimônio, a maternidade e a gestão de suas futuras casas. Essa recolhida deveria agir como mãe, controlar todas as atividades e até vigiar o sono, uma vez que dormia próxima às celas das educandas. Devia agir com caridade, doçura, sem castigos severos e propor constantemente atividades para combater o ócio entre as educandas. Além disso, controlava todas as leituras.

Daqui vem a lição de livros, que só podem nutrir a vaidade de tais meninas; em ler novelas, e escritos de fortunas quiméricas, em que quase sempre está misturado o amor profano; donde lhes resultam curiosidades proporcionadas aos seus espíritos fracos, e ociosos; e por isso sem reflexão querem e procuram saber tudo o que se diz, e o que se faz (Azeredo Coutinho, 1798, p. 62).

Cabia à diretora responder a todas as perguntas das meninas para “[...] lhe infundir a confiança de perguntar, e nas suas respostas lhe poder ir sugerindo a instrução, que lhe há de ser necessária na maior idade” (Azeredo Coutinho, 1798, p. 65). A resposta devia ser breve, somente com as informações necessárias e, muitas vezes, trazia comparações, para facilitar o aprendizado.

O ensino da religião era realizado a partir do conhecimento de Deus, com conversas claras e, depois, passava para o conhecimento da Bíblia, utilizando comparações, uma vez que “[...] revestida a doutrina de imagens sensíveis, mais vivamente lhes fica impressa na imaginação” (Azeredo Coutinho, 1798, p. 68). As ‘imagens sensíveis’ deveriam ser utilizadas somente para causar assombro quando uma menina tivesse alguma falta grave, com a finalidade de gerar o medo.

A educanda deveria conhecer algumas ‘ciências’ para se tornar uma boa mãe de família. Inicialmente, aprendia sobre a virtude, ensinada por meio das lições exemplares, pelas leituras de determinados livros, práticas espirituais e advertências sobre os seus vícios. Em seguida, o aprendizado do sofrimento, necessário para construir a tolerância em momentos de conflitos familiares.

Os trabalhos manuais eram considerados como imprescindíveis para as mães de família, para que se afastassem da ociosidade e empregassem bem o tempo em fiar e tecer. A futura mãe devia, ainda, aprender como governar a casa, os seus criados, criadas, escravos e escravas.

A segunda mestra era aquela encarregada do ensino das Primeiras Letras. O aprendizado das ‘três artes’ – ler, escrever e contar – era gradativo e começava assim que a educanda ingressava na instituição. Com relação ‘à arte de ler’, as lições aconteciam duas vezes ao dia (manhã e tarde), iniciadas pelo conhecimento das letras:

[...] e para que elas aprendam com gosto, lhes fará das cartas do alfabeto, como quatro baralhos de cartas de jogar, em papéis mais pequenos: um dos quais contenha tantas cartas, quantas letras tem o alfabeto, cada uma com a sua letra escrita com os caracteres pequenos: outro baralho da mesma forma com todas as letras escritas com os caracteres grandes, ou iniciais; o terceiro que contenha o mesmo alfabeto, escrito com os caracteres da letra Romana, ou de imprensa; o quarto composto de dez cartas, em as quais da mesma sorte estejam escritas separadamente as dez letras do algarismo. Com estes baralhos, cada um por sua vez, como com uma espécie de jogo, que lhe faça suave o trabalho do estudo as irá exercitando no conhecimento das letras (Azeredo Coutinho, 1798, p. 100).

O aprendizado das letras acontecia por meio de imagens contidas nas cartas, depois reunidas em grupos e, por fim, em palavras. Recebiam então cartas com palavras, até conseguirem ler pequenas frases em outras cartas. A partir daí, passavam à leitura de livros de moral e de doutrina. Cabia à mestra evitar três vícios de leitura nas educandas: inverter a ordem ou suprimir algumas letras nas palavras; soletrar as palavras; e ler de forma cantada.

Após dominar a leitura sem soletrar, a educanda passava para o aprendizado da ‘arte da escrita’, o qual passava pela exemplificação de letras de *bom caráter*, as quais eram imitadas. Também aprendiam pontuação, ortografia e gramática por meio dos exemplos contidos nos livros apresentados pela mestra. Quando finalizavam essa etapa, passavam para a ‘arte de contar’, por meio de decorar a tabuada e, em seguida, aprendiam as contas de somar, diminuir, multiplicar e dividir.

Quando o aprendizado das três artes já estava bem adiantado, tinham o tempo reduzido com a mestra de Primeiras Letras e passavam parte do dia junto da terceira mestra, aquela encarregada do ensino de costura, bordado, desenho e música. Nesse momento, as alunas eram subdivididas de acordo com as obras de que se ocupavam e de acordo com as suas aptidões. Ao mesmo tempo em que ocupavam as mãos com suas obras, a mestra era encarregada de contar algumas histórias instrutivas e edificantes, além de fazê-las “[...] entoar algumas cantigas inocentes, para as ter sempre alegres, e divertidas” (Azeredo Coutinho 1798, p. 106). A terceira mestra também era encarregada de acompanhar, sempre vigilante, as brincadeiras das educandas.

Conclusões

Neste trabalho foram analisados três documentos elaborados por homens, que buscaram normatizar e controlar o cotidiano das casas femininas do tipo recolhimento. As comparações entre as fontes apontam para preocupações distintas na preparação e formação das recolhidas. Além disso, demonstram a complexificação da formação das recolhidas e a relação destas em suas práticas educativas ao longo do tempo, uma vez que o Recolhimento de Macaúbas tinha apenas o padre confessor como uma espécie de mestre, porém o Recolhimento de São Raimundo Nonato e Santa Maria Madalena já possuía uma mestra para a Casa de Labor e, no caso do Recolhimento da Glória, a casa tinha três mestras distintas para direcionar a formação das suas educandas.

Embora ocupassem lugares distantes da América portuguesa, é possível pensar sobre conexões entre as três instituições, afinal “diferenças e distâncias muitas vezes exageradas, reificadas, e às vezes até imaginadas em todos os detalhes acabam por enterrar as

continuidades, escamotear as coincidências ou as passagens que tornavam viáveis, no dia a dia, a coexistência entre os seres e a sociedade (Gruzinski, 2014, p. 43). As continuidades estariam presentes no fato de que as três instituições aqui analisadas devem ser tratadas enquanto espaços de recepção de mulheres com o intuito de recolhimento e que atendiam aos anseios educativos, de disciplinamento e guarda dessas mulheres. Além disso, os documentos analisados serviam de modelo para outras instituições, como foi o caso do Recolhimento da Glória, uma vez que os seus estatutos se tornaram documentos exemplares para outras instituições e passaram a conectar modos de vida entre os grupos que adotaram aquela proposta estatutária.⁶

É importante salientar que a história dos Recolhimentos se insere na temporalidade do período Moderno e, como tal, acompanhava as diversas transformações e adaptações locais sofridas ao longo dos tempos. Não foi diferente na América Portuguesa, uma vez que, inicialmente, os Recolhimentos substituíram o papel dos conventos em um território em que havia poucas opções desse tipo de instituição, como foi o caso do Recolhimento de Macaúbas, conforme indicavam os seus Estatutos. Por outro lado, serviram como espaços de guarda e correção dos diversos grupos de mulheres existentes no território em processo de colonização. Em meados do século XVIII, as especificidades de guardar as mulheres ‘decaídas’ e que estavam em processo de conversão aparece nos Estatutos do Recolhimento de São Raimundo Nonato e Santa Maria Madalena. Ao final do século XVIII, os Recolhimentos passaram por novas reformulações, que atendiam à circulação das ideias iluministas na América e aos anseios do poder

⁶ Os Estatutos do Recolhimento da Glória foram utilizados pelo Recolhimento da Conceição de Olinda. Este serviu ainda de diretriz para a elaboração dos Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, fundado em 1807 em Santo Amaro da Purificação, na Bahia.

português, como aparece no Estatuto proposto por D. Azeredo Coutinho e suas especificidades para o ensino das educandas do Recolhimento Nossa Senhora da Glória. As normas deste último documento poderiam ser aplicadas e servir de modelo para qualquer outra instituição que desejasse implementar educandários.

Os recolhimentos cumpriram suas funções educativas escolares até a chegada das congregações religiosas femininas e a implantação dos colégios de freiras a partir de 1849, com a chegada das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo em Mariana, Minas Gerais. O modelo implementado no período Moderno, e modificado ao longo do tempo, não sobreviveu à entrada maciça das religiosas congregacionistas com propostas de implantação de colégios no formato de internatos na segunda metade do século XIX.

Referências

- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822 (2a ed.) Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1999.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Os Estatutos do Recolhimento das Macaúbas (norma e contravenção: os bispos de Mariana e o cotidiano das reclusas. Minas Gerais, 1745-1750. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, no. 161(450), 2000, p. 221-251.
- ARAÚJO, Ana Cristina. **A cultura das Luzes em Portugal**: temas e problemas. Lisboa, PT: Livros Horizontes, 2003.
- AZEREDO COUTINHO, Dom José Joaquim da Cunha. **Estatutos do Recolhimento Nossa Senhora da Glória do lugar de Boa Vista de Pernambuco**. Lisboa, PT: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1798.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português e latino**: áulico, anatômico, architectonico. v.3. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728.

CERQUEIRA e SILVA, Cel. Ignacio Accioli de. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Tomo IV. Bahia: Imprensa Oficial, 1937

CHAGAS, D. Frei Antônio das. **Directorio em forma de Regra e de Estatutos**. Porque se hao de governar as convertidas e mais recolhida do Recolhimento de S. Raymundo Nonnato e de Santa Maria Magdalena, fundado em o Bairro das Mercês, extra-muros da Cidade da Bahia. c.1760. 005, cx. 28, d. 5235(1) Arquivo Histórico Ultramarino, Bahia, Fundo Eduardo de Castro de Almeida.

Constituições Geraes. Per todas as freiras, e religiosas sogeitas à obediência da ordem de N.P.S. Francisco, nesta família cismontana. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1693.

CRUZ, D. Frei Manoel da. Estatutos do Recolhimento das Macaúbas, 1750. In: ALGRANTI, Leila. Os Estatutos do Recolhimento das Macaúbas (norma e contravenção: os bispos de Mariana e o cotidiano das reclusas. Minas Gerais, 1745-1750). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 161(450), 2000, p. 221-251.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo**. História de uma mundialização. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora EDUSE, 2014.

GUAPINDAIA, Mayra. **Instituições educacionais e relações de gênero no período da Ilustração Portuguesa. O Recolhimento de Nossa Senhora da Glória e o Seminário de Olinda**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

JULIO II, Papa. **Bula Ad Prosperum**, 1511. Disponível em: <https://concepcionistascampomaioir.com/bula-ad-statum-prosperum/> . Acesso 26 dez. 2024.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Dos conventos e recolhimentos para os colégios de freiras: as diferenças da educação feminina católica dos séculos XVIII e XIX. **Educação em Revista**. Belo Horizonte: v. 32, n.03, 2016, p. 47-69.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Recolhidas, mestras e educandas: preparação para a vida secular a partir dos Estatutos do Recolhimento Nossa Senhora da Glória do Recife (1798). **Revista Brasileira de História da Educação**. V.23, 2023.

LOPES, Maria Antônia. Dominando corpos e consciências em recolhimentos portugueses (séculos XVIII-XIX). In: PÉREZ. Laureano Rubio (Coord.). **Instituciones**

y centros de reclusión colectiva. Formas y claves de una respuesta social (siglos XVI-XX). León, ES: Universidad de León, 2012, p.99-130.

RODRIGUES, Pe. Afonso. **O caminho da perfeição.** Brasília: Pinus, 2009

TRIVINO, Maria Vitória. O livro que dá forma à vida claustral – A Regra de Santa Clara.

In: PEREIRA, Fr. José Antônio Correia (org.). **Cadernos de espiritualidade franciscana.** Braga, PT: Editorial Franciscana, 2011, 5-30.

ZARRI, Gabriella. Tra Rinascimento e Controriforma: aspetti dell'identità civile e religiosa delle donne in Italia. In: MELLONI, Alberto (dir.). **Cristiani d'Italia:** chiese, società, stato. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani. 2011, p. 151-166.

2

DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS E EDUCAÇÃO: CARACTERÍSTICAS E EFEITOS DE UM PLANO DE HOMOGENEIZAÇÃO LINGUÍSTICA E CULTURAL NA AMÉRICA PORTUGUESA

Ana Rita Leitão

Dos alvares de um projeto civilizacional

Ao ser instituído no século XVIII, o Diretório dos Índios na verdade resultava de um longo e atribulado percurso da política do império ultramarino português com respeito à diversidade linguística e cultural e à forma como, desde o início, reagiu aos desafios emergentes em termos de domínio sobre os territórios e sobre os povos autóctones. Recuemos, então, no tempo.

Não é de facto despropositado recordar a este nível a implementação de um conjunto de ações orientadas para a civilização dos povos autóctones logo ao tempo de D. João III, aquando do regimento dirigido a Tomé de Sousa a 7 de dezembro de 1548. Naquele documento, deparamo-nos com um conjunto inaugural de determinações que incluíram a gestão de comunidades de ameríndios convertidos. É neste contexto e nesta centúria que surge o conceito de “aldeias del Rei”, sendo as povoações dispostas nas cercanias de povoações de colonos portugueses. Contudo, estes ditos aldeamentos régios, ainda que congregassem ameríndios livres nas proximidades de cidades e vilas, não possuíam uma política de “civilização” e ordenamento como se conheceria séculos mais tarde. A sua própria configuração o demonstrava, na medida em que se preservava o tipo de aglomerado circular, tipicamente ameríndio. A ação dos missionários perspetivava-se determinante, posto que através da

catequização, da instrução – ainda que rudimentar –, da aplicação de normas de sociabilidade, de práticas quotidianas e até lúdicas, garantiriam a sedentarização de tribos nómadas, a pacificação de alguns grupos mais hostis no passado e a sua conversão à religião católica.

É importante referir ainda que as ordens religiosas que se comprometessem a erigir as suas casas e conventos naquela colónia se viam obrigadas a garantir a pacificação, conversão, fixação dos ameríndios e que estes dominassem o idioma português. A aposta na criação de aldeias fixas favorecia o afastamento dos costumes pagãos, pela estreita vigilância dos missionários nela residentes, muito mais produtivo comparativamente com a ação por meio de missões volantes. Além disso, ao se constituir já neste período o ensino da doutrina cristã e da língua português como condições *sine qua non* para o estabelecimento de ordens religiosas na colónia perspetivava-se, visava-se assegurar um mais efetivo domínio do território, sendo uma questão crítica a comunicação colono-colonizado, escasseando significativamente os intérpretes para atender a todas as necessidades de comunicação nos mais diversos contextos. Nesta linha, a abordagem decorria eminentemente pela sedução, pela motivação, e não tanto pela castração linguística e cultural.

No decurso da primeira época de expansão ultramarina, até sensivelmente finais do século XVI, a sociedade de Antigo Regime demonstrara certa permeabilidade com respeito à heterogeneidade dos povos autóctones, além de valorizar o multilinguismo e o multiculturalismo existentes. Em certa medida, refletia os contornos de uma política de miscigenação étnica e cultural em que o sucesso da empresa ultramarina dependia quer da adaptação do colonizador a novos contextos, quer do domínio territorial fundado no estabelecimento de alianças com os nativos. Também é justo assinalar quão difícil se revelara criar respostas eficazes, à altura de tão

avassaladora e pronunciada diversidade com que os portugueses foram contactando nos diversos espaços do império ultramarino português, muito particularmente no Brasil.

Durante sensivelmente a primeira centúria de ocupação na América Portuguesa, competia aos missionários a administração espiritual, assim como temporal dos ameríndios missionados. Agentes da fé e da Coroa, estava nas suas mãos o projeto de homogeneização sociocultural ambicionado pelo Rei. Através da catequização, da instrução nos rudimentos da língua portuguesa, da aplicação de normas de sociabilidade e de rotinas de trabalho, não deixaram de evidenciar cada demonstração, cada conquista a sedentarização de tribos nómadas, a pacificação de alguns grupos mais hostis no passado e a sua conversão à religião católica, a voluntariedade com que entregavam os seus filhos à conversão espiritual e à aprendizagem da escrita. Em certa medida, os clérigos que se ocuparam da sua administração espiritual e temporal puseram em prática o projeto de homogeneização sociocultural ambicionado pela Coroa junto daquelas comunidades ameríndias, ao menos na primeira centúria e disso fariam demonstração detalhada – semelhantes evidências teriam afinal um poderoso efeito na sua proteção e subsistência.

Porém, a ampla divulgação da língua geral acabaria por obstar aos intentos de imposição da língua do Rei junto daqueles novos vassallos, além de dificultar o entendimento dos colonos, muito embora a sociedade colonial fosse na altura largamente multilíngue, com vários falantes de idioma geral. Outro exemplo de como não se verificou verdadeiramente uma homogeneização sociocultural¹ reside na tolerância dos missionários a algumas práticas ameríndias, usadas enquanto estratégias

¹ Conforme defendem Maria Hilda Baqueiro Paraíso et Pablo Magalhães, "Muros do Recôncavo: a capital da América Portuguesa transferida para aldeamentos jesuíticos (1624-1625)", In: **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, n.º 25-2, Recife, UFPE, 2007, pp. 10-11.

facilitadoras do processo de integração nas suas aldeias e em benefício da sua catequização. Ainda assim, como teremos ocasião de demonstrar, nem sempre se verificou uma plena adoção dos novos padrões sociais, educativos e religiosos propostos no contexto da missão.

Efetivamente, o adentramento nos sertões (sobretudo no Nordeste) traria consigo a difícil ligação com comunidades ameríndias não cristianizadas, eminentemente de matriz não-Tupi, a que nem a política de D. Pedro II de incentivo aos casamentos entre portugueses e ameríndios surtiria efeito. Particularmente interessado pela questão ameríndia e entendendo como se exigia uma gestão eficaz das forças no terreno com vista ao desenvolvimento daquela colónia, uma vez afastados os holandeses, D. Pedro II emite uma série de medidas com vista, genericamente, ao controlo do cativo de ameríndios, ao favorecimento de uma sociedade assumidamente multicultural (com integração dos ameríndios e ameríndias e seu matrimónio com os brancos) e à promoção das missões. A sua visão não é inteiramente inovadora. Atendendo aos efeitos das políticas de monarcas seus antecessores, a nova resolução visava reavivar a força dessas leis e a sua efetiva aplicação. Por alvará de cerca de 26 de abril de 1688, determina então que se convertessem os gentios de todo o Brasil, atendendo aos benefícios decorrentes da sua inclusão na sociedade colonial pela sua liberdade e casamento com portugueses. Deste documento sobressai o seu interesse em termos de ocupação territorial, definição de limites e aumento de vassallos a seu serviço. Neste quadro, a aprendizagem da língua portuguesa constituiu-se uma condição vital, o que levava este monarca a recordar aos missionários o teor dos alvarás régios de fundação das suas casas naquela Colónia, pela obrigatoriedade de criarem escolas nas aldeias de ameríndios e de aí ensinarem o idioma luso,

[...] abolindosse o pernicioso abuzo de aplicarem estes só ao Conhecimento da Lingoa Geral do Brazil, e de os afastarem do que devem ter da Lingoa propria da Nação Dominante, e do seu Principe, e senhor natural: abolindosse o pernicioso abuzo de aplicarem estes só ao Conhecimento da Lingoa Geral do Brazil, e de os afastarem do que devem ter da Lingoa propria da Nação Dominante, e do seu Principe, e senhor natural.²

Dez anos depois, a situação permanecia, ainda assim, nos mesmos moldes. É ainda no reinado de D. Pedro II que nos deparamos com um importante e raro testemunho da obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nas missões de ameríndios, com a particularidade de ser dirigida a Pernambuco. Num parecer que dirige ao então Governador de Pernambuco, Caetano de Mello e Castro, a 17 de janeiro de 1698, pondera sobre uma estratégia de doutrinação bilingue. Observara D. Pedro II:

Havendo visto o que escrevestes pella Juncta das Missoins sobre a Resolução que se tomou na dessa Capitania para se procurar que os Indios recebem a doutrina em Lingua Portugueza. Me paresseu dizervos que a Doutrina dos Indios na Lingua Portugueza, se emtende para que Doutrinados pella sua hajão de aprender a Portugueza, e continuar nella, fazendoce por este modo mais certos na mesma Doutrina, maes esquecidos da natural, e mais uteis para o meu servisso, ficando no arbitrio dos Missionarios o tempo comodo de os doutrinarem em huma, e outra lingua, e o cuidado de q a Doutrina que lhes derem se estabellessa e se lhes confirme na Lingua Portugueza.³

Contrariamente ao que viria a suceder na centúria seguinte, com a implementação do Diretório dos Índios, neste contexto o Estado não proíbe o recurso à língua materna dos ameríndios/língua geral como estratégia de catequização dos mesmos. Antes evidencia a necessidade de assegurar a transição para a doutrina no idioma português e consolidar o seu uso, de modo a tornar os ameríndios mais úteis ao

² Alvará do rei D. Pedro II, sobre os índios: liberdade, casamento com portugueses e aprendizagem da língua portuguesa. [Lisboa ?], [post] 26 de Abril de 1688. AHU-ACL-CU-009, Cx. 7, Doc. 795.

³ Parecer de D. Pedro II para Caetano de Mello de Castro. Lisboa, 17 de Janeiro de 1698. AGUC, VI-III-1-1-3 fls. 35f-35v.

serviço do Rei. No fundo, a visão do monarca residia em promover e alargar a comunicação na América Portuguesa na língua de Estado, apoiando aquilo que hoje designaríamos de plurilinguismo, reconhecendo os poderosos proveitos daí advindos ao nível não apenas das interações pessoais e da catequização, mas da manutenção de relações de trabalho com os colonos e prestação de serviço militar.

Ao longo, sensivelmente, do primeiro século de permanência na colônia, o domínio territorial decorreu ao longo da faixa litoral, com a fundação de vilas e cidades que era preciso dotar de escolas para educação dos filhos dos moradores. Ora os ameríndios, entendidos como importante força de trabalho, eram uma peça importante neste *puzzle*. Toleraram-se as uniões mistas à margem do casamento cristão, a miscigenação linguística e cultural fora particularmente intensa. Porém, gradualmente, a política de Estado do Antigo Regime viria a alcançar contornos cada vez mais expressivos na promoção do uso da língua portuguesa e, conseqüentemente, no desprestígio das práticas e discursos linguístico-culturais não-europeus – as línguas ameríndias – incluindo formas e idiomas que emergiram com a expansão⁴, pelo contacto com os povos autóctones. Caminhava-se rumo a uma política monolinguística a passos largos.

Ao tempo da União Ibérica, a América Portuguesa é confrontada com a presença indesejada dos neerlandeses e só no último quartel, período por excelência da conquista do sertão, aumentam os rendimentos face à despesa, muito graças à mineração, à proliferação de fazendas e de criação de gado *vacum* e cavalariço. Neste quadro, aumentam as crises com os povos ameríndios, sobretudo face aos que se mantinham fiéis à

⁴ Bettina Migge et Isabelle Léglise, "Language and colonialism". In: HELINGER, Marlis et PAUWELS, Anne [eds.], **Handbook of Language and Communication: Diversity and Change**, Berlin, Mouton de Gruyter, 2009, p. 299.

sua identidade e aos seus interesses, em detrimento dos adentramentos de fazendeiros e curraleiros. O espaço para o diálogo cultural é cada vez mais diminuto, contrastando com o deslumbramento vivenciado na centúria anterior. Estamos, claramente, perante uma guerra aberta e sem precedentes aos ameríndios do sertão, estando estes cientes de que as alianças com os portugueses não só não os beneficiavam grandemente, como ainda eram traiçoeiras nos seus princípios e propósitos.

Se ao tempo de D. João V se assiste a um claro retrocesso em matéria de valorização da notória e inultrapassável diversidade dos vassallos na América Portuguesa, com uma política pautada por diversas incongruências no tocante à defesa às missões e liberdade dos ameríndios, com a expulsão da Companhia de Jesus, ao tempo de D. José I evidenciam-se mudanças profundas, tendo por Norte um ideal civilizador. Pombal, nesta linha, constitui efetivamente o primeiro governante português a ter legislado em favor da imposição da língua portuguesa como único idioma oficial tolerado.

Diretório dos Índios: uma metodologia para o desenvolvimento da Colónia?

Ao longo do tempo, evidenciou-se a posição contrária dos missionários jesuítas relativamente aos ideais de colonização e expansão territorial. Perante a necessidade de se deslocar os ameríndios aldeados para novas localizações e de os dispor mais livremente para o serviço militar e ocupações determinadas pelos colonos, com vista ao fortalecimento da segurança de territórios sertanejos e/ou fronteiriços, ao desenvolvimento agropecuário ou ainda ao povoamento de áreas mais desertificadas, os constrangimentos e renitência das populações ameríndias e dos seus missionários constituíam um sério entrave. Com o empenho do Estado em colocar aqueles povoados sob a tutela direta dos

seus órgãos e em controlar todos os negócios naquela colónia, impunha-se um novo modelo de administração das aldeias com maior expressão demográfica e com maiores recursos. Daí que as aldeias jesuítas de ameríndios tenham sido um dos primeiros alvos no processo de renovação do contacto e «civilização» dos ameríndios no reinado de D. José I.

Elaborado pelo então governador do Estado do Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado – ele que era, afinal, irmão de Sebastião de Carvalho e Melo –, o *Directório que se deve observar nas Povoações dos Índios*⁵ foi inicialmente concebido de forma a regular e a promover uma administração mais eficaz das populações no Norte do Brasil. Impresso em 1758, rapidamente serviria de modelo para as várias capitanias do Estado do Brasil. Para o caso das capitanias adstritas a Pernambuco, o seu governador, Luís Diogo Lobo da Silva, empenhou-se na adaptação do mesmo, tendo remetido diversas cópias ao Conselho Ultramarino. A intitulação era um pouco distinta: *Direcção com que interinamente se devem regular os Índios das novas Villas, e Lugares, que S. Magestade Fidelissima manda eregir das Aldeas*⁶.

Com a imposição do *Directório* (e suas versões homólogas), o Estado afirmava-se como promotor da coesão da colónia, numa clara aspiração a um ideal de sociedade monolíngue, mono-étnica, mono-religiosa e mono-ideológica⁷. É legítimo reconhecer que a idealização de uma sociedade monolíngue e monocultural para o Brasil servia, acima de tudo,

⁵ Com edição facsimilada do original impresso de 1758 em ALMEIDA, Rita Heloísa de, **O Directório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII**, Brasília, Editora UNB, 1997, [apêndice final].

⁶ *Direcção com que interinamente se devem regular os Índios das novas Villas, e Lugares, que S. Magestade Fidelissima manda eregir das Aldeas pelo que pertence as q estão cituadas nesta Cappitania de Pernambuco, e suas annexas emquanto o mesmo Snr. não determina o contrario, dando nova e melhor forma para o seu regimen*. Anexada ao ofício do governador, de 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120.

⁷ Cf. perspectiva de Nancy Dorian, *apud* Fishman (1999), pp. 441-442.

a princípios de afirmação política e económica. No *Directório, que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão* (1758), demonstra-se, acima de tudo, a necessidade de se civilizar os ameríndios, de modo a não permanecerem bárbaros, “*como se vivessem nos incultos Sertoens, em que nascerão, praticando os péssimos, e abomináveis costumes do Paganismo*”⁸. É ainda neste contexto que se acusa a Companhia de Jesus – na altura já bastante enfraquecida e tendo sido expulsa dos territórios portugueses – de ter tolerado línguas e culturas indígenas, o que obstava a uma política colonial repressiva. Tomando o exemplo de outras nações e impérios (atuais e pretéritos), a imposição da língua pelo povo dominante afigurava-se como um poderoso instrumento de vassalagem, de uma submissão linguística e cultural aparentemente pacífica. Mais: a verdadeira ambição residia em formar as elites ameríndias, isto é, «os filhos dos principais», para que eles pudessem contribuir para administração local, ficando diretamente dependentes do Estado. Além disso, o domínio das elites ameríndias garantiria uma repercussão significativa na adesão e pacificação dos seus grupos de origem.

O âmbito destas determinações não se cingiu apenas aos ameríndios, mas a «Meninos e Meninas» de origens diversas, abrangendo deste modo filhos de colonos e escravos, proibindo-se o uso de outra língua (o que incluía a língua geral e línguas nativas, fossem elas indígenas ou africanas) que não a portuguesa. Assumindo então que “esta determinação he a base fundamental da Civilidade, que se pertende”, fundava-se nas nascentes povoações régias de ameríndios escolas públicas. Ali, de acordo com as expectativas iniciais, Mestres dotados de “bons costumes, prudência, e capacidade”⁹ instruiriam as

⁸ *Directório dos Índios*, p. 2.

⁹ *Idem, ibidem*.

crianças na “Doutrina Christã, a ler, e escrever, para que juntamente com as infalíveis verdades da nossa Sagrada Religião adquirão com maior facilidade o uso da Língua Portugueza”¹⁰.

Curioso também notar a transformação das antigas aldeias indígenas em vilas com nomes de localidades portuguesas, para além de os ameríndios passarem a ter um sobrenome (que até então não tinham, ou tinham nomes iguais, daí advindo grande confusão ao nível de uma sua precisa identificação e diferenciação), “havendo grande cuidado nos Directores em lhes introduzir os mesmos Appellidos, que os das Famílias de Portugal”¹¹.

Nem as comunidades de escravos escaparam a esta onda homogeneizadora, castradora. De forma a garantir uma mais bem-sucedida aprendizagem e uso da língua do colonizador, houve o cuidado de separar os escravos, de modo que indivíduos de diversas tribos e etnias não falassem o seu dialeto, o que originaria uma verdadeira babel de dialetos e falares dissemelhantes¹². Ora, consequentemente, tal terá desencadeado uma espécie de “português crioulo, que uniu entre si os negros das mais diversas proveniências”¹³.

A integração nas vilas indígenas e a política indigenista de D. José I, de forma global, a exercerem um papel essencial na incorporação social dos ameríndios à sociedade luso-brasileira. Vencidas as resistências à administração dos brancos, com aproveitamento de ameríndios escolarizados, eles próprios atores da administração dos

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ Idem, p. 6.

¹² Com efeito, estima-se que tenham vindo para o Brasil falantes de entre 200 a 300 línguas, a maioria das quais oriundas da África Ocidental. Cf. Nilcéia Albuquerque França, **Origens do Português no Brasil: da crioulização ao Português Brasileiro**, p. 198, [disponível in www.rhr.uepg.br/v7n1/7-NP%20Nilceia%20ok.pdf].

¹³ Idem, *ibidem*.

seus pares no espaço das vilas e lugares indígenas, e num contacto mais fecundo com elementos exteriores à sua comunidade de base, a mestiçagem adensava-se. Colocada a tónica na adoção de novas formas de subsistência, no exercício de atividades laborais diversificadas, cujo contributo era encarado como decisivo para o florescimento das economias locais, de índole marcadamente agrícola, pecuária e timidamente comercial, o projeto de «civilização» ganhara contornos extremamente vincados e expressivos, tendo tido uma repercussão muito mais acentuada do que se possa supor, mesmo tendo vigorado apenas até 1798. Do ponto de vista socioeducativo, o Diretório promovia a erradicação definitiva das línguas ameríndias, fossem elas matriciais ou gerais, de modo a superar o obstáculo da comunicação, e para que assim tais povos não permanecessem à margem da sociedade colonial. Foi, em grande medida, bem-sucedido, conseguindo reduzir substancialmente os falantes dos idiomas ameríndios, de que é viva consequência muitas terem perdido os seus falantes, condenadas ao estatuto de línguas mortas¹⁴.

De entre as estratégias que acreditamos terem sido fundamentais ao ponto de parecer existir um «apagamento» do elemento indígena, apresenta-se a prática centenária dos descimentos, reforçada pelo *Directório* de 1758, assim como pela *Direcção* de 1759. Com a deslocação de grupos para espaços que os obrigavam a uma adaptação, por vezes com acentuado impacto negativo na sua saúde devido à diferença do clima e estranhamento ao próprio meio-ambiente, terá certamente sido particularmente expressivo o corte desses vínculos com as suas origens

¹⁴ Comunidades que actualmente se auto-identificam como tendo essa matriz cultural, e tendo o português por língua materna, procuram recuperar essas mesmas línguas através de uma educação escolarizada, tutelada pelo Ministério da Educação Brasileiro /Secretaria da Educação, com currículo desenhado para o efeito.

geográficas. Além do afastamento espacial, a desfragmentação da própria comunidade e/ou núcleo familiar terá concorrido de modo decisivo para uma perda de identidade enquanto grupo e enquanto indivíduos portadores de uma determinada matriz cultural – e ainda mais se integrados em povoações com outros grupos distintos (algo que acontecia amiúde no contexto das missões de maior expressão demográfica). Os descimentos implicavam, ainda, uma incorporação forçada numa comunidade, com a possibilidade de ela própria, ser múltipla, e sujeitando indivíduos com hábitos nómadas ou seminómadas à fixação territorial, às determinações de capitães, diretores, padres e mestres, que lhes impunham um exigente e rigoroso código de conduta.

As disposições do Rei vão no sentido de dignificar o ameríndio aos olhos dos colonos, garantindo-lhes as condições para se tornarem elementos produtivos ao Estado e protegidos de situações de cativo e declarada escravatura – sob a condição de, aceitando viver em paz com os moradores, se desembaraçassem do uso dos seus idiomas, crenças e costumes ditos «obscuros» e «bárbaros». O viver nas vilas e lugares indígenas passou a implicar o abandono decisivo da língua geral, o que terá significado uma perda progressiva para os que transitavam do modelo das aldeias missionadas, e súbita para os que haviam sido, entretanto, alvo de descimento já em plena vigência do *Directório*.

De referir, porém, que no Piauí, território onde pouco se fez em termos de missionação dos ameríndios, foi pouco relevante a criação de vilas régias para os ameríndios. Existira a possibilidade de criar duas, mas julgando-se um dos povoados pouco significativo, optou-se apenas por um caso, como declara o governador João Pereira Caldas:

Brevemente detrimino hir erigir em Villa hum lugar de Indios, que dista desta Villa, cousa de trinta e tantas legoas, sendo o unico que deve passar a Villa, pois outro que há, he tão pequeno, que estou na rezulução [sic] de o

unir ao sobred.^o, p.^a ficar mais populoza a Villa que ali, detrimino estabellecer;¹⁵

Efetivamente, constata-se que na capitania do Piauí não existiu um processo sistematizado e devidamente orientado em termos de acompanhamento das populações indígenas. Não foram, contudo, raros os contactos estabelecidos com os nativos, existindo inclusivamente situações de redução bem-sucedidas – embora com duração reduzida. Terão sido elementos significativos para o insucesso das referidas vilas a maior incidência de bandeiras paulistas, bem como o facto de os domínios da Casa da Torre se estenderem até aquela capitania, além das extensas e numerosas sesmarias concentradas num reduzido número de proprietários.

As contestações sociais dos povos ameríndios integrados nas vilas régias emergentes no século XVIII não foram particularmente expressivas. Ademais, o mero facto de aceitarem aí permanecer já assinalava uma escolha, ao passo que a fuga constituiria a negação total – como se veio, efetivamente, a acontecer em alguns povoados.

Língua e Educação como alicerces da «Civilização»

Curiosamente, a primeira legislação reformadora do ensino das primeiras letras e, ao mesmo tempo, criadora do ensino primário oficial, surgiu, como constatamos, no âmbito do ensino da língua portuguesa em contexto ultramarino, mas não junto dos filhos dos colonos: o público aqui visado não tinha o português como língua sequer de comunicação. Afinal, o ensino primário propriamente dito só viria a ser implantado em Portugal pela Carta de Lei de 6 de novembro de 1772,

¹⁵ Ofício do governador do Piauí, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila da Moucha, 13 de Março de 1760. AHU_ACL_CU_016, Cx. 7, D. 407, rolo 8, fl. 3v.

assente numa rede de escolas públicas um pouco por todo o país, dispostas pelas povoações mais significativas, quer demograficamente, quer economicamente – a novidade não reside no facto de se ministrarem primeiras letras – o que há muito já acontecia – mas antes em o Estado assumir as rédeas da educação.

A implementação do Diretório dos Índios viria, na verdade, inaugurar e evidenciar um maior comprometimento do Estado nos destinos da Educação na América Portuguesa: pela criação de aulas régias, procurando inaugurar um sistema público de ensino dirigido aos ameríndios (antes mesmo das demais potências europeias o materializarem); com a contratação de professores e substitutos, dali por diante nomeados e remunerados diretamente pela Coroa; pela seleção criteriosa de manuais; pela instituição da inspeção das práticas pedagógicas dos professores; e pela imposição do pagamento de uma «propina», o subsídio literário, fundamental para o pagamento dos professores.

Com respeito a esta última medida, de referir que acarretou uma descida drástica do número de alunos, pelo facto de as suas famílias não conseguirem custear os valores pedidos. Ademais, ao nunca ser cobrado de forma regular, a obrigatoriedade do subsídio literário acabaria por prejudicar severamente “os docentes que ficavam meses sem receber os seus honorários”¹⁶. Acresce igualmente o facto de, nesta conjuntura, acabar por favorecer a existência de mestres não capacitados – facto particularmente gritante no ensino de primeiras letras – e uma maior precariedade em educação, achando-se os professores na necessidade

¹⁶Antônio Carlos do Amaral Azevedo, “A Educação no Brasil Colonial (1500-1808)”, In: **ABE – Associação Brasileira de Educação, 500 Anos de Ensino no Brasil: Educação no Brasil**, n.º 6, Rio de Janeiro, ABE, 2000, p. 9.

de acumular com outras funções (nem sempre compatíveis), para garantirem a sua subsistência.

Conforme se acha assinalado no *Directório* do Pará e Maranhão, assim como na *Direcção* dos índios das vilas e lugares de Pernambuco, a constituição dos novos povoados no espaço de antigas missões deveria prever o ensino de primeiras letras junto dos ameríndios. Esta constitui, na verdade, a primeira de várias medidas levadas a cabo por Sebastião de Carvalho e Melo em prol da reforma do ensino das primeiras letras. Impondo-se a separação dos sexos, são instituídas duas escolas públicas em todas nestas nascentes vilas de ameríndios:

[...] haverá em todas as povoações duas escolas públicas, uma para meninos, na qual se lhes ensine a doutrina cristã, a ler, escrever e contar, na forma que se pratica em todas as escolas das nações civilizadas; e outra para meninas, na qual, além de serem instruídas na doutrina cristã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, costura e todos demais ministérios próprios daquele sexo.¹⁷

De salientar que se previa a dotação, nas escolas de meninas, de uma mestra, ao passo que nas dos meninos seria providenciado um mestre. Mas havia exceções. Antecipando-se alguma eventual dificuldade em garantir a existência de mestras, as meninas poderiam, até a idade de 10 anos, frequentar as escolas de meninos – isto para o caso do Estado do Pará e Maranhão. Já no caso dos novos povoados das capitâncias do governo de Pernambuco, o limite baixava para os 9 anos de idade. Como enunciado acima, havia, à partida, uma diferenciação dos conteúdos ministrados: ao sexo feminino reservava-se o domínio da doutrina cristã, a par do aprender a fiar, a tecer e a bordar; quanto ao sexo masculino, usufruíam de uma formação mais completa, ainda que

¹⁷ *Directório* que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão (datado de 3 de maio de 1757), p. 7. Confirmado por Alvará Régio de 17 de agosto de 1758 e assinado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

rudimentar - ler, escrever, contar e a arte de algum ofício. E existem curiosas evidências que o atestam - em parte.

Na jurisdição do governo de Pernambuco, seria implementada a *Direcção com que interinamente se devem regular os Indios das novas Villas, e Lugares, que S. Magestade Fidelissima manda eregir das Aldeas*¹⁸, versão adaptada do *Directório* do Pará e Maranhão. As alterações que ostenta (pouco significativas, de resto) não surgiram por iniciativa do governador de Pernambuco, sendo antes recomendadas por Francisco Xavier¹⁹.

Muito graças ao seu significado político e alcance estratégico, subsistiu um conjunto de materiais escolares produzidos por crianças ameríndias que frequentavam estas mesmas escolas, no espaço de pretéritas missões jesuítas do governo de Pernambuco. Contactar com os “*Materiais, amostras de rendas, fiado por donde se faz evidente o adiantamento que tem tido os rapazes Indios da Villa de [x], da Eschola de Ler, Escrever que se lhes estabeleceo*”²⁰ é, efetivamente, uma experiência única. Falamos de um conjunto de trabalhos produzidos por crianças ameríndias escolarizadas e que seguramente decorrem da seleção dos melhores desempenhos concretizados. Na verdade, integram uma espécie de relatório relativo ao estado das sete vilas e lugares criados no espaço das antigas missões jesuítas, com declaração de dados demográficos, das crianças escolarizadas e suas aprendizagens, da

¹⁸ *Direcção com que interinamente se devem regular os Indios das novas Villas, e Lugares, que S. Magestade Fidelissima manda eregir das Aldeas pelo que pertence as q estão cituadas nesta Cappitania de Pernambuco, e suas annexas emquanto o mesmo Snr. não determina o contrario, dando nova e melhor forma para o seu regimen.* Anexado ao ofício do governador, de 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120. Transcrito em 1883 na Parte I do vol. XLVI da Revista do IHGB, pp. 121 e ss.

¹⁹ Ofício do [governador da capitania de Pernambuco], Luís Diogo Lobo da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Recife, 16 de Novembro de 1760. AHU_ACL_CU_015, Cx. 94, D. 7436.

²⁰ AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1823, rolo 230.

produção de gado, dos rendimentos obtidos, serviços prestados pelos ameríndios aos moradores, recursos militares. Assim, os desempenhos escolares apresentados visavam atestar a eficácia da aplicação do Diretório naquela área da América Portuguesa. A qualidade caligráfica, a escrita sem erros do abecedário e do texto copiado iriam comprovar a alfabetização dos ameríndios e seriam ilustrativos das competências adquiridas em língua portuguesa.

Naturalmente que a demonstração feita não atesta o domínio efetivo das estruturas do idioma luso, nem tão pouco o seu uso como língua de comunicação. Em boa medida alinhados com as características metodológicas do ensino ministrado neste período, os textos apresentados demonstram, quando muito, a qualidade da reprodução de textos e frases-modelo, a par de capacidades elementares de leitura e não propriamente capacidades de produção livre de textos. Tirara-se, porventura, vantagem das excepcionais qualidades dos ameríndios na reprodução exata do material visual com que se viram confrontados. Como tal, por si só, semelhante demonstração não é reveladora de autonomia comunicativa, nem do domínio de regras de gramática do português, nem tampouco da memorização da ortografia das palavras, ainda que favorecendo o contacto com léxico português, em inteira substituição e erradicação dos topónimos e antropónimos de matriz ameríndia.

Ora, numa altura em que filósofos e intelectuais em geral apelavam ao repensar da educação e dos seus efeitos – um movimento já muito evidente no século XVII –, junto dos ameríndios, contudo, o que se observa não é tanto uma mudança em termos de paradigma pedagógico, mas tão somente o reforço do Estado na formação e controlo dos «vassalos». Percebe-se, nesta linha, o porquê da ênfase em conteúdos associados à civilidade, enquanto valores educativos, atualizando ou acompanhando os valores cristãos, anteriormente dominantes.

Uma das tónicas do *Diretório* assenta na promoção da hegemonia da língua portuguesa. Interrogando-nos sobre o impacto de semelhante medida, cumpre recordar que as mudanças operadas a nível sociolinguístico numa comunidade “pode ser uma força atuante em desenvolvimentos culturais mais amplos”²¹. Até que ponto seria eficaz a instrução veiculada no espaço da escola pública nas vilas de ameríndios? Usariam estes de facto a língua portuguesa no dia-a-dia, ou reservavam-na única e exclusivamente para o contacto com alguns brancos? Viriam estes ameríndios alfabetizados a usar de técnicas de escrita para proceder a registos no seio da sua comunidade, em seu proveito e em benefício das suas comunidades, ou apenas quando eram chamados a prestar contas perante as autoridades?

Por meio de semelhante estratégia, o *Diretório* promovia uma política linguística orientada para a uniformização social e a coesão político-económica, em que a hegemonia da língua portuguesa contrariava uma realidade multi/plurilíngue e multi/pluricultural, negando-a e anulando-a, por constituir uma ameaça à soberania do Rei e à sua ideia de estabilidade do Império e bem-estar dos seus vassalos. Em semelhante alinhamento, a promoção do ensino de primeiras letras unicamente com o português como língua de escolarização nas vilas e lugares ameríndios reforçava e assegurava uma estratégia de assimilação cultural e linguística desde tenra idade.

À medida que a imposição do *Directório dos Índios* se vai estendendo a outros espaços na América Portuguesa, tendo por alvo populações ameríndias sob administração colonial (laica ou religiosa) no Brasil de setecentos, o estatuto das línguas nativas, assim como das línguas

²¹ Greg Urban, “A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas”, In: CUNHA, Manuela Carneiro da [org.], *História dos Índios do Brasil*, [...], p. 101.

gerais decaí drasticamente. Não mais seriam permitidas ou valorizadas as produções escritas, nem tampouco as interações orais, cada vez mais restritas aos domínios gregário e familiar de comunicação. O segmento legislativo dedicado ao uso do português neste texto doutrinário, assim como as repercussões daí advenientes é merecedor de atenta análise e reflexão, não unicamente pelo destrinçar da ideologia subjacente, como também pelo entendimento do estatuto das línguas ameríndias em presença e sua relação com a identidade social e a mudança social. De um lado, a associação da manutenção das línguas ameríndias a algo que atentava contra o Império e os ideais de civilização; do outro, o idioma luso como chave de desenvolvimento, de progresso, de unidade. Considere-se, a este nível, a alusão feita ao uso da «língua do Príncipe» em detrimento da língua geral, sendo a primeira útil e condição-chave para o avanço da colónia, em tudo contrastando com a influência negativa a que se associava os idiomas dos ameríndios.

Ignoramos até que ponto foi exercido algum tipo de verdadeiro policiamento do uso das línguas nativas ao longo do reinado de D. José I. É, porém, assinalável o acentuado decréscimo de línguas ameríndias faladas pelos povos do Brasil com que nos podemos confrontar *a posteriori*. Questionamo-nos, contudo, se terá sido a redução do número de falantes que condenou vários idiomas ao estatuto de línguas mortas, se poderemos associar semelhante decréscimo ao sucesso da proibição do seu uso. De notar o declínio e a extinção de determinadas línguas constituem fenómenos frequentes em contextos multilíngues, na medida em que uma língua dita maioritária ou que terá alcançado um maior estatuto social se sobrepõe a uma língua minoritária – quer pelo número de falantes, quer pelos privilégios de que poderá ser detentora. Coloca-se, ainda, em questão o interesse de os falantes optarem por um

código em detrimento de outro tendo em vista as consequências dessa mudança no plano social, económico e até político.

Tornando à situação das emergentes escolas públicas nas vilas régias de ameríndios:

Em estreita articulação com o postulado no Diretório, cada vila foi provida de um capitão, um diretor, um padre e um mestre. Porém, em face das circunstâncias, no caso da jurisdição de Pernambuco, as escolas não seriam providas de indivíduos com experiência e formação no âmbito do ensino.

Tabela 1 - Distribuição dos mestres nomeados para as escolas indígenas de primeiras letras (governo de Pernambuco) ²²

Capitania	Vila Régia	Aldeia Missionada	Mestre
Ceará	Vila Viçosa Real	Ibiapaba	Sold.º Albano da Silva
	Vila de Soure	Caucaia	Sold.º José Fróis
	Vila de Arronches	Parangaba	Sold.º José Vieira de Mello
	Vila de Messejana	Paupina	Sold.º Elias de Sousa
	Monte Mor o novo da América	Paiaçú	Sold.º Inácio da Assunção
Rio Grande do Norte	Vila de Extremoz	Guajirú	Sold.º Luís Pereira Caldas
	Vila de Arês	Guaraíras	Sold.º Jerónimo de Mira

Em carta dirigida ao Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a 16 de novembro de 1760²³, o governador Luís Diogo Lobo da Silva desvendava o motivo que levava à escolha de soldados para

²² A partir da *Relação dos Nomes com que se denominão as Novas Villas e Lugares, erectas das antigas Aldeas, seus Oragos, Vigarios, Directores, e Mestres*. Anexado ao OFÍCIO do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real. Recife, 6 de Março de 1759. AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120. O quadro completo encontra-se no apêndice final, Anexo 15.

²³ Apud Leonor Lopes Fávero, "Século XVIII – A língua portuguesa no Brasil e o discurso do poder", [disponível em http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/secXVIII_lingua_leonor.pdf].

ocupar o lugar dos mestres: falta de candidatos para o exercício daquelas funções. Assim, teve em atenção o conhecimento dos soldados – ainda que rudimentar – da leitura e da escrita em língua portuguesa, da sua conduta moral e domínio da cartilha cristã. Apesar do pretense adiantamento aludido na mesma missiva a respeito da ação das «mestras» – que seriam, afinal, as mulheres dos diretores –, na prática a sua ação não parece ter sido notória, ignorando o próprio governador do estado daquelas aulas, somando-se a ausência de testemunhos no conjunto de materiais remetidos junto com o mapa geral, onde se procedia ao balanço da implementação do Diretório na jurisdição de Pernambuco.

Cumpre referir que, com a implementação da reforma pombalina, os responsáveis por aulas régias, quer na qualidade de professores, mestres ou substitutos, enfrentaram diversos obstáculos, desde logo com a ausência de uma remuneração atempada, existindo diversos testemunhos relativamente à América Portuguesa. Consequentemente, a docência não constituiria a única fonte de sustento dos mesmos, o que veio a originar acumulação de funções com impactos nefastos para a frequência e qualidade das aulas régias. De referir igualmente que, apesar de se tratar de uma função nobilitada, somente os professores gozavam de semelhante valorização. Já os mestres eram conotados com um ensino de fraca qualidade, talvez por via das difíceis circunstâncias em que muitos se encontravam, pela falta de exigência na seleção de candidatos e menosprezo da relevância do ensino das primeiras letras – na altura circunscrito a uns poucos «rudimentos» da língua e da aritmética, de cujas aulas dificilmente o aluno sairia a saber ler e escrever de forma autónoma e desenvolta.

O fim de um sonho – ou de um pesadelo?

O processo de conversão das aldeias missionadas em vilas régias, concertado entre as autoridades civis e eclesiásticas, viria a refletir, além do desejo de progresso, a necessidade de se implementar uma resposta mais eficaz com respeito à administração de populações ameríndias, colocando-as mais disponíveis aos interesses locais e da Coroa, mas também de pacificação de ameríndios de corso, que desinquietavam os sertões. Diversos espaços missionados eram há muito cobiçados pelos colonos, ambicionando tanto o domínio de vastas áreas territoriais, como dos próprios ameríndios que aí se haviam estabelecido, convertendo-os em mão-de-obra nos seus engenhos e fazendas.

Com a implementação do Diretório, a nova ordem colocou as populações ameríndias aí residentes em situação particularmente vulnerável, posto serem sujeitos a todo e qualquer serviço ou ocupação, de acordo com as disposições – e caprichos – do Diretor da vila e do seu capitão-mor. Casos houve em que os ameríndios preferiram a deserção a sujeitarem-se a uma nova ordem política e social, como aconteceu no aldeamento jesuíta de menor dimensão de entre o grupo em análise, a missão Payacú. Após a saída daqueles padres, preferiram os ameríndios tornar à selva. Mais grave ainda foi o destino que as crianças ameríndias sofreram em algumas destas vilas: em Arronches (antiga Parangaba), poucos anos após a conversão em vila régia, o seu próprio Diretor “retirou da escola e vendeu 41 meninos e meninas”²⁴. Esta situação fora, de resto, igualmente notada em 1786 pelo ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães Pinto e Avelar, em 1786:

²⁴ Conforme o atestado passado pelo professor e tabelião Nicolau Correia Marreiros, passado no dia 1 de Outubro de 1786. STUART, **Notas para a História do Ceará**, p. 183, apud LEITE, *HCJB*, vol. 3, p. 90.

[...] logo que cheguei, se me fizeram varios, e repetidos Requerimentos pellos mesmos Indios, queixando-se do escandalozo trafico, e comercio feito com os alugueis, e vendas dos Meninos, e Meninas Indios, que era a cauza total dezerção e ruina, em que se achão as suas Villas, desde o tempo, que veio para esta Capitania o Capitão Mor actual João Bap.¹³ de Azevedo Coutinho de Montaury.²⁵

Nesta vila indígena, a venda de crianças ameríndias servia até então de “património” ao seu capitão-mor, de tal ordem que

em o espaço de pouco mais de hũ anno só dos que andavão na Escolla, que Sua Mag.^e lhe sustenta, como consta da certidão do Tabellião e mestre da Escolla da dita Villa n.º 3.º se tirarão quarenta e hum, ainda que debaixo do titulo, e imputada culpa ao Director: donde se pode comjecturar qualo seria o numero dos outros, empregados em as plantações e mais ministerios.²⁶

Não obstante as elevadas aspirações depositadas neste projeto de «civilização» dos ameríndios, na verdade as décadas que se seguiram à sua implementação revelariam diversas dificuldades, algumas das quais intransponíveis e com efeitos nefastos. Evidenciava-se, paulatinamente, uma crescente perda demográfica, o aumento da miscigenação e precariedade económica, subsistindo os habitantes do pouco que produziam. Terão sido porventura consequência da má gestão dos diretores, pelas prisões arbitrárias que determinavam e pelo recurso abusivo a mão-de-obra ameríndia para benefício de interesses pessoais e sem a devida remuneração. Fora igualmente problemática a reunião de várias missões de menor dimensão no espaço de uma só vila régia, não existindo o devido critério e acompanhamento na gestão da convivência forçada de grupos com relações pouco amistosas.

²⁵ OFÍCIO do ouvidor do Ceará, Manuel de Magalhães Pinto e Avelar, ao [secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro]. Aracati, 28 de Junho de 1787. AHU_ACL_CU_006, Cx. 11, D. 649, rolo 12, 1f.

²⁶ Idem, 1v.

Não obstante a secular ambição do projeto civilizatório e de integração social dos ameríndios à sociedade lusobrasileira, a utopia colocada em marcha reforçara, afinal, a sua vulnerabilidade. Forçados a uma condição de subserviência e de marginalidade, os ameríndios estabelecidos nas vilas régias continuavam alheados de toda a proteção e instrução que as leis lhes arrogavam, de que teriam pálida lembrança no tempo em que foram assistidos por missionários.

Referências

Fontes

- Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate)

AHU_ACL_CU_006, Cx. 11, D. 649, rolo 12, 1f.

AHU-ACL-CU-009, Cx. 7, Doc. 795.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 89, D. 7202, rolo 120

AHU_ACL_CU_015, Cx. 94, D. 7436.

AHU_ACL_CU_016, Cx. 7, D. 407, rolo 8, fl. 3v.

AHU_ACL_CU_LIVROS DE PERNAMBUCO, Cod. 1823, rolo 230.

- Arquivo Geral da Universidade de Coimbra

AGUC, VI-III-1-1-3 fls. 35f-35v.

Estudos

ALMEIDA, Rita H. **O diretório dos índios**: um projeto de “civilização” no Brasil Colonial. Brasília: Ed. UnB, 1997.

AZEVEDO, António Carlos do Amaral. A Educação no Brasil Colonial (1500-1808). In: ABE – Associação Brasileira de Educação, **500 Anos de Ensino no Brasil: Educação no Brasil**, n.º 6. Rio de Janeiro: ABE, 2000, p. 9.

CUNHA, Manuela Carneiro da [org.]. **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FÁVERO, Leonor Lopes. “**Século XVIII – A língua portuguesa no Brasil e o discurso do poder**”. [disponível em http://www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao_docentes/secXVIII_lingua_leonor.pdf].

FRANÇA, Nilcéia Albuquerque. **Origens do Português no Brasil**: da criouliização ao Português Brasileiro, p. 198, [disponível in www.rhr.uepg.br/v7n1/7-NP%20Nilceia%20ok.pdf].

HELLINGER, Marlis; PAUWELS, Anne [eds.]. **Handbook of Language and Communication: Diversity and Change**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2009.

FISHMAN, Joshua [ed.]. **Handbook of Language and Ethnic Identity**. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 39.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa-Rio de Janeiro: Liv. Portugália-Civilização Brasileira, 1938-1950.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro; Pablo Magalhães. Muros do Recôncavo: a capital da América Portuguesa transferida para aldeamentos jesuítcos (1624-1625). In: **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, n.º 25-2. Recife: UFPE, 2007, pp. 10-11.

3

LUZES SOBRE O INVENTÁRIO DE JOSÉ MARIA VELOSO DE MIRANDA: OS LIVROS DA BIBLIOTECA DO TENENTE DA CIDADE DE MARIANA NO SÉCULO XVIII

*Edson Junio dos Santos
Thais Nivia de Lima e Fonseca*

Neste texto, analisamos os livros identificados no inventário do tenente José Maria Veloso de Miranda, da cidade de Mariana¹, com o objetivo de estabelecer conexões entre o impulso científico, a divulgação de técnicas e a vontade de aprender e reproduzir os ensinamentos presentes em livros que circularam na América Portuguesa e na Europa dos séculos XVIII e XIX. Associados sempre a alguma imagem de “revelação” dos mistérios, os livros ganhavam títulos como: os segredos das artes, os segredos das tintas, os segredos da cura. A disseminação dos conhecimentos práticos amenizou a dependência das explicações religiosas e milagrosas, criando acesso ao conhecimento e permitindo que mais pessoas compreendessem e aplicassem esses saberes. No século XVIII, a circulação de livros começou a desafiar as tradições religiosas dominantes, promovendo uma visão mais racional e empírica da vida social. A disseminação dos conhecimentos práticos amenizou a dependência das explicações religiosas e milagrosas, criando acesso ao conhecimento e permitindo que mais pessoas compreendessem e aplicassem esses saberes em suas vidas cotidianas.

É importante ressaltar que, no período moderno, novas relações foram estabelecidas com o conhecimento, sobretudo a partir de René

¹ Agradecemos as contribuições do Grupo de Pesquisa *Luzes entre livros: Ilustração e Cultura Escrita em Minas Gerais (1750–1822)*, coordenado pelo Prof. Álvaro de Araujo Antunes, da Universidade Federal de Ouro Preto, pelas indicações de valiosos documentos

Descartes e Isaac Newton, e da expansão da publicação de livros que permitiam ampliar sua circulação. A razão passou a ser uma “[...] nova concepção que rege o pensamento social e despertou contestações sociais em relação à representação do poder da igreja católica, as explicações de fenômenos naturais e as instituições – a nobreza, a monarquia e a rígida hierarquia social” (Rodrigues, 2020, p. 15-16).

Uma complexa trama de interesses estava em jogo no Reformismo de Portugal, que buscava trazer inovações científicas e o aprimoramento técnico no Reino e em suas colônias, como na agricultura e nas manufaturas. A monarquia portuguesa, visando associar avanços técnicos ao desenvolvimento econômico, autorizou publicações em diversas áreas científicas, com destaque para as edições da Casa Literária do Arco do Cego (1799–1801), posteriormente incorporada à impressão régia. Essas ações reverberaram na Capitania de Minas com a chegada de livros para promover novas formas de pensar e experimentar os “segredos” que despertavam a curiosidade de forma empírica no cotidiano social.

Para analisar este contexto, recorreremos aos inventários nos quais eram registrados os bens de indivíduos falecidos, e por isso são documentos importantes para a pesquisa acerca de diferentes aspectos da vida social no Brasil, no período colonial. Os inventários podem revelar, por exemplo, as condições de vida, das atividades, crenças religiosas, bens de família, disputa legal e conflitos sociais. Podem, também, contribuir para a localização de obras de arte, documentos, livros, ferramentas e outros objetos de valor histórico. Estes documentos são fontes indispensáveis, que nos permitem reconstruir e interpretar múltiplas dimensões da experiência humana, no tempo e no espaço. No entanto, esses documentos também apresentam desafios significativos. A legibilidade dos manuscritos antigos, a fragmentação dos registros e a

necessidade de contextualização histórica rigorosa são questões que os pesquisadores precisam enfrentar no processo de investigação.

Comprovadamente, podemos dizer que circularam livros de diferentes temáticas na Capitania de Minas, adquiridos por particulares. Diversos trabalhos têm se debruçado sobre essa questão, como Santiago (2009), que identificou interesses do cirurgião-mor Antônio José Vieyra de Carvalho, vinculado ao regimento da cavalaria de Minas Gerais nos primeiros anos do século XIX. Tratava-se de um proprietário particular, que solicitara autorização ao poder régio para fazer virem seus livros para o Brasil. Esses pedidos de remessas de livros para a América Portuguesa evidenciavam que a compra e posse de livros nem sempre estavam diretamente associados às atividades dos solicitantes, podendo indicar a diversidade de interesses.²

O levantamento dos inventários feito por Alvarenga (2003), em Vila Rica, destaca uma significativa comercialização de livros com custos elevados para quem os encomendava. Devido ao alto custo de importação dos livros de Portugal, alguns indivíduos com acesso a comerciantes portugueses se transformavam em proprietários desse tipo de comércio, no intuito de atender à demanda dos interessados locais. Também era possível ter acesso a livros nos leilões realizados em praça pública, quando da morte de um jurista ou de um eclesiástico, por exemplo.

Essas questões nos indicam caminhos para a análise possível das práticas de leitura a partir do inventário do militar José Maria Veloso de Miranda³, no qual identificamos livros sobre Matemática, Física,

² Nas pesquisas de Villalta (2015), o pesquisador aborda a circulação dos livros no período ilustrado, fazendo um levantamento de 76 bibliotecas, encontradas em 911 inventários do cartório do 2º Ofício de Mariana, entre 1714 e 1822. A lista de livros perfaz um total de 1.253 obras, algumas delas se repetindo com maior ou menor frequência, entre um inventariado e outro, perfazendo um total de 2.031 volumes.

³ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM), 2º Ofício, Inventários (1822, códice 91, auto 1909).

Arquitetura e Artes Militares, saberes que, nos séculos XVIII e XIX, se relacionavam a atividades militares. Mas, além disso, percebemos a importância desses saberes nos fazeres de pintores que se apropriavam de conhecimentos nesses campos para suas atividades artísticas (Santos, 2024).⁴

A matemática e os conteúdos da formação dos Engenheiros Militares na América Portuguesa chegaram às Minas através da transferência de militares para a região, mas a atividade mineradora contribuiu para o aumento da circulação de saberes, em razão das técnicas daquela economia. A proximidade com o Rio de Janeiro favoreceu o trânsito de pessoas, livros e conhecimento (Ribeiro, 2009).

Ao analisar a trajetória de pintores mineiros com patentes militares, surgem novas perspectivas sobre a circulação de livros na Capitania de Minas durante o período colonial. A intersecção entre arte, religião e o universo militar permitiu que esses artistas estabelecessem relações sociais significativas e, pelo ver e ouvir⁵, decodificarem os saberes dos livros nas oficinas de pintura. Além de receberem títulos honoríficos, eles incorporaram conhecimentos técnicos militares em suas obras, refletindo a influência do universo militar em suas trajetórias. Entretanto, ainda não sabemos como estes saberes dos livros foram acessados pelos artistas, embora eles estejam presentes nas pinturas dos tetos das igrejas que analisamos e conectados aos saberes circulantes entre a América e a Europa. Este é um desafio para a historiografia da educação, da arte e da matemática.

⁴ Incorporamos à pesquisa os inventários de algumas personalidades, proprietários de livros, como o religioso da Sé de Mariana, Luís Vieira da Silva, trajetória amplamente discutida pela historiografia; e o pintor Francisco Xavier Carneiro, rival de Manoel da Costa Athaide, em Vila Rica – todos eles fontes que nos auxiliaram na discussão da circulação de saberes no meio artístico.

⁵ Fonseca (2016, 2019).

A tese de Ribeiro (2009) é uma contribuição importante para este campo de estudo, ao discutir a formação dos Engenheiros Militares na América Portuguesa. Ribeiro destaca a importância da matemática, da perspectiva, da cartografia, da geometria e dos cálculos. Esses conhecimentos eram essenciais não apenas para a atuação dos militares, especialmente na construção de fortificações nas cidades litorâneas, mas também permeavam outras ocupações, evidenciando a multidisciplinaridade do saber na época.

Assim, o inventário do tenente José Maria Veloso de Miranda, de 1822, não só ilumina aspectos da formação técnica dos engenheiros, mas também oferece um vislumbre da complexa teia de conhecimentos que unia diferentes esferas da sociedade colonial. A literatura científica presente na biblioteca do militar é abrangente e abarca títulos da química, da física e da matemática. Há também exemplares que sugerem outras ocupações do militar, como a arte militar, a anatomia e os cuidados com enfermidades. Também há títulos de interesse, como a geografia e a história portuguesa, a agricultura, a mineração, cultura, artes, jardinagem, poesia e dicionários. A relação dos livros do militar, tal como aparece no inventário, com as descrições e respectivas avaliações, é a seguinte:

Sendo presentes os Louvados nomidados por elles uniformemente foi fito ao Mesmo Ministro, que tinhão procedido na avaliação dos livros da forma seguinte.

Item Elementos de Fizica [?]r Morchembroech dois volumes, e forão vistos, e avaliados pelos ditos Louvados em dois mil, e duzentos reis que sahe

Item Elementos de Euclides, e forão vistos, e avaliados pelos ditos Louvados em Hum mil, e duzentos reis e sahe

Item Arte de tintura, e foi vista, e avaliada pelos ditos Louvados em cento, ecincoenta reis com o que a margem sahe

Item Segredo das Artes o tomo segundo, e foi visto, e avaliado pelos ditos Louvados em cento, e cincoenta reis com o que se sahe

Item Bertholith Elementos da Arte da tintura dois volumes, e forão vistos, e avaliados pelos ditos Louvados em seiscentos

Item Decionario das Artes cinco volumes, e forão vistos, e avaliados pelos ditos Louvados em mil, e oitocentos reis

Item Elementos da Arte Militar, e foi visto, e avaliado pelos ditos Louvados em trezentos reis com que á margem sahe

Item Chimica quatro volumes, e forão vistos, e avaliados pelos ditos Louvados em hum mil, e duzentos reis com o que se sahe

Item Elementos da Chimica tres volumes e forão vistos, e avaliados pelos dittos Louvados em novecentos reis que se sahe

Item Dicionario da Chimica quatro volumes, e foi visto e avaliado pelos dittos Louvados em hum mil, e oitocentos reis

Item Instituçoens chemicas, e forão vistas, e avaliadas pelos ditos Louvados em cento, e cincoenta reis com o que se sahe.

(ACSM. Inventário do Tenente José Maria Veloso de Miranda (cód. 91, auto 1909, 2º ofício, 1822. fls. 35 v, fls. 36 e 36v, fls. 37 e 37v.).

A biblioteca científica do militar possui diversos livros ligados a tecnologias da época, que revelam os segredos da química e da mineração. O livro do físico holandês Pieter Van Musschenbroek (1692–1761), *Elementos de Fizica*, indicado no inventário do tenente, é a mesma obra presente na biblioteca do Cônego da Sé de Mariana⁶. Notamos que o livro foi registrado com a grafia “Muskembrock, Phisica” pelo escrivão, mas trata-se da mesma obra identificada também na primeira biblioteca pública da Comarca do Rio das Mortes⁷. As coleções didáticas de *Elementos de Euclides* também estão presentes, sem especificação do quantitativo de tomos, indicando ser, provavelmente, volume único.

⁶ Os bens do religioso foram sequestrados em 22 de junho de 1789, na sua residência na cidade de Mariana. O ensaio *O diabo na Livraria do Cônego*, de Eduardo Frieiro, relata a história do Cônego da Sé de Mariana, Luís Vieira da Silva, considerado um importante proprietário de livros, em fins do século XVII, marcando seu nome na história da Capitania de Minas por sua participação na Conjuração Mineira.

⁷ Na Vila de São João del-Rei, as pesquisas de historiadores nos apresentaram o extraordinário e pouco explorado acervo particular do comerciante Baptista Caetano d’Almeida, comerciante que doou sua biblioteca pessoal e fundou a primeira biblioteca pública da Capitania de Minas, no século XIX. As pesquisas de Campos (2000) e Morais (2002) indicam fontes de livros pertencentes a Baptista Caetano d’Almeida. Abastado comerciante local, fez a doação dos livros da sua biblioteca particular em 1824 a Câmara da localidade: exemplares de filosofia, livros jurídicos, de política e da história do reino.

Além do livro de Pieter van Musschenbroek, o acervo dos livros de física do tenente incluía também outros títulos, de autores não identificados como o “Essai de physica” (Ensaio de física), um volume in-octavo; “Physica” (Física), em dois volumes in-octavo; e “Physica” (Física) de Zanesi, em dois volumes in-octavo. Essas obras contribuíram igualmente para a disseminação da filosofia experimental e das ideias de Newton (Ducheyne, 2016, p. 123).

Figura 1 – Essai de Physica. Pieter Van Musschenbroek (1692–1761)



Fonte: Foto do autor (2023). Acervo: Biblioteca Pública Baptista Caetano d’Almeida, São João del-Rei (à esquerda). Pintura de HOUBRAKEN, Jacobus. Pieter van Musschenbroek, 1692 - 1761. Dutch physicist. National Galleries of Scotland (à direita). Disponível em: <https://www.nationalgalleries.org/art-and-artists/35903>. Acesso em: 02 jan. 2025.

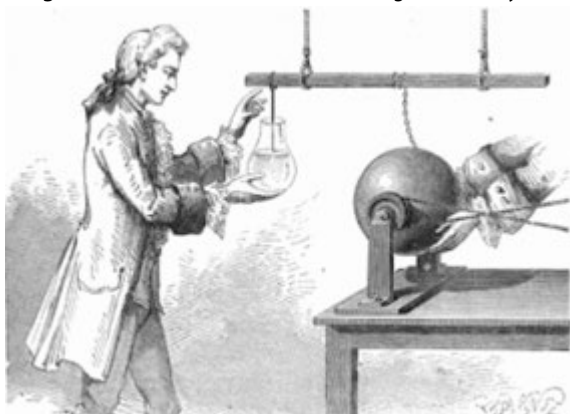
A família Musschenbroek foi responsável por elaborar diversos tratados de Física Experimental e contribuiu para o ensino da nova filosofia nas mais prestigiadas universidades europeias, inclusive em Portugal (Martins, 2000). Os livros de Pieter van Musschenbroek abrangem estudos de descobertas relacionadas ao magnetismo, e suas publicações tiveram grande influência em toda a Europa. Pieter van Musschenbroek também desenvolveu outros instrumentos, utilizando garrafa ou copo alto de plástico e um fio, servindo de terminal interior (Ducheyne, 2016). Esse simples objeto acumulava uma quantidade

suficiente de faíscas elétricas que podiam ser armazenadas. A invenção do primeiro capacitor – o famoso “Leyden pote”, que após a sua construção produziu um choque durante o experimento – foi relatada por van Musschenbroek a René-Antoine Ferchault de Réaumur (1683–1757) em uma carta de 20 de janeiro de 1746: “Gostaria de lhe contar sobre uma experiência nova, mas terrível, que eu aconselho você a nunca tentar por si mesmo, nem eu, que experimentei e sobrevivi pela graça de Deus, o faria novamente por todo o reino da França” (Heilbron, 1999, p. 313).

Posteriormente, a invenção fez parte de demonstrações públicas, amplamente divulgadas na Europa, em que voluntários, de mãos dadas, recebiam choques elétricos através do experimento. Este e outros tipos de experimentos possivelmente circularam nas Gerais (Filgueiras, 1998) desde o século XVIII, com várias tecnologias que atendiam aos interesses da Capitania, mas não encontramos indicativos de documentação na historiografia que registrasse a aplicação desses saberes.

Ainda hoje, os instrumentos e os livros de saberes da família Von Musschenbroek, em Leiden, são objeto de apreciação por serem peças com caráter artístico refinado. Tais livros indicam a potencialidade desses saberes das ciências experimentais⁸, que chegaram à Capitania de Minas pelas mãos de indivíduos que nem sempre estavam ligados às universidades do reino, mas interessados pelos saberes.

⁸ Segundo Carvalho (1982, p. 10-26), a física experimental em Portugal no século XVIII tinha como objetivo explicar os fenômenos da natureza, com grande destaque para a questão dos acidentes, a questão do vazio e a natureza da luz e do fogo.

Figura 2 – Pieter Van Musschenbroek e a garrafa de Leyden

Fonte: Representação do procedimento seguido por Kleist ao carregar eletricamente o recipiente preenchido com água.

Disponível em: http://physics.kenyon.edu/EarlyApparatus/Static_Electricity/Leiden_Jar/Leiden_Jar.html

O conhecimento que chegava à América Portuguesa, por meio de estudantes e indivíduos que retornavam da Europa, incluindo religiosos e militares, foi responsável por divulgar a ciência e seus ideários de progresso, desenvolvimento e prosperidade, advindos das aplicações científicas. No inventário de José Maria Veloso de Miranda aparece um clássico da matemática, o *Compêndio* de Euclides, que aborda as principais definições do grego para a geometria plana e sólida. No livro, temos as principais definições para a construção de figuras planas, utilizando régua e compasso; há também exemplificação das teorias para semelhanças de figuras, teorema envolvendo as operações com números. É uma obra basilar para a atuação de diversas carreiras, que perpassa os séculos e foi amplamente utilizada nas atividades dos militares, engenheiros, arquitetos e pintores que atuaram na América Portuguesa. A presença da geometria euclidiana no acervo do tenente José Maria Veloso de Miranda indica que o tema era também de

interesse dos militares em áreas mineradoras da Capitania de Minas, e não exclusivo dos corpos de Engenheiros ou de Artilharia do litoral.

O livro *Segredo das Artes* é referenciado na biblioteca, e, seguindo as especulações de Santiago (2009), presumimos que seja o livro de Bernardo Monton, intitulado *Segredos Necessarios para os officios artes, e manufacturas e para muitos objetos sobre a economia doméstica ou Segredos das Artes Liberaes, e Mecanicas*⁹. *Segredos das Artes* recebeu atenção também no inventário de Manoel da Costa Athaide, o renomado pintor mineiro. Seria o livro *Segredos das Artes Liberaes e Mecanicas*, de Bernardo Monton, editado em 1744 em uma versão traduzida? A ausência de qualquer informação em relação ao autor e à casa tipográfica dificulta uma possível identificação. Provavelmente seja uma versão em francês do livro, notoriamente conhecido dentre os impressos saberes que pertencem ao acervo do militar.

As ferramentas tecnológicas e historiográficas permitem-nos interligar presente e passado, estabelecendo relações entre títulos, autores e conteúdo. No entanto, nas nossas pesquisas preliminares, não conseguimos identificar, até o momento, a conexão dos títulos e respectivos autores para *Arte de tintura*, *Decionario das Artes* e *Bertholith Elementos da Arte*. Alguns títulos são recorrentes e aparecem como “arte pintura” e não “tintura”. Teria sido um erro de registro do escrivão? Ou da identificação paleográfica? Até o momento não encontramos indicativos para avançar em um parecer sobre esses livros.

Embora os livros de escopo militar não sejam, aqui, o objetivo das nossas análises, o título *Arte Militar*, presente na biblioteca do tenente de Mariana, leva-nos a presumir que era associado aos saberes dos

⁹ MONTON, Bernardo. Segredos Necessarios para os officios, Artes, e manufacturas e para muitos objectos sobre economia domestica. Disponível em: https://archive.org/details/gri_33125009789393/page/n1/mode/2up, acesso em 01/10/2024.

desenhos de fortificações e da pintura. O mesmo título está na biblioteca do Cônego da Sé de Mariana, mas não podemos afirmar que seja a mesma obra. A arte militar dos desenhos e mapas geográficos manteve-se ligada aos engenheiros militares, que utilizavam princípios geométricos aplicados à prática da construção de diversas fortificações no litoral da América Portuguesa (Oliveira, 2014). A construção é um marco das ordenanças militares de engenharia e artilharia, que direcionavam a circulação de saberes pela América Portuguesa à proporção que as localidades expandiam suas necessidades de vigilância. A elaboração dos desenhos militares, além de proporcionar melhor identificação dos territórios ocupados pela Coroa, oferecia ainda métodos vinculados à conduta militar.

O acervo de José Maria Veloso de Miranda demonstra como a circulação de conhecimentos e o interesse do proprietário se conectavam com os saberes do período do Iluminismo. A presença de obras de física, química e matemática não é casual, pois, nas Minas, a busca pelo ouro despertava o interesse por conhecimentos que facilitavam a localização dos minerais, enriquecendo os homens. A biblioteca de um militar é um fragmento desse interesse da época.

A pesquisa sobre essas bibliotecas não só ilumina a dinâmica do comércio livreiro e a circulação de ideias na sociedade colonial, mas também enfrenta desafios, como a dispersão dos acervos e a falta de catalogação sistemática. No entanto, ao superar esses obstáculos, os historiadores podem obter uma visão mais completa e rica do período. Assim, a biblioteca de José Maria Veloso de Miranda não é apenas um repositório de livros, mas um testemunho vivo da busca incessante por conhecimento e progresso em uma era marcada pela exploração e pela inovação. Pretendemos, neste artigo, levantar possibilidades analíticas, mas também inspirar futuras investigações sobre a complexa trama que

conectava as dinâmicas conectadas entre a América Portuguesa e a Europa.

Referências

ALVARENGA, Thábata Araújo. **Homens e livros em Vila Rica**. 1750–1800. 2003. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Saberes Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARVALHO, Rómulo de. **A física experimental em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982. Coleção Biblioteca Breve. v. 63.

COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro**. Rio de Janeiro: Crisálida, 2012.

COTTA, Francis Albert. **Ensinar, vigiar e punir**: práticas educativas e disciplina militar (Portugal e América Portuguesa – 1762–1777). 2020. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DUCHEYNE, Steffen. Petrus van Musschenbroek (1692–1761) on the scope of physica and its place within philosophia. **Asclepio: Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia**, v. 68, n. 1, 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.3989/asclepio.2016.02>. Acesso em: 11 out. 2024.

FILGUEIRAS, Carlos A. L. Havia Alguma Ciência no Brasil Setecentista? **Química Nova**, São Paulo, v. 21, p. 351-353, 1998. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0332057573470620>. Acesso em: 9 out. 2024.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. Circulação e apropriação de concepções educativas: pensamento ilustrado e manuais pedagógicos no mundo luso americano colonial (séculos XVIII-XIX). **Educação Em Revista** (online), v. 32, p. 167-185, 2016.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. Ver e ouvir: arte e práticas educativas na América portuguesa. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; OSINSKI, Dulce Regina Baggio; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. (Orgs.). **História intelectual e educação: artes, artistas e projetos estéticos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019. v. 1. p. 319-342.

HEILBRON, John L. **Electricity in the 17th and 18th Centuries**. A Study in Early Modern Physics. New York: Dover, 1999 [1979]. Disponível em: <https://physicstoday.scitation.org/doi/10.1063/1.2914165>. Acesso em: 12 out. 2024.

MARTINS, Décio Ruivo. As ciências Físico-matemáticas em Portugal e a Reforma Pombalina. In: ARAÚJO, Ana Cristina (Org.). **O Marquês de Pombal e a Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000. p. 193-262.

MONTON, Bernardo. **Segredos Necessarios para os officios, Artes, e manufacturas e para muitos objectos sobre a economia domestica**. Disponível em: https://archive.org/details/gri_33125009789393/page/n65/mode/2up. Acesso em: 1 out. 2024.

MORAIS, Christianni Cardoso. **Para o aumento da instrução da mocidade da nossa Pátria**: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824–1831).2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2002.

MOTTA, Rosemary T. Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João d'del-Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/38026>. Acesso em: 9 set. 2024.

OLIVEIRA, Luiza Nascimento de. **Plantas de fortificação do Rio de Janeiro**: arquitetura militar e a defesa do Império (1700–1730). 140 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

RIBEIRO, Dulcyene M. **A formação dos engenheiros militares**: Azevedo Fortes, Matemática e ensino da Engenharia Militar no século XVIII em Portugal e no Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, André F. Livros científicos, saberes ilustrados e condutas “sediciosas” de leitura na livreria do cônego Luís Vieira da Silva (Minas Gerais, Brasil, 1789). **Secuencia**, v. 107, p. 1-30, 2020. Doi: <https://doi.org/10.18234/secuencia.v0i107.1700>. Acesso em: 1 out. 2024.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. **Usos e impactos de impressos europeus na configuração do universo pictórico mineiro (1777-1830)**. 2009. 367f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo ilustrado, censura e práticas da leitura: usos do livro na América Portuguesa**. 1999. 445 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Saberes Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VILLALTA, Luís Carlos. **Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações**. Belo Horizonte: Fino Traço. 2015.

4

FAMÍLIAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NOS TESTAMENTOS DE VILA RICA NO SÉCULO XVIII: MOBILIDADES, VIVÊNCIAS AFETIVAS E MISTIÇAGENS

Fabrício Vinhas Manini Angelo

Uma leitura dos testamentos de Vila Rica no século XVIII

Antes de iniciar nossa análise sobre as práticas educativas no seio familiar durante o século XVIII na região das minas, é necessário fazer breve apresentação de nossa principal fonte de pesquisa: os testamentos. Aqui, esses documentos ou últimas vontades, como também eram conhecidos, de Vila Rica (Ouro Preto) são fundamentais, pois apresentam outra dimensão da formação familiar que não existia para outras regiões do mundo e de Minas, em especial. E por que os testamentos são uma fonte importante? Fontes como essas são fundamentais para pensar, para entender as sensibilidades, emoções ou sentimentos de outros tempos em relação às famílias e às práticas educativas em relação às futuras gerações. Através deles, podemos observar as vivências afetivas a partir de um grupo que podia ser considerado família e, portanto, para o período, as famílias eram constituídas por grupo mais ou menos homogêneo em relação com o testador/testadora. Até o momento, a partir de pesquisas feitas para outras regiões de Minas, não existia a ideia de um grupo consanguíneo totalmente homogêneo, pois não parece ser assim que funcionavam as questões em relação às famílias nessas regiões.

Outros elementos que podem ter contribuído para essa ordenação da vida familiar é a ação efetiva do Estado e da Igreja na repressão de arranjos familiares alternativos, visando justamente a ordem que a Coroa e a Igreja queriam impor à essa região sempre rebelde.

Isso parece ser percebido pelo aumento de uniões legítimas sancionadas pela Igreja e, portanto, que primavam pela endogamia e homogeneidade. Outro elemento importante parece ter sido o evidente fim do auge da exploração aurífera e a diminuição da imigração, porém ainda sim presente por muitas décadas, mas isso fez com que a crescimento vegetativo pudesse minimamente equilibrar a *razão de sexo*¹ dentro da população, o que pode ter contribuído na formação de “famílias legítimas”, mas mesmo assim o índice de ilegitimidade era bastante alto até o século XIX, pelo menos. O que parece indicar que as uniões não deixavam de ocorrer, mas se tornaram mais efêmeras e mais inconsequentes. Isto é, os pais não assumiam seus filhos de modo algum nestes casos. Portanto, temos uma efetiva repressão aos arranjos familiares, temos uma possível alteração no regime demográfico que equilibra a distribuição de homens e mulheres na região, o que permite a formação de “família legítimas”. E talvez, finalmente, temos uma mudança de mentalidade que não reconhece as famílias formadas nestas condições como efetivamente famílias para uma segurança afetiva.

Antes de propriamente analisar a fonte, passarei à uma apresentação da amostra de testamentos aqui trabalhada. É importante ressaltar que a amostra aqui apresentada vem sendo trabalhada desde o início da minha trajetória como pesquisador e vem passando por ampliações sucessivas desde então. Já são cerca de 15 anos de trabalho sobre os testamentos de Minas no século XVIII, especialmente das

1 A razão de sexo é um indicador que representa a proporção de homens e mulheres em uma determinada população. É calculada dividindo o número de homens pelo número de mulheres e multiplicando por 100. Uma razão de sexo de 100 indica que há um número igual de homens e mulheres na população. Uma razão acima de 100 indica que há mais homens, e uma razão abaixo de 100 indica que há mais mulheres. A razão de sexo é influenciada por taxas de migração e de mortalidade diferenciadas por sexo e idade.

comarcas de Vila Rica e de Rio das Velhas². Sendo assim, temos para este trabalho uma amostra de cerca de 300 testamentos assim distribuídos quantitativamente ao longo do século XVIII apenas para a comarca de Vila Rica, como consta no quadro 1.

Quadro 1. Representatividade dos testamentos utilizados (1721-1799)									
	21-30	31-40	41-50	51-60	61-70	71-80	81-90	91-99	Totais
Docs. utilizados	6	9	36	67	56	78	39	2	294
Docs. localizados ³	6	10	59	368	397	358	351	347	1896
Fonte: AHCP, AEPNSPOP e AEPNCADOP. ⁴									

Nesse sentido, é fundamental apresentar, ainda que seja sumariamente, o *corpus* documental consultado, para, então, identificar o objeto de análise. Para alcançar o objetivo inicial deste trabalho, buscou-se identificar e consultar os arquivos que têm sob sua custódia testamentos do século XVIII. Os arquivos identificados custodiando testamentos registrados no termo de Vila Rica no século XVIII são o Arquivo Histórico Casa do Pilar (AHCP) do Museu da Inconfidência/Ibram (MI/Ibram) e os Arquivos Eclesiásticos da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (AEPNSPOP) e da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias do Ouro Preto (AEPNCADOP), respectivamente. Vale ressaltar que os testamentos utilizados neste

2 A síntese desses trabalhos foi concretizada em dois livros: Angelo (2021a) e Angelo (2021b)

3 Os dados sobre os testamentos encontrados para Vila Rica ainda são parciais. No entanto, quero deixar claro que não estou falando dos testamentos consultados e transcritos, e sim dos testamentos que estão registrados nos livros ou processos que estão dentro no recorte temporal que pretendo analisar neste trabalho. Portanto, os números ainda podem ser maiores.

4 Os Arquivos, fundos e livros consultados para obter os dados da tabela foram: Ibram/MI/AHCP – Códices – 93-460 e Volumes – 001-011 e 3299-3305 –, AEPNSPOP – Livros de Testamento – 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1943 e 1944 e AEPNCADOP – Códices – 5.2.1.4, 6.19.94 e 6.12.1.

trabalho foram fichados ou transcritos na íntegra, compondo um *corpus* documental consultado com cerca de 300 testamentos que cobrem o período que compreende os anos de cerca de 1720 até cerca de 1790.

Em Ouro Preto, tivemos alguns problemas quanto ao acervo e, sendo assim, não foi encontrado qualquer livro de registro de testamento anterior à década de 1740 para Vila Rica nos arquivos consultados, tendo este primeiro empecilho. Portanto, ficou decidido que era necessário buscar outras fontes que continham testamentos (contas testamentárias e inventários *post-mortem*) e, para isto, consultou-se inicialmente as contas de testamentaria de Vila Rica. Esse tipo documental, em muitos casos, costuma ter uma cópia do testamento ou mesmo o testamento original com fins de comprovar os gastos com o funeral do testador de acordo com sua solicitação em suas últimas vontades, e até outros tipos de gasto iniciais após o falecimento do testador. Nesse fundo documental foi possível encontrar testamentos entre as décadas de 1720 até 1790, bem como para a década de 1710. Ao que tudo indica, parece que essa parte do acervo foi perdida ao longo do tempo, possivelmente em um incêndio que atingiu o arquivo do fórum de Ouro Preto nos anos de 1940 (Esteves, 1997).

Então, o recorte temporal final que foi estabelecido para esta pesquisa vai dos anos de 1720, início das fontes consultadas, até a década de 1790, buscando justamente compreender mudanças nas práticas educativas das famílias do período e região, levando em consideração a efetivação das reformas pombalinas dos estudos menores que parecem ter influenciado e alterado, de alguma maneira, ao menos em hipótese, as práticas educativas em todo o Império português. Apresentados os motivos e as contingências para as escolhas desse recorte temporal, cabe traçar algumas linhas sobre como se compõem a amostra, ainda sendo estabelecidas de testamentos. Estes quase 300 testamentos estão divididos da seguinte forma.

A cobertura geográfica desses documentos é bastante fragmentada devido à origem e *trânsito* dos testadores, mas é possível identificar Vila Rica como sendo a área geográfica privilegiada. Ademais, pela origem dos testadores e seu constante *trânsito*, não são raros os casos de testadores citarem em seus testamentos pessoas, testamenteiros e herdeiros que não são residentes nessa vila. Por tudo isso, fica praticamente impossível estabelecer um recorte geográfico muito preciso. Outra questão que se coloca é sobre a representatividade da amostra com a qual se está trabalhando.⁵ Pode-se observar no Quadro 1 que não houve a transcrição de todos os testamentos disponíveis para o período. Portanto, essa amostra foi obtida a partir da transcrição aleatória dos testamentos disponíveis, entre c. 1720 – c. 1790, nos arquivos anteriormente mencionados. Nesse sentido, a amostra selecionada gira em torno de 15,6% dos testamentos disponíveis para o período nos arquivos consultados.

Quadro 2: Composição por gênero e condição dos testadores (1721-1780)*						
	Homens			Mulheres		
	HL	HF	HNI	ML	MF	MNI
Vila Rica	79%			21%		
	226	8	6	14	37	3
Totais	240			54		
Total geral	294					
Fonte: Ver quadro 1.						
* Neste quadro as siglas HL, HF, HNI, ML, MF e MNI significam respectivamente: Homens Livres, Homens Forros, Homens não identificados, Mulheres Livres, Mulheres Forras e Mulheres não identificadas.						

5 Devido ao reduzido número de testamentos que compõe essa amostra, optou-se por não utilizar procedimentos de tipo estatístico. Assim, todos os dados neste texto serão apresentados em termos de números de testamentos e não em porcentagem. No entanto, ainda assim, essa iniciativa não impedirá quantificar certos tipos de dados observados, ainda que com um caráter apenas exploratório e qualitativo.

A partir dessa pequena reflexão sobre a fonte trabalhada e sobre a composição da família no período em tela, é necessário analisar os padrões encontrados nos testamentos (Quadro 2). No conjunto documental pesquisado, os homens formaram a maioria, cerca de 79%, e as mulheres os outros 21% da amostra dos testadores que tiveram seus testamentos transcritos ou fichados para o presente trabalho. Quanto à condição dos testadores desta amostra, 240 indivíduos eram livres, 45 indivíduos forros e em 9 casos não foi possível identificar a condição do testador. Outro dado que surge é que a maior parte desses forros era de mulheres, e esse valor representava o equivalente a 4 vezes e meia mais mulheres forras que os homens. Isso faz com que as mulheres forras sejam consideradas como o segundo grupo numericamente mais importante dessa amostra, atrás somente dos homens livres (Paiva, 2001; Paiva, 2009). No entanto, deve-se ressaltar que toda essa classificação se apresenta apenas como um registro dos dados encontrados no testamento, haja vista que ela é resultado do que o escrevente registrou ou pôde registrar no momento da feitura do testamento. A condição do testador nem sempre fica muito clara, devido à forma como é dada a informação sobre a condição do livre.

Tendo em vista o apresentado até agora passa a ser importante esclarecer o que era a família para esse período e como as relações pessoais eram estabelecidas no seio familiar e como essas relações ficaram registradas nos testamentos. Frente a essa questão, entende-se que toda e qualquer relação nesse tipo de sociedade levará em consideração os ganhos que ambos os lados poderiam ter. Porém, justamente por essas pessoas não diferenciarem o público e o privado, o profissional e o pessoal, é que se faz possível perceber relações afetivas sendo estabelecidas em conjunto com essas dimensões mais

pragmáticas. Isto é, muitas dessas relações deixam entrever algumas escolhas mais pragmáticas e outras menos. Ainda que em algumas delas esse cálculo fique mais explícito, como no caso da escolha dos testamenteiros ou dos padrinhos; em outras, esse cálculo se torna secundário diante do cuidado mútuo estabelecido entre as partes⁶. Além disso, mesmo as relações afetivas mais francamente estabelecidas exigem certa reciprocidade, ainda que isso não precisasse ser lembrado a todo momento. Afinal, se alguém dá respeito, amor, carinho a alguma pessoa, é porque esse alguém espera, mesmo que inconscientemente, uma retribuição do mesmo tipo, se já não recebe isso tudo. Deve-se deixar claro que essa retribuição nem sempre é material ou financeira, mas também afetiva. Esse tipo de prática, no período pesquisado, parece estar relacionado às representações mútuas produzidas pela convivência íntima.

Para compreender melhor o processo de mestiçagem de culturas e de universos afetivos e como isso deságua na educação das futuras gerações presente em Minas no século XVIII, é necessário perceber que a região era um grande ímã que atraía pessoas de várias partes do Império Português. Devido a esse *trânsito*,⁷ ocorreram diversos encontros culturais. Corroborando as ideias de alguns pesquisadores⁸, acredita-se que aqui, na América como um todo e, especialmente, em Minas, se constituiu um verdadeiro “cadinho cultural”. Por isso, não é gratuito haver testadores oriundos de muitas partes do globo (Portugal e outras partes da América portuguesa, da costa africana e muitos

6 Vale consultar: Silva (2004, p. 97-140) e Ramos (2004, p. 41-68).

7 Para mais informações sobre esse conceito, ver: Paiva, In. Furtado (2008). De outra maneira Bergad (2004), e Boxer (2000) enfatizam o *rush* gerado pela descoberta do ouro e o afluxo de milhares de para minas de todas as partes do império português e alhures.

8 Entre esses historiadores, é importante citar: Gruzinski (2001); Paiva (2001); Paiva; Anastasia, (Orgs.) (2002); Freyre (2006); Bernand; Gruzinski (2006).

outros lugares). Claro que não é possível deixar de perceber uma concentração de testadores com origem em Portugal, principalmente do norte português⁹, mas isso de modo algum significou exclusividade na construção desse *universo culturalmente mestiço* mineiro ou mesmo que tenha sido definidor nas mestiçagens ocorridas em terras mineira, pois os grupos oriundos de outras partes do globo aqui estavam inseridos e influenciando as *dinâmicas de mestiçagem*¹⁰ aqui estabelecidas. Sendo assim, apesar de constituírem a imensa maioria entre os testadores desta amostra, é importante não desconsiderar que os escravos, para o período pesquisado, sempre constituíam a maior parte da população de Minas. Como se sabe, não há dados sobre a população total de Minas para a primeira metade dos setecentos. No entanto, têm-se as listas de escravos para fins tributários e, com isto, foi possível traçar algumas estimativas que apontam que a proporção da população de livres esteve demarcada pelo limite inferior de 33,3% e o superior por 50% da população em geral. Só em casos raríssimos, para o período pesquisado, estes limites foram ultrapassados. Obviamente isto são estimativas, mas que com isto permite-se fazê-las com algum critério¹¹.

Seguindo a análise, ainda que pareça surpreendente a quase ausência de baianos e de paulistas, fato que pode ser explicado, primeiramente em relação aos paulistas pelo incidente da Guerra dos Emboabas (1709), e por toda a situação gerada pelo conflito. A origem notável de um grande número de portugueses atraídos provavelmente pela notícia da descoberta de ouro nessa região deve-se também por

9 Sobre essa questão vale consulta Ramos (2008).

10 Para mais detalhes sobre esse conceito vale consultar o trabalho de Paiva (2015a).

11 Entre os autores que fornecem estes dados, trabalharam com as listas de escravos ou buscaram traçar um quantitativo para a população de minas no período destacam-se os trabalhos: Bergad (2004); Boxer (2000); Botelho (2000); Almeida (2008); Costa (2011).

representarem, de certa forma, os olhos da coroa portuguesa e da ordem. Afinal, os emboabas venceram a disputa com apoio da coroa.¹² Já os baianos não estavam em grande número entre os testadores; ainda que estivessem entre os cinco grupos mais numerosos da amostra, a situação é diferente entre os testamenteiros, principalmente para o termo da vila de Sabará. A maior presença de testadores, e até testamenteiros que moraram ou moram na Bahia, indica um trânsito constante entre as duas regiões e possíveis vínculos sanguíneos e/ou ancestrais, o que já não ocorre com Vila Rica.

Apesar de uma preponderância portuguesa, pode-se perceber que não era raro encontrar em qualquer vila ou arraial de Minas – nesse período – uma série de línguas, de religiões, de saberes, de práticas e de vivências, ainda que nem tudo fosse exposto de modo ostensivo. Dessa forma, não seria surpreendente pensar que tudo isso se fundia nos mais diversos espaços, inclusive nos domicílios. São apresentados, ao longo deste trabalho, exemplos de homens e de mulheres que largaram ou perderam, no caso da escravidão, família, e que aqui buscaram não só riqueza e ascensão social, mas também reconstrução familiar e afetiva de suas vidas, legando aos seus herdeiros não só bens materiais, mas também educação e instrução. Ainda será possível visualizar fragmentos de *Universos Culturais* que se mesclam, às vezes harmonicamente, às vezes em tensão.

Para tratarmos do núcleo familiar é importante citar o que Bluteau e Moraes, dicionários e dicionaristas populares na época, para auxiliarmos na compreensão do que era família e afeto para aquele tempo:

12 Existe uma extensa bibliografia sobre os temas tratados nesse parágrafo. Sobre os paulistas e sobre o período da história de Minas antes da Guerra dos Emboabas; consultar Romeiro (2009^a); Romeiro (2009b); Romeiro (2008). Sobre o trânsito entre as Capitânicas de Minas e Bahia vale consultar: Ivo (2012 especialmente nos dois primeiros capítulos); Também é importante o trabalho de Martins; Silva (2010); Outro trabalho que trata deste tema é o de Peixoto (2006).

Affecto, amor, boa vontade [...] O affecto, que vos tenho [...] O affecto que nós temos hum ao outro [...] Se me tendes algum affecto [...] Dahi naceo o affecto, que nós temos hum ao outro. [...] Ter affecto a alguém [...] Insunarse no affecto de alguém[...] Mulher com com palavrinhas se insinua nos affectos.[...] A opinião, que se tem da virtude de alguém, he causa do affecto, que se lhe mostra [...] Não se mostra pouco affecto [...]

Conservemos entre nós os affecto, que sempre tivemos.[...] Recebeo com todas as demonstrações de hum entranhavel affecto.[...] Não correspondem ao affecto, que outrem nos tem.[...] Em nenhuma occasião faltei ao affecto que tenho a vossos irmãos[...] Por isso vos peço peço a continuação do vosso affecto.[...] Se vos me tendes algum affecto, tomaio também a este lugar [...] Cartas escritas com affecto, com affectuosas expressões. [...] Affecto, Inclinação, Payxão[...] Modera a temperança todos os affectos da natureza (Bluteau, 1712, vol 1).

Affecto, s. m. comoção violenta da vontade, amor, propensão, ou aversão forte, em razão de sensações fortes aggradaveis, ou penosas. SS F. Amor, ou ódio. SS t. méd. doença (Moraes, 1789, vol 1, p. 34).

E por que é importante compreender o que era entendido como afeto naquele período? Isso é importante, pois família era muito mais que o núcleo de pai, mãe e filhos. A definição de Padre Raphael Bluteau (1712:28) aponta que família é: “FAMILIA: Família. As pessoas de que se compõem huma casa, pays, filhos & domésticos. [...]”. Como dito anteriormente, as famílias iam muito além dos vínculos sanguíneos e isso tem a ver com um sentimento de família permeado de vivências afetivas. Uma análise que nos influenciou muito, e que pode ser considerada para compreender algumas experiências afetivas e familiares do período, está em Luciano Figueiredo. Apesar de tratar da família fracionada, como ele pensava na época da escrita de sua dissertação, essa passagem pode ser levada para pensar outros arranjos familiares possíveis:

A disseminação dessa forma de organização entre famílias do tipo nuclear, por sua vez, vem caracterizar o que possivelmente pode representar um

novo sentimento de família, desligado do domicílio e um pouco mais acanhado em tornar de domínio público os mais simples rituais familiares. Empurrar para o espaço privado as relações familiares vai aparecendo como solução para preservação dos afetos e por que não dizer, do próprio relacionamento.

Assim, diante desses instrumentos repressivos cada vez mais eficazes no combate pela dissolução das uniões, estratégias vão sendo montadas pelos casais com projeto mais estáveis para evitar a repressão. É nesse contexto que tem lugar o aparecimento desse tipo de família fracionada.

Portanto, levando isso em conta, havia nitidamente na formação da família fracionada um projeto familiar entre aqueles que desejavam manter a estabilidade dos relacionamentos. envolvia o desenvolvimento de um sentimento de família que se manifestaria por meio de um gênero de vida comum, solidariamente afetiva e material, além da realização de rituais privados.

Em inúmeras situações, o esforço de preservar o espaço da afetividade exigia dos parceiros a construção de moradia para abrigar a mulher e os filhos (Figueiredo, 1997, p. 157-159).

Então, deixando mais claro, analisaremos as relações familiares que foram registradas pelo testador em suas últimas vontades e buscaremos compreender os vínculos, os sentimentos, as emoções, enfim as vivências afetivas estabelecidas na intimidade familiar e que muitas vezes estão conectadas com práticas educativas que são, neste caso, materializadas nas cláusulas testamentárias.

Por fim, creio ser importante também traçar algumas linhas sobre como essa sociedade compreendia a educação das próximas gerações. Pra investigar as práticas educativas em um período em que a instituição escolar era esparsamente estabelecida, especialmente levando em consideração que em Minas Gerais estava proibida a atuação de ordens religiosas que estavam muito vinculadas à educação, como os Jesuítas, se faz necessária a ampliação da concepção de educação daquela sociedade, sob pena de não se compreender adequadamente os fenômenos educativos deste período. Neste sentido, o presente trabalho

faz coro à uma nova historiografia da Educação, principalmente para o período moderno, preocupada em compreender aspectos outros relacionados aos fenômenos educativos dessas sociedades (modernas) que não necessariamente passa pela pesquisa em ou sobre instituições estritamente escolares. Essa historiografia acabou por se reunir em torno da liderança de Thais Nivia de Lima e Fonseca e as contribuições de seus trabalhos.¹³ Parte dessa reflexão pode ser encontrada em uma historiografia da Educação sobre o período moderno mais atual, que busca compreender o papel de outras instâncias e instituições (como as irmandades leigas, tutores, mulheres, famílias, etc.) na educação das crianças, dos órfãos e das novas gerações.¹⁴ Ou seja, o que está em jogo aqui é compreender o fenômeno educativo em uma perspectiva mais alargada, para além da instituição escolar, apenas.

Passando agora para análise de alguns casos da relação do núcleo mais contemporaneamente compreendido como a família nuclear. Como veremos adiante, existem casos e casos que nos auxiliam nesta reflexão, mas o testamento em que os vínculos ficam claramente estabelecidos está nas últimas vontades de Rosa Gomes, preta forra natural da costa da Mina, este testamento é importante porque joga luz sobre a relação entre senhores forros e escravos como nos informam os trechos seguir:

Declaro que sou natural da Costa da Mina Baptizada em Matris de Nosa Senhora do Pillar desta Villa e fui escrava de Custodio Jose digo de Custodio Jose Gomes que me libertou que me libertou por esta quantia de ouro que lhe dei que consta da carta de liberdade que me deo// Declaro que nunca fui

¹³ Fonseca; Veiga (2003); Fonseca (2006); Fonseca (2008); Fonseca (2009a); Fonseca (2009b); Fonseca (2009c); Fonseca (2010); Fonseca (2011).

¹⁴ Podemos citar, além dos trabalhos fundante de Fonseca mencionados anteriormente, uma série de orientandos de dessa importante pesquisadores que desenvolveram trabalhos que cobrem algumas dessas dimensões para a capitania mineira: Lislie (2008); Gorgulho (2011); Silva (2011); Paula (2016); Lislie (2017); Angelo (2021b); Gorgulho (2020) e Marques (2020).

cazada nem tenho nem tive filhos alguns [ilegível] parentes que hajam de suceder meos [ilegível] para cuja certeza basta ser eu da costa da Mina e porço disponho de meos bens como [ilegível]// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Roza Gomes preta forra, 15/05/1790).

É bastante interessante que a passagem a seguir parece buscar registrar bons serviços e relações permeados de afetivas entre senhora e escravos:

Declaro que posuo mais os escravos seguintes huma preta por nome Maria com sua filha por nome Joanna crioula Antonio Angola Caetano mina Damiam Angolla Antonio Mina o qual o deixo forro e liberto como se nasce do ventre livre e pesoa algua poderá contender com elle porque fis o forro como dito tenho e assim mais posuo hum crioulo por nome Teotonio Declaro que o dito meu escravo Antonio Angola he minha vontade e o deicho quartado em preço de noventa e seis oitavas de ouro por tempo de quatro annos em pagamento de tres em tres meses de que tocar Remata e nam pagando tudo o dito tempo meu testamenteiro que aceitar lhe dará mais hum annos e nem assim saptisfazendo será puxado a captiveiro e depois de como o mais// Declaro que da mesma forma e pela mesma condiçam asima de Antonio Angolla quarto o meu escravo Caetano mina por ser meu afilhado na quantia de cinquenta e nove oitavas de ouro// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Roza Gomes preta forra 15/05/1790).

Nesta passagem, Roza Gomes alforria dois de seus escravos por meio de parcelamento com prestações pagas a cada trimestre. Um desses seus escravos é seu afilhado e a testadora parece, por conta disso, cobrar um valor relativamente modesto muito provavelmente para facilitar a auto-compra. Mesmo não tendo filhos, é interessante a preocupação de Rosa Gomes com o futuro das próximas gerações:

Declaro que deixo a meu afilhado Manoel Pardo ingeitado de esmolla sincoenta oitavas de ouro que meo testamenteiro lhe dará quando elle tiver despozição para os receber e entretanto he minha vontade que se concervem em poder de meo testamenteiro que aceitar principalmente sendo o primeiro nomeado e se entretanto falecer o primeiro testamenteiro

digo o mesmo testamenteiro disporá a dita quantia e mais nas por sua alma// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Roza Gomes preta forra, 15/05/1790).

Uma primeira indagação é caracterizar Manoel como Pardo, pois normalmente isso não ocorre, já que essa condição só é plenamente possível de ser nomeada se você conhece os pais do enjeitado, o que pela condição de enjeitado é impossível. O que nos sugere que a relação para a criação de uma criança nessas condições esconde outros elementos que poderiam estar marcada pela confiança, consideração e sentimentos, principalmente, quando esse enjeitado recebe uma doação de sua madrinha. Sendo assim, a criação, formação ou educação dos enjeitados da vila parecia ser levada a sério pela testadora:

Joao Ferreira da Rocha a quem fará cobrança da sua divida a Camara desta Villa me deve o que constar da criação do exposto Manoel meo testamenteiro tudo cobrara tudo haverá a si para o monte de meos bens e tambem pagará toda as minhas dividas que lhe contar [ilegível] na verdade tudo sem contenda de justiça como sam Antonio da Cunha de Oliveira ou contar do resto de hum credito em que abaterá tres meias de serviço do mesmo escravo procedido do dito credito o que elle dizer; E a Felix Dias Monteiro resto de ouro credito de hum escravo o que constar// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Roza Gomes preta forra 15/05/1790)

Pensado mesmo como algum negócio. Para que Rosa Gomes estava habilitada a educar alguns enjeitados da vila, pois podia ler e escrever, o que certamente trazia vantagens para o seu ofício de “educadora”, como enfatiza a passagem a seguir: “Manoel da Costa Pacheco que este por mim escreveu ditando a via depois de feito o li por mim palavra por palavra pelo achar a meu gosto e coforme o ditei o assinei com o meu

nome de quando nesta dita Villa Rica”¹⁵. Além desse negócio, Rosa Gomes parecia estar em outras atividades econômicas:

Declaro que os bens que de presente possuo são huma morada de casas térreas em que vivo no córrego seco do morro desta Villa e hum serviço de mina que tenho no dito morro em que trabalho com toda as ferramentas que se achar e tenho mais tres minas ao pe das minhas e declaro que na dita mina em que estou trabalhando tenho constituído no mesmo por meu sócio ao dito Tenete Jose da Cunha Souza Carneiro e nam nos outros// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Roza Gomes preta forra 15/05/1790).

O que denota uma forte capacidade empreendedora, como podemos notar pela diversidade de atividades que desenvolve. Outro testamento que traz à tona a relação entre senhores e escravos, que poderia ser marcada com a preocupação com a formação das gerações seguintes, está registrado na última vontade de José Pereira Fonseca, em que informa:

Sou natural e baptizado na Sê Freguesia e cidade do Porto filho legitimo de Joao Pereira da Fonceca e sua mulher Anna Moreira já falecidos nunca fui cazado nem tenho filhos alguns nem outros herdeiros ascendentes ou descendentes que por direito hajao de herdar meos bens e porço os deponho como ao diante seve// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Furriel Luis Pinheiro Lobo, 29/11/1790).

Por não ter herdeiros forçados, isso dá liberdade a José Pereira Fonseca para registrar com mais veemência outras relações, estas marcadas pelas vivências afetivas, que embora nem sempre adjetivadas por não serem obrigatórias, e ainda assim nomeadas, indica o quão especial eram essas relações. Mais adiante, será apresentado um outro caso em que a relação entre testador e escravos é permeada de vínculos

15 IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Roza Gomes preta forra 15/05/1790.

éticos/morais/afetivos que certamente contribuíram para a constituição daquela sociedade:

Declaro que os escravos que posuo se tomara conta ou se fará menção dos que os tem depoi do meu falecimento se acharem vivos e entre elles he hum por nome João crioulo que foi de Felix da Selva o qual o quarto para sua liberdade na quantia de sem oitavas e assim mais Felix crioulo que foi de Jose Marques que tambem o quarto para sua liberdade na quantia de sem oitavas e bem assim Felix crioulo Barbeiro o coarto na quantia de coarenta oitavas para sua liberdade tenho mais Manoel de nação mina o qual coarto para sua liberdade na quantia de cem oitavas de ouro cujas quantias as darão os ditos cuartados No decurso de seis annos que correndo do dia do meo falecimento em diante o que tocar pro rata em cada hum os desse dentro dos ditos seis annos não tiverem contribuído com os seus pagamento o restarem alguma couza meo testamenteiro lhes dará o tempo que lhe parecer conviniente para acabarem de dar// Declaro que entre o ditos escravos que possuo he huma por nome Joanna Angolla a qual a Hei a deixo por forra livre de toda a escravidão como se nascida assim fosse de livre ventre para tratar de sua vida por donde lhe parecer sem contradição de pesoa alguma por ser asim a minha ultima vontade e asim e da mesma forma hey por forrar a Maria Crioula filha da dita Joanna Agolla e duas suas filhas netas desta por nomes Maria de Ó e Narciza e bem assim a Jeronima crioula filha da dita Joanna Angolla com todo os seus filhos Antonio, Francisco, e Custodio, Manoel e Jose todos crioulos para a que esta verba ficará servindo a cada hum de todos os nomeados asima de carta de liberdade e peso as Justiças de Sua Magestade Fidelicima que Deos Guarde de hum e outro foro fação cumprir estas liberdade na forma que vai declarado e como legado Pio sey o primeiro o que sede cumprimento// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Furriel Luis Pinheiro Lobo, 29/11/1790).

Mais adiante ainda informa:

Declaro que se ao tempo do meo falecimento as clausulas Maria do Ó e sua Irmã Narciza filhas de Maria crioula estiverem donzelas meu testamenteiro dara a cada huma dellas sincoenta mil reis para o seu estado// Declaro que todas as escravas que neste testamento deixo forras ficarão obrigadas a cada huma delas e me mandarem dizer hua Misa por minha alma no decurso de des annos cada huma// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Furriel Luis Pinheiro Lobo 29/11/1790).

Indica uma tentativa de controle, mas de doação de uma recompensa, sim? Isso não seria uma forma de se preocupar com o futuro dessas meninas? No final, ainda declara a liberdade de mais uma, sua escrava: “declaro a elle testador que tambem deixa hua cria sua Francisca crioula filha de Jeronima por forra e liberta de toda escravidão como se de ventre de sua Mae nascesse”¹⁶. Por fim, ainda declara alguns benefícios para alguns de seus escravos mais próximos como podemos observar no trecho seguinte:

Declaro que do mais bem parado da minha fazenda comprará meo testamenteiro hua ou duas moradas de cazas no corpo deste villa que sejam de valer suficiente para ate tudo delas se ordenar hum estudante pobre e de boas intenções evocação para o estado ecclesiastico para nella fazer o seu patrimônio a cujo titulo se possa ordenar de sacerdote ao qual fará o meo testamenteiro todas as despezas necessarias para habilitação das mesma ordens ficando este como encargo dele cobrar a primeira Missa conforme a minha tenção e em todas as mais que celebrar em sua vida rogará por mim a Deos sem que por esta rogativa haja de sede fraudar das esmolas que lhe prestarem os fieis e esta dispozição ficara pretenndo a todas as mais dividas e legados que quando seja preciso ratearem se se possa fazer sem prejuízo algum da dita dispozição por ser assim conviniente ao bem da minha eterna salvação// Declaro que se Feliz Crioulo mais mais meu escravo deixo quartado no vallor de cem mil reis que satisfará annualmente no espaço de sinco anos// Declaro que a Joa crioulo meo escravo o deixo quartado em sinco annos Declaro que meos escravos e escravas tanto forros como quartados lhes deixo para morarem as cazas citas no Alto da Beyacu feitas e com quintal moradas de pedra e cobertas de telha como tambem lhes deixo para trabalharem a cata das Arcas com o olho da agoa da Jacotinga que fica ao lado das cazas onde moro aonde tanto os forros como os quartados trabalharão semultaneamente para não so se sustentarem senão tambem acodirem aos pagamentos dos seus quartamentos como reserva porem de que por morte de todos elles ficarão as cazas catta e olho dagoa pertencendo por legado a Ir a I digo legado a Irmandade de nosa senhora da

16 IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Furriel Luis Pinheiro Lobo 29/11/1790.

conceição Padroeira desta minha freguezia de Antonio Dias e por ser esta a minha ultima e derradeira vontade (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Furriel Luis Pinheiro Lobo 29/11/1790).

Nesse trecho, observamos a doação de terras para os seus libertos e coartados trabalharem e conseguir pagar seus coartamentos. Certamente, essas alforrias com a doação de terras reconhece os bons serviços que destes escravos tem recebido e também os vínculos marcados por vivências afetivas que eram direcionadas às pessoas das mais diversas origens. Por fim, ao encaminhar a doação de terras como um instrumento de trabalho, o testador também deixa uma mensagem educativa, no sentido de apresentar o trabalho como uma forma legítima de garantir a própria liberdade e o próprio sustento.

O garimpo em Minas e a possibilidade de ascender economicamente atraiu a migração de milhares de pessoas ao longo do século XVIII e isso fragmentou inúmeras famílias que vieram em pedaços para esta região. Isso fez com que surgissem outros vínculos de apoio, ou fortalecessem alguns já existentes. Um ótimo exemplo para compreendermos como esses vínculos surgiram e se fortalecerem está no testamento de Marçal Martins de Faria, que informa que:

[...] filho Legitimo de Miguel Martins e sua mulher Michaela de Faria já defuntos natural Baptizado na freguezia de Sam Martinho de Braga termo de Barcelos Arcebispado de Braga Catholico Romano e como tal mitrazendo nos Sagrados dogmas da Santa Madre Igreja Catholica de Roma (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Marçal Mar[tin] de Faria 05/01/1790).

Além disso, informa “que sou solteiro que nam tenho herdeiro ascendente ou descendente//”¹⁷. Entre alguns bens possuídos por

17 IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Marçal Mar[tin] de Faria 05/01/1790.

Marçal, um deles chama a atenção, que é: “huma rocinha de terras de cultura com cazas de vivenda na paraopeba aplicação de Santa Crus do Salto que ouve para doação de meu Primo falecido Manoel de Faria”¹⁸. Porém, essa “rocinha” passa por um processo litigioso, pois:

Declaro o que assim refiro da rocinha cita na Paraopeba de Santa Crus do Salto correndo hum pleito com o Doutor Gregorio Pereira Soares de Albergaria que sobre elle me moveo injustamente nos com queremos e fazemos hum termo que se acha no cartório de Jose Verisimo aonde nos quitamos e peditório do dito Doutor a comprar me a dita rocinha pela quantia de quatro centos mil reis no tempo que no mesmo termo constar e lhe entregar eu a dita rocinha o que athe a presente nam tem feito cazo elle me não embolice[sic] como temos junto meu testamenteiro e obrará quantia ou venderá a mesma rocinha a quem muito lhe parecer pelos meio que o direito permitir// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Marçal Mar[tin] de Faria 05/01/1790)

A presente doação ganha contornos especiais quando verificando mais adiante de quem Marçal era testamenteiro:

Declaro que sou testamenteiro do falecido meu Primo Manoel de faria [ilegível] prezentemente dando contas da sua testamentária ao juizo da Provedoria de Sam Joa Del Rey e tenho saptisfeito e mandado escripto fazer todas as despesas que constao do seu testamento das almas do purgatorio pelo valor que for da sua eleição em qualquer lugar que lhe parecer cazo eu não conclua em minha vida meu testamtenrio fará concluir e comprir [ilegível] pelos bens da mesma testamentária e o que faltar nam chegando os bens da mesma o fará a custa de minha fazenda (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Marçal Mar[tin] de Faria 05/01/1790).

Além de ser testamenteiro de seu primo, Marçal ainda assumiu a criação de uma escrava de Manoel de Faria:

18 IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de R[everedo] Thomas Machado de Miranda 20/07/1790.

Declaro que o dito meu primo Manoel de Faria Sima ditto deixou um legado de duzentos mil reis a mulatinha Anna que hoje tem por sobrenome Faria e pela ratição que se fes em juízo por não chegar o monte de sua fazenda a interar a este legado ou ratição pelo mesmo juízo e lhe tocou como setenta e dois mil oitocentos e noventa e sete reis cujo legado de cento setenta e dois mil oito centos e noventa e sete reis cujo legado de cento e setenta e dois mil oito centos noventa e sete reis para em meu poder e cazo eu com minha vida lhe não entregue o meu testamenteiro lhe pagará e lhe dará cuja molatinha Anna de Faria a tenho em minha companhia e trato como minha parenta que segundo o mais parecer lhe no Grão de sobrinha// Declaro que deixo a minha sobrinha Anna de Faria duas moradas de cazas em que vivo com todos os seus pertences que meu testamenteiro lhe entregará cazo eu em minha vida lhe não faça pasando lhe as clarezas que forem precisas com todos os trastes moveis que estiver nas ditas cazas e a conservará debaixo da sua proteção para que sirva como Deos manda// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Marçal Mar[tin] de Faria 05/01/1790).

Esta passagem pode indicar uma filiação que não pode ser declarada, mas foi assumida como por costume pelo primo que tratava a escrava por sobrinha, como muito provavelmente era. Portanto, a luta pela rocinha, muito provavelmente, significava a luta pela sobrevivência das próximas gerações. Mais adiante, Marçal ainda lega alguns valores para suas sobrinhas, muito provavelmente para ajudar no dote e na conquista de um casamento vantajoso, o que por si só já indica um projeto educativo:

Declaro que deixo de esmola a duas filhas solteiras que pelos seus nomes nam perco a de minha Irmã Domingas de Faria cazada e para dará em tam da villa da freguezia de Sam Martnho de Brase que se achao ao presente solteiras para cada huma duzentos mil reis para de todos seus cazamentos cujas esmolas meu testamenteiro remeterá para Portugal a entregar as ditas por minha conta e razão e cazo algua delas seja falecida serrepartirá pelas mais irmans que se acharem vivas cazo eu em minha vida lhe tenha mandado esta esmola que hão de constar pelos meus papeis e clarezas meu testamenteiro nam cumprirá esta verba ficando pello eu fazer sem nenhum efeito// (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Marçal Mar[tin] de Faria 05/01/1790)

Essa passagem indica uma preocupação com a transmissão de valores para as gerações seguintes, mesmo que Marçal não as tenha conhecido. Ou seja, é algo que ultrapassa o afetivo e pode indicar um compromisso ético para com a família e com a linhagem. Porém, neste caso, pode indicar a troca de correspondências e a troca de afetos com seus parentes que não vieram para Minas, justamente recebendo notícias do outro lado do oceano. Por fim, Marçal lega algum valor a um tal Manoel Pacheco Leão, casado e morador em Lisboa, como nos diz na seguinte passagem:

Declaro que deixo de esmola a Manoel Pacheco leão cazado e morador em Lixboa no Ferreirinha de Santa Catharina cem mil reis sendo falecido se dará a seus filhos que meu testamenteiro cazo eu não faça em minha vida remeterá a entregar ao dito por minha conta e resto e com recibo dele se lhe levará em conta//. (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0010 – Testamento de Marçal Mar[tin] de Faria 05/01/1790).

O que, nesse caso, pode denotar um compromisso muito antigo, que não podia deixar de ser resolvido. Isto é, uma relação marcada pelo compromisso ético de pagar o que se compreendia como devedor. Isto é, existia uma certa reciprocidade no pagamento desse valor, mesmo que não tenha dado mais detalhes. Um testamento importante pelo fato de apresentar um movimento atípico, mas que pode também representar um movimento nas vivências afetivas do final do século XVIII, ao menos em um setor social, está no testamento de José Felix de Magalhães e Faria. A informação só se torna interessante quando se menciona o que o testador informa:

Declaro que sou Catolico Romano nascido e Baptizado na Villa do Cartê Filho natural do tenente Bernardo de Magalhaens e Faria, e de Maria das Neves, ambos falecidos. Declaro que sou cazado na forma do Sagrado Comcilio Tridentino com Leonor Maria Martins e dentre o nosso Matrimonio temos os filhos Thereza, Bernarda e Joam, aos quais todos juntos instituo meus

legitimoz, e Universais herdeiros (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0001 – Testamento de Joze Felix de Magalhaens e Faria 28/05/1788)

Isto é, informa que é filho de um casal que não era casado conforme a recomendação pós-tridentina. Porém, mesmo assim, casou-se na forma como a Igreja Católica recomenda, como bom católico que é, e tem três filhos legítimos. O que surpreende é que nomeia três mulheres, suas parentes, como suas testamenteiras, como indica a passagem a seguir:

Declaro e instituo meus testamenteiros em primeiro Lugar a dita minha mulher Leonor Maria = Em segundo a minha Irmam Leonarda de Magalhaens e Faria = em terceiro a minha Irmam Maria de Magalhaens e Faria, e em quarto ao Ajudante Miguel Dionizio Valle que todos juntos e cada hum per sypossam adeministrar, e arrecadar goardar, e dispor os lemitados bens que possuo, e os hey por leais[?], e abonados e lhes peso queiram por elar serem meus testamenteiros. (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0001 – Testamento de Joze Felix de Magalhaens e Faria 28/05/1788)

Seria esse um momento de inflexão, no sentido de reconhecer capacidade nas mulheres? Seria esse o efeito de uma família matrifocal, influenciada por uma ancestralidade afro-feminina-brasilica? Quem seria o único homem que aparece entre as demais testamenteiras. Parece que a união consensual dos pais de José Felix rendeu outros frutos, suas irmãs que gozavam de completa confiança por parte do testador, que as nomeou como suas testamenteiras. O grau de confiança em sua mulher era tanto, que o próprio testador deixa em responsabilidade dela os preparativos do seu funeral, como indica a passagem a seguir: “O meu enterro Funeral, e Sepultura e mais sufrágios deixo todo a Eleiçam de minha molher por esperar ela faça por mim o que eu fizerá por ela, porém sempre com atenção ao Limitado de nossos bens”.

A expressão “por esperar della faça por mim o que eu fizerá por ela” que, longe de ser muito comum, parece expressar uma reciprocidade na relação que parece ser marcada profundamente por

vivências afetivas, afinal marido e mulher, mas que neste caso parece ter sido uma união que de fato culminou na concretização do amor, do afeto e da plena reciprocidade. No trecho a seguir, José Felix esclarece as relações que tem com suas irmãs, quando faz a doação a uma delas:

Excepto as praças mineiraes porque trez destas quero fiquem reservadas para ella[sua esposa], e meos filhos// Deixo duas das ditas praças a minha Irmam Maria de Magalhaens e Faria, que de meu falecimento em diante as ficará pessuhindo como suas// E suposto estimo, e prezo muito a minha Irmam Leonarda, nam lhe deyxto nada, por nam ter, ella, nam ser carecida./ (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0001 – Testamento de Joze Felix de Magalhaens e Faria, 28/05/1788).

Portanto, em que pese a relação de estima e consideração (que parece ser direcionada às suas irmãs), por não precisar de ter rendas ou sustento, José Félix doa parte suas praças minerais a sua Irmã Maria de Magalhães. Isto é, tem consideração pelas duas, mas neste momento uma só será contemplada por suas cláusulas pias. Mais adiante, em seu texto, José Félix revela outras relações marcada pelo sentimento de família:

Declaro que Instituo a minha molher tutora de meus Filhos, e na sua falta, a qualquer das ditas minhas Irmans por ninguem melhor que ellas Há de Cuidar na boa educação e Criação. Deyxo a minha testamenteyra que dos meus bens mande dizer quatro missas pelas Almas de meus Pais = Encarrego muito a minha molher que por meu falecimento, cuide Logo em fazer hum vestidinho de pano camiza/ e meyas çapatos, e Chapeo, a meu dizcipullo Antonio Joze Duarte = pois inda que o tenho ensinado gratuitamente sustentado e vestido ele, me tem ajudado a adequerir com a sua vós destipule[?] e lhe tenho amor de Pay. (IBRAM/Museu da Inconfidência/Casa do Pilar – LT – 0001 – Testamento de Joze Felix de Magalhaens e Faria, 28/05/1788).

Ao reconhecer a capacidade de sua esposa e irmãs para terminar a criação de seus filhos, parece ser o reconhecimento de uma vivência povoada de sentimentos positivos que hoje vem à tona na beira do falecimento, reconhecendo a capacidade para cuidar e bem educar a

próxima geração da família. Além disso, nessa passagem tem-se reconhecido a memória dos que se foram, os pais de José Felix . Por fim, e mais surpreendente, a de um amor parental em relação seu pupilo/aluno/aprendiz, o que parece indicar uma relação que vai muito além do ensinar e aprender, tornou-se uma relação de filiação. O que também parece indicar que parte do sustento da família vinha da atuação de Joze Felix de Magalhaens e Faria de sua atuação como professor, talvez de primeiras letras ou alguma matéria mais avançada ou mesmo de algum ofício. Em que pese a incerteza em relação à atuação profissional do testador, com a passagem anteriormente transcrita, fica evidente como as vivências afetivas povoavam as relações, mesmo as que tinham caráter profissional, mesmo que perpassando a caridade com o ensino de seus pupilos.

Considerações finais

Antes de propriamente apresentarmos as considerações finais deste trabalho, é importante traçar algumas linhas sobre quais as fontes que podemos utilizar para pensar os sentimentos ou as emoções no período moderno no Brasil, especialmente quando estamos falando de vivências afetivas estabelecidas no seio da intimidade familiar. Neste sentido, testamentos são fontes importantes, pois permitiram o registro e análise das vivências afetivas do período e região em tela. Porém, os Dicionários de Época, as Devassas, as Crônicas, as Representações visuais do período, os processos crimes e os próprios relatos de viajantes, algumas outras fontes parecem trazer importantes registros sobre as vivências afetivas. Claro deve estar que são fontes valiosíssimas, mas levando em consideração o tempo exíguo para execução deste projeto de pesquisa, a pouca familiaridade do pesquisador com estas fontes, e mesmo a

dificuldade de acesso às fontes aqui propostas, para o presente trabalho estas outras fontes foram deixadas de lado. Porém, é algo que deve ser explorado por jovens pesquisadores em pesquisas futuras. Afinal, seria ingênuo acreditar que só existem vivências afetivas quando falamos de afetos “positivados”. Na verdade, é possível pensar em sentimentos destrutivos como vingança, ódio, raiva. Sendo assim, é passível de explorar parte dessas fontes como uma História das Emoções toda vez que existe um crime passional, por exemplo.

Agora, falando sobre as lacunas e desafios para o futuro, creio que pensar a constituição de *Universo Cultural Sentimental Mestiço*, ou seja, o que misturou, o que foi diferente entre os diversos grupos (condições e qualidades) presentes em Minas ou na América ibérica. Isto é, como o universo sentimental foi influenciado pelas *Dinâmicas de mestiçagem*. Sendo assim, ainda é importante pensar as contribuições africanas e indígenas para essa sensibilidade mineira, brasileira e da América ibérica. Compreender os sentimentos e as sensibilidades que cada grupo ou povo carregava em seus corações e mentes. Seria igualmente importante comparar as diferenças destas manifestações em diferentes pontos do globo. Isto é, comparar estas histórias e suas conexões. Na verdade, comparar como se constituíram universos culturais sentimentais distintos em várias partes da América ou mesmo do mundo moderno.

Passando agora à síntese do desenvolvimento da análise, percebemos ao longo do trabalho que a família foi constituída como um ambiente de construção de sentimentos, mas também de construção de uma hierarquia social. Porém, em que pese esse enviesamento na representação das famílias, percebemos, através dos testamentos, que essas famílias formam espaços de construção de sentimentos de confiança, carinho, preocupação e de orientação da geração anterior para com a seguinte. Percebemos que os legados pios, presentes, a

doação de legados, ainda que condicionais, para parentes distantes, agregados, escravos e pessoas mesmo que não conhecidas indicam vínculos que ultrapassam o sanguíneo e indicam uma função educativa da família quando compreendida neste sentido alargado. Além disso, os silêncios, as confidências que tinham o papel de blindar, privar as crianças de segredos e sentimentos “ruins”, como eram compreendidos na época. O cuidado com as crias da casa, ou seja, crianças que não eram parente do testador, mas mesmo assim eram tratadas com muito carinho, exigindo doações de roupas, pagamento da educação/instrução desses pequenos indicam a centralidade da criança para essas famílias e para essa sociedade. Além disso, percebemos o cuidado em torno da alimentação, da formação e da educação das crianças e futuras gerações.

Falando agora mais diretamente da centralidade da criação para essa família, é importante perceber como o grupo se mobiliza para garantir que a criança esteja alimentada, cuidada, educada, instruída. A própria tentativa de manter e sustentar os filhos e construir um ambiente estável e seguro para a família indicam mudança no universo afetivo do período e das regiões em destaque. Por fim, a mobilização da família causada pela criança indica a construção de uma vida familiar marcada pelas emoções/sentimentos de preocupação em relação às próximas gerações.

Um capítulo importante na construção das vivências afetivas em relação à família e a mobilização de diversos parentes para garantir os estudos, a educação, a instrução e mesmo a formação das próximas gerações. As famílias mobilizam-se em relação à educação de suas crianças, mobilizando quantias consideráveis para instruir as futuras gerações. Além disso, o aprendizado de conhecimentos úteis ou distintivos como prendas do lar ou o legar um determinado valor para que uma menina tome estado indica um sentido específico dado à

educação do período, que ultrapassa o conhecimento e tem a ver com valores compartilhados por aquela comunidade.

Passando, por fim, a uma síntese das diferenças das relações estabelecidas dentro de cada uma das famílias aqui tratadas, é importante entender como as vivências afetivas eram manifestadas dentro do núcleo familiar, como compreendido na época: pai (avô), mãe (avó), esposos e filhos (mesmo quando ilegítimos) e irmãos, tios, sobrinhos, genros, cunhados. Por vezes, esta família fragmentada pela migração, pela repressão sexual da Igreja, pela busca por melhores condições de vida. No entanto, a expressão dos sentimentos marcada pelo reconhecimento da ajuda oferecida anteriormente, ou pelo planejamento do futuro das novas gerações, gerou uma união (busca de parentes) como expressão desse sentimento de família. Mesmo quanto a expressão de sentimentos predominantes era a da solidão, a doação de bens e legado a parentes, mesmo que estavam distantes, é um indicativo que nem a distância ou o tempo apagam a memória da família/linhagem profundamente marcada pelas vivências afetivas. Ainda que brigas e desavenças sejam registradas nas fontes e elas também são a outra face da mesma moeda das emoções através das quais surgiam o reconhecimento desse sentimento de família.

O contexto de forte migração, espontânea ou forçada, e a conseqüente fragmentação das famílias gerou a busca por conforto afetivo em quem estava mais próximo. É neste contexto que surgem os reconhecimentos de favores que vão muito além das obrigações compreendidas como de praxe para o período. Assim sendo, escravos aparecem como beneficiados de legados pios de seus senhores pelo amor que o testador os tem ou pelo reconhecimento dos bons serviços que tem recebido ou mesmo dos favores que lhes foram feitos. Neste sentido, as alforrias gratuitas, ou mesmo com preços módicos, dizem

muito das relações que foram estabelecidas entre senhores e escravos. Sendo assim, o mais importante que temos que considerar é que, por mais que o sistema escravista como um todo ou mesmo a legislação tendia à objetificação, à reificação das pessoas, por serem seres humanos, sempre houve espaço para vivências afetivas francamente estabelecidas. Afinal, talvez o campo dos sentimentos seja o mais humano de toda a vida.

Ainda relacionado à fragmentação familiar e à necessidade de construir uma vida afetiva confortável surgem a figura dos agregados – dos amigos, dos colegas de profissão ou vocação, dos vizinhos, dos sócios, dos enjeitados, credores e devedores e das crias da casa. Todos esses vínculos compõem uma série de vivências marcadas pela afetividade, pela escolha de manter por perto quem lhe faz bem e isso significa uma escolha, marcada, é claro, pela necessidade e pela conjuntura, mas ainda sim é materializada pela troca de presentes, pelo empréstimo de objetos, como faqueiros, livros e até dinheiro, que denotam interreconhecimento. Porém, podemos aventar que ainda estariam presentes confidências, palavras ou pé do ouvido, troca de cartas, bilhetes e informações secretas. Todo esse Universo Sentimental marcado pelas dinâmicas de mestiçagem.

É natural que parte dessas relações se encaminhasse para a constituição de um tipo de parentesco muito importante no período eram aqueles criados pela religião. Isso é, temos a constituição de parentes rituais – afilhados/compadres – o que para o período deveria ser compreendido como família também. Neste momento, que os testadores viravam padrinho dos filhos dos vizinhos e de colegas de profissão. Podemos mesmo perceber que testadores viravam padrinho de casamento dos escravos ou de agregados. Isso encaminhava para a constituição de outros laços, que podiam culminar na constituição de

famílias consanguíneas, ou mesmo colaterais, como se tornar cunhado de uma colega de profissão, por exemplo.

Tendo em vista a existência desses círculos mais próximos e aqui sumariamente apresentados, é importante termos claro que o momento era de transição da organização social/sentimental da família. Sendo assim, o que observamos é que as vivências, o cotidiano familiar já é profundamente marcado por vivências afetivas, mas ainda, no Brasil ao menos, não havia ocorrido a divisão da esfera pública e da esfera privada no dia-a-dia da colônia. Sendo assim, temos uma confusão ou uma vinculação entre relações que deveriam ser tipicamente da esfera pública, pois estão relacionadas ao meio profissional, como as relações com criados, escravos e colegas de trabalho, mas que se tornam íntimos amigos, que os sentimentos muitas vezes tomam conta dessas relações. Sendo assim, o período pode ser compreendido como uma transição no campo da família entre uma experiência que confundia o público e o privado para um momento posterior, provavelmente concluído somente no fim do século XIX no Brasil, que vai mais claramente separar esfera pública de esfera privada.

Referências

- ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. **Medicina Mestiça**: Saberes e Práticas Curativas nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em História) – FAFICH /UFMG, 2008.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho; PAIVA, Eduardo França (Org.). **O trabalho mestiço**: maneira de pensar e formas de viver - séculos XVI a XIX. São Paulo: Annablume: PPGH/UFMG, 2002 (Coleção Olhares).
- ANGELO, Fabrício V. M. **“Pelo muito amor que lhe tenho”**: A família, as vivências afetivas e as mestiçagens em Minas no Século XVIII. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2021a.

- ANGELO, Fabrício V. M. **Herdeiros**: O papel da família na educação dos seus descendentes em Minas setecentista. 1. ed. Jundiá: Paco Editorial, 2021b.
- BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica**: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Baurú, SP: EDUSC, 2004. 390 p. (Coleção História)
- BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. **História do Novo Mundo 2**: as mestiçagens. São Paulo: EDUSP, 2006.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720. In: XII Encontro Nacional de Estudos de População, 2000, Caxambu. XII Encontro Nacional de Estudos de População, **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.
- BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- COSTA, Iraci del Nero da. As populações das minas gerais no século XVIII: Um Estudo de Demografia Histórica. **Revista Crítica Histórica**, Ano II, Nº 4, Dezembro/2011 ISSN 2177-9961
- ESTEVES, Suely Maria Perucci. As Origens e a Atualidade do Arquivo. In.: **MINC-IPHAN-MUSEU DA INCONFIDÊNCIA**. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Ouro Preto. 1997.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas Famílias**: Vida familiar em Minas gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC. 1997.
- FONSECA, Thais N. L. e. (Org.). **As Reformas Pobalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- FONSECA, Thais N. L. e. História da Educação no Brasil: abordagens e tendências de pesquisa. **LPH (UFOP)**, v. 19, p. 08-41, 2009b.
- FONSECA, Thais N. L. e. Historiografia da Educação na América portuguesa: balanço e perspectivas. **Revista lusófona de educação**, v. 14, p. 111-124, 2009a.

- FONSECA, Thais N. L. e. Instruao e assistncia na Capitania de Minas Gerais: das aoes das cmaras as escolas para meninos pobres (1750-1814). **Revista Brasileira de Educaao**, v. 13, p. 535-544, 2008.
- FONSECA, Thais N. L. e. **Letras, ofcios e bons costumes**: civilidade, ordem e sociabilidades na Amrica portuguesa. 1. ed. Belo Horizonte: Autntica, 2009c.
- FONSECA, Thais N. L. e. Segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda: estratgias educativas na sociedade mineira colonial. **Varia Histria**, v. 22, p. 175-188, 2006.
- FONSECA, Thais N. L. e. **O ensino rgio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814**. Belo Horizonte: Autntica Editora, 2010.
- FONSECA, Thais N. L. e; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **Histria e historiografia da Educaao no Brasil**. Belo Horizonte: Autntica, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formaao da famlia brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. So Paulo: Global, 2006.
- GORGULHO, Talitha Maria Brandao. **A educaao como herana das elites coloniais em trs comarcas da Capitania de Minas Gerais**: Rio das Mortes, Rio das Velhas e Vila Rica (1756-1809). 2020. Tese (Doutorado em Educaao) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- GORGULHO, Talitha Maria Brandao. **Aos rrfios que ficaram**: estratgias e prticas educativas dos rrfios de famlias abastadas na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800). 2011. Dissertaao (Mestrado em Educaao) - Universidade Federal de Minas Gerais,
- GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestio**. So Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho**: trnsitos, comrcio e cores nos sertoes da Amrica portuguesa - sculo XVIII. Vitria da Conquista: Edies UESB, 2012.
- JULIO, K. L. Os espaos de sociabilidade como importante ambiente onde se aprende e ensina atravs das indumentrias e adereos (1808 -1840). In: Tarcisio Mauro Vago; Bernardo Jefferson de Oliveira. (Org.). **Histria de Prticas Educativas**. 1ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, v. nico, p. 58-80.

MARQUES, Nelian Karolina Belico. **Educando e criando órfãs e expostas em Vila Rica e seu termo (1750 - 1800)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. Via Bahia: a importação de escravos para minas gerais pelo caminho do sertão 1759-1772. XIV **Seminário sobre a Economia Mineira**: anais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. CD-ROM.Texto do XII Seminário – 2006.

PAIVA, Eduardo F. **Escravidão e universo Cultural na Colônia**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo F. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII** (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015a.

PAIVA, Eduardo F. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII** – Estratégias de resistências através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 2009.

PAIVA, Eduardo F. Transito e mobilidade entre mundos: Escravidão globalizada comércio e práticas culturais. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica**: Europa, América e África. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig; PPGH/UFMG, 2008. (Coleção Olhares).

RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 44. vol.1. p.132-153, 2008.

PAULA, Leandro Silva de. **O papel dos tutores na educação e na inserção social de órfãos no Termo de Mariana (1790-1822)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais.

RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas – o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Revista Varia Historia**, Belo Horizonte, n.31, p. 41-68, 01/2004.

ROMEIRO, Adriana. **As Minas antes das Minas**: reflexões sobre os albores da história mineira. Cadernos da Escola do Legislativo, v. 11, p. 7-22, 2009b.

ROMEIRO, Adriana. Guerra dos Emboabas: balanço histrico. **Revista do Arquivo Pblico Mineiro**, v. XLV, p. 106-117, 2009a.

ROMEIRO, Adriana. **Os sertoes da fome**: a histria trgica das minas de ouro em fins do sculo XVII. Saeculum (UFPB), v. 19, p. 165-181, 2008.

SILVA, Antonio Moraes. **Dicionrio da Lngua Portuguesa**, 6 ed. Lisboa: Typographia de Antonio Jose da Rocha, 1858, v. 2 [1789]

SILVA, Solange Maria da. **Estratgias e prticas educativas dos negros na comarca do Rio das Velhas, sculo XVIII**. Solange Maria da Silva. UFMG/FaE, 2011 (Dissertao de Mestrado).

SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da funo poltica das elites na sociedade colonial brasileira – O 'parentesco espiritual' como elemento de coeso social. **Varia Histria**, Belo Horizonte, n. 31, Jan. 2004 pp. 97-140.

5

O MISSIONÁRIO E O INTELLECTUAL: JOÃO FELIPE BETTENDORFF E SUA ATUAÇÃO EDUCATIVA E POLÍTICA NO ESTADO DO MARANHÃO (1661-1698)

Jane Elisa Otomar Buecke

Introdução

A história intelectual é um campo novo, ainda em formação, que congrega elementos da história dos intelectuais, história das ideias e história cultural. Para além de estudar a história do intelectual, circunscrita à história de vida de uma personagem por sua relevância no campo da produção do conhecimento, a história intelectual busca compreender a história do sujeito dentro do sistema de pensamento em que ele foi formado e formou. Nesse sentido, se faz necessária a análise pluridimensional e o entrecruzamento de vários campos de saber, como a sociologia e a antropologia, por exemplo. A busca do sentido das representações e o processo de sua construção também é uma ferramenta importante para dar conta dessa tarefa.

Os estudos no campo da história intelectual possibilitam diferentes enfoques, como o contexto em que as ideias foram produzidas, os agentes de sua produção e as correntes de pensamento vigente (Silva, 2003). A partir de um agente, é possível conhecer as ideias produzidas e circuladas em um contexto específico.

Este artigo analisa, de forma sucinta, a trajetória do padre jesuíta João Felipe Bettendorff, um luxemburguês, que chegou como missionário na Amazônia em 1661, onde permaneceu até a sua morte, no ano de 1698. Durante esse período, ele teve papel destacado no desenvolvimento e consolidação da missão jesuíta e da organização da

educação institucional. Por isso, seu percurso enquanto intelectual naquele período, desperta interesse. Para isso, pergunta-se de antemão de que tipo de intelectual estamos falando, visto que o próprio conceito de intelectual vem sendo construído juntamente com a história dos intelectuais.

Segundo o conceito de Gramsci (1982), Bettendorff poderia ser considerado um intelectual tradicional, visto que era um representante do clero que teria como função, manter as tradições da igreja em solo amazônico. Entretanto, ao analisarmos sua atuação no campo educativo e político, podemos nos perguntar, conforme o conceito defendido por Bobbio (1997), se ele não teria sido uma espécie de intelectual mediador, que utilizava seus conhecimentos como meios para atingir especificamente os objetivos da missão jesuíta. Para além de tentar encaixar o padre Bettendorff em um conceito específico de intelectual, a intenção desse artigo é conhecer sua trajetória e seu papel na sociedade amazônica do século XVII, a fim de analisar as suas influências nos rumos educativos e políticos daquele tempo.

Considera-se necessário esclarecer a utilização do termo intelectual, aparentemente um anacronismo para a época. Sabe-se que a figura do intelectual contemporâneo está associada ao movimento em torno do caso Dreyfus, na França, no final do século XIX¹. Isso causa uma falsa impressão de não haver espaço para seu uso em tempos mais remotos. Entretanto, a palavra intelectual já se encontrava no dicionário de Bluteau, no século XVIII (1713 [tomo4], p. 159), com a seguinte acepção “Intellectual, do entendimento, ou concernente ao

¹ Ao final século XIX o oficial de artilharia do exército francês, de origem judaica, Alfred Dreyfus, foi acusado de vender segredos militares a um adido alemão. Sua condenação foi baseada em documentos falsos, o que foi denunciado pelo escritor francês Émile Zola, em um artigo publicado em 1898 no jornal *Aurore*. Isso movimentou um número significativo de escritores, artistas e professores universitários a se posicionar em torno da questão.

entendimento. virtude Intellectual”. Nota-se que o sentido do termo se volta para os aspectos intelectivos e certamente não designava uma pessoa. Para tanto, o termo mais comum seria letrado, cujo significado, de acordo com o mesmo dicionário, é “homem ciente, versado nas letras” (Bluteau,1716 [tomo5], p. 90).

Lopes (2003) questiona se os princípios fundamentais que caracterizam o intelectual moderno não estariam no século XVIII, e se o próprio Voltaire não poderia ser considerado um intelectual do seu tempo. Bobbio (1997, p. 110), por sua vez, considera que,

[...] o fato desses sujeitos históricos sejam prevalentemente chamados ‘intelectuais’ há cerca de um século, não deve obscurecer o fato de que sempre existiram os temas que são postos em discussão quando se discute o problema dos intelectuais, quer esses sujeitos tenham sido chamados, segundo os tempos e as sociedades, de sábios, *sapientes*, *doutos*, *philosphes*, *chercs*, *hommes de letres*, *litteratos* etc.

Corroborando esse pensamento é que se ousa pensar no padre Bettendorff, um letrado do seu tempo, como um intelectual. A vida do padre João Felipe Bettendorff foi estudada por Karl Hans Arenz cuja tese, defendida em 2007 na Université Paris IV (Paris-Sorbonne), UPS, França, intitula-se “Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698)”. Em 2022, o autor publicou parte desta tese em português, com o título “Valente para servir: o padre João Felipe Bettendorff e a Amazônia portuguesa no século XVI”.

Arenz (2022) analisa a trajetória desse padre, considerado por ele um dos protagonistas da Missão jesuíta na Amazônia. Para além do seu ofício de religioso, ele teve ação preponderante na articulação do Regimento das Missões, legislação publicada em 1686. Portanto, Bettendorff teve influência no próprio modo de vida e organização social da sociedade amazônica naquele momento.

Para compreendermos essa influência, recorreremos, neste artigo, a uma breve análise de obras escritas e publicadas por Bettendorff e outros estudos que focalizam aspectos da sua vida e nos ajudam a compor um pouco, o retrato do perfil e atuação desse jesuíta como intelectual da educação.

A trajetória do padre João Felipe

João Felipe Bettendorff nasceu em 1625 em Lintgen, um vilarejo no vale do Alzette, no então Ducado de Luxemburgo, em uma família abastada. Por isso mesmo, teve uma formação esmerada, que durou de 1635 a 1659. Inicialmente, frequentou o curso de Humanidades no colégio jesuítico em Luxemburgo. Em seguida, cursou Filosofia na Universidade de Trier (Alemanha) e Direito Civil na Universidade de Cuneo (Itália). Entrou no noviciado jesuíta da Província Galo-Belga em Tornai (Bélgica). Seu estágio para a docência foi realizado em diversos colégios dos Países-Baixo Espanhóis. Por fim, realizou os estudos Teológicos na Universidade de Douai (França) (Arenz, 2022).

Essa formação permitiu a Bettendorff dominar várias línguas, como alemão, francês, italiano, flamengo, espanhol e latim. Portanto, ao chegar na Amazônia como missionário em 1661, ele já possuía uma sólida formação curricular. Ele pretendia partir para uma missão asiática, considerada com maior nível cultural do que as americanas. Todavia, para atender a um pedido do superior da missão do Maranhão, padre Antônio Vieira, Bettendorff foi encaminhado à Amazônia.

Bettendorff chegou a Portugal em 1659, a fim de se preparar para a missão além-mar. Ali, iniciou os estudos de português e da língua tupi,

através da gramática do padre Luís Figueira². Ao chegar na Amazônia, ele foi enviado para a Aldeia de Mortigura, onde exerceu a prática de ensinar as crianças a ler e escrever e aproveitou para aprender a língua da terra. Nessa experiência, ao ensinar o português ele aproveitou para aprender a língua nativa, conforme ele mesmo relata:

Tomando a minha conta a doutrina de cada dia, a classe dos meninos para ensiná-los a ler e escrever [...] por falta de livros, tinta e papel, não deixassem de aprender, lhes mandei fazer tinta de carvão e summo de algumas ervas, e com ella escrevia em folhas grandes de pacobeiras e para lhes facilitar tudo lhes puz um pauzinho na mão por penna, e os ensinei a formar e conhecer as letras assim grandes como pequenas no pó e arêa das praias com que gostaram tanto que enchiam as praias de letras, ficando aldeia e praias alastradas todas; mas como os mystérios da nossa Santa Fé são os que se devem saber ensinar antes de tudo mais com eles também os exercitava em o fim da classe, e com isso ia também eu aprendendo a língua da terra, cuja grammatica a tinha translado em latim, estando ainda em Portugal, e mandando-a para a minha província para que aprendessem por ella os que la quisessem vir para essa missão do Maranhão (Bettendorff, 1990, p. 157).

No excerto, o padre detalha sua didática, expõe a utilização de recursos que lhes estavam à mão, e resalta o gosto das crianças pelo aprendizado das letras. É visível também a preocupação do jesuíta com o aprendizado da língua nativa, o que o motivou a traduzir a gramática de Figueira para o Latim, a fim de que os religiosos que se interessassem pela missão no Norte do Brasil chegassem a ela melhor preparados.

Em seguida, Bettendorff rumou para a região do rio Tapajós, a fim de iniciar os trabalhos missionários. Percebe-se, em seu relato, que sua metodologia foi de adaptação, conforme as estratégias dos jesuítas de não confrontar diretamente a cultura dos indígenas, mas buscar um contato mais efetivo. Sua postura estava fundamentada no princípio da

² FIGUEIRA, Luís. **Arte da língua brasílica**. Lisboa: Oficina de Manoel da Silva, 1621. Reeditada por Bettendorff em 1687.

acomodação presente nos Exercícios Espirituais do fundador da Ordem.
Conforme Loiola (1999, p. 9),

Segundo a disposicao das pessoas que querem fazer exercicios espirituais, a saber, conforme a idade, letras ou engenho que tem, se hao de aplicar tais exercicios; para que nao se deem a quem e rude ou de compleicao delicada, coisas que nao possa descansadamente levar e com elas aproveitar. Do mesmo modo, conforme quiserem dispor-se, assim se devem dar a cada um, para que mais se possa ajudar e aproveitar.

Apenas quatro meses após sua chegada ao Tapajós, Bettendorff teve notícias da revolta dos colonos em Belém contra os jesuítas, pela disputa de mão-de-obra indígena. Os colonos obtiveram o apoio do governador Pedro de Mello na expulsão dos padres. Como Bettendorff estava longe de Belém, conseguiu escapar da expulsão. Juntamente com outros padres, obteve refúgio no Forte de Gurupá³. Entretanto, uma delegação da Câmara de Belém os alcançou naquele local, a fim de prendê-los, a menos que concordassem em assinar um termo renunciando ao governo temporal dos indígenas⁴. Como não foi possível o acordo, os jesuítas, liderados por Bettendorff, foram levados presos para Belém. Com o arrefecimento dos ânimos e soltura dos jesuítas, em julho de 1662, Bettendorff foi escolhido como superior interino da casa de Belém, com a missão de reestruturar os trabalhos. Entretanto, foi necessário enfrentar outro revés, a epidemia de varíola que assolou o Pará em 1662 e 1663. Os indígenas foram os mais atingidos e a

³ Fundado por Bento Maciel em 1623, no mesmo local em que havia o antigo forte de Tucujú, antigo forte dos holandeses (Souza, 1855). Localiza-se às margens direita do rio Amazonas, no município de Gurupá (PA), região das ilhas.

⁴ O termo “temporal” era utilizado para se referir aos assuntos não religiosos, considerados pelos padres necessários para a obtenção de resultados efetivos nas missões, como o governo das aldeias, o comércio, e tudo o que se trava de questões “terrenas” em oposição aos cuidados espirituais. Os colonos, por outro lado, defendiam a inserção dos padres exclusivamente na vida espiritual da comunidade. Para estes, os religiosos deveriam se limitar à catequização dos indígenas.

consequente escassez de mão-de-obra afetou diretamente as aldeias e impulsionou novas expedições de captura de indígenas.

Passados esses revezes, Bettendorff permaneceu na missão, e exerceu diversos cargos e funções conforme o cronograma apresentado por Arenz (2022):

- 1662-1663: superior interino do Casa/Colégio de Belém;
- 1663-1667: superior da Casa/Colégio de São Luís;
- 1668-1674: superior da Missão do Maranhão (dois triênios consecutivos);
- 1674-1680: reitor do colégio de São Luís;
- 1680-1684: missionário no Pará e nos entornos de São Luís;
- 1684-1688: procurador extraordinário da Missão em Lisboa;
- 1688-1690: reitor do Colégio de São Luís;
- 1690-1693: superior da Missão do Maranhão;
- 1693-1696: missionário no Pará;
- 1696-1697: mestre de noviços e pregador em Belém.

Em 1670, as casas de Belém e São Luís foram elevadas a colégio, graças aos seus esforços. Contudo, a consolidação do trabalho educativo nessas instituições foi paulatina. Somente no final do século XVII o curso de Filosofia foi iniciado no colégio de Santo Alexandre em Belém, por falta de professores e alunos.

Nos últimos anos de sua vida (1694-1698), enquanto exercia a função de missionário e mestre de noviços, dedicou-se à escrita da sua principal obra, a Crônica dos jesuítas no Maranhão.

Os escritos de Bettendorff

No ano de 1684, estourou em São Luís um motim, que se tornou conhecido como a Revolta de Beckman. Liderados por Manoel Beckman, comerciantes de São Luís insatisfeitos com o estanco do comércio

concedido pela coroa portuguesa a alguns beneficiados, tomaram a cidade e passaram a controlar as casas de estanco.

Os revoltosos atribuíam parte dos seus problemas aos jesuítas, pois a falta de escravos e de trabalhadores indígenas era causada pelo controle que os religiosos tinham garantido pelas leis, não só sobre os índios livres das aldeias, mas igualmente sobre os índios escravizados pelos portugueses. Por isso, aproveitaram-se da ausência do governador, Francisco de Sá, cuja residência oficiosa era em Belém, estabeleceram uma junta composta por representantes da nobreza (Manoel Beckman), do clero (frei Ignácio, da Igreja Nossa Senhora do Carmo) e do povo (morador Manoel de Mattos) e decidiram expulsar os jesuítas do estado do Maranhão.

Bettendorff (1990, p. 362) se encontrava no colégio de São Luís nesse momento e relatou que “a maior parte do povo consentiu em aquella resolução, foram em corpo ao collegio, estando em o pateo delle, mandaram chamar o Padre vice-reitor Estevão Gandolfin para lhe intimar a resolução que tinham tomado os três Estados”. Bettendorff registrou que tentou argumentar com os amotinados, alegando estarem os padres dispostos a renunciar à jurisdição temporal sobre os indígenas, mas os amotinados não responderam e tomaram as fazendas dos inacianos. Em seguida, os padres foram enviados para o Recife, de onde Bettendorff prosseguiu com o padre Pedrosa até a Bahia, a fim de consultar o superior da missão, o padre Vieira, sobre os procedimentos a tomar e decidiu-se que ele deveria partir para Portugal, a fim de defender os interesses dos jesuítas.

Enquanto esteve em Portugal (1684-1688), Bettendorff investiu na reedição da gramática da língua brasílica do padre Luís Figueira, cuja primeira edição era de 1621. Em 1687, publicou a reimpressão do original com as devidas revisões.

Nesse período ele também publicou o *Compendio da doutrina christam na Lingua Portuguesa, & Brasilica: em que se comprehendem os principais mysterios de nossa Santa Fe Catholica, & meios de nossa salvação*, utilizado na missão do Maranhão como material didático para a catequese (1687). Arenz (2022) considera essas ações tão impactantes para o desenvolvimento da missão na Amazônia, quanto as próprias negociações de Bettendorff em torno do Regimento das Missões. Isso porque a normatização do material linguístico-catequético usado nos aldeamentos foi basilar para a manutenção dos indígenas nesses locais e favorecia a expansão das missões. Além disso, Agnolin (2006) ressalta que obras como essa, produzidas na Amazônia, diferenciavam-se das produzidas no século anterior no Estado do Brasil, justamente pela experiência acumulada em tradução em outras línguas indígenas.

Bettendorff decidiu produzir um novo catecismo, por considerar o material utilizado até então, o catecismo do padre Antônio Araújo (1618), revisado pelo padre Bartolomeu de Leão (1684), um pouco limitado. Além disso, era escrito apenas em língua brasílica, ou geral, e Bettendorff considerava importante que ele estivesse também em português, para ser um instrumento mais efetivo para os missionários recém-chegados na colônia. O subtítulo do catecismo, em sua versão original, expressa seu formato e destaca os sacramentos mais importantes para os jesuítas: “Ordenada a maneira de diálogos acomodados para o ensino dos índios, com duas breves instruções, hua para bautizar em caso de extrema necessidade, os que ainda são pagãos, & outra, para ajudar a bem morrer, em falta de quem saiba fazer lhe esta caridade” (Arenz, 2022, p. 256). Fica claro que o catecismo seria um instrumento para garantir a aprendizagem da doutrina católica, mas também possibilitar a um leigo a aplicação da extrema unção, por exemplo. O subtítulo também demonstra a utilização da acomodação

como estratégia para adequar a linguagem do texto católico ao vocabulário dos indígenas.

O principal objetivo do catecismo, entretanto, era uniformizar o ensino ministrado nas aldeias, pois, em sua experiência como visitador, Bettendorff notou discordâncias entre os padres quanto aos pontos das doutrinas e formato das respostas. Arenz (2022) constata que o catecismo de Bettendorff lembra o catecismo escrito pelo padre luxemburguês Nicolas Leyen, utilizado no período em que Bettendorff vivia por lá. Percebe-se, então, a influência das redes de sociabilidades pontuadas por Sirinelli (2003) na formação e atuação do intelectual Bettendorff. O compêndio da doutrina cristã foi utilizado na Missão do Maranhão até a expulsão dos jesuítas, em 1759.

*A Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*⁵ foi escrita ao final do século XVII. As crônicas eram uma forma dos jesuítas propagarem, validarem e enaltecerem o trabalho missionário. Em 1598, o padre Claudio Aquaviva, Superior Geral da Companhia de Jesus à época, estabeleceu as normas das crônicas e definiu os temas que deveriam nortear esse tipo de escrito (Santos, 2015). Conforme as orientações de Aquaviva, era necessário que o escritor recorresse a arquivos, a documentos anteriores e depoimentos de pessoas fidedignas, para que a crônica fosse uma fonte confiável de propagação do trabalho dos jesuítas e das missões que instalavam.

Para escrever seu texto, Bettendorff utilizou diversas fontes disponíveis, como cartas geográficas, escrituras de terras, documentos do colégio, crônicas e narrativas, como as escritas pelos jesuítas José da

⁵ A crônica teve sua primeira publicação em 1910 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa publicação foi impressa pela SECULT/PA em 1990. Em 2010 o Senado Federal publicou uma edição.

Costa e Christovão da Cunha, pelo capuchinho Claude D'Abbeville, e pelo escritor Joao Laet, entre outros.

De Abbeville (1874 [1614]), o jesuíta extraiu informações que o possibilitaram descrever o Estado do Maranhão. Chama-lhe a atenção o número de aldeias e moradores registrado pelo francês na região de São Luís, no início do século XVII: 27 aldeias com cerca de duzentos, trezentos ou seiscentos habitantes em cada uma. Em 1661, ano da sua chegada, Bettendorff encontrou apenas duas ou três aldeias com pouquíssimos índios, situação por ele atribuída à “crueldade e cobiça dos que acabaram por guerras e trabalhos tanta gentildade” (Bettendorff, 1990, p. 13). Com isso, o jesuíta demonstra seu posicionamento contrário à escravização dos índios suscitada pelos colonos, que causou constantes disputas com os religiosos durante o século XVII. E, ao mesmo tempo, provoca a dúvida sobre o que realmente teria acontecido com essas populações autóctones entre os anos de 1616 e 1661.

O cronista não registra o nome dos principais⁶, como Abbeville fez em sua crônica, mas somente o nome das aldeias, ressaltando sua dificuldade para entender a grafia dos nomes indígenas registrados pelo francês, uma vez que “os Francezes não pronunciam e nem exprimem bem os nomes de outras línguas” (Bettendorff, 1990, p. 12). Para ele, havia erros de impressão também, e ele se esforçou para interpretar os nomes escritos conforme seu conhecimento posterior da região, como por exemplo a aldeia registrada como Hirahendaba, que ele supôs ser Iraendaba. Essa mesma aldeia é chamada de Itandeaue na tradução da obra de Abbeville feita por Cezar Augusto Marques em 1874, o que demonstra a dificuldade de interpretação e grafia desses nomes.

⁶ Nome que designava o líder dos aldeamentos indígenas segundo Abbeville (1874) e Bettendorff (1990).

Munido do texto do padre Christovão da Cunha, Bettendorff pôde narrar a expedição de Pedro Teixeira à Quito pelo rio Amazônia, em 1637, e descrever a geografia do local. Para o que não tinha registro, ele contou com os relatos dos mais antigos da missão e do que “viu com os próprios olhos”. Não obstante, ele mesmo esclarece que, na falta de maiores informações ou (incongruências), seguiu o que achou “mais provável”, já que não contava com nenhuma anotação própria sobre os anos passados na missão (Bettendorff, 1990, p. 3).

A crônica é composta de dez livros e o autor esclarece que

[...] não haveis de estranhar que vou sempre ajuntando o governo espiritual com o temporal, porque sendo que os tivessem os Missionários ambos juntos acerca dos índios, ou os não tivessem juntos, mas um só que é o espiritual, contudo andaram sempre e andarão tão anexos, que forçosamente os Missionários se devem valer dos governadores e capitães-mores para efetuar na salvação das almas o que pretendem, além do que por esta via melhor se conhecerá o que se obrou em qualquer tempo na missão. (Bettendorff, 1990, p. 3)

O excerto deixa transparecer que, na visão de Bettendorff, não seria possível separar o Estado (temporal) e a Igreja (espiritual) para que a missão tivesse êxito. Para ele, os missionários precisavam dos governadores a fim de atingir seu objetivo final, a salvação das almas. Sua relação com os governadores tinha um caráter mais jurídico do que religioso. Suas manifestações eram principalmente realizadas por meio de petições e pareceres (Arenz, 2022).

Arenz (2022) explica que o sucesso do projeto jesuíta na Amazônia dependia da relação com os governadores e Bettendorff entendeu bem isso. Ele procurou estabelecer boas relações com os governadores do Estado do Maranhão. Ainda assim, não se furtava a tecer suas críticas, como os registros feitos sobre Pedro de Mello (1658-1662) pela posição indefinida à época do primeiro levante contra os jesuítas. Rui Vaz de

Siqueira (1662-1667) é considerado um administrador instável e oportunista. Artur de Sá e Meneses (1687-1690) foi criticado por sua falta de lealdade, por não apoiar devidamente a implementação do Regimento das Missões.

Os demais governadores: António de Albuquerque Coelho de Carvalho (1667-1671), Pedro César de Meneses (1671-1678), Inácio de Coelho da Silva (1678-1682) e Gomes Freire de Andrade (1685-1687) foram considerados amigos por Bettendorff, por manterem laços espirituais com a Companhia de Jesus, ao escolherem os jesuítas como seus confessores e participarem de sermões e devoções nos colégios.

Importa ressaltar que o autor não conclui a crônica, sendo seu último registro em 25 de maio de 1698. Para além da história dos jesuítas na Amazônia no século XVII, o texto é considerado por Vicente Salles “um extenso relato das atividades dos missionários, contendo episódios comuns, triviais, revelações do dia a dia, variadas e às vezes minuciosas, testemunhando fatos, lembrando acontecimentos, dos primórdios da colonização até 1698” (Bettendorff, 1990, s.n).

O texto do jesuíta, marcado pelo estilo barroco da época, atenta-se aos detalhes e minúcias dos fatos e busca convencer o leitor pelo dramatismo das imagens utilizadas e pela exuberância e grandiosidade das descrições narradas, como o relato sobre os rios da região amazônica, por exemplo. É perceptível o caráter edificante estabelecido por Ignácio de Loyola no Exercícios espirituais, que visava sobretudo “manifestar a presença divina, estimular a fé do próximo e infundir a piedade” (Londoño, 2002, p. 12).

De acordo com a análise de Santos (2015), a crônica não estava destinada somente aos jesuítas do Maranhão, mas visava também circular em Portugal, a fim de conquistar auxílios e reforços para a Missão na Amazônia. Outro aspecto ressaltado por Santos (2015) é que

Bettendorff dirigiu seu texto também aos de fora da Missão, o que é possível denotar pelo registro de muitas situações envolvendo os aspectos chamados “temporais”.

Nesse sentido, através da obra, pode se compreender um pouco mais do próprio autor. Percebe-se alguns de seus gostos e suas preocupações e é possível vislumbrar sua visão de mundo e seu papel no contexto da missão Amazônica. No espaço limitado de um artigo, optou-se por abordar apenas alguns aspectos que se sobressaem ao analisarmos Bettendorff enquanto intelectual, a serem apontados no próximo tópico.

O Intelectual Bettendorff

O pensamento racional dos jesuítas é traduzido em seu plano de estudo, o *Ratio Studiorum*. Este manual se baseou no *modus parisienses* de ensino absorvido pelos padres que estudaram na Universidade de Paris. A preleção, os exames e as repetições, que caracterizam este tipo de ensino, são incorporados nesse documento, consagrando-o como o guia do trabalho educativo realizado pelos inacianos nas colônias portuguesas.

A escolástica baseava o racionalismo teológico desde o século IX. Nessa concepção, o aluno é o centro do sistema educativo e o professor é alguém que desperta no aprendiz o interesse enquanto o ajuda, por experiência, a evitar desvios de uma ciência menos perfeita. Na escolástica, o adulto é o modelo a ser copiado e há liberdade para o pensamento racional, desde que seja norteado pela Revelação Divina (Oliveira, 2016).

Entretanto, ao se firmar nesse conceito, os inacianos não buscavam fortalecer as ideias predominantes até então como oposição à nascente concepção moderna de ciência, mas sim se adaptar aos novos tempos, reformulando a escolástica com elementos próprios da época, que

destacassem o papel do homem como ser ativo. Ao analisar as missões jesuíticas na Amazônia seiscentistas, Santos (2010, p. 17) utiliza o termo “neotomista” para identificar esta reformulação, considerada por ele uma

[...] compatibilização realizada pelos jesuítas entre a síntese tomasiana e o pensamento humanista renascentista, somado posteriormente aos aspectos da filosofia e da ciência modernas – e apresenta argumentos que reúnem à orientação teológica herdada da escolástica uma justificativa lógica e racional baseada na experiência.

Percebe-se, então, que os jesuítas, ao mesmo tempo em que não se desvincilharam do pensamento escolástico, se aproximaram do pensamento lógico e racional, conforme sua experiência nas missões evangelísticas.

Bettendorff (1990) demonstra seu vínculo com o pensamento escolástico ao se preocupar com o ensino do Latim, mesmo sem as condições adequadas para isso. Nos anos de 1670, ele tentou iniciar turmas para os filhos dos moradores da cidade de Belém. As turmas começaram e, segundo o autor, os alunos estudavam “todos com furor e grande aproveitamento” (Bettendorff, 1990, p. 280). Entretanto, o governador mandou que um dos seus alunos se alistasse nas tropas que defendiam o território, o que contrariou o padre e o levou a requerer dispensa para este aluno. Ao ter o seu pedido negado, Bettendorff decidiu fechar a classe e, no seu relato, afirma que não mais a abriu. Era uma reivindicação dos missionários que os meninos não servissem às tropas do governador antes de chegarem à idade de se casar, para que pudessem aprender bem a doutrina.

O jesuíta se esforçou para aprender, também, a língua dos Ingaybas⁷, para a qual contou com a ajuda do filho do capitão-mor. Esse

⁷ Nome genérico utilizado para se referir aos povos que não falavam a língua tupi, já conhecida dos religiosos.

mameluco, afirma o cronista, era “versadíssimo” em ambas as línguas – português e ingayba e, com seu auxílio, o padre aprendeu aquela língua dentro de três meses, podendo, com isso, ensinar a doutrina e batizar pelo menos mais de oitenta crianças (Bettendorff, 1990, p. 336).

Bettendorff (1990) relata, também, a tradução do catecismo em várias línguas nativas com a ajuda de índios possibilitando-o, assim, catequizar os Tapajó e os Urucu em sua própria língua. Da mesma forma, o padre Manuel Nunes investiu na composição de catecismo na língua dos Ingaybas.

Do ponto de vista político, a influência mais marcante foi sua articulação na elaboração de uma nova legislação, que disciplinou a relação dos colonos e padres com os nativos. O Regimento das Missões, promulgado em 1688, instaurou um novo período de ordenamento do Estado do Maranhão em torno da questão da mão-de-obra indígena e permaneceu em vigor até a expulsão dos jesuítas, quase um século depois. Obviamente, a implementação da legislação não ocorreu plenamente, e os conflitos e disputas permaneceram. Entretanto, o respaldo legal que os jesuítas obtiveram com essa legislação, dando-lhes poderes espirituais e temporais sobre os indígenas aldeados, soou como uma vitória para os inacianos, que voltaram ao Maranhão depois de quatro anos de exílio, com o apoio da coroa portuguesa. As disputas passaram a ser em torno das posturas dos governadores e seu apoio mais direto, ou indireto, aos jesuítas. Todavia, eles não poderiam descumprir deliberadamente o que estava estabelecido no texto legal. A formulação dessa legislação ocorreu no período em que Bettendorff esteve em Portugal (1684-1688), sendo ele um dos protagonistas de sua elaboração.

O padre relata que, ao chegar na Corte, foi ter diretamente com o rei D. Pedro II (1683-1706), a quem apresentou por escrito sua versão dos fatos ocorridos no Maranhão, que causaram a expulsão dos jesuítas. Na

oportunidade, o ministro Roque Monteiro Paes foi indicado para ouvir e analisar os argumentos do padre Bettendorff acerca da situação e sua proposição para viabilizar a continuidade da missão jesuíta na Amazônia.

Ao saber da nomeação de Gomes Freire de Andrade como governador do Maranhão, Bettendorff (1990, p. 397) foi visitá-lo várias vezes para informá-lo dos “costumes e manhas da terra” e aproveitou para dar-lhe por escrito orientações de como “havia de se haver com os moradores da cidade de São Luiz, apontando-lhe os amigos da Companhia dos quaes se podia fiar, e com os quais convinha que tratasse quando estivesse já ancorado em Araçagy antes de ir tomar o porto da cidade”

Mesmo longe do Maranhão, Bettendorff usou sua influência para cooptar o apoio do governador, pois entendia ser essa uma estratégia importante para o sucesso da missão. Percebemos também que permanecia no Maranhão, um grupo de apoiadores dos jesuítas dos quais ele considerava importante a aproximação do governador, pois eles seriam uma base fundamental para reforçar a retomada da missão jesuíta. Isso demonstra o quanto Bettendorff estava empenhado em retornar ao Maranhão.

Gomes Freire embarcou para o Maranhão com o objetivo de apaziguar o Estado, castigar os rebeldes, e restituir os poderes temporais e espirituais dos jesuítas. Bettendorff, entretanto, permaneceu em Portugal, a fim de discutir a questão que causou o levante – a disputa pela mão de-obra indígena para prover uma segurança jurídica aos inacianos.

Nesse sentido, ele atuou como o intelectual mediador que, ao buscar os interesses da ordem jesuíta, preocupou-se em prover condições para a sua sobrevivência na colônia. Ao comparar sua atuação com a do padre Vieira, Arenz (2022, p. 280) considera que “Bettendorff articulou este assunto de interesse público e, por conseguinte, sociopolítico de maneira

mais ponderada”. Seu foco estava na missão jesuíta, mas sua estratégia teve um cunho jurídico, a fim de garantir um suporte definitivo para a realização da missão jesuíta no contexto específico da Amazônia.

Dentre as proposições de Bettendorff, destacam-se: a) a restituição dos padres jesuítas aos seus postos; b) que os meninos e meninas não servissem antes de chegarem à idade de casar para que pudessem aprender bem a doutrina; c) que não servissem nem as mulheres casadas, para amamentarem e fazerem farinha, e nem as velhas com mais de cinquenta anos; d) que se proibissem os brancos e mestiços de irem às aldeias para tirar índios ou comerciar aguardente.

A análise dos vinte e cinco pontos aprovados no Regimento das Missões permite perceber que muito do que foi pleiteado por Bettendorff está presente. O primeiro parágrafo concede aos jesuítas a administração exclusiva dos índios aldeados, tanto do governo espiritual quanto do temporal. Foi criado o ofício de procurador dos índios, que deveria ser eleito pelo governador a partir da indicação do Superior da Companhia. A entrada de homens brancos e mestiços nos aldeamentos sem a permissão dos padres ficou proibida.

Nem tudo foi concedido conforme Bettendorff propôs, como por exemplo a demanda de 35 casais de indígenas para cada aldeamento. Ficou estipulado que os religiosos teriam direito a 25 casais. Mas, ao retornar para a Amazônia em 1688, com o respaldo do Regimento das Missões, foi possível maior investimento na estruturação dos cursos ofertados no Colégio de Santo Alexandre no Pará. Com o apoio de padres e noviços que vieram de Portugal e outros que retornaram do Estado do Brasil, onde estavam desde a expulsão em 1684, teve início o curso de Filosofia, que recebia alunos inclusive de outras ordens como dos mercedários. Nessa ocasião Bettendorff exerceu a função de mestre de noviços.

Ele teve ainda inserção nos campos da música, arquitetura e economia. Em seus escritos, ele destaca os coros e a confecção de instrumentos musicais como elementos pedagógicos importantes. O padre acompanhou de perto a construção dos colégios de Belém e São Luís, sendo que, neste último, supervisionou o entalhe do retábulo. Evocou ainda a prioridade na coleta do cacau, por perceber se tratar do fruto com maior potencial econômico na região.

Considerações Finais

Nesse breve artigo, intentou-se apontar que, no século XVII, antes que a palavra intelectual carregasse o conceito atual, é possível identificar um intelectual a partir da sua inserção social notória e por suas contribuições na dinâmica social em que se inseriu.

O padre João Felipe Bettendorff foi um luxemburguês que, pouco depois de entrar na Companhia de Jesus, foi enviado para a Missão do Maranhão em 1661, a pedido do padre Antônio Vieira, que buscava fortalecer a Missão na região.

Ele produziu um catecismo bilíngue para ser utilizado na Missão do Maranhão e escreveu, ao final da sua vida, a crônica dos padres da Companhia no Estado do Maranhão, na qual descreve, de maneira pormenorizada, as ações dos jesuítas desde sua chegada na Amazônia, em 1622, até o final do século XVII.

A crônica transparece sua trajetória na missão do Maranhão e aponta as ações que permitem analisá-lo enquanto um intelectual mediador. A preocupação com a aprendizagem da língua local, manifesta em suas incursões pelos diferentes dialetos nos grupos indígenas em que transitou, na reedição da gramática de Luís Figueira e na publicação de um catecismo bilíngue, assinalam o investimento na

expansão da Missão e apontam para seu aspecto pedagógico. Além disso, ao utilizar seus dotes retóricos e seu prestígio pessoal na articulação de uma legislação que conferisse segurança jurídica à missão, Bettendorff demonstra sua visão interligada dos poderes religiosos e governamentais. Ao se dedicar a essa discussão, o padre já tinha experiência e conhecimento da dinâmica da sociedade amazônica e isso lhe conferiu condições para defender os princípios e valores da Companhia, sem desconsiderar as reais condições para que a Missão se estabelecesse numa realidade bem específica.

Referências

- ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circumvisinhaças**. Maranhão: Typ. do Frias, 1874. Tradução de Cezar Augusto Marques. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221724>>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- AGNOLIN, Adone. Catequese e tradução: gramática cultural, religiosa e linguística do encontro catequético e ritual nos séculos XVI-XVII. In MONTERO, Paula. **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006. pp. 143-208.
- ARENZ, Karl Heinz. **Valente para servir: o padre João Felipe Bettendorff e a Amazônia portuguesa no século XVII**. Belo Horizonte: Caravana, 2022.
- BETTENDORFF, João Felipe. **Compendio da doutrina christã na língua portuguesa, e brasileira**. Lisboa: Officina Simão Taddeu Ferreira, 1800.
- BETTENDORFF, Pe. João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>. Acesso em: 27 maio 2022.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: UNESP, 1997.

- GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- LOIOLA, Santo Inacio de. **Exercícios Espirituais**. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1999.
- LONDOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas: Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 22, n. 43, p.11-32, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882002000100002>>. Acesso em: 28 mar. 2017.
- LOPES, Marcos Antônio. Pena e espada: sobre o nascimento dos intelectuais. In:
- LOPES, Marcos Antônio (Orgs). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 39-48.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Epistemologia e educação: bases conceituais e racionalidades científicas e históricas**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- SANTOS, Breno Machado dos. As missões jesuíticas na Amazônia Portuguesa seiscentista: uma análise sobre a dinâmica de evangelização através do diário do padre João de Souto-Maior. **CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 11, p. 11-28, 2010. p. 17. Disponível em: <<https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/view/1032>>. Acesso em: 13 jul. 2017.
- SANTOS, Breno Machado dos. **Os jesuítas no Maranhão e Grão-Pará seiscentistas: uma análise sobre os escritos dos protagonistas da missão**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (Orgs). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-25.
- SIRINELLI, Jean- François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.
- SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil. **RIHGB**. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885. p. 5-140.

6

INSTRUÍDOS E INDUSTRIOSOS: ESCOLA PARA ÍNDIOS NO BRASIL. BREVES CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO DIRECTÓRIO (1758) E DO PLANO SOBRE A CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS DO BRASIL (1790)

Justino Magalhães

Vio huum d'eles huuãs contas de rosairo brancas; açenou que lh'as desem; e folgou muito com elas; e lançou as ao pescoço; e depois tirou-as e embrulhou-as no braço; e acenava pera a terra e entam pera as contas e pera o colar do Capitam, como que dariam ouro por aquillo. Isto tomavamo-nos asy polo desejarmos; mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto nom querjarmos nos entender porque lh'o nom aviamos de dar (Carta a El Rei D. Manuel, de Pero Vaz de Caminha, Porto Seguro, 1 de Maio de 1500).

Introdução

Este texto incide fundamentalmente sobre o *Directório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário* (1757), contendo as orientações pombalinas e aprovado pelo Alvará Régio de 17 de Agosto de 1758, e sobre o manuscrito *Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil e principalmente para a Capitania da Baía* (1790), da autoria de Domingos Álvares Branco Moniz Barreto. A apresentação e a análise do teor reformista destes dois Regulamentos carecem, todavia, de uma introdução historiográfica.

O conhecimento histórico do Brasil no período colonial tem vindo a ser ampliado e revisitado, nomeadamente através do resgate e da integração em inventários e catálogos, devidamente organizados, da documentação que consta dos Arquivos Portugueses. Parte dela está digitalizada. Ainda que um pouco à margem, a história da educação é também beneficiária dessas fontes históricas, dado que a sistematização

tem sido exaustiva e de ordem geral. De modo indirecto, a história da educação faz uso daquelas mesmas fontes e tem vindo a ampliar o conhecimento sobre as transformações da sociedade brasileira, nos períodos colonial e na transição para a independência. Para além da documentação preservada em Arquivos Portugueses, há informação histórica recolhida nos arquivos regionais e locais, que tem vindo a ser (re)interpretada nos contextos históricos, e nos quadros semânticos e socioeconómicos de origem.

O conhecimento sobre a população escrava vem sendo obtido, em boa parte, por inferência a partir de fontes externas e por comparação com outras sociedades, outras economias, outras geografias. Com efeito, a investigação de registos sobre o tráfico de escravos e sobre a economia escravocrata tem possibilitado um conhecimento sistemático sobre a população escravizada do Brasil, essencialmente a oriunda do continente africano. A observação externa e a comparação documentam e comprovam a relevância dessa população para a economia transatlântica. No entanto, mantém-se lacunar o conhecimento histórico sobre a sociedade brasileira autóctone, formada por povos índios. Aos vazios na historiografia regional e local do Brasil do Antigo Regime, que condicionam conclusões gerais, transversais e longitudinais, a historiografia oficiosa tem procurado corresponder com projecções e inferências a partir do quadro civilizacional europeu.

No essencial, a historiografia elaborada pelo colonizador assenta numa perspectiva desenvolvimentista, em três grandes ciclos históricos: descobrimento e administração por capitánias; integração do Brasil-Colónia na economia-mundo; modernização sociopolítica e independência. Reportando ao longo período iniciado com o descobrimento e as primeiras fixações de colonos, a historiografia não tem deixado de acentuar a relevância da economia de extracção e de

monocultura; as consequências demográficas na população local; os contrastes entre os colonos e os autóctones, nos diversos planos materiais, culturais, civilizacionais. Nos registos escritos de época estão preservadas informações que plasmaram os olhares externos, nomeadamente sobre o desenvolvimento material e cultural, e sobre o universo simbólico. Tais perspectivas, umas passadas a escrito, outras transmitidas oralmente, vieram condicionar o relacionamento entre os habitantes oriundos do exterior e os autóctones, especialmente entre os séculos XVI e XVIII.

Analisando o registo de viagem, de meados do século XVI, do missionário calvinista Jean de Léry, Michel de Certeau (1975) assinala quanto esse relatório e outros registos coetâneos de viagens e de missões, sob a forma de missivas, relatos ou crónicas, influenciaram a historiografia e como passaram a ser frequentemente reiterados para datar e interpretar os factos, os movimentos e os próprios ciclos históricos. A influência de tais registos foi notória em analistas subsequentes, designadamente na inferência de movimentos e ciclos históricos.

Porventura, por falta de referências e buscando refazer analogias, a interpretação daquele e de outros registos escritos incorreu na justificação de assimetrias e visões hegemónicas, nos planos cultural e civilizacional, convertidas estas em relações de poder político, administrativo, económico, social, cultural. Tais analogias deram alento a segmentações e discriminações de diversa ordem. A legislação, parte da qual promulgada com desígnio reformista, procurava fazer face a desmandos e assimetrias nas formas de trato e nas relações de sociabilidade, quer através da afirmação da autoridade régia quer através da homologação de normas que conferiam às autoridades locais um governo assente na jurisprudência. A população estava segmentada

entre colonos, nativos e escravos, sendo frequentes as dissidências e as rivalidades. A conflitualidade prolongou-se até ao final do século XVIII, vindo a ser lentamente atenuada com a independência. Sumariamente, o segundo ciclo colonial ficou assinalado por disputas territoriais, missionação, aculturação e integração do Brasil na economia-mundo, sob as modalidades de uma economia de extração e produção, em grande escala, de produtos destinados ao exterior. Era uma economia escravocrata e em que os autóctones foram sendo afastados das regiões mais produtivas. Pode assinalar-se, por fim, um terceiro ciclo de capitalização e modernização que conduziu à independência.

As reformas implementadas no período entre os séculos XVI e XVIII, ainda que hajam mantido uma tônica de progressivo reconhecimento pela liberdade e pela identidade dos autóctones, variaram no grau de representação e no comprometimento com o destino dos índios. Tentavam acorrer a situações de vida e de segurança que se haviam agravado de um período para outro. Relativamente aos colonos e aos escravos, a legislação foi mais regular, garantindo as prerrogativas de uns e a protecção de outros.

Após uma abordagem sumária destes ciclos associados à aculturação escrita e às principais reformas, abordam-se então o *Diretório que se deve observar nas Províncias dos Índios do Pará, e Maranhão* (1757), aprovado pelo Alvará Régio de 17 de Agosto de 1758, e o *Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil e principalmente para a Capitania da Baía* (1790), proposto por Domingos Álvares Branco Moniz Barreto. Tanto o *Diretório* quanto o *Plano* conferiam relevância ao binómio composto por instrução e trabalho, visando transformar os índios em instruídos e industriais.

Escrita e circularidade das fontes históricas

No período compreendido entre o século XVI e o século XVIII, foram sendo promulgadas distintas reformas, nem todas com igual teor ou grau de eficácia, conforme, aliás, surge reconhecido no preâmbulo do *Diretório* de 1757. Há, no entanto, uma circularidade e uma reiteração na sequência das sucessivas reformas, sendo difícil divisar o que efectivamente foi mudando de uma circunstância histórica para outra, tornando substantiva e significativa a sequência de conjunturas. A circularidade observa-se quer na recorrência dos mesmos sintomas e de soluções análogas quer no vaivém entre o legislador, os informadores e os próprios agentes de implementação dos dispositivos legais. A dependência dos autóctones face à circularidade e interdependência das diversas entidades envolvidas, nomeadamente a Companhia de Jesus, colonos e autoridades régias está manifesta no processo, que correu na Província da Bahia, relativo à transferência de índios de Cirigipe para Jaguaripe. Dado que esta povoação apresentasse condições mais precárias, quer no plano espiritual quer no plano temporal, houve tentativas de reversão do processo, ao que se opôs o Provincial da Companhia de Jesus, no Brasil, Padre Simão Pinheiro em Carta que enviou ao Governador, Dom Luiz de Sousa, em 25 de Setembro de 1620¹.

Necessariamente que houve alterações na denominação e na relevância dos interlocutores, o que traduz mudança no exterior, mas, de tal constatação, não se poderá inferir que tenha havido mudanças intrínsecas à realidade narrada. Significa isto que a realidade interna se manteve estática? Significa, pelo contrário, que quer os informadores

¹ Cf. Documentos 119 e 120 In Salgado, João Paulo e Miranda, Susana Münch (eds.), 2001. *Livro 1º do Governo do Brasil (1607-1633)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Centro de História e Documentação Diplomática/ MRE, pp. 367-370.

quer o legislador sustentaram os mesmos pontos de vista? Como referido, ao analisar o relato publicado em 1578, no qual Jean de Léry descreveu a realidade observada e caracterizou os autóctones com quem tivera oportunidade de contactar, Michel de Certeau conclui que Léry não se coibiu de emitir juízos com base na realidade europeia.

Advertindo que escrever história é escrever a história, e constatando que o relato de Jean de Léry foi reeditado nos séculos seguintes, Certeau infere que tais circunstâncias e tais registos delas coetâneos não deixaram de influenciar a historiografia. Na verdade, a historiografia assinala que no século XVIII era ainda frequente a caracterização dos índios com os atributos e os costumes que constavam dos relatos e crônicas dos séculos anteriores. A leitura reiterada dos mesmos relatos e a unicidade da legislação têm condicionado a historiografia, indefesa para sustentar e atribuir novos sentidos. Estes só seriam possíveis com olhares semantizados e críticos, devidamente contextualizados na interpretação e consequentes na reformulação discursiva.

Houve alterações relativas às autoridades envolvidas, suas denominações e graus de implicação, mas havia reiteradas situações de conflito e injustiça, cuja menção não podia deixar de ser retomada. Perante a constatação de que tais questões foram sendo referidas na sequência de reformas promulgadas ao longo dos mais de dois séculos, há estudos que, acentuando a continuidade de incidentes críticos, inferem que a população autóctone, designadamente os índios, foram mantidos em situação subalterna e de exploração por parte dos colonizadores. O argumento invocado pelos defensores de tal perspectiva historiográfica é o de que, apesar do teor reformista da legislação, esta não foi suficiente para alterar a situação, devendo concluir-se que a continuidade legislativa não pode deixar de traduzir

um agravamento das situações críticas a que eram votadas as populações autóctones.

Se, historicamente, uma situação que não melhora tende a agravar-se em absoluto ou por comparação a outras realidades com cujas melhorias vai sendo cotejada, como é o caso de uma melhor qualidade de vida dos colonos e dos imigrados, também o acumulado de relatos não favorece uma inversão de tais perspectivas. É o que salienta Certeau, após haver submetido o relato de Jean de Léry a uma operação de hermenêutica histórica e ter confrontado tal análise com as interpretações que, nos séculos seguintes, foram sendo reiteradas. Em face de tal cotejo, Michel de Certeau reconhece que “*signifié par une conception de l’écriture, le travail de reconduire la pluralité des parcours à l’unicité du foyer producteur est celui-là même qu’effectue le récit de Jean de Léry*” (Certeau, 1975, p. 257).²

Perante a reiteração de incidências e de medidas legislativas, na sequência de reformas relativas às populações autóctones do Brasil, poderá admitir-se, por analogia com a unicidade na interpretação do relato de Léry, que, apesar da evolução temporal, também a ausência de historicidade na interpretação das distintas reformas pode conduzir à uniformidade de sentido. Incapaz de devolver a pluralidade das situações, a escrita das sucessivas reformas correspondeu a uma consubstancialidade e a uma coetaneidade que consignavam um mesmo valor-de-uso e um mesmo significado.

Entre outras funções, a escrita é comunicação, memória, registo da acção. As crónicas de viagem e os relatos sobre o Brasil-colónia tiveram repercussão no processo de desenvolvimento e afectaram a história.

² «orientado por uma concepção de escrita, o trabalho de devolver a pluralidade das viagens à singularidade da casa produtora é o mesmo realizado pela história de Jean de Léry» (Tradução livre pelo autor).

Nas últimas décadas, tem-se assistido a uma renovação das perspectivas historiográficas e ao surgimento de vozes críticas dos relatos quinhentistas e seiscentistas, entre as quais se destaca, como referido, Michel de Certeau, para quem Jean de Léry, missionário protestante, descreveu a realidade segundo a sua própria perspectiva, que era a europeia, e com um efeito de verdade que tenderam a condicionar as interpretações posteriores. Pode admitir-se que tais relatos e reformas são parte de uma escrita de império, histórica, oficial e oficiosa, de que também fazem parte: a escrituração formalizada, elaborada por escrivães credenciados e preservada em arquivos, fundos colectivos e locais de memória, criteriosamente organizados; a cronística devida a visitantes e outros letrados, em trânsito ou temporariamente residentes no Brasil.

Havia uma circularidade entre, a um lado, informadores, que eram frequentemente também os principais interlocutores e agentes, e, por outro lado, o legislador, detentor da autoridade régia exercida através de reformas e regulamentos. Uns e outros tomavam como referência uma realidade que esperavam descrita de modo uniforme, em conformidade com os pressupostos comuns a ambos os lados. Esta circularidade anulava o elemento terceiro, que era representado não necessariamente de acordo com os contextos, as situações e as características de cada tempo histórico, mas, sim, de acordo com o que melhor agradaria aos agentes da informação e da acção. Esta circularidade foi sendo prolongada no tempo e chegou ao século XVIII, quando, em situação de ruptura económica e civilizacional, o Racionalismo, o Iluminismo e os progressos internacionais tornaram inadiáveis reformas drásticas, como deixa antever a denominação de *Directório*.

Das alterações na legislação

Do texto da Lei sobre a liberdade dos gentios (Évora, 20 de Março de 1570)³, com chancela de El-Rei D. Sebastião, infere-se que havia situações de aprisionamento e trabalho forçados a que os índios eram sujeitos. Nesta que foi denominada a primeira Lei da Liberdade dos Indígenas (Lei, 20.03.1570), aquele monarca determinava:

Defendo e mando que daqui em diante se não use nas ditas partes do Brasil, dos modos que se até ora usou em fazer cativos os ditos gentios, nem se possam cativar por modo nem maneira alguma, salvo aqueles que forem tomados em guerra justa que os portugueses fizerem aos ditos gentios, com autoridade e licença minha, ou do meu Governador das ditas partes; ou aqueles que costumam saltar os portugueses, ou a outros gentios para os comerem; assim como são os que se chamam Aimorés, e outros semelhantes.

Em 1655, foi criada a Junta Geral das Missões, órgão consultivo instituído em Lisboa e destinado aos assuntos relacionados à propagação da fé nos domínios portugueses. Anos mais tarde, em 1663, quase um século após a Lei da Liberdade dos Indígenas ter sido aprovada, e no ano em que a capital do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, foi assinada uma Provisão Régia pela qual a administração espiritual das aldeias foi conferida aos padres da Companhia de Jesus e de outras ordens religiosas. Os chefes indígenas permaneciam responsáveis pela administração temporal. Pela mesma Provisão, ficou determinado que as Câmaras Municipais elessem todos os anos um repartidor que, junto com o pároco da aldeia, assumiria a tarefa de repartir os indígenas entre os moradores, para que aqueles realizassem serviços, por tempo limitado e mediante o

³ Transcrita por Varnhagen (1975, p. 345). Cf. https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Lei_de_liberdade_dos_indios_de_1570.pdf. Consulta em 15-10-2024.

recebimento de um salário. Sedentários e organizados em aldeamentos, os índios estavam ao tempo inseridos na estrutura produtiva e na ordenação social, trabalhando como assalariados. As populações dos sertões e de fora dos aldeamentos continuavam a manter-se num regime de itinerância.

Promulgado em 21 de Dezembro de 1686, por El-Rei D. Pedro II, o Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará veio determinar que os padres teriam, além do governo espiritual, a administração política e temporal das aldeias sob sua jurisdição, obedecendo às ordens e leis reais. Esse Regimento aboliu alguns privilégios dos jesuítas e transformou a forma de repartição dos indígenas para os serviços nas aldeias e entre os moradores. Criou dois lugares de procuradores dos índios, escolhidos pelo governador da capitania. Também para final do século XVII, foram criadas juntas de missões em várias capitanias, subordinadas à Junta Geral das Missões. Voltadas para a resolução de conflitos, para o estipular de medidas para as atividades missionárias e para a ocupação do sertão, as juntas das missões eram formadas pelos governadores, ouvidores, provedores da Fazenda, bispos ou vigários-gerais e prefeitos das ordens religiosas das capitanias. A primeira dessas juntas foi criada na Bahia, em 1688. Em 1701, foi instalada a Junta de Missões, no Pará; em 1746, em São Paulo; em 1750, no Rio de Janeiro.

Por Cartas Régias de 1 e 3 de Fevereiro de 1701, dirigidas aos Padres Missionários, D. Pedro II advertia que tinha conhecimento de que não eram respeitados os empregos e as dignidades dos Índios, o que concorria para a rusticidade dos Índios e o desleixo em que têm sido educados, pois até os Principais, Sargentos maiores, Capitães e mais Oficiais das Povoações, independentemente dos empregos honrados que tinham, se viam forçados a remar canoas. Isto acontecia com

desobediência das ordens régias, pelo que o Monarca recomendava aos Padres Missionários o cuidado que deviam ter em guardar aos Índios as honras e os privilégios competentes aos seus postos.

A Lei de 6 de junho de 1755, restituindo a liberdade aos índios, aboliu a escravidão índia no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Logo depois, foi “Sua Majestade servido pelo Alvará com força de Lei de 7 de Junho de 1755, abolir a administração Temporal, que os Regulares exercitavam nos Índios das Aldeias deste Estado; mandando-as governar pelos seus respectivos Principais” (Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário, §1)⁴. Deste modo, os missionários foram excluídos do poder temporal da administração das aldeias. O cargo de Diretor dos Índios foi criado em 3 de Maio de 1757, no quadro daquele *Diretório*, com o objetivo de organizar a administração e o governo dos indígenas do Pará e Maranhão. No ano seguinte, com o estabelecimento de Directórios em outras capitanias, as prerrogativas e atribuições de Director dos Índios foram estendidas para todo o Brasil.

O *Diretório* promulgado em 1758 corresponde a um movimento de inserção dos indígenas na “civilização”, através de distintas formas: o ensino da língua portuguesa em escolas estabelecidas com tal finalidade; a adoção de nomes e sobrenomes portugueses; a construção de casas a partir do modelo europeu; a obrigatoriedade do uso de roupas; o incentivo ao casamento entre índios e brancos. Além disso, esse *Diretório* regulou a distribuição de terras para o cultivo, as formas de tributação, a produção e comercialização agrícola, as expedições para

⁴ Texto digitalizado a partir das cópias dos originais publicadas em Almeida (1997). Cf. <http://www.nacaomestica.org/Diretorio-que-se-deve-observar-nas-Povoacoes-dos-Indios-do-Para.pdf>. Consulta em 23-10-2024.

coleta de espécies nativas e a prestação de serviços nos povoados. Foram promulgados Directórios em distintos Estados.

A implementação dos Directórios não foi suficiente para a universalização das melhorias de vida e de estatuto dos índios, como documenta o Ouvidor do Ceará, Manuel Magalhães de Pinto e Avelar, em carta de 03 de março de 1786 (*apud* Carvalho, 2021, p. 468), dirigida à Rainha D. Maria I:

(...) não posso deixar pelos deveres de homem, e ainda mesmo de Magistrado de pedir a V. Ex^a licença de na primeira ocasião lhe dar conta do estado infeliz e digno da comiseração de V. Exc^a e de toda a humanidade em que vivem estas pobres Villas e aldeias dos miseráveis índios, que ainda hoje, apesar dos santos, e péssimas leis de senhor D. José, são tiranizados pelos Directores das ditas vilas, pelos Ouvidores, pelos Governadores e ainda mesmo particulares Europeus: mais escravos no tratamento que se lhes dá do que Escravos africanos.

Segundo o Ouvidor, os maus-tratos infligidos aos índios também resultavam do facto de que os Directores dos Índios designados para implementarem o Directório não tinham as qualidades desejadas. Em resultado, havia índios que abandonavam os aldeamentos e que, regressados ao sertão, dissuadiam as populações para não «descerem» para as aldeias. Os Directórios vieram a ser extintos pela Carta Régia de 12 de Maio de 1798.

Em *Do Espírito das Leis*, publicado em 1748, Montesquieu apresentou o resultado de um estudo aprofundado em que historiou, caracterizou e comparou os regimes políticos e os respectivos quadros consuetudinários e legislativos. Ao estudo documental associou um longo périplo pelos territórios e países sobre os quais escreveu. No fundamental, centrou-se sobre a relação entre os regimes políticos e as leis, buscando conhecer as repercussões de tal binómio na história e nos destinos dos povos. Sendo Montesquieu em tudo favorável ao

classicismo e ao racionalismo das Luzes, a lei e o trabalho impunham-se-lhe como manifestações de progresso e humanismo, assinalando uma evolução civilizacional.

Montesquieu deixou relatos sobre povos com diferentes costumes e distintos modos de governo, tendo salientado que, no regime republicano, a educação é essencial, pois que dela dependem o ensino e o fomento da virtude cívica. Desde os antigos gregos que os povos que assumiam uma virtude conforme aos princípios da moral e dos bons costumes se inspiravam para criarem instituições singulares. O princípio de que a felicidade e o bem-estar dos povos residem na liberdade e no trabalho assenta na virtude cívica e na infalibilidade das instituições, associadas a um governo orientado para o bem comum. Porém, Montesquieu teve oportunidade de reconhecer que *«les Indiens du Paraguay ne dépendent point d'un seigneur particulier, ne paient qu'un cinquième des tributs, et ont des armes à feu pour se défendre»* (Montesquieu, 1979, p. 162)⁵. Para além de não dependerem de um senhor específico, os índios do Paraguai pagavam um tributo reduzido e possuíam armas de fogo para se defenderem. Em face desta observação, Montesquieu prosseguia, concluindo que, para além desta outra forma de organização nos planos individual e colectivo, o Paraguai podia fornecer um outro exemplo no modo como é exercido o poder: *«On a voulu en faire un crime à la société qui regarde le plaisir de commander comme le seul bien de la vie: mais il sera toujours beau de gouverner les hommes, en les rendant plus heureux»*.⁶

⁵ «os índios do Paraguai não dependem de nenhum senhor específico, pagam apenas um quinto dos tributos e possuem armas de fogo para se defenderem» (Tradução livre pelo autor).

⁶ «Queríamos fazer disso um crime contra a sociedade que considera o prazer de comandar como o único bem da vida: mas será sempre belo governar os homens, tornando-os mais felizes» (Tradução livre pelo autor).

Perante este outro modo de viver e estoura maneira de governo, orientado não apenas para a autoridade, mas também para a felicidade dos povos, Montesquieu reconheceu uma alternativa ao que de mais normativo e regular havia observado e sistematizado no seu estudo sobre os europeus. Não foi, todavia, a alternativa sugerida pelo regime político e organizativo dos índios do Paraguai que serviu de modelo ao *Diretório*. Foi, sim, o ideário civilizatório e de autoridade cultivado na Europa, assente numa economia regulada pelo trabalho.

Do *Diretório* dos Índios

Como já assinalado, o *Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário* foi confirmado por Alvará Régio de 17 de Agosto de 1758. Havia sido publicado em 3 de Maio de 1757, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, do Conselho de El-Rei, Governador e Capitão General do Estado do Pará e Maranhão, Principal Comissário Régio e Ministro Plenipotenciário nas Conferências sobre a Demarcação dos Limites Setentrionais do Estado do Brasil. O *Directório* é composto por 95 parágrafos.

Conforme consta do §1, o *Directório* surge na sequência do Alvará régio, com força de Lei, de 7 de Junho de 1755, pelo qual foi abolida a administração temporal que os Regulares exerciam sobre os Índios das Aldeias do Estado do Pará e Maranhão, os quais passaram a ser governados pelos respectivos Principais. Porém, clarifica este §1, para suprir a «lastimosa rusticidade, e ignorância, com que até agora foram educados», os Principais não dispunham da necessária aptidão para aquele governo, sem que houvesse uma orientação, «propondo-lhes não só os meios da civilidade, mas da conveniência, e persuadindo-lhes os

próprios ditames da racionalidade, de que viviam privados». Enquanto os Principais dos Índios não assumissem inteiramente esse Governo, haveria em cada Povoação com Índios um Diretor nomeado pelo Governador ou pelo Capitão General do Estado, o qual deveria «ser dotado de bons costumes, zelo, prudência, verdade, ciência da língua, e de todos os mais requisitos necessários para poder dirigir com acerto os referidos índios debaixo das ordens, e determinações» estipuladas no *Directório*.

Em conformidade com o Alvará de 7 de Junho de 1755, de acordo com o §2, os Índios existentes nas Aldeias que passassem a Vilas ficavam «a ser governados no Temporal pelos Juizes Ordinários, Vereadores, e mais Officiais de Justiça» e os índios das Aldeias independentes das ditas Vilas eram governados pelos respectivos Principais. Os Directores não podiam exercer jurisdição, cabendo-lhes, no entanto, advertir os Juizes Ordinários e os Principais, caso estes incorressem em alguma negligência ou descuido, relativa à obrigação que tinham «de castigar os delitos públicos com a severidade, que pedir a deformidade do insulto, e a circunstância do escândalo; persuadindo-lhes, que na igualdade do prêmio, e do castigo, consiste o equilíbrio da Justiça, e bom governo das Repúblicas». Logo no §3 é reconhecido

[...] que os índios deste Estado se conservaram até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos Sertões, em que nasceram, praticando os péssimos, e abomináveis costumes do Paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoráveis mistérios da nossa Sagrada Religião, mas até das mesmas conveniências Temporais, que só se podem conseguir pelos meios da civilidade, da Cultura, e do Comércio.

Perante esta situação, o mesmo parágrafo do *Directório* propõe que sejam tomadas Providências para «cristianizar, e civilizar [aqueles Povos] para que saindo da ignorância, e rusticidade, a que se acham reduzidos, possam ser úteis a si, aos moradores, e ao Estado». Essa será

a matéria de reflexão e cuidado dos Directores, para o que, na parte espiritual, devem atender ao Prelado do Diocese (§4) e devem fomentar nos índios o respeito pelos Párocos. Quanto à civilidade, lê-se no §6, a acção dos Directores assume uma intervenção mais efectiva. Dado que no Brasil por parte dos «primeiros Conquistadores» apenas tinha havido a preocupação de

[...] estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam [...] será um dos principais cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado.

Para assegurar esta orientação para a Civilidade, haveria em todas as Povoações duas Escolas públicas, uma para meninos e outra para meninas, sendo o Mestre e a Mestra pagos por Índios, pais dos alunos, e pelas pessoas em cujo poder viverem as crianças (§7). Os parágrafos 10 a 15 incidem fundamentalmente sobre formas de trato, títulos honoríficos, atitudes cívicas, modos de conviver, gestos e manifestações de sociabilidade, paridade, direito à dignidade e à ascensão social. É recomendado que os índios passem a ter direito a sobrenome. São introduzidas recomendações sobre os modos de vestir, bem como para a modernização das casas e a moderação no uso de bebidas alcoólicas.

A partir do §16, são introduzidas orientações relativas aos aldeamentos, sendo referido o papel que, nesse sentido, coube aos Padres Missionários, ao abrigo dos sucessivos Regulamentos e

orientações relativas à economia, assente na Agricultura e no Comércio. Nesse sentido, cabia aos Directores dos Índios fomentarem o cultivo da terra por parte dos índios (§17) e comprovar como, através do trabalho, poderiam os índios ascender a cargos honoríficos. Para tal, os Directores deveriam atraí-los para o trabalho, do que haveria benefício para o próprio, para suas famílias e para o bem comum (§ 18, §19 e §20). O estímulo do trabalho e o aumento da produção seriam também um modo de evitar quebras na economia e nos alimentos, pois que os maus princípios «arruinaram o interesse público; diminuíram nos Povos o comércio; e chegaram a transformar neste País a mesma abundância em esterilidade de sorte, pelos anos de 1754 e 1755» (§21).

Para assegurar uma economia agrícola e de mercado que protegesse da ruína e possibilitasse o comércio, todos os índios deveriam fazer «Roças de maniba [mandioca]» (§22 e §23) e deveriam também produzir algodão (§24) e tabaco (§25). Para acautelar situações de frouxidão, os Directores deveriam apresentar relatórios anuais da produção de cada roça e levar os índios a pagarem o Dízimo (§26 e §27). Estas medidas, executadas com apoio das Câmaras e a que se deveria juntar uma gradual introdução dos índios ao comércio, traduziam um avanço da civilidade contra a rusticidade (§28 a §60). Várias medidas foram sendo apresentadas, como seja a aferição de pesos e medidas, o livro de comércio, a circulação de produção em direcção à cidade, o exercício regular do comércio do Sertão e, por fim, a acumulação dos proventos em posse dos índios para aquisição de bens necessários e de terras.

Também o *Diretório* previa a chegada e o enquadramento de brancos nas povoações dos índios, mas tal não poderia constituir ameaça à propriedade de terras por parte destes (§80). As relações de trabalho, nomeadamente a estipulação de salários e a existência de operários e trabalhadores, mereceram um conjunto de medidas, desde listagens de

índios e vínculos laborais, que incluíam o pagamento faseado dos salários (§61 a §73). Para que um aldeamento fosse caracterizado como povoação, deveria conter pelos menos 150 moradores «por não ser conveniente ao bem Espiritual, e Temporal dos mesmos Índios, que vivam em Povoações pequenas, sendo indisputável que à proporção do número de habitantes se introduz nelas a civilidade, e Comércio» (§77). Neste mesmo parágrafo, lê-se que, anualmente, os Directores deveriam fazer listas de entrada e saída de moradores, e atrair índios a descerem dos Sertões, prerrogativa que, em tempos, havia pertencido aos Padres Missionários. Nas listas de índios, os Directores deveriam declarar e explicar «com toda a clareza a distinção das Nações; a diversidade dos costumes, que há entre elas; e a oposição, ou concórdia em que vivem».

A partir do §80, o *Diretório* incide sobre um conjunto de medidas que assegurassem a paz e a harmonia entre brancos e índios, combatendo a desigualdade, trazendo iguais direitos e obrigações, nomeadamente na propriedade e nas relações laborais e, por fim, introduzindo o desígnio de que houvesse casamentos entre índios e brancos. Os últimos parágrafos do *Diretório* são explicitamente orientados para a acção dos Directores, seus deveres e suas obrigações, estando sujeitos a penalizações. O *Diretório* encerra com um apelo aos Directores que, em boa parte, sintetiza os desígnios esperados com a sua implementação:

Ultimamente recomendo aos Directores, que esquecidos totalmente dos naturais sentimentos da própria conveniência, só empreguem os seus cuidados nos interesses dos Índios; [...] aqueles altos, virtuosos, e santíssimos fins, que fizeram sempre o objeto da Católica piedade, e da Real beneficência dos nossos Augustos Soberanos; quais são; a dilatação da Fé; a extinção do Gentilismo; a propagação do Evangelho; a civilidade dos Índios; o bem comum dos Vassalos; o aumento da Agricultura; a introdução do Comércio; e finalmente o estabelecimento, a opulência, e a total felicidade do Estado (§ 95).

Assim descrito e caracterizado, o *Diretório* constitui um modelo de civilização, cultura, economia e organização da sociedade, tudo colhido na civilização europeia. A compreensão e o conhecimento dos índios surge apenas nas diferenças entre «raças» e visava preparar uma intervenção das autoridades, em conformidade com tais diferenças, assegurando uma maior pacificação. O teor e a orientação do *Diretório* é Iluminista e traz duas ideias fundamentais: 1) civilizar e promover, com recurso a uma tecnologia do social; 2) escolarizar, tendo por base a língua portuguesa e uma uniformidade de leis e de autoridades. Há uma escrituração subjacente ao *Diretório* e esta presença do escrito torna tudo irreversível – listas, livros, contagens de diversas ordem, sentenças e circulação de documentos, instrumentos, guias de remessa, balanços, arrolamentos, identificação com a inclusão de sobrenomes.

A escola, a agricultura e o comércio fariam dos índios instruídos e laboriosos. Com excepção da referência aos anos de 1753 e 1754, como tendo sido de quebra de alimentos e de crise económica, o *Diretório* não estabelece uma causalidade directa para o arrastamento, até ao século XVIII, da situação em que se encontravam os índios no século XVI; também não atribui tal situação aos missionários ou aos colonos. Elaborado para o Estado do Pará e Maranhão, veio a ser extensivo a outros Estados, visando melhorar a acção dos Principais das povoações onde havia índios.

Com efeito, para pôr fim à situação que se vinha prolongando desde a conquista, era necessário alterar e tornar mais consequente a acção dos Principais, uniformizando e vigiando, pois que nem sempre estes se revelavam capacitados para o conjunto de tarefas de governo que lhes passaram a estar adstritas, em virtude da retirada do poder temporal aos missionários. A argumentação do *Diretório* e a instituição da figura dos Directores dos Índios, para tornar possível o cumprimento dos

Regulamentos de 1755, dão nota de haverem sido elaboradas com base na situação observada e relatada, muito embora devidamente adaptadas ao modelo civilizacional desejado. No preâmbulo, surge uma referência explícita a que, no decurso dos séculos anteriores, a situação das populações autóctones não havia melhorado, apesar da legislação que foi sendo publicada.

Diferentemente, o *Plano* que a seguir se apresenta, muito embora traga propostas de progresso semelhantes ou mesmo reiterativas, introduz um olhar distribuído no tempo: o tempo da conquista, o tempo dos missionários e colonos, e, por fim, o tempo do Iluminismo.

Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil e principalmente para a Capitania da Baía (1790)

Tornar os índios instruídos e industriosos foi, no fundamental, o lema do *Diretório*, que veio a ser retomado no *Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil e principalmente para a Capitania da Baía*. O autor deste Plano, manuscrito, foi Domingos Álvares Branco Moniz Barreto, que, em nota de pé-de-página, informa: «Este Plano foi entregue ao Ilm^o e Exm^o Snr Martinho de Mello e Castro, na Corte e Cidade de Lisboa, no anno de 1790». Este foi o ano imediato à suspensão dos Directórios. Neste documento, Domingos Moniz Barreto revela um conhecimento detalhado da realidade brasileira. Nascido na Baía em 1748, veio a falecer no Rio de Janeiro em 1831. Circulou regularmente entre Baía, Rio de Janeiro, Lisboa, São Paulo. Com uma carreira militar e autor de textos vários, não sendo muito estudado nestas condições de militar ou de escritor, deixou, no entanto, estudos fundamentais para o conhecimento do Reformismo Iluminista, no plano doutrinário e no plano aplicado⁷.

⁷ Sobre a vida e a obra de Domingos Moniz Barreto, podem consultar-se as seguintes publicações: António Cruz. A fortificação da Baía num estudo de Domingos Moniz Barreto. Separata de *Studium*

No preâmbulo, o autor diz ter escrito este Plano «lembrado da opressão em que vivem os habitantes que se acharão naquelle vasto continente». Dando curso ao primado do Iluminismo, a escola surge como o principal meio de instrução e de transformação social. Domingos Moniz Barreto escreve na primeira pessoa e dividiu o Plano em três partes:

[...] na primeira mostrarei o estado em que se achavão aquelles barbaros infieis no descobrimento do Brasil, o modo com que se principiou a missão, e a alteração, e abuso que nella houve: na Segunda o estado em que se achão prezentemente os mesmos Indios, e o modo indecorôso com que se continuação algumas missões, tendo outras mesmo parado [sic]: na Terceira o melhor methodo/ medindo a natureza e costumes daquelles barbaros/ não só para se lhe continuar a crença, mas de os tornar ao mesmo tempo Cidadãos uteis ao Estado.

Na primeira parte do Plano, o autor observa que, três séculos após a chegada dos europeus, não tinha havido mudanças significativas na situação dos autóctones, o que, segundo ele, se ficou a dever às medidas adoptadas pelos missionários, especialmente pelos Jesuítas. Na segunda parte, descreve a situação no século XVIII e, na terceira, propõe um método para a mudança, com utilidade para o Estado, «que muito utilizará na civilização destes Índios, se eles se chegarem a fazer industriosos». Toma como referência o estaticismo subjacente aos séculos de conquista e missionação, o que faz jus à perspectiva já exposta, neste texto, de que, no século XVIII, continuava a fazer-se sentir a influência dos relatos quinhentistas e seiscentistas. Se tal

Generale: Boletim do Centro de Estudos Humanísticos, volume 11, 1966-67, Porto: Instituto de Alta Cultura, 1968; Maria Luísa Martins Delerue. *Domingos A. B. Moniz Barreto, Baía, 1748, Rio Janeiro 1831 – Entre o Reformismo Lusitano e a Independência do Brasil* [Tese de Mestrado policopiada]. Porto: Universidade Portucalense, 1998; Fabricio Lyrio Santos. *Colonização e Pensamento Ilustrado: Domingos Álvares Branco Muniz Barreto e seus primeiros Escritos*. In *Estudos de Literatura Brasileira em Portugal: Travessias* (coord. Francisco Topa; Joelma Santana Siqueira; Solange Fiuza Cardoso Yokozawa). Porto: CITCEM/ Ed. Afrontamento, 2017; pp. 187-197.

influência correspondia à realidade ou à representação da mesma, nem sempre tem sido fácil apurar por parte da historiografia oficiosa. Mas, tal como noutros documentos publicados a partir da segunda metade de Setecentos, este Plano gera uma causalidade e uma historicidade, estabelecendo uma cronologia de reformas régias, por contraponto ao que denominou de estaticismo devido aos missionários e os colonos haverem conservado os índios na ignorância ou haverem adoptado medidas que prejudicaram o progresso e os interesses da coroa.

Ao referir a situação crítica dos Índios do Brasil em final do século XVIII, Domingos Moniz Barreto acentua o contraste entre as primeiras décadas de governação e missionação e os desmandos cometidos posteriormente, inclusive por parte dos Jesuítas. A segunda parte do manuscrito, a que corresponde cerca de 50% do texto, forma o Plano propriamente dito, a cujas concepção e apresentação o autor se sentiu obrigado, por «fervor e zelo da Religião, e de mistura pela utilidade vantajosa que resultaria ao estado da civilização do resto destes miseráveis, que augmentarão a povoação, aproveitarão a agricultura, e industria, fazendo-se bons Pais de famílias, bons esposos, e uteis cidadãos».

O autor dedicou particular atenção à caracterização da acção dos Jesuítas, especialmente o modelo de aldeamento-missão. Faz referências cronológicas e factológicas, para assinalar as datas em que foram publicados alvarás e regulamentos régios. No entanto, nem sempre comprova as afirmações que profere. Parte da informação sobre a riqueza e a fertilidade natural das terras do Brasil serve ao autor do Plano para contrastar com a acção dos Jesuítas, que caracteriza como não tendo servido o

[...] bem espiritual, a utilidade publica do Estado e particular dos mesmos índios; mas como o fim principal era o de bem temporal, e utilidade delles Jesuítas, se fez tão perverso, e abusivo, que deo motivo a que olhassem os mesmos Índios com horror para todos aquelles que não vestião a roupêta.

A acção missionária dos Jesuítas começou na Capitania da Baía, anotando Domingos Moniz Barreto que, ao fim de alguns anos,

[...] se aldeiarão pacificamente muitos Indios, que forão instruidos dos Dogmas da Religião, e Baptisados (...) Estes Indios certamente hoje estarião domesticados, e de todo terião perdido a desconfiança da nossa amizade, se não se fôsse extinguindo insensivelmente o zelo da Religião, que hoje de todo tem esfriado, não só por se não Ter continuado a conversão, mas até por se terem apartado do gremio, infinitas Aldeias de bastante População, que estavam já redusidas à Fé.

Adoptando uma caracterização dos índios que acentua a relação com a educação, o autor do *Plano* faz uso, sobretudo, de critérios de natureza moral e religiosa, e de critérios de docilidade e adaptação às formas de trato e de vida das sociedades civilizadas. Nesse sentido, reduz os Índios «a duas Nações genericas, Índios mansos, e Índios bravos», achando os primeiros mais «tratáveis e dóceis», e chamando de bravos «aos que vivem embrenhados sem modo de governo, e que com muita dificuldade se deixão procurar». Ainda que também estes últimos, quando são meninos, sejam «doceis, e bem inclinados, porem com a educação de seus Pais, vão de maneira perdendo este dom da natureza, que se fasem igualmente brutos como elles».

Domingos Moniz Barreto afirma que os Índios mansos povoam a costa do Brasil e «fallão aquella Lingoa comuua, e geral, de que os Jesuítas compozerão e ordenarão huma Arte». Os principais de entre eles são os «Ibirayras, também conhecidos entre os portugueses por Bilreiros». Os Índios bravos, entre os quais se destacam os Tapuyas e os Aymores, na generalidade, são nómadas, recolectores e usam das suas

linguagens naturais. Mas, o que não pode deixar de merecer a melhor atenção é o Plano que propõe para a educação de uns e de outros, procurando aplicar os princípios de um sistema estatal de ensino, iniciado com a legislação pombalina, ou seja uma estatalização do ensino (cf. Magalhães, 2010, pp. 103 e ss.), em tudo análoga ao quadro de reformas pombalino-mariano implementado na Metrópole.

Este Plano aplicar-se-ia em todas as aldeias e vilas dos Índios, já criadas e a criar, devendo ser nomeado um Director Geral, «homem iluminado, e de probidade, conferindo-lhe hum Ordenado, equivalente ao trabalho de que se hade encarregar, o qual enquanto as Camaras não fazem hum maior fundo de rendimento, pode ser pago pela Repartição do *Subsidio Literario*». O Director Geral visitaria as pessoas encarregadas da educação, inteirando-se do avanço dos alunos, para o que se socorreria do *Diretório* que foi dado aos Índios do Grão-Pará e Maranhão.

Enquanto este Plano não avançasse, deveriam os Párocos ensinar uma sã Doutrina aos pequenos Índios, pois que bastariam estes para, em suas casas, instruir pais e parentes, nos dias e horas não destinados ao ensino geral. Poder-se-iam instituir prémios para os «que se distinguissem, applicassem, e mostrassem adiantamento nos Dogmas da Religião». Simultaneamente, deveriam os Párocos fomentar o cumprimento do Sacramento do Matrimónio, podendo a aplicação das Côngruas depender do justo cumprimento destas obrigações, mediante apresentação de listas ou certidões do número de casamentos e baptizados.

Quanto à administração do temporal, de acordo com a Lei e Alvará de 6 e 7 de Junho de 1755 e do §2 do *Diretorio*, em cada Vila haveria um Juiz ordinário, com os oficiais de câmara competentes. No entender de Domingos Moniz Barreto, deveria ser evitada a nomeação de «hum ignorante, e indigente Director dos mesmos índios», optando-se por um

indivíduo «que saiba, e acertadamente lêr, escrever e contar, e a pratica judicial, percebendo para a sua sustentação hum correspondente Ordenado», igualmente pago pelo *Subsídio Literário*, exercendo uma jurisdição directiva, enquanto os Índios não tivessem instrução para participar, como previsto no §1 do mesmo *Diretório*. Esses mesmos Directores serviriam também como Escrivães da Câmara. A fim de que houvesse uma maior solvência financeira, as Vilas poderiam entregar porções de terra aos Índios ou a outras pessoas que ali se quisessem instalar, beneficiando com isso também a agricultura.

Em cada Vila, seria erigida uma Casa de Educação, ou Seminário, dividido em duas partes: uma para Índios de menos idade e outra para Índias, com separação entre si, nos termos do §7 do *Diretorio*. A uns e a outras, era vedada a influência da comunicação com seus Pais e suas Mães, que não fosse só a de visita:

Para a educação das Índias, se deve escolher huma mulher branca provecta, que as ensine, não só a Doutrina Christã, e a os bons costumes, mas a cozer, e a fazer aquelles actos de governo economico de huma Caza, livrando-as assim da perversidade, preguiça, e moleza que erdão ao lado de suas Mâys.

Para a educação dos Índios, em vez de frequentarem arbitrariamente a casa do Director, como sucedera até então, este seria obrigado a viver no mesmo Seminário, tendo um confidente em quem pudesse confiar e que o substituísse, quando se deslocasse à sua comissão na Câmara:

Este Director devendo ser [...] hum homem habil, ao menos nos primeiros rudimentos necessários à mocidade, para ensinar os mesmos Índios a ler, escrever, e contar com perfeição, deverá também ser capaz de reflectir na viveza de cada hum applicação, e ao ministerio a que se inclinão, do que annualmente deverá dar huma conta restricta dos seus adiantamentos, com os nomes, e idades de cada hum ao Governador ou à pessoa que sua

Magestade Fôr Servida nomear para ter comissão geral nesta mesma reforma.

A oportunidade de aprender deveria também aplicar-se aos Índios que tivessem aptidão para as Letras, passando destes Seminários para serem entregues aos Professores régios, nomeados naquela capitania e pagos pelo *Subsídio Literário*, para o ensino das Escolas, e Estudos Menores. Para subsidiar aqueles alunos, deveriam as Câmaras das respectivas Vilas de que fossem oriundos estabelecer um apoio em alimentos, pela Caixa da Câmara, ou pelo *Subsídio Literário*. Do ordenado dos Índios que fossem empregados, uma parte reverteria de igual modo para a Instrução. Poderia ser criado um Seminário na Cidade principal,

[...] para nelle se recolherem ate o numero de cem pequenos Índios, nomeando-se-lhe Mestres de Ler, escrever, para os aprefeiçoar, e professores de Gramática Latina, e segundo os seus adiantamentos se hirão, nomeando Professores para as outras sciencias, sendo todos pagos pelo Cofre do Subsídio Literário [...] os Índios que forem próprios para os officios, e Artes Liberais serão entregues aos mestres, fazendo-se com cada hum delles o justo tracto dos annos que forem proprios e adequados para o ensino, sem precepção de alimentos, como se pratica neste Reino.

Deste modo, tanto os Índios destinados aos Offícios e às Artes, quanto os que se dedicassem às Letras, poderiam «vir a ser felizes», sendo também úteis aos seus familiares e podendo prosseguir ainda outros Estudos Científicos:

[...] elles tem toda a disposição para as Sciencias pela sua incomparável viveza, e penetração; e do mesmo modo os que forem applicados aos officios virão a ter de que subsistir, sem que pela ociozidade se entreguem aos torpes deleites, a vinhos, e a furtos.

Acreditava o autor que, ao fim de dez anos de vigência deste Plano, as Câmaras já não teriam dificuldades financeiras para sustento dos Seminários e não haveria indigência, visto que

[...] hoje os muitos milhares de Índios, que pela sua indigência vestem só huma camisa de pano de Algodão gróssio, e acção do mesmo, estando com mais opulencia, e policia, e mudando por isso de trage, darão hum grande consumo às fazendas, de cuja extracção rezultará huma vizível vantagem nos Direitos das Alfandegas e o Commercio sentirá mais exfôrso, e vigôr, sendo tambem necessário, logo que se conhecer differença da cultura, policia e Commercio entre estes Índios que Sua magestade mande augmentar à Circulação do dinheiro provincial, que corre naquella Capitania de Ouro, Prata e Cobre.

Contribuindo para o melhoramento do Estado, os Índios e os Portugueses relacionar-se-iam de outra forma, acabando a denominação de «cabôcolos» e promovendo-se casamentos entre Índios e Brancas, e entre Brancos e Índias, sem medo da ignomínia. Como nem todos se dedicavam às Letras e aos Offícios, para «conter em subordinação, e contentamento» os que se dedicavam às lavouras e outras culturas, em cada Vila haveria um Terço de Ordenança, «nomeando-se ao Índio que for mais capaz Chefe Capitão-Mor» e aos restantes Capitães e Alferes. Em cada ano, os Ouvidores fariam devassa junto dos Juízes Ordinários e, sobretudo, junto dos Directores de cada Vila, sobre a aplicação das reformas contidas neste *Plano*, para o que teriam de ouvir gente idónea, evitando que sobre os Directores viessem a correr falsas denúncias que os inibissem do recto cumprimento das suas funções. Nos termos da Lei de 9 de Junho de 1753, deveriam também os Índios poder queixar-se, como o faziam os demais vassalos.

Eis, em síntese, o *Plano* apresentado por Domingos Álvares Branco Moniz Barreto. Através de comentários e apartes contidos nalguns fragmentos do texto, conclui-se que tinha profundo conhecimento do Brasil. Relativamente à autoridade que lhe assiste em propor um Plano com este alcance, a historiografia não pode deixar de reequacionar, com rigor, o lugar, o papel e o estatuto dos militares na transição do Antigo Regime e nas transformações que conduziram à progressiva

implementação dos princípios, assim revolucionários ou reformadores, que nortearam o fomento do Iluminismo e consolidaram as Revoluções Liberais⁸.

Com efeito, uma vez postos em crise alguns dos princípios fundamentais do classicismo, bem como algumas das suas formas de trato e das suas prerrogativas no plano da Pragmática, foram os militares que, tecnologizando-se e diferenciando-se da nobreza e da aristocracia mais conservadoras, protegeram, preservaram e asseguraram o prolongamento das marcas fundamentais desse classicismo, adaptando-o às transformações em curso. Ficou a dever-se também aos militares uma acção fundamental na reordenação territorial, no desenho de novas vias de comunicação, drenagem de terras, condução dos rios, urbanização, na concretização do modelo racional das Luzes. Assumiram essas funções pela centralidade nos debates políticos e diplomáticos, e pelo seu saber-fazer técnico, científico e estratégico. Tal participação teve lugar no quadro do reformismo iniciado com o Pombalismo e prosseguido no âmbito da influência napoleónica, enfim, no quadro de uma nova dinâmica das nações. Tomado entre outros, o *Plano* apresentado é disso um exemplo.

Conclusão – Índios instruídos e industriosos

Salientou Thais Fonseca que «a segunda metade do século XVIII ficou marcada, para Portugal e seu império, como um momento particular de ações que visavam reorganizar diferentes dimensões de sua estrutura e administração, orientadas por uma leitura específica do pensamento ilustrado» (2011: 100). O *Plano sobre a Civilização dos Índios*

⁸ No caso português, a história tem vindo a comprovar a influência do Colégio Militar e de outras instâncias de formação, incluindo as Escolas Regimentais.

do Brasil e principalmente para a Capitania da Baía (1790) proposto por Domingos Moniz Barreto insere-se no movimento reformador gerado pelo Iluminismo e não deixou de estar associado à Revolução Liberal Europeia e Norte-Americana. Nele está presente o contexto daquilo que veio a constituir a primeira grande vaga de descolonização, na qual o Brasil se tornou independente. A proposta deste militar corresponde a uma reforma sociocultural e política, integral, ao partir da educação para a economia e para a cidadania. A organização política, administrativa e social seria afectada no todo, com manifestos reflexos na aplicação da justiça.

O *Plano* retoma os princípios fundamentais do *Directório*. O primado da educação e, dentro da educação, a escolarização, fundamenta-se nos princípios do Iluminismo e do Racionalismo, e, conseqüentemente, na noção de progresso e aperfeiçoamento das sociedades, das nações e da espécie humana. A instrução, através da escola, que poderia funcionar em regime de internato, era um meio de morigeração, regeneração e integração, independentemente das etnias, raças e culturas. De igual modo, o primado das Luzes se faz sentir no pensamento de Domingos Moniz Barreto, quando admitiu e defendeu uma formação escolar com efeitos na produção e na organização social, económica e política.

Internando as crianças índias, de um e outro sexo, em Seminários, ou noutros estabelecimentos adequados, sob a orientação de um Director (que era, simultaneamente, uma autoridade reconhecida na aldeia ou vila), não apenas ficava assegurada uma boa orientação e a idoneidade na educação, como, em poucos anos, se sentiriam os reflexos sociais daquela reforma. Trata-se, no entanto, de um plano destinado apenas aos «naturais» do Brasil, os Índios, devendo admitir-se que, posteriormente, se tornaria extensivo aos descendentes da união entre Índios e Brancos. Será esta valorização dos naturais suficiente para, no

quadro mais amplo das Luzes e da Reforma político-social, ficarem sem qualquer menção, neste *Plano*, os escravos, muito particularmente os africanos?

Era esperado que o *Plano* fosse extensivo ao Brasil. No caso de Portugal, a aplicação das Luzes à instrução fomentou o envolvimento directo do Estado no ensino, criando a estrutura de um sistema público de instrução, de que fazia parte o *Subsídio Literário*. Foi essa matriz que Domingos Moniz Barreto pretendeu tornar extensiva ao Brasil, muito particularmente aos Índios. O mesmo primado de progresso e das Luzes levou este e outros reformadores a admitirem que seria através da educação das crianças que melhor e definitivamente se multiplicariam e tornariam irreversíveis os efeitos da instrução e da educação. Enfim, era esperado que os Índios se tornassem instruídos e industriosos.

Referências

- ALMEIDA, Rita Heloísa (1997). **O diretório dos índios**: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília: Editora UnB.
- BARRETO, Domingos Álvares Branco Moniz (1790). **Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil e principalmente para a Capitania da Baía**. [Manuscrito conservado na colecção de legados da Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.]
- CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel Escripita da ilha da Vera-Cruz em 1º de Maio de 1500**. Editores Reis & Comp., Bahia (Brazil), 1900 (Fac-simile) https://purl.pt/29045/4/l-59304-v_PDF/l-59304-v_PDF_24-C-R0150/l-59304-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf Consulta em 29-12-2024.
- CARAVLHO, Reinaldo Forte (2021). “O Diretório Pombalino”: legislação e liberdades indígenas na capitania do Siará Grande. *SÆCULUM – Revista de História*, v. 26, n. 44 (jan./jun.), p. 455-472. DOI 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n44.57778. Consulta em 20-10-2024.
- CERTEAU, Michel de (1975). *L'Écriture de l'Histoire*. Paris: Éditions Gallimard.

FONSECA, Thaís Nivia de Lima e (2011). Professores régios na América portuguesa: representações e práticas de obtenção de posições e privilégios na sociedade colonial. In: FONSECA, Tais Nivia de Lima e (Org.). **As Reformas Pombalinas no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, pp. 99-116

MAGALHÃES, Justino (2010) (Org.). **Da Cadeira ao Banco. Escola e Modernização (Séculos XVIII-XX)**. Lisboa: Educa/ Unidade de I&D de Ciências da Educação.

MONTESQUIEU(1979). **De l'Esprit des Lois** [1ª ed. 1748]. Paris: Flammarion.

SALVADO, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch (eds.), 2001. **Livro 1º do Governo do Brasil (1607-1633)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Centro de História e Documentação Diplomática/MRE, pp. 367-370. livro_1o_do_governo_do_brasil_1607-1633.pdf

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1975). **História Geral do Brasil**, tomo I [1ª ed. 1857-1860]. São Paulo: Melhoramentos.

7

HIERARQUIAS, INVESTIMENTOS E MOBILIDADES NO MARANHÃO SETECENTISTA: O CASO DA FAMÍLIA CUNHA

Kelly Lislíe Julio

Aos quatorze dias do mês de julho de 1788, Dona Mariana Mendes da Anunciação assinava o termo de juramento se comprometendo a apresentar todos os bens existentes no casal, iniciando-se assim o inventário em decorrência da morte do marido, Bento da Cunha¹. Debaixo dos “santos evangelhos”, a viúva obrigava-se ainda a indicar os herdeiros, informar se o marido havia falecido com ou sem testamento e as dívidas ativas e passivas do casal.

O presente texto está focado na família e patrimônio constituídos a partir desse casal. Toma como objeto os bens, as ações, as relações e os laços construídos a partir dos seus membros, influenciados pela dinâmica de uma sociedade complexa, na qual de cada indivíduo era esperado certos papéis e determinadas posturas. A partir de vestígios presentes em documentos preservados no Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão, localizado em São Luís, e no Arquivo Histórico Ultramarino, disponibilizado na internet pelo projeto Resgate², busca evidenciar e compreender as estratégias e esforços ligados à manutenção da família; ao patrimônio indicativo de um status social e riqueza; à inserção e perpetuação de certos espaços de poder;

¹ BRASIL. Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão (AHTJMA). **Inventário de Bento da Cunha**. cx. 01, São Luís, 1788.

² Para pesquisa no acervo do disponibilizado pelo projeto Resgate: <https://resgate.bn.gov.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>

aos direcionamentos educativos; e aos laços de sociabilidade e de pertencimento constituídos ao longo do tempo.

A família em tela atendia o modelo esperado e imaginado pela Igreja e Estado no período. Quer dizer, era constituída legitimamente, a partir da celebração sacramentada. Nesse contexto, cada um dos seus membros tinha lugares ideais específicos a serem desempenhados e os filhos deveriam receber a educação e direcionamentos conforme o lugar de nascimento ocupado e o seu sexo. Somado a isso, essa organização familiar era vista também como exemplo de um núcleo que ocupava lugar central no funcionamento econômico, social e político da sociedade. Ainda que diferentes conformações de famílias tenham povoado o território do que hoje é conhecido como Brasil, foi pensando nesse modelo familiar que um ideal de sociedade foi traçado e onde deveriam ser estruturados os passos para o desenvolvimento, nos moldes europeus.

Essa família era, assim, o lugar da promoção da civilidade e subserviência e que diferentes expectativas eram lançadas. Era dela que eram esperados sujeitos capazes de respeitarem as ordens – civis e religiosas; de indivíduos para ocuparem espaços de mando, os chamados “homens bons”; e mulheres com uma formação para o lar, os filhos e o casamento.

Dona Mariana Mendes da Anunciação havia nascido no Maranhão. Conforme Coutinho (2005), ela era filha de João Mendes da Silva, natural de Lisboa, e de Catarina Lourenço Baldez. Já Bento da Cunha, segundo informação presente no próprio testamento, era natural da Vila de Pedro Bernardo, bispado de Ávila dos Cavaleiros, Reino de Castela. Ele era filho legítimo do médico Manoel da Cunha, que ainda estava vivo em 1787, e de Dona Maria Garcia, falecida. Bento da Cunha era um “cirurgião aprovado”³.

³ BRASIL. AHTJMA. *Inventário de Bento da Cunha*. cx. 01, São Luís, 1788.

Segundo Ribeiro (2005), diferentemente dos aspirantes a médico, que eram obrigados a frequentar a universidade, os cirurgiões tinham sua formação limitada ao aprendizado prático. O mais comum no período para aqueles que se tornavam cirurgiões em Portugal e seus domínios era a realização de um estágio no Hospital Real de Todos os Santos, em Lisboa, nomeado depois de Hospital Real de São José. Uma vez terminado o período de formação, o aluno era examinado por “mestres capacitados e, alcançando bons resultados, recebia uma ‘carta de cirurgião aprovado’, a qual era passada pelo cirurgião-mor do reino” (Ribeiro, 2005, p. 66). Essa certificação permitia o exercício da profissão em qualquer parte do reino português.

Vista como uma profissão intermediária, conforme a mesma autora, a formação para cirurgiões estava situada entre aquelas consideradas nobres e mecânicas. Os médicos, por exemplo, tinham um estatuto social superior aos cirurgiões, pelo menos até as reformas da Universidade de Coimbra. Tal distinção social era mais fortemente demarcada na metrópole que, somada à existência de maior quantidade numérica de médicos formados e estabelecidos em Portugal, acabou tornando-se um incentivo para a mudança de muitos cirurgiões para os domínios portugueses. De acordo com Ribeiro (2005, p. 66), muitos cirurgiões “passaram a ver na América possíveis formas de ascensão social e econômica que dificilmente conseguiriam alcançar na metrópole”.

Bento da Cunha⁴ foi um desses cirurgiões europeus que decidiu se transferir para a América portuguesa e, chegando aqui, ele pode construir uma razoável fortuna, como veremos. Não foi possível até aqui estabelecer as origens do seu cabedal, mas o fato é que sua vinda

⁴ Bento da Cunha era espanhol, nascido no Reino de Castela. Apesar disso, optamos por trazer alguns dados sobre a realidade vivenciada pelos cirurgiões portugueses, tendo em vista que a proposta do texto está circunscrita a aspectos vivenciados dentro dos domínios de Portugal.

pode ter sido boa tanto para ele quanto para os moradores de São Luís, no Maranhão. Nos detenhemos um pouco sobre esses dois pontos.

Não temos o número de profissionais ligados ao atendimento médico que vivia em São Luís durante o período em que Bento da Cunha morou na cidade. Entretanto, conforme apontado por Wissenbach (2002), era grande a falta desses profissionais nas mais diferentes regiões da América portuguesa. Essa realidade provavelmente era vivenciada naquela localidade, tendo em vista que na capital da vizinha Grão-Pará havia apenas dois médicos e sete cirurgiões aprovados para atender os 11 mil moradores de Belém, no ano de 1783, como noticiado por Alexandre Rodrigues Ferreira (Wissenbach, 2002).

Em decorrência dessa realidade, havia um forte apelo por profissionais ligados ao cuidado dos doentes, abrindo espaço para indivíduos formados nas escolas de medicina mais conceituadas da metrópole e também para cirurgiões, boticários, barbeiros ou simples curiosos que deveriam atender os diferentes grupos sociais (Wissenbach, 2002). Nesses termos, a chegada de Bento da Cunha deve ter sido vista com grande aprovação pelos moradores.

Quanto às vantagens particulares da vinda para as terras do lado de cá do Atlântico, a documentação evidenciou que Bento da Cunha foi o chefe de uma família que galgou espaços distintos na sociedade ludovicense e em outras regiões, inclusive na Corte imperial, depois da independência do Brasil, como veremos. Além disso, sua família construiu um patrimônio razoável, alcançando certa ascensão econômica.

Em 1788, quando Dona Mariana indicou os bens pertencentes ao casal, o conjunto deles foi avaliado em 15:345\$830. A família tinha bens em duas localidades distintas: na Rua Formosa, na cidade de São Luís do Maranhão e a maior parte deles estava na Ribeira do Itapecuru. Tal dado os aproximavam de outras famílias do Maranhão, como apontado por

Mota (2012, 2015). De acordo com a autora, havia um grupo constituído pelos médios e grandes lavradores na região que mantinha suas residências nos centros urbanos, onde moravam com suas famílias e, ao mesmo tempo, conservavam suas propriedades rurais que comumente eram administradas por terceiros.

O valor do montante indicado acima, apesar de expressivo, não deixa claro o significado e tamanho das posses. Assim, cabe nos atermos à descrição dos bens como forma de ver o quanto o patrimônio era considerável. O primeiro bem apresentado para inventário foi a própria casa em que a família morava e onde estavam reunidos o juiz de órfãos, o escrivão, os avaliadores e a própria viúva.

A casa em questão foi avaliada em 5:200\$000, o que equivaleu a 33,88% do inventário⁵. Ela era um sobrado coberto de telhas e estava localizada em um terreno que media seis braças de frente e quinze de fundos. Apesar de não termos muitos detalhes sobre esse imóvel, sabemos que a Rua Formosa estava localizada em região de destaque, sendo um dos acessos para o Largo do Carmo, onde estava instalado o Pelourinho, a Igreja e o Convento do Carmo, conforme mapa de 1858.

Imagem 1 - Recorte da planta da cidade de São Luís do Maranhão, em 1858



Fonte: VEIGA, J. **Planta da cidade de São Luís do Maranhão levantada em 1858.**

⁵ BRASIL. AHTJMA. **Inventário de Bento da Cunha**. cx. 01, São Luís, 1788.

De acordo com Mota (2012), muitas das famílias que tinham propriedades rurais acabaram gastando parte considerável dos lucros na área urbana de São Luís. Nas palavras da autora, “grande parte do que era auferido com a atividade produtiva cristalizava-se em construções urbanas e seu aparelhamento” (Mota, 2012, p. 173).

Quanto a esse “aparelhamento” da casa, a autora destacou que, nos inventários por ela analisados, muitos dos objetos listados eram “de procedência ou faziam parte da cultura europeia” (Mota, 2012, p. 173). O inventário de Bento da Cunha não diferia dessa realidade. Encontramos, entre os bens, três faqueiros de prata, jarro com bacia também de prata, papelreira feita em Portugal, várias cadeiras, duas tremós, muitas roupas, cabeleiras, dentre outros objetos capazes de dar conforto e que também eram usados por famílias que viviam no reino.

Além desses bens, chama a atenção a quantidade de cativos que estavam à disposição de seus senhores e para o serviço da casa da cidade: 18 escravizados. Mas, além deles, a família tinha mais 58 que estavam na Ribeira do Itapecuru, o que, somados, chegava a um plantel de 76 cativos.

Na Ribeira do Itapecuru estava parte considerável da fortuna da família Cunha. Não sabemos o tamanho da propriedade, mas, conforme registro, Bento da Cunha conseguiu a confirmação de, pelo menos, “uma légua de terras para lavrar e outra de campo para criar gados”, em dezenove de maio de 1788. Como justificativa, informou que tinha “bastante escravos”⁶.

No inventário foi informado que a propriedade, além dos escravizados, tinha muitas ferramentas e objetos ligados à lavoura e

⁶ APEM. Secretaria do Governo (1728-1914). Livros de Registro de cartas..., n. 34, 1776-1787, fl. 47.

carpintaria, alguns animais, canoa e plantações de arroz, algodão, mandioca. Os bens descritos realmente mostram que a família se dedicava na região à lavoura, evidenciando que a conformação do patrimônio não foi apenas a partir da ação de Bento da Cunha como cirurgião aprovado.

Sobre a Ribeira do Itapecuru, conforme apontado por Mota (2015), ela era a região mais produtiva do Maranhão, já que 2/3 de toda a produção agrícola era produzida ali. O local era conhecido por suas terras férteis, propícias para a plantação, especialmente do arroz. Além disso, era banhada por um rio navegável e estava próxima a São Luís. Todos esses elementos acabaram se apresentando como importantes chamarizes para a região, o que acabou tornando-a um espaço em que estavam instaladas algumas propriedades das pessoas mais abastadas e antigas da capitania (Mota, 2012).

A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755 acabou sendo mais um fator importantíssimo para a valorização da Ribeira do Itapecuru. Isso porque, a instalação da companhia tinha como um dos seus principais objetivos estimular a produção agrícola visando o mercado exportador, concedendo empréstimos, insumos, subsídios fiscais e facilitando a compra e venda de mão de obra escravizada africana (Alencastro, 2000). Nesse processo, o domínio social de algumas famílias que tinham posse ali acabou se convertendo também em domínio econômico (Mota, 2012).

O inventário de Bento da Cunha não deixou claro se o cirurgião recebeu alguma ajuda da citada companhia. Mas sua propriedade na Ribeira do Itapecuru possuía as mesmas características daquelas que foram beneficiadas. Como já apontado, eram cultivados o algodão, o arroz e a mandioca, com declaração expressa da quantidade que seria colhida de cada um deles e que deveria ser vendida. Esses produtos faziam parte

dos interesses do mercado exportador. Além disso, a família tinha um número significativo de cativos – um total de 76 (setenta e seis) escravizados – divididos entre a casa da cidade e a fazenda.

Seja como for, podemos afirmar que o conjunto de bens dessa família servem de base para uma reflexão que não se resume à vivência de seus membros, pelo contrário. Eles refletem as condições sociais, econômicas e culturais de uma sociedade que estava conectada às transformações e demandas vivenciadas na capitania e em outras regiões do reino português. É assim que podemos interpretar, por exemplo, a apropriação de certos objetos ligados às práticas de civilidade nos moldes europeus presentes entre seus pertences; ou a conformação das posses na Ribeira do Itapecuru alinhadas aos incentivos, às demandas do mercado externo e interesses da Coroa portuguesa personificada na pessoa do Marquês de Pombal.

Assim, este texto ilumina as posses, certos esforços e ações de um núcleo familiar, mas que refletem as práticas desenvolvidas por uma parcela da população que soube aproveitar o contexto para promover ou fortalecer sua ascensão econômica, social e até mesmo política. Como tentaremos mostrar, os esforços e ações não estavam circunscritos ao universo econômico e ampliação do patrimônio, como já apontado, mas se ramificavam por outras áreas, como, por exemplo, a conformação de redes variadas e os investimentos na educação dos descendentes.

Confiança, parcerias e responsabilidades

Em agosto de 1787, quando Bento da Cunha resolveu redigir seu testamento, ele declarou que estava prestes a fazer uma viagem a Lisboa, na intenção de alcançar a cura de uma enfermidade. Preocupado com sua morte e com o fato de que não poderia prever como e onde

poderia acontecer seu falecimento, pediu a esposa que, caso falecesse, avisasse as irmandades das quais era irmão, de modo que elas pudessem fazer os sufrágios costumados. Entretanto, ele não chegou a viajar e o citado documento foi aberto menos de um ano depois, em 25 de junho de 1788, em decorrência do seu falecimento⁷.

A preocupação com o enterramento e os sufrágios para a alma almejando o paraíso era uma constante no período. Tanto era assim que existiam publicações variadas ligadas à “arte de bem morrer” indicando os caminhos necessários para a salvação da alma (Julio, 2020). Bento da Cunha deixou registrado que trezentos mil réis de sua herança deveriam ser usados para a celebração de missas por sua alma. O restante ficou a cargo de Dona Mariana que, conforme descrição dos gastos do funeral, promoveu uma cerimônia com todos os detalhes esperados, tais como: o toque dos sinos, a missa de corpo presente, a vela, dentre outros.

Esse cuidado de Dona Mariana já era presumido por Bento. Afinal, parecia haver confiança e parceria entre o casal em diferentes assuntos. Conforme presente no testamento, a esposa tinha ciência das dívidas – ativas e passivas – e das demais movimentações financeiras. Além disso, ele estabeleceu que os legados testamentais deveriam ser cumpridos pela esposa, como: a manutenção em seu poder dos espólios deixados aos herdeiros, a entrega de uma esmola ao recolhimento da cidade e a manutenção do cuidado, a caridade e a atenção dispensada ao sobrinho que estava vivendo na companhia da família. Foi nela também que ele confiou para ser sua testamenteira e realizar todas as demais determinações testamentais⁸.

⁷ BRASIL. AHTJMA. **Inventário de Bento da Cunha**. cx. 01, São Luís, 1788.

⁸ BRASIL. AHTJMA. **Inventário de Bento da Cunha**. cx. 01, São Luís, 1788.

Como percebido em estudo anterior (Julio, 2017), a partilha das obrigações do casal, a participação nos negócios da família e a confiança eram situações vivenciadas em virtude da parceria do casal. Além disso, através dela, as mulheres mostravam sua capacidade não apenas para seu marido, mas para todos à sua volta.

No caso de Dona Mariana, seja por causa da viagem ou em decorrência da morte do cônjuge, o que era esperado é que ela tomaria a frente dos negócios e demais aspectos do grupo familiar. Tal fato evidenciava que, na avaliação de Bento, ela tinha capacidade e condições para assumir a administração de todos os bens da família e das pessoas de seus filhos, sem a necessidade de registrar no testamento uma autoridade masculina.

Manuel Hespanha (2010) já tinha destacado tal aspecto quando ressaltou que, apesar das relações entre marido e mulher serem muito hierarquizadas, situação justificada por uma suposta desigualdade natural, elas eram baseadas em promessas de reciprocidade e ajuda. Nesse processo, as fronteiras estabelecidas para os diferentes papéis ideais poderiam acabar sendo borradas, provocando ações conduzidas muito mais ao sabor das possibilidades e demandas do cotidiano.

Assim, não é que a parceria eliminava a hierarquia esperada entre os cônjuges. O que acontecia era que, em certas circunstâncias, tais como a necessidade do gerenciamento dos negócios e a questão da sobrevivência e manutenção da família, essa cumplicidade era importante. Esses eram os casos, por exemplo, em que a administração dos bens e da família acabava ficando a cargo das mulheres, seja em decorrência da ausência ou por causa falecimento dos maridos. Nessas condições, muitas vezes, o grupo feminino acabava alcançando certa liberdade e autonomia.

Dona Mariana, apesar de ter sido escolhida pelo próprio marido para assumir a testamentaria, não ocupou tal cargo e não consta justificativa no documento sobre isso. Mas, com a morte de Bento da Cunha, ela acabou se tornando a cabeça do casal e teve um espaço de manobra significativo. Alguns desses espaços estavam relacionados às demandas para com a prole. Ao ficar viúva, ela tinha quatro filhos menores de quinze anos de idade.

Para sustentar a prole e conservar os bens, ela tomou a frente dos negócios da família e não há entre os documentos informação sobre algum problema ou prejuízo ligado a isso. Ela manteve as lavouras, escravaria e demais atividades na fazenda localizada na Ribeira do Itapecuru, ainda que provavelmente assessorada por um administrador que ficava na propriedade. Dito de outro modo, permaneceu com os negócios da família, cuidou dos pagamentos e dos credores e conservou, sob sua responsabilidade, todas as propriedades, mesmo aquelas que foram partilhadas para os filhos em decorrência do inventário.

Como os filhos eram menores, a legislação estabelecia que era necessário nomear um tutor capaz de cuidar tanto da educação quanto das posses destinadas a cada um⁹. O tutor nomeado pelo juiz de órfãos foi o tio Joaquim José Mendes, irmão da viúva, que assinou o termo em 17 de março de 1790. Todavia, a viúva utilizou-se das possibilidades legais existentes e conseguiu uma provisão real com data de 11 de maio de 1790. O termo foi assinado por ela em 14 de setembro de 1792.

No referido termo, a viúva se comprometeu a zelar pelos bens dos órfãos, afiançando as próprias posses para a segurança das legítimas dos filhos¹⁰. No mesmo termo, ainda, Manoel Rodrigues Nina assinou

⁹ Para maiores detalhes sobre o processo de nomeação do tutor, ver Julio (2017).

¹⁰ BRASIL. AHTJMA. **Inventário de Bento da Cunha**. cx. 01, São Luís, 1788.

como fiador e, diante disso, acabou se responsabilizando também pelas legítimas dos menores, como estabelecido pela legislação vigente¹¹.

Cabe destacar que o termo mencionado acima respeitava uma organização preestabelecida. Inclusive circulavam orientações, tanto a partir das Ordenações Filipinas quanto de outros escritos, sobre diferentes aspectos ligados à tutoria, tais como: as obrigações dos tutores; os prazos para prestações de conta, o perfil das pessoas que poderiam ser admitidas, modelos de termos de tutoria, dentre outros.

Todavia, apesar de haver certa rigidez e uma escrita preexistente na sua conformação inicial, o termo era um documento particular, produzido individualmente e que formalizava os compromissos assumidos pela viúva, previstos em lei. E o fato de que o mesmo deveria ser lido para a tutora para que ela tivesse ciência de suas atribuições legais e, em caso de descumprimento, o risco de punições, fazia com que ele tivesse um valor e importância próprio para cada mulher e suas demandas com a tutela.

Assim era, por exemplo, para os compromissos ligados aos gastos com os menores aqui em tela. Como presente no termo e na provisão real, Dona Mariana deveria arcar com todas as despesas extras, caso os rendimentos das legítimas não fossem o suficiente. Se os bens dos menores tivessem diminuído e fosse provada alguma negligência na administração, as perdas seriam assumidas por ela e seu fiador.

Após três anos da data de assinatura do termo, Dona Mariana foi chamada para apresentar as contas de sua tutoria. Nela não consta que ela tenha causado algum prejuízo aos menores. Por outro lado, ao

¹¹ BRASIL. [Ordenações Filipinas] Código Filipino, ou, Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recompiladas por mandato d'el-Rey D. Philipe I. Edição fac-similar da 14ª ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821 / por Cândido Mendes de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. Livro 1, Título 62 § 37, p. 124.

fazerem menção de que os rendimentos estavam sendo usados para custear as despesas, como tinha sido autorizado pelo juízo dos órfãos, foi informado também que os lucros provenientes dos bens dos menores não eram suficientes para todos os gastos, cabendo à tutora completar com seus próprios recursos.

Os bens que compunham as posses dessa família englobavam as terras onde eram cultivados arroz, mandioca e algodão, como já mencionado, e foram mantidos após o falecimento de Bento da Cunha. Na divisão dos bens, as lavouras ficaram para a viúva, enquanto os escravizados e outras posses compuseram majoritariamente a herança dos órfãos. Nas prestações de contas, há a informação de que os cativos estavam trabalhando nas lavouras da viúva.

Diante de todos esses aspectos, cabe questionarmos até que ponto as informações referentes aos gastos não eram exageradas, sendo uma forma de diminuir as demandas na prestação das contas ou uma possibilidade de aumentar a liberdade no manejo econômico do grupo familiar? No caso da viúva, assumir a responsabilidade pela administração dos bens acabou sendo bem interessante, configurando-se como uma prática vantajosa, já que sem os cativos de seus filhos, provavelmente ela não teria condições de manter suas lavouras e sua fonte de renda. Mas, por outro lado, não podemos esquecer que o acordo estabelecido a partir da assinatura do termo de tutela foi também a formalização de um compromisso arriscado diante da nova realidade, sobretudo para Dona Mariana.

Assim, devemos encarar a assinatura do termo de tutoria como uma materialização do reconhecimento por parte da mãe de sua função enquanto mantenedora e educadora de seus filhos. Mas, por outro lado, não podemos perder de vista a própria sobrevivência dela, tendo em vista que, para manter os meios, era necessário fazer certos acordos, como aqueles firmados com a tutoria.

O falecimento de Bento da Cunha provocou um novo cenário para essa família e a necessidade de novas estratégias e ajustes. Indicamos, até agora, especialmente os impactos ligados à manutenção e administração das posses e às demandas econômicas. Mas outros setores foram impactados, dos quais nos interessa ainda tecermos algumas considerações sobre a educação e a inserção em alguns espaços da sociedade.

Educando segundo a “qualidade e condição” – os investimentos e seus proventos

Dona Marina, quando ficou viúva, tinha quatro filhos menores de quinze anos de idade, como já comentado: Joaquim Antonio da Cunha, com treze anos; Ana Joaquina da Cunha, onze anos; Francisco Raimundo da Cunha, nove anos; e João Inácio da Cunha, com oito anos. Diante da idade desses quatro órfãos, outro compromisso firmando a partir da assinatura do termo de tutela era referente à educação. Como presente no termo, ela deveria dar aos filhos tutelados uma “boa educação e ensino, mandando-lhes ensinar” o que lhes coubessem¹².

O magistrado José Pereira de Carvalho, em seu livro *Primeiras Linhas sobre o Processo Orphanologico* (1840), ressaltou que a tarefa de educar era o principal dever de um tutor. Sendo assim, uma vez assumida a tutoria, Dona Mariana teve a incumbência de educar ampliada já que, além do seu papel de mãe-educadora, como tutora era seu dever também cuidar da formação de seus filhos.

Tais observações se aproximam de alguns apontamentos de outros estudos, como Meneses (2015) e Julio (2017). De acordo com essas pesquisas, durante o século XVIII, a mulher acabou se transformando na

¹² BRASIL. AHTJMA. *Inventário de Bento da Cunha*. cx. 01, São Luís, 1788.

representante da Igreja no interior do casamento, responsável por transmitir os valores cristãos. Era ainda o papel dela ensinar os valores civis. Nesses termos, Dona Mariana estava obrigada a ensinar os princípios morais – civis e religiosos – enquanto mãe. Como tutora, além desses saberes, cabia a ela os aprendizados “mais úteis” para a sociedade.

Mas, essa obrigação deveria atender certos aspectos. Como presente no próprio termo, ela deveria dar a educação que cabia aos menores. Isso significava o dever de respeitar a “qualidade e condição”, o que englobava as condições de nascimento, o sexo e a idade dos órfãos.

No caso dos menores da família em tela, que eram considerados “pessoas de qualidade”, já que tinham ascendência europeia e eram pertencentes a uma família abastada, a legislação previa o ensino das letras. Para Ana Joaquina, a única órfã, caberia à sua mãe ensinar os conhecimentos próprios do seu sexo e, se desejasse, alguns rudimentos da leitura e escrita.

Quando Bento da Cunha faleceu, é provável que os filhos estavam ou já tinham aprendido as primeiras letras, já que o mais novo estava com oito anos de idade. O mesmo pode ser dito sobre os direcionamentos voltados para a formação moral, como a participação nos cultos católicos e a iniciação a certos valores civis, como o reconhecimento da autoridade do rei e seus representantes locais, além do entendimento do lugar que ocupavam naquela sociedade escravista e hierarquizada.

Na época da prestação de contas de tutela, em 1795, já haviam transcorrido sete anos, e o mais novo dos órfãos estava com quatorze anos de idade. Provavelmente por isso, não temos dados da instrução mais elementar, o que nos impede de afirmar se os órfãos aprenderam as primeiras letras a partir das aulas régias, financiadas pelo Estado, ou tiveram professores particulares.

Seja como for, de acordo com Roberto Sousa Carvalho (2022), a precariedade ao acesso à leitura e à escrita na cidade de São Luís no final do século XVIII chamava a atenção. Segundo o autor, no período, os professores eram majoritariamente clérigos e a “melhor educação” era “objeto de luxo, a que só os filhos dos mais afortunados tinham acesso, contratando professores particulares para o ensino das matérias básicas, ou de língua estrangeira” (Carvalho, 2022, p. 71). Iniciativas das autoridades para a criação de escolas só se dariam com a instalação, por exemplo, do Liceu maranhense, já em 1838. Sobre as aulas financiadas pelo Estado, de acordo com Fonseca (2023), em 1799, só havia cinco professores régios na capitania do Maranhão: quatro atuavam na capital São Luís, nas cadeiras de filosofia, retórica, primeiras letras e dois de gramática latina; e mais um na Vila de Alcântara, com o ensino de gramática latina.

Antes do período aqui investigado, os primeiros movimentos voltados para a educação institucionalizada no Maranhão foram iniciativas da Companhia de Jesus e que foram extintos com a expulsão da citada Ordem. Os jesuítas foram responsáveis pela instalação, na capital São Luís, do Colégio de Nossa Senhora da Luz, entre 1626 e 1627, por exemplo, o qual tinha como proposta educar os filhos dos portugueses (Silva e Sousa, 2016). Outras iniciativas deles foram “a Casa de Exercícios e de Campo da Madre de Deus, Casa-Colégio de Alcântara e os seminários menores de Aldeias Altas e Parnaíba” (Alves, 2007, p. 40). Nesses últimos espaços, eram ensinados, dentre outros saberes, as artes sacras, como a produção de imagens e esculturas diversas, para indígenas e outros moradores.

Para as meninas, os ensinamentos dos “ofícios femininos” se davam especialmente no ambiente doméstico. Era junto à mãe, avós, tias, irmãs mais velhas e até mesmo professoras particulares que

aprendiam o bordado, a costura, a cozinhar, dentre outros. As prendas femininas “mais sofisticadas”, como o piano e dança, eram especialmente para aquelas oriundas das famílias mais abastadas.

Um espaço feminino institucionalizado dependeu, do mesmo modo, dos investimentos dos jesuítas. Conforme Rodrigues (2010), foram os inacianos que criaram o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, em 1752, adotando o hábito das Ursulinas. Em sua origem, a proposta era a construção de uma instituição para atender meninas mais humildes. Todavia, o espaço acabou sendo frequentado sobretudo pelo grupo feminino das famílias “mais distintas” e que haviam contribuído financeiramente para a fundação da instituição. O Recolhimento, mesmo com a expulsão dos jesuítas, continuou a funcionar, passando, ao longo do tempo, por inúmeras alterações.

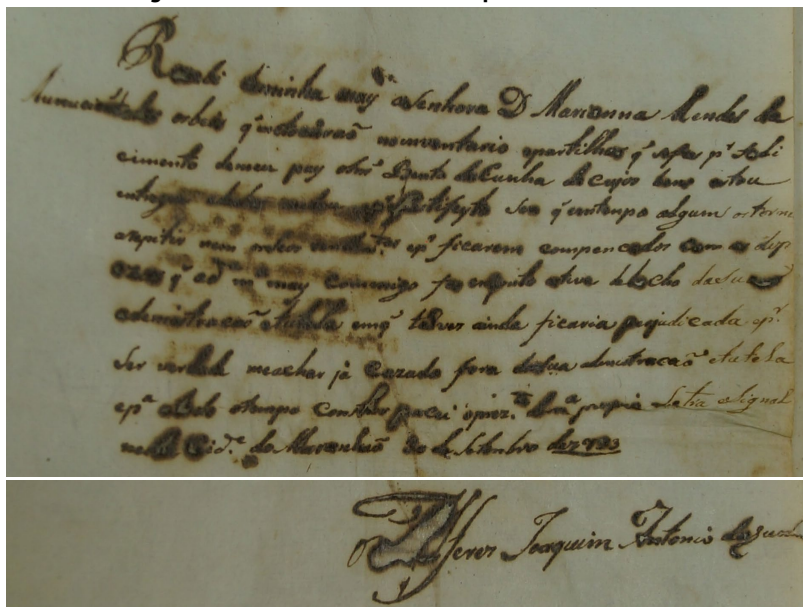
Dona Mariana, quando apresentou as contas de tutela de seus filhos, nos trouxe primeiramente os dados de seu filho mais velho, Joaquim Antonio da Cunha. Segundo a declaração, ele já estava casado, fato que havia ocorrido com a licença do juízo. Sua esposa era Dona Isabel de Moraes Rego, filha do Capitão José Bernardes Teixeira de Castro e Dona Maria Raimunda de Moraes Rego, já defuntos.

De acordo com Mota (2014), o português Capitão José Bernardes era lavrador, negociante e proprietário de uma unidade de curtume localizada nos subúrbios de São Luís. Além de todas essas atividades, chegou a arrematar os dízimos do Itapecuru. Ainda, conforme a autora, ele possuía cento e dois cativos, inclusive alguns dominavam certos ofícios, pois havia carapinas, ferreiros, pedreiros e tecelões. No inventário, disponível no Arquivo do Tribunal de Justiça, conseguimos identificar que o casal tinha, pelo menos, sete filhos quando José

Bernardes faleceu e, assim como Dona Isabel, todos os demais irmãos tinham nascido antes de o pai se tornar sacerdote¹³.

Como Joaquim já estava casado, Dona Mariana estava isenta das responsabilidades enquanto tutora para com esse filho, pois o casamento era uma das formas de emancipação dos menores, mesmo para aqueles que ainda não haviam completado vinte e cinco anos de idade. Joaquim, inclusive, já havia recebido suas legítimas. Contudo, conseguimos identificar que esse órfão realmente havia recebido uma educação letrada, como suspeitávamos. Isso porque, ao tomar posse de sua herança, ele escreveu e assinou um recibo ratificando tal ação.

Imagem 2 – Recibo e assinatura de Joaquim Antonio da Cunha



Fonte: BRASIL. AHTJMA. **Inventário de Bento da Cunha**. cx. 01, São Luís, 1788.

¹³ BRASIL. AHTJMA. **Inventário de José Bernardes Teixeira**, cx. 01, São Luís, 1785.

Conforme dados presente no recibo, Joaquim havia ainda alcançado patente militar. Consultando os documentos do AHU, foi possível identificar que ele havia chegado ao posto de capitão. No pedido de mercê régia para exercer esse posto, constam algumas declarações de seus superiores, como o atestado do Tenente Coronel José Marcelino Nunes, em que informou que Joaquim cumpria as ordens superiores e era “muito honrado e de uma regular conduta, sem nota alguma que desmereça qualquer graça”. E ainda a declaração de José Nunes Soeiro, coronel reformado, informando que, no tempo em que Joaquim exerceu a função de comandante do Destacamento do Reduto de Santo Antonio da Barra, além de ter cumprido suas obrigações, tinha ouvido dizer que ele havia sustentado à sua custa todo o destacamento¹⁴.

Não conseguimos localizar mais dados sobre Joaquim, mas, como vimos, as informações disponíveis nos revelam que ele havia alcançado uma posição distinta, merecendo elogios de seus superiores. Ainda que possa existir algum exagero em relação a esse subordinado, o fato é que Joaquim conseguiu chegar, pelo menos, na posição de capitão, tinha domínio da escrita e havia construído uma condição financeira que lhe permitiu sustentar soldados e oficiais inferiores enquanto estes estavam sob seu comando.

Outro filho que também alcançou uma patente militar foi Francisco Raimundo da Cunha. Ele chegou, ao menos, ao cargo de tenente, conforme vários requerimentos existentes no AHU. Francisco tinha em torno de dezesseis anos de idade no momento da prestação de contas de tutela e, enquanto menor, estava “em companhia de sua mãe e tutora com boa educação, tratamento e ensino”. Além disso, já sabia

¹⁴AHU. **Requerimento do Tenente Joaquim Antonio da Cunha ao príncipe regente D. João**, solicitando sua nomeação para o posto de capitão da Companhia de Granadeiros e que lhe seja passada carta patente, cx. 112, Doc. 8718, 13 de jul. 1800, fl. 07.

ler e escrever e, no período, estava “no estudo do Mestre Régio José Miguel de Araújo aprendendo a gramática latina”¹⁵.

Sobre esse órfão, cabe tecermos mais algumas considerações. Apesar da menoridade, ele foi procurador de sua mãe e, inclusive, foi quem apresentou as contas da tutoria junto ao juízo de órfãos, assinando o processo e apresentando os documentos comprobatórios. Na posição de militar, consta que assumiu suas tarefas com grande presteza o que, inclusive, tornou-se um motivo para que seus superiores sugerissem que lhe fosse negada uma mercê régia na qual pedia o afastamento de suas funções por dois anos¹⁶. Ao que tudo indica, ele foi ainda o braço direito de Dona Mariana após a morte de seu pai, especialmente no gerenciamento das atividades na Ribeira do Itapecuru; atividade essa que serviu de base para justificar a solicitação de afastamento mencionada acima.

Não sabemos o resultado desse requerimento de Francisco. Entretanto, ele continuou suas atividades como lavrador, pois consta, no AHU, um requerimento de 1803 em que solicitava a confirmação de uma sesmaria concedida pelo governador da capitania. Na carta de confirmação é informado que ele solicitava as terras, pois não tinha chãos próprios e que tinha escravaria suficiente e possibilidades para estabelecer lavouras¹⁷. Ele manteve também a atividade de militar, pois segundo Antônio Henriques Leal (1873), que estudou a biografia de alguns personagens maranhenses, Francisco Raimundo teria chegado ao posto de capitão-mor.

¹⁵ BRASIL. AHTJMA. **Inventário de Bento da Cunha**. cx. 01, São Luís, 1788.

¹⁶ AHU. **Ofício do governador e capitão-general do Maranhão** D. Diogo de Sousa, para o secretário do estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o requerimento de Francisco Raimundo da Cunha em que dá boas referências deste oficial. cx. 116, Doc. 8993, 05 jun. 1801, fl. 03.

¹⁷ AHU. **Requerimento de Francisco Raimundo da Cunha ao príncipe regente D. João**, solicitando carta de confirmação da sesmaria que possui no campo do Alagadiço, cx. 131, Doc. 9779, 16 dez. 1803.

Finalmente, não sabemos se Francisco Raimundo chegou a se casar e constituir família. Todavia, Botelho (2017) ressaltou que ele teria sido pai natural de Manuel Odorico Mendes, que foi um importante jornalista, escritor, tradutor, poeta e político maranhense.

Segunda na ordem de nascimento, outra órfã da qual encontramos algumas declarações nas contas de tutoria foi Ana Joaquina da Cunha. Na ocasião, ela teria em torno de dezoito anos de idade. Sobre ela, os únicos dados informados era que ainda estava com sua mãe “com boa educação e ensino e tratamento no estado de solteira e que sabe todo o preciso e necessário para o bom governo de uma mulher...”¹⁸.

Apesar de sucinta, a informação de que sabia “todo o preciso e necessário para o bom governo de uma mulher” nos ajuda a conjecturar que Ana Joaquina havia aprendido aqueles saberes “próprios do sexo feminino”, voltados para o cuidado com o lar, os filhos, a família e o casamento, como já ressaltado. E, como não há nenhuma informação quanto aos gastos ligados à educação, supomos, primeiro, que, caso tenha aprendido algum saber ligado à escrita e/ou leitura com terceiros, isso teria acontecido antes do falecimento do pai; o mesmo acontecendo com qualquer outro saber. Outra opção seria a própria mãe ou outra mulher da família, pois, como já destacado, era bastante comum a aprendizagem feminina no seio familiar.

No inventário, temos a assinatura de Dona Mariana em, pelo menos, duas ocasiões. Tal fato nos mostra que a tutora tinha algum contato com o mundo da escrita. Essa suposição ganha força também quando retomamos as disposições testamentárias de Bento da Cunha determinando que a esposa seria a responsável pelas negociações e

¹⁸BRASIL. AHTJMA. *Inventário de Bento da Cunha*. cx. 01, São Luís, 1788.

acordos quando ele estivesse em viagem. Seja como for, Ana Joaquina estava encaminhada e recebendo a educação esperada para o seu sexo.

Finalmente, temos as declarações a respeito do último filho – João Inácio da Cunha. Este era o filho mais novo do casal, tendo, no momento da prestação de contas, em torno de quinze anos de idade. Enquanto menor e solteiro, nos foi informado que ele estava em companhia de sua mãe e, assim como seu irmão Francisco Raimundo, já sabia ler e escrever e estava no estudo com o mesmo mestre régio – José Miguel de Araújo – aprendendo gramática latina.

Nos documentos ligados diretamente à família de Dona Mariana e Bento da Cunha não foi possível identificar mais informações sobre João Inácio. Entretanto, encontramos várias pesquisas que fazem referência a ele (Amaral, 1923; Coutinho; 2005; Cabral, 2012).

De acordo com esses autores, Joaquim Inácio teria sido matriculado na Universidade de Coimbra em 1801, seis anos depois dos dados apresentados na prestação de contas de tutela de sua mãe. Em 1806 formou-se no curso de Direito. Ainda em Portugal,

[...] exerceu o cargo de juiz de órfãos em Lisboa (1807). Nesse mesmo ano retornou ao Brasil e iniciou carreira na magistratura, tendo sido nomeado desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, chanceler, desembargador de agravos e regedor da Casa da Suplicação do Brasil (1824). Foi também desembargador da Mesa do Desembargo do Paço, intendente-geral de Polícia da Corte e senador. Nomeado ministro de Estado dos Negócios da Justiça em 1829 e 1831, assumiu ainda a pasta do Império (1828). Conselheiro de Estado, barão (1825) e visconde de Alcântara (1826), foi agraciado com os títulos da Ordem Militar da Torre da Espada (1808), da Ordem de Cristo e com a Imperial Ordem do Cruzeiro. Foi sócio fundador da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e seu primeiro presidente (1827). Morreu no Rio de Janeiro em 11 de fevereiro de 1834. (Cabral, 2012, p. 171)

Coutinho (2005, p. 331) destacou que João Inácio foi casado duas vezes. A primeira delas com Dona Ana Joaquina da Cunha. No Rio de

Janeiro, contraiu segundas núpcias com Dona Violante Luísa de Vasconcelos, pertencente à “alta aristocracia da Corte” e titulada como Viscondessa de Alcântara devido ao casamento com João Inácio.

Como evidenciado a partir dos dados até aqui, os filhos de Dona Mariana e Bento da Cunha foram “bem encaminhados”, atendendo as demandas e expectativas do período. Respeitando as diferenciações ligadas ao sexo, a filha do casal foi alvo de ações que buscavam conformá-la enquanto mulher. Quanto aos três filhos, os tipos de educação que receberam alinhavam-se aos papéis sociais que deveriam ocupar. Como vimos, foram os três filhos que deixaram para a posteridade indícios do contato com o mundo da escrita, informações sobre os cargos e atividades exercidas e documentos que evidenciam os laços de sociabilidades e o pertencimento a espaços distintos. No final, os investimentos na educação dos filhos ajudaram a conformar esse grupo familiar, de modo que os interesses e as posses das famílias foram mantidos ou ampliados.

Considerações finais

Quando Bento da Cunha decidiu se mudar para São Luís do Maranhão, certamente não tinha dimensão das consequências desse ato. Isso não significa dizer que essa mudança não tenha sido incentivada por um plano e desejo de enriquecimento e a construção de uma posição distinta, pelo contrário. Todavia, não era possível prever os pormenores aqui apresentados, sobretudo de seus descendentes, que revelaram o quanto de sua busca inicial foi alcançada.

Bento da Cunha chegou em São Luís no século XVIII e constituiu uma família com Dona Mariana Mendes da Anunciação. Como vimos, a família ocupava um lugar central naquele período. Era através dela que certos

valores eram propagados e uma sociedade ideal era almejada. Assim, buscamos neste texto, considerar a família desse casal em particular e, a partir de suas ações, pensar o contexto mais amplo e esses aspectos.

Frutos de seu tempo, Bento e Dona Mariana se casaram à “face da Igreja” e dessa união tiveram quatro filhos. Os registros revelaram que essa família foi proprietária de um patrimônio considerável, em que estavam presentes bens muito valorizados no período, seja pelo seu aspecto econômico, seja pelo seu peso na distinção social. É assim que devem ser lidos os objetos com referência à Europa, as terras, a grande quantidade de escravizados, e outras posses dessa família. Do mesmo modo, devem ser consideradas as relações estabelecidas com outros, a participação na economia daquela região e o alinhamento às demandas externas.

Numa sociedade em que papéis específicos eram estabelecidos, as demandas do cotidiano, por outro lado, provocavam sobreposições e, conseqüentemente, fronteiras eram borradas. Como vimos, a morte de Bento foi um dos aspectos que acabou desencadeando uma sobreposição de maneira mais evidente. É certo que a parceria e confiança já existiam e o casal, ao que parece, já dividia as preocupações, as informações sobre a saúde financeira da família e os planos de investimentos financeiros, sociais e para com os filhos. Todavia, com o falecimento do marido, Dona Mariana assumiu uma posição central na administração dos bens, da família e o cuidado com sua prole, o que evidenciou uma autonomia que até então certamente não possuía e a ocupação de certos lugares que eram novos para ela.

Amparada por homens de seu convívio familiar e tutelada pelas autoridades civis, as ações de Dona Mariana são mostras importantes das concepções e expectativas existentes sobre as mulheres no período. Elas deveriam cuidar, educar, direcionar e sustentar seus filhos. Por

outro lado, eram esperadas delas a construção de estratégias de sobrevivência para todos, inclusive para si, o que significava, muitas vezes, lançar mão de diferentes ferramentas, como buscar a tutoria ou assumir a administração econômica do grupo familiar.

Mas as dinâmicas não se encerravam aqui. Buscar a ascensão econômica, a ampliação das riquezas ou a sobrevivência era parte de um processo maior no qual as famílias estavam envolvidas. Numa sociedade em que o grupo familiar ocupava um lugar central, como lembrado, a família acabava tendo importância também nas dinâmicas que envolviam o lugar social ocupado pelas pessoas e o funcionamento da política. É nesse contexto que os investimentos na educação e a busca por determinados cargos e títulos, por exemplo, têm uma importância ímpar.

A família em tela nos mostrou que a educação dos filhos era um projeto em que era esperado um impacto positivo em todos os membros do núcleo familiar. Respeitando as leis do período, vimos que os quatro filhos receberam uma educação conforme o sexo e qualidade. Ana Joaquina, a única filha do casal, teve acesso aos ensinamentos esperados para a sua condição enquanto mulher. Já os três meninos tiveram acesso à instrução, inclusive aos estudos mais avançados. Mas os investimentos na educação universitária se resumiram a apenas um dos filhos. Como resultado, eles acabaram ocupando lugares específicos na organização familiar. É provável que essa estratégia tivesse mesmo a intenção de atender certas demandas, como a necessidade da presença de um filho para auxiliar Dona Mariana na administração do patrimônio e a formação superior de outro, visando uma ascensão social.

Dos filhos que temos informações mais detalhadas, vimos que Francisco Raimundo esteve ao lado de sua mãe, sendo inclusive seu representante legal quando necessário. João Inácio, por sua vez, formou-se em direito. Como bem lembrou Antunes (2004, p. 223), “ter um filho

advogado era motivo de orgulho para os pais e demais parentes, que passavam a contar com seus préstimos junto à Justiça”. Ele foi mais longe, pois ocupou diferentes cargos na administração do Estado, inclusive em Lisboa, e esteve em contato direto com o Imperador, no Rio de Janeiro.

Em termos gerais, podemos dizer que a família constituída a partir do casamento entre Bento da Cunha e Dona Mariana Mendes da Anunciação não fugiu à regra das expectativas existentes sobre as ações, posturas e comportamentos defendidos pela Igreja e pelo Estado. Por outro lado, não deixou de pensar em seus interesses particulares, traçando caminhos para a conquista de poder, prestígio e enriquecimento. Em outras palavras, essa família teve sucesso em sua empreitada, possibilitando o crescimento de cada um dos filhos, mas, ao mesmo tempo, agiu como uma coletividade, visando os interesses do próprio grupo.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALVES, Moema de Bacelar. A escola jesuítica e a produção sacra no Grão-Pará e Maranhão. **Encontro de História da Arte**, Campinas, SP, n. 3, p. 38–45, 2007. DOI: 10.20396/eha.3.2007.3647. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/eha/article/view/3647>. Acesso em: 8 nov. 2024.
- AMARAL, José Ribeiro. **Ephemérides Maranhenses** – datas e fatos notáveis da história do Maranhão (1499-1823). São Luís: Typogravura Teixeira, 1923.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria do Governo (1728-1914). **Livros de Registro de cartas de data e sesmaria passadas pelo governador e capitão general do Maranhão**, n. 34, 1776-1787, fl. 47.
- CABRAL, Dilma Cabral [et al.]. **Ministério da Justiça 190 anos**: justiça, direitos e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2012.

- ANTUNES, Álvaro de Araujo. **Espelho de cem faces**: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro. São Paulo: Annablume, PPGH/UFMG, 2004.
- BOTELHO, Yane Silva. “**O jus de governa já não se herda**”: Manuel Odorico Mendes e seu projeto de nação brasileira (1825-1833). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- CARVALHO, José Pereira de. **Primeiras Linhas sobre o Processo Orphalonógico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1840
- CARVALHO, Roberto Sousa. **Maranhão, província tradutora** – livros e tradutores em São Luís do séc. XIX. São Luís, Edufma, 2022.
- COUTINHO, Mílson. Fidalgos e Barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense. São Luís: Instituto Geia, 2005.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. A expansão do ensino régio na América Portuguesa no século XVIII: centralização e singularidades. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v.22, p.1-15, e183, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v22-2023-183>. Acesso em 16 out. 2024.
- HESPANHA, António Manuel. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime. São Paulo: Annablume, 2010.
- JULIO, Kelly Lislie. “**Os têm tratado e educado**” – As mulheres e suas ações para a manutenção da família e a educação de menores no termo de Vila Rica, MG (1770 1822). Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2017.
- HESPANHA, António Manuel. “QUERO e é minha vontade” – os testamentos femininos e a intenção de educar. [s.l.: s.n], 2020.2 vídeo (2:27:05 min). Publicado pelo canal de CEIbero. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zvJloPFe1r8&t=1853s>. Acesso em: 01 out. 2024.
- MENESES, José Newton Coelho. Dona Anna Perpétua: mulher, matrimônio e família no Tejuco (séculos XVIII e XIX). In: LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton Coelho;

FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr L. **História da Família no Brasil** (séculos XVIII, XIX, XX): novas análises e perspectivas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

MOTA, Antonia da Silva. **As famílias principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís, Edufma, 2012.

MOTA, Antonia da Silva. Família escrava nas *plantations* do Maranhão: demografia e sociabilidades (1785-1825). In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri Costa (Org.). **O Maranhão oitocentista**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

MOTA, Antonia da Silva. São Luís do Maranhão - a formação do conjunto fabril e a atividade manufatureira do século XVIII ao XX. In: MOTA, Antonia da Silva; PERNAMBUCANO, Ulisses Pernambucano (Org.). **Fábrica Martins Irmão & Cia: trajetória fabril na dinâmica urbana de São Luís**. São Luís: Edufma, 2014.

RIBEIRO, Márcia Moisés. Nem nobre, nem mecânico – A trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII. **Almanack Brasileiro**, n. 2, p. 64-75, nov. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/34853/37591/0>. Acesso em: 01 out. 2024.

RODRIGUES, Maria José Lobato. **Educação feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

SILVA, Regiane Aparecida Caire; SOUSA, Marília Martha França Sousa. Companhia de Jesus em São Luís do Maranhão: Considerações sobre pintura e talha na Catedral da Sé. **IHS. Antiguos jesuitas en Iberoamérica**. Córdoba, ARG, v. 4, n 1, p.31-50, enero-junio, 2016.

VEIGA, J. **Planta da cidade de São Luís do Maranhão levantada em 1858**. 1 fotografia, color, 84.07 KB. Formato JPEG. Disponível em: <https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/272638>, acesso em 27 out. 2024.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Gomes Ferreira e os simplices da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil-Colônia. In: FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Erário Mineral – Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

8

O ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA: PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES PARA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

*Thiago Gomes Medeiros
Danielle Alves de Oliveira*

Introdução

O Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba – AEAP – emerge como um patrimônio documental fundamental para os estudos no campo da História da Educação e das relações entre a Igreja e a sociedade paraibana e brasileira. Este acervo não se limita ao armazenamento de registros religiosos e administrativos, mas revela, por meio de seus documentos, as influências e interações sociais que moldaram práticas educativas e valores culturais em diferentes períodos históricos. A conservação de informações sobre escolas confessionais, organizações pastorais, e correspondências com autoridades civis e religiosas torna o arquivo uma fonte privilegiada para a compreensão de como a Igreja exerceu um papel educativo e moralizador, adaptando-se e influenciando a sociedade local.

Inicialmente, vê-se um panorama geral sobre o acúmulo e a classificação de documentos pela Igreja Católica desde o Concílio de Trento, no século XVI. Essa prática visou organizar registros de nascimento, casamento e óbito, além de documentos que testemunharam as inspeções episcopais e o cotidiano das paróquias, proporcionando à Igreja um controle sobre aspectos sociais, morais, culturais, políticos, e econômicos da população, entre vários outros.

Tais arquivos tornaram-se cruciais para o entendimento de um contexto onde instituições confessionais eram frequentemente as únicas fontes de instrução escolar formal. Mesmo classificados como privados, os arquivos eclesiásticos adquirem valor público ao preservar a memória de eventos e práticas nos espaços onde existem.

O foco se volta ao acervo do AEAP, que abrange uma variedade de documentos relacionados à trajetória educacional e religiosa de sua jurisdição eclesiástica. Estabelecido oficialmente em 1992, em colaboração com a Universidade Federal da Paraíba, esse arquivo reflete a influência católica na organização de instituições escolares e na estruturação de práticas pedagógicas, destacando-se pela preservação de registros sobre escolas confessionais, seminários e atividades pastorais. A documentação disponível oferece *insights* sobre as interseções entre religião e educação e proporciona aos pesquisadores subsídios para entender as políticas educacionais que a Igreja desenvolveu, manteve e adaptou desde a fundação do bispado, no final do século XIX. Além disso, o arquivo contém registros que ilustram a presença eclesiástica em ações assistenciais, movimentos de educação popular e outras iniciativas que transcendem a esfera puramente religiosa, destacando a relevância da instituição como promotora de uma rede social de apoio e de formação escolar ofertada aos paraibanos.

As perspectivas de pesquisa discutidas ao longo do capítulo ressaltam o potencial desse acervo como recurso para estudos interdisciplinares e múltiplas possibilidades de análises. Existem documentos que abordam desde a educação confessional, a atuação feminina em espaços religiosos, a assistência social, bem como as relações institucionais com o Estado, abrindo caminhos para investigações que interligam educação, religião e sociedade.

Essa variedade documental possibilita um exame abrangente das práticas educacionais, revelando a integração valores espirituais e morais em seus projetos de formação e atuação comunitária. Além disso, a análise crítica desse acervo oferece uma perspectiva sobre os mecanismos de poder e seleção documental presentes nos arquivos eclesiais, reconhecendo que a memória institucional preservada reflete não apenas o passado, mas também as escolhas da instituição que determinaram uma visão sobre sua história e influência social.

Portanto, o AEAP se configura como um espaço de investigação multifacetado. Ao abrir suas portas para a pesquisa acadêmica, esse acervo permite a continuidade de um diálogo com o passado por meio das fontes existentes, promovendo a interpretação crítica de narrativas que, ao serem revisitadas, contribuem para uma compreensão mais aprofundada do papel da Igreja na História da Educação e na construção de práticas escolares que permitem a observação de continuidades e descontinuidades, permanências e rupturas que ocorreram ao longo dos anos.

Arlette Farge (2017, p. 15), na obra *Sabor do Arquivo*, traz uma reflexão profunda sobre o papel do arquivo como guardião de realidades históricas, evidenciando a força reveladora dos documentos armazenados. Na visão da autora,

O arquivo age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentos de verdade até então retidos saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: *fonte*.

Para Farge, os arquivos não são meros repositórios de informações; eles são espaços onde o passado, muitas vezes esquecido ou oculto,

emerge com vivacidade, oferecendo fragmentos de verdades e perspectivas que iluminam o presente.

Ao afirmar que o arquivo age como “um desnudamento”, Farge sugere que os documentos arquivados têm o poder de remover camadas de silêncio ou esquecimento, expondo realidades que, até então, permaneciam inacessíveis. Esse ato de desvelar permite que “o vivo” surja através das linhas, humanizando as informações e trazendo à tona experiências que, de outra forma, poderiam nunca ser conhecidas. Os fragmentos de verdade que “saltam à vista” nos arquivos possibilitam que o pesquisador entre em contato com o cotidiano de indivíduos comuns e acontecimentos não oficiais, aspectos muitas vezes marginalizados nas narrativas históricas tradicionais.

A metáfora do arquivo como “maná que se oferece” é particularmente poderosa. Assim como o maná, alimento divino que sustentava o povo no deserto, o arquivo oferece aos pesquisadores um sustento simbólico para a construção do conhecimento histórico, nutrindo o entendimento da realidade social, cultural e política dos períodos estudados. Essa imagem reforça a ideia de que o arquivo é uma fonte inesgotável e generosa, cujo acesso possibilita uma conexão direta e credível com o passado.

A autora também ressalta a nitidez e a credibilidade dos arquivos, o que enfatiza o papel documental desses espaços como fontes confiáveis para a ressignificação da memória coletiva. Ao abrirmos um arquivo, temos diante de nós um testemunho direto de um tempo que já não existe, mas que deixou suas marcas. Essas marcas, uma vez reveladas, oferecem uma visão ampliada e multifacetada da história, permitindo que a narrativa histórica se construa a partir de vozes e perspectivas diversas.

Em suma, Farge coloca o arquivo como um elemento ativo na produção do conhecimento, um local onde a história é redescoberta e onde a memória se torna palpável. Essa concepção exige do pesquisador uma postura não apenas de receptividade, mas também de análise crítica, pois ao desnudarem o passado, os arquivos também expõem as escolhas de preservação e os silêncios impostos, como abordaremos ao discutir o processo de acumulação do AEAP. O arquivo é, portanto, uma fonte que revela e, simultaneamente, desafia o historiador a compreender o que é mantido e o que é omitido, oferecendo um terreno fértil para questionamentos e interpretações contínuas sobre o passado e sua representação no presente.

Arquivos eclesiásticos e história da educação

A Igreja Católica, ao longo de sua história, acumulou grande volume de documentos considerados de valor histórico para a sociedade. Tais acervos são chamados de arquivos eclesiásticos, pois retratam o funcionamento dessa entidade e sua relação com o Estado e com os cidadãos. Apesar da relevância pública e social, esses arquivos são classificados como privados, devido à natureza de sua entidade mantenedora.

Sobre os acervos eclesiásticos, Ana Aparecida Gonzaga da Silva e Jussara Borges (2009, p. 38) explicam que

[...] apesar de serem dotados de caráter privado, têm documentação classificada como de interesse público e social, e, desta forma, são patrimônio cultural da nação. Contudo, a classificação de um arquivo privado como de interesse público e social não assegura o direito ao acesso a esse arquivo, pois a legislação delega aos seus detentores a decisão de liberá-los à pesquisa.

A citação de Ana Silva e Jussara Borges aborda um aspecto crucial sobre os arquivos privados, especialmente os eclesiásticos, ao destacar sua relevância pública e social, mesmo que juridicamente sejam considerados propriedade privada. Esse paradoxo entre a natureza privada e o interesse público dos arquivos ressalta uma tensão entre a necessidade de preservar e divulgar a memória coletiva e os direitos de posse e controle dos detentores desses acervos. A fala das autoras evidencia como os arquivos, em particular os eclesiásticos, desempenham um papel significativo na construção da identidade e na compreensão do passado social e cultural de uma nação. Entretanto, essa importância nem sempre se traduz em acessibilidade ou disponibilidade para o público.

A legislação brasileira atual não garante o acesso a esses acervos de interesse público e social, pois a decisão de liberar os documentos para pesquisa permanece sob a autoridade dos proprietários. Este ponto enfatiza um dilema persistente na Arquivologia e na política de memória: o reconhecimento da importância cultural e histórica dos arquivos não é suficiente para garantir sua acessibilidade. Por mais que o valor público desses documentos seja amplamente reconhecido, sua consulta depende da abertura e da interpretação normativa de quem os administra, o que pode resultar em restrições ao acesso por razões institucionais, religiosas ou mesmo políticas.

Conforme Cristian José Oliveira Santos (2005), nos últimos anos, a Igreja tem demonstrado interesse em ampliar o acesso aos arquivos e possibilitar o desenvolvimento de pesquisas a partir do seu amplo acervo, pois como dizia Arlette Farge (2017, p. 14), no arquivo “se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir, aquilo que mais tarde se chamará de história”.

Os arquivos eclesiásticos são lugares de guarda para fontes caras à pesquisa histórica, especialmente na área de História da Educação. Buscando compreender essas relações desde a sua origem e basear as pesquisas na área, chegamos na obra de Peter Burke (2003) *Uma História Social do Conhecimento I*. Segundo o autor, foi a partir do Concílio de Trento, em 1563, que ocorreu a determinação aos párocos católicos em manter os registros de nascimento, casamento e óbito dos seus fiéis paroquianos. Ainda, as constantes visitas episcopais produziram um grande volume de documentos, principalmente relativos ao estado físico das igrejas, nível educacional dos religiosos, número de irmandades, moralidade do laicato e, por isso, também precisavam ser guardados.

Tendo ciência da importância dos acervos produzidos para o controle social e administrativo, o papa Pio IV, em 1565, solicitou a criação de um arquivo no Vaticano, e no ano seguinte, foi expedida uma bula determinando a organização dos arquivos em cada bispado. É importante lembrar que, na segunda metade do século XVI, a Igreja viveu uma reforma onde o medo constante da heresia e a manutenção dos fiéis sob sua tutela fez emergir a necessidade do controle informacional. Peter Burke (2003, p. 119), também esclarece que “a informação era coligida não só por ser imediatamente útil, mas na esperança de que um dia pudesse vir a sê-lo”.

Ao longo do tempo, os arquivos eclesiásticos foram ganhando ainda mais relevância, desse modo, no século XVIII, o papa Bento XIII publicou a Constituição *Maxima vigilantia* na qual determinava o funcionamento dos arquivos diocesanos. A partir dessa constituição, as normas foram expandidas para os arquivos das demais igrejas vinculadas ao catolicismo.

Destacamos aqui dois dispositivos deste documento:

- 1) conta-se como obrigação primordial do arquivista a redação de um inventário e de um catálogo de todas as escrituras conservadas no arquivo, os quais (inventário e catálogo) se redigirão em duplicado, conservando-se uma cópia no arquivo episcopal e outra no arquivo de origem;
- 2) preocupe-se o arquivista com a segurança e a integridade da documentação recolhida no arquivo, que continua ainda sendo [arquivo secreto]. Por isso, manter-se-á fechado com duas chaves, prevendo-se a excomunhão para quem dele tire documentos, ao mesmo tempo que se regulamenta o acesso à consulta dos fundos pelo pessoal da instituição proprietária (Rubio Merino, 1993, p. 153).

Após esses encaminhamentos, a legislação mais relevante que corresponde à organização dos acervos eclesiásticos foi estabelecida pelo Código de Direito Canônico – CDC – em 1917, posteriormente atualizada em 1983. O CDC veio para normatizar a conduta da Igreja em determinados assuntos, tendo como base a legislação atual. No que se refere aos aspectos arquivísticos, o CDC divide os arquivos eclesiásticos em: 1) arquivo diocesano; 2) arquivos colegiados; 3) arquivos paroquiais; 4) arquivos de fundações pias; 5) arquivos das igrejas catedrais; 6) arquivos de outras igrejas dos territórios.

No Brasil, Jamil Nassif Abib (1999) explica que as primeiras normas que ajudaram na administração dos arquivos eclesiásticos foram *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e o seu *Regimento do Auditório*, de 1707, idealizadas a partir do Concílio de Trento, que vigoraram até a promulgação do Código de Direito Canônico do início do século XX. A partir dessa conjuntura, é possível compreender como os documentos foram se acumulando ao longo dos anos e transparecendo a sua relação cotidiana entre a Igreja católica e a sociedade. Abib (1999, p. 3) enfatizou que os Arquivos Eclesiásticos na América do Sul possuem um acervo riquíssimo, onde apresentam os “principais vestígios da história das respectivas nações”.

Dentre as diversas temáticas que emergem nos acervos eclesiásticos, destacam-se aqui as perspectivas para a História da Educação. A importância dos arquivos eclesiásticos para a pesquisa nesse campo reside na sua capacidade de oferecer uma visão abrangente e contextualizada da interação entre confessionalidade, educação e sociedade. Os arquivos são, não apenas janelas para o passado, mas também ferramentas essenciais para o estudo das práticas educativas e suas consequências sociais ao longo do tempo.

Desde a chegada dos jesuítas no século XVI, iniciando as primeiras escolas formais na América portuguesa, juntamente com as diversas ordens religiosas que se estabeleceram no território, a instrução e a doutrinação estavam sob a tutela católica. Por isso, estudar esses arquivos e suas fontes permite aos pesquisadores acessar documentos que podem revelar não apenas currículos, métodos pedagógicos e regimentos, mas também interações sociais, políticas, econômicas e culturais que moldaram a educação ao longo dos séculos.

Perspectivas e potencialidades de pesquisa para a história da educação

O AEAP contém registros que são norteadores para traçar a evolução educacional no território pertencente ao bispado desde o final do século XIX até os dias atuais. Documentos como matrículas de escolas confessionais, correspondências entre bispos e autoridades educacionais e relatórios de atividades paroquiais, iluminam reflexões sobre a influência da Igreja na criação de políticas educacionais, estratégias pedagógicas, manuais de ensino, currículos escolares, bem como o cotidiano escolar e o comportamento dos indivíduos. Esses documentos ajudam a ilustrar como a religião e a educação estavam

frequentemente entrelaçadas, influenciando desde a construção de escolas até a formação moral e ética dos estudantes.

Além disso, os arquivos eclesiásticos frequentemente contêm informações sobre a organização e o funcionamento de irmandades e confrarias, que muitas vezes desempenhavam funções educativas e de assistência social. O estudo dessas entidades através dos arquivos pode revelar aspectos importantes sobre a educação informal e a socialização da juventude em diferentes contextos históricos.

O processo de acumulação documental pertencente ao bispado da Paraíba se iniciou com a separação do bispado de Pernambuco. A criação diocesana ocorreu em 27 de abril de 1892 pela bula “*Ad universas orbis ecclesias*” do Papa Leão XIII. A instalação efetiva do bispado em território paraibano se deu dois anos depois, em 4 de março de 1894. Este evento marcou um ponto de virada na organização eclesiástica na região, proporcionando uma nova estrutura para as atividades religiosas e educacionais.

Com a instauração da diocese, consolidou-se um esforço mais estruturado e formal para a educação na Paraíba, alinhado aos princípios e diretrizes do catolicismo. Logo, o primeiro bispo Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques, fundou o Seminário e o Colégio Diocesano, depois foram criadas escolas paroquiais, que não se reduzia apenas à doutrinação religiosa, mas também oferecia educação básica de 1º e 2º graus (primário, ginásio e colegial). Essas instituições desempenharam um papel importante como lugares de saber, constituindo a base de um sistema educacional que visava integrar os valores cristãos com as habilidades letradas necessárias para a participação na sociedade civil, bem como na vida paroquial.

Ainda, a Arquidiocese da Paraíba foi instrumental na criação de associações e movimentos que fomentaram práticas educacionais e

culturais mais amplas. Por exemplo, durante o século XX, a arquidiocese apoiou iniciativas que iam além do ensino formal, como grupos de estudo bíblico, círculos de leitura e outras formas de educação popular que buscavam elevar o nível cultural e espiritual da comunidade. Esta abordagem educacional não apenas fortaleceu a influência da Igreja no meio social, como também reforçou o papel dos arquivos eclesiásticos como fontes primárias vitais para compreender essas interações.

Nesse sentido, os arquivos eclesiásticos são construtos potenciais no processo de ressignificação da memória social e, para isso, o acervo precisa estar em condições de acesso e uso. Farge (2017, p. 14) complementa essa vertente afirmando que o arquivo não é uma nota; não foi composto para surpreender, agradecer ou informar, mas para servir [...]. A partir do momento em que as informações estão disponíveis para a pesquisa, múltiplas possibilidades surgem na compreensão do passado, permitindo novas interpretações no presente.

O CDC reforça a importância da preservação cuidadosa de todos os documentos produzidos pelas paróquias, afirmando:

Cânone 486 – §1. Todos os documentos respeitantes à diocese ou às paróquias devem ser guardados com o maior cuidado.

§ 2. Instale-se em cada cúria, em lugar seguro, o arquivo ou cartório diocesano, onde se guardem, dispostos na ordem devida e diligentemente fechados, os documentos e escrituras relativos aos assuntos diocesanos não só espirituais, mas também temporais.

§ 3. Dos documentos que se encontram no arquivo, faça-se um inventário ou catálogo com um breve resumo de cada um (Conferência Episcopal Portuguesa, 2007).

Os incisos do Cânone 486 do CDC demonstram o rigor com que a Igreja Católica estabelece normas para a gestão de seus documentos, refletindo a importância atribuída ao arquivamento cuidadoso e à preservação da memória institucional. Essa normatização, ao tratar do

armazenamento e da classificação de documentos eclesiásticos, confirma a preocupação em manter um controle meticuloso sobre as informações relativas à vida diocesana, tanto no âmbito espiritual quanto no temporal, destacando o papel de guardião de um vasto acervo documental que se estende além das questões religiosas.

O §1 do Cânone 486 prescreve que todos os documentos relacionados às atividades da diocese e das paróquias devem ser preservados “com o maior cuidado”. Este cuidado não se restringe à proteção física dos documentos, mas abrange também o zelo pela integridade e autenticidade das informações, assegurando que esses registros se mantenham como fontes fidedignas e acessíveis para futuras consultas e pesquisas. Em termos arquivísticos, essa disposição reflete o compromisso institucional com a preservação de seu patrimônio documental, reconhecendo o valor dessas informações não apenas para a administração eclesiástica, mas também para a sociedade como um todo, uma vez que os documentos arquivados muitas vezes contêm dados de grande relevância histórica e social.

No §2, o Cânone estipula que, em cada cúria, deve haver um arquivo ou cartório diocesano em local seguro, onde se organizem, de maneira ordenada e bem protegida, documentos de natureza espiritual e temporal. Esse dispositivo sublinha a necessidade de um espaço físico dedicado exclusivamente à salvaguarda dos registros diocesanos, o que implica a criação de uma infraestrutura adequada à função de conservação. Além do mais, a ordenação sistemática dos documentos ressalta a importância de uma estrutura organizacional bem definida, facilitando o acesso e a consulta. A exigência de segurança também é fundamental, pois certos documentos contêm informações sensíveis que demandam proteção especial, seja por sua natureza pessoal, seja por questões de sigilo pastoral ou administrativo.

O §3 reforça a necessidade de se elaborar um inventário ou catálogo de todos os documentos mantidos no arquivo, com um breve resumo de cada um. Esse procedimento não apenas facilita a recuperação da informação e a gestão documental, mas também demonstra uma metodologia arquivística alinhada às melhores práticas de descrição e classificação. Ao exigir um resumo dos conteúdos, o Cânone estimula uma visão geral das informações armazenadas, promovendo a transparência e possibilitando que a cúria tenha um entendimento amplo e organizado de seu acervo. Esse inventário também contribui para a preservação intelectual dos documentos, pois, mesmo que o conteúdo físico venha a se deteriorar, o catálogo preserva uma síntese informativa que permite reconstruir ou contextualizar as informações.

Em conjunto, esses três incisos do Cânone 486 estabelecem um padrão de excelência e responsabilidade para a gestão documental na Igreja Católica. O comprometimento com a conservação dos registros diocesanos demonstra uma compreensão abrangente do papel dos arquivos não apenas como repositórios de informações administrativas, mas como componentes fundamentais da memória e da identidade institucional. A meticulosidade exigida na organização, segurança e classificação dos documentos observa a preocupação em manter a integridade e a continuidade de seu patrimônio documental, criando uma base sólida que preserva a história e o legado eclesial.

Dito isto, cabe destacar que a preocupação com o acervo eclesial evidenciada pelo CDC é anterior à legislação arquivística brasileira que determinou a política nacional de arquivos públicos e privados e descreveu a necessidade de preservação e gestão documental nos acervos. Isso expressa mais uma vez o zelo da Igreja por sua memória.

Outro ponto relevante a ser destacado é que o CDC estabeleceu a sua estrutura própria de organização arquivística, portanto, o acervo é dividido em corrente (cân. 486), secreto (cân. 489) e histórico (cân. 491, § 2). Por corrente, entende-se os documentos do arquivo diocesano que necessitam ser consultados com frequência, e, por isso, precisam estar acessíveis em cada cúria. Já o arquivo histórico custodia uma documentação que não carece de acesso frequente pela instituição, mas devido ao seu valor, necessitam ser guardados.

Já o Cânone 489 – §1 estabelece a criação de um arquivo secreto na cúria diocesana, ou, alternativamente, a inclusão de um armário ou cofre fechado à chave dentro do arquivo comum, onde devem ser armazenados com máxima segurança os documentos que exigem sigilo. Por exemplo, aqueles que são produzidos e/ou recebidos pelo Tribunal Eclesiástico e requerem a proteção de dados de terceiros. Essas diretrizes canônicas demonstram a preocupação com a gestão documental e sublinham a necessidade do estabelecimento de normas para o acesso de determinados acervos.

Esse cuidado muitas vezes é confundido como recusa por parte dos gestores dos arquivos em franquear o acesso, mas como já foi dito, atualmente existe interesse institucional na abertura desses espaços para a sociedade. Não faz muito tempo, o Papa Francisco mudou o nome do Arquivo Secreto do Vaticano para Arquivo Apostólico do Vaticano, através de uma Carta Apostólica assinada em 22 de outubro de 2019. A mudança de nomenclatura serviu para dirimir o mal-entendido do termo latino *secretum* (que se refere ao caráter privado e reservado ao Papa de acesso ao arquivo e não sua inacessibilidade). Essa abertura gradual é fundamental para a historiografia, pois muito se tem a dizer com base nesses acervos.

Essas disposições canônicas são especialmente significativas para historiadores, pesquisadores e arquivistas, pois garantem que os arquivos eclesiásticos sejam mantidos em condições de acessibilidade e segurança, permitindo que cumpram seu papel de fontes confiáveis de informação e memória. Além disso, o cuidado com os arquivos eclesiásticos reflete a percepção de que a documentação existente é um patrimônio que transcende o presente, servindo tanto à administração eclesial quanto ao resguardo de uma herança cultural com valor inestimável para as gerações futuras.

Dessa forma, os arquivos eclesiásticos transcendem sua função administrativa para se tornarem guardiões da memória coletiva. Ao preservar esses documentos, a Igreja não apenas protege a sua própria história, mas também reforça o vínculo entre o passado e o presente, permitindo que a memória coletiva continue a desempenhar seu papel fundamental na sociedade. No caso, o AEAP apresenta possibilidades e perspectivas de estudos sobre educação abrangendo um recorte de 132 anos, contando como marco inicial a fundação da igreja particular da Paraíba. Também existem documentos paroquiais avulsos, anteriores à criação do bispado, datados do século XVIII, pertencentes ao período em que a Paraíba estava ligada ao bispado de Pernambuco.

Segundo Bernardina Oliveira e Ricardo Velôso (2020, p. 243), o AEAP está disponível para pesquisa e ocupa um espaço no Centro Cultural São Francisco, situado na cidade de João Pessoa. Incluindo no acervo uma vasta gama de documentos que abrangem materiais textuais, cartográficos, micrográficos e fotográficos. Sua organização arquivística ocorreu entre os anos de 1989 e 1992, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba, por meio do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDHIR) e contou com o fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

. A inauguração ocorreu em 27 de abril de 1992, fazendo parte das celebrações do centenário de criação da Diocese da Paraíba, durante o governo do arcebispo metropolitano Dom José Maria Pires (1965-1995).

Compreender as perspectivas e potencialidades do AEAP para a História da Educação, só se tornou possível a partir de uma análise minuciosa do *Guia do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba*, disponível no local apenas fisicamente. Infelizmente por ser um instrumento físico e consultado presencialmente, pode ser um desestímulo aos pesquisadores que residem distante da sede do arquivo em buscar fontes documentais na instituição.

A documentação do AEAP está classificada e ordenada em fundos documentais, grupos, séries e coleções. Quando se trata de fontes para estudos em História da Educação o ponto de partida é o fundo 2.2 *Seminário Arquidiocesano (AS)*.

O seminário diocesano foi fundado por Dom Adauto, em 04 de março de 1894, funcionou no Convento de Santo Antônio até 1965, quando foi transferido para a sede própria no bairro do Castelo Branco, depois fechado em 1970. Após 30 anos fechado, o seminário paraibano foi reaberto no dia 4 de março de 1990 por Dom José Maria Pires.

Também se destaca o fundo 2.7 *Conselho Pastoral (CPA)*, que possui uma documentação vasta no campo educacional. O Conselho Pastoral foi criado após o Concílio Vaticano II (1962-1965). É um órgão de caráter consultivo e constituído por representantes de pastoral, sob a presidência do arcebispo, e tem por objetivo refletir as ações pastorais da arquidiocese, animar e acompanhar a sua execução. A fim de ilustrar a composição destes fundos e as fontes para a História da Educação existentes no acervo, criou-se um quadro resumo que englobou: dois fundos, catorze grupos, cinco dossiês, oitenta e sete séries e dezesseis subséries conforme a classificação documental.

Quadro 1 – Recorte do acervo do AEAP relacionado a História da Educação

Fundo	Grupo	Séries e subséries
2.2 SEMINÁRIO ARQUIDIOCESANO (SA)	Secretaria	a. Correspondência (1940 – 2007) b. Documentação dos seminaristas (1914 – 1990) <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Fichas dos seminaristas (1951-1956)</i> 2. <i>Certidões e Atestados (1923-1990)</i> 3. <i>Anotações Escolares (1914-1918)</i> c. Documentação da obra das vocações sacerdotais (1935-1978) d. Registros de Crônicas (1945-1967) e. Eventos (1956-1990) f. Documentação do ITER / SERENE (1960-1990) <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Correspondência (1967-1988)</i> 2. <i>Legislação (1967-1985)</i> 3. <i>Planos e Relatórios (1960-1990)</i> 4. <i>Diversos (1968-1989)</i> g. Diversos (1904-1995)
	Patrimônio	a. Registros de Patrimônio (1909-1985) b. Processos de compra e venda (1944-1993) c. Contratos arrecadação e locação (1975-1986) d. Ações judiciais (1968-1984) e. Diversos (1961-1996)
	Finanças	a. Registros e Movimentos de Caixa (1956-1989) b. Registros Diários e de C. Corrente (1936-1984) c. Receitas e Despesas (1894-1990) d. Convênios e Subvenções (1940-1967) e. Balanços e Balancetes (1956-1986) f. Diversos (1963-1990)
	Pessoal	a. Contratos de trabalho (1948-1996) b. Folhas de Pagamento (1930-1990) c. Cadastros (1945-1984) d. Registros de Ponto (1934-1984) e. Ações Trabalhistas (1972-1979) f. Guias de Recolhimento (1935-1978) g. Diversos (1940-1983)
	Centro de Treinamento	a. Correspondência (1973-1987) b. Legislação e Relatórios (1974-1982)

	de Miramar - CENTREMAR	<ul style="list-style-type: none"> c. Documentação de Pessoal (1976-1985) d. Documentação Financeira (Período: 1970-1991) e. Diversos (1972-1995)
	Dossiê: Associações Diversas	<ul style="list-style-type: none"> a. Documentação da Congregação dos Professores (1916/1960) b. Documentação da Sociedade Beneficente "S. Luiz Gonzaga" <ul style="list-style-type: none"> 1. Atas/Estatutos (1946/1953) 2. Documentação Financeira (1949/1966) c. Documentação da Sociedade de Proteção a Biblioteca "S. Tomás de Aquino" (1927-1978) d. Documentação da Academia Literária Pio XII (1947-1963) e. Documentação da Associação Protetora de Meninos Pobres com Vocação Sacerdotal (1961-1978)
2.7 CONSELHO PASTORAL (CPA)	Pastoral Vocacional	<ul style="list-style-type: none"> a. Correspondência (1979-2006) b. Eventos (1969-2005) c. Relatórios (1986-1992)
	Pastoral Universitária	<ul style="list-style-type: none"> a. Correspondência/Relatórios (1982-1992) b. Eventos (1967-1989) c. Textos (1984-1989)
	Animação dos Cristãos no Meio Rural - ACR	<ul style="list-style-type: none"> a. Eventos (1966-1986) b. Correspondência (1987-1989) c. Relatórios (1965-1989)
	Movimento de adolescentes e crianças - MAC	<ul style="list-style-type: none"> a. Eventos (1976-1998) b. Correspondência (1977-2004) c. Relatórios (1978-2000)
	Centro de Formação Missionária - CFM	<ul style="list-style-type: none"> a. Correspondência (1981-2002) b. Documentação dos Alunos (1983-1990) c. Projetos e Relatórios (1981-1999) d. Legislação (1987-2000)
	Centro Feminino de Formação Missionária - CFM	<ul style="list-style-type: none"> a. Correspondência (1987-1990) b. Publicações (1987) c. Relatórios e Planos (1988-1999) d. Atas e Legislação (1992-1993)
	Centro de Estudos Bíblicos - CEBI	<ul style="list-style-type: none"> a. Correspondência (1979-1989) b. Diversos (1979-1993) c. Relatórios (1985-1999)

	Dossiê: Comissões Extintas - DCE	a. Documentação da Comissão Arquidiocesana de Ensino Religioso (1956-1983) <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Atas e Relatórios (1962-1981)</i> 2. <i>Legislação e Convênios (1956-1966)</i> 3. <i>Correspondência (1961-1989)</i> 4. <i>Planejamentos e Programas (1958-1974)</i> 5. <i>Eventos (1957-1978)</i> 6. <i>Textos (1965-1982)</i> 7. <i>Diversos (1962-1967)</i>
	Dossiê: Ensino Religioso - DER	a. Legislação/Portarias (1984-1995) b. Projetos e Programas (1966-1989) c. Eventos (1986-1990) d. Relatórios (1985-1989) e. Correspondência (1983-1991)
	Dossiê: Ação Católica Brasileira - DACB	a. Documentação da Juventude Estudantil, Operária e Universitária Católica - JEC, JOC, JUC (1964-1982) b. Diversos (1946-1966)
	Dossiê: Movimento Educação de Base - DMEB	a. Correspondência (1966-1976) b. Legislação e Projetos (1964-1971) c. Relatórios (1970-1980) d. Eventos/Textos (1965-2004)
	Documentação e Publicações Populares - CEDOP	a. Documentação de Educação Política (1978-1989) b. Documentação de Formação Religiosa (1982-1984)
	Pastoral da Cultura	a. Correspondência (2001-2005) b. Publicações (2002-2004) c. Projetos (2005) d. Textos (2002-2004)

Fonte: Arquidiocese da Paraíba (2023).

O arranjo apresentou uma diversidade de espécies documentais, desde correspondências e documentos pessoais até registros patrimoniais e financeiros. Isso sugere uma rica fonte de dados para pesquisadores de diferentes campos, particularmente em História da Educação, onde tais documentos podem revelar detalhes sobre a administração de instituições educacionais, políticas educacionais e o impacto social da educação confessional católica. O arquivo contém

documentos que cobrem uma vasta gama de atividades e aspectos da vida religiosa, social e educacional, oferecendo oportunidades para estudos interdisciplinares. Pesquisadores em História, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Teologia e Educação podem encontrar dados valiosos que cruzam essas áreas do conhecimento, oferecendo perspectivas de pesquisa que podem e devem ser exploradas.

O AEAP revela uma diversidade de possibilidades de pesquisa que não se limitam à esfera religiosa, mas que abrangem temas de relevância social, cultural e econômica, permitindo um entendimento mais profundo da relação da Igreja com a sociedade. Primeiramente, a documentação sobre os seminaristas e as instituições educacionais diocesanas abre um campo de estudo significativo sobre a evolução da educação religiosa na Paraíba. Por meio da análise de currículos, métodos pedagógicos e práticas educativas, é possível traçar um panorama da trajetória da educação religiosa ao longo dos anos, compreendendo como ela influenciou e foi influenciada pelas demandas da sociedade, bem como pelas aspirações confessionais. A educação promovida pela Igreja não apenas visava a formação moral e espiritual, mas também atuava na construção de habilidades sociais e culturais que moldaram o comportamento e os valores dos indivíduos.

Outro ponto essencial é o impacto social das instituições católicas. A documentação de associações pias e movimentos de caridade revelam uma rede de prestação de assistência social em períodos em que políticas públicas de bem-estar ainda não estavam estabelecidas. O cuidado com órfãos, o apoio aos pobres e enfermos, e outras formas de assistência criaram uma rede de segurança social que teve efeitos profundos na vida cotidiana. Estudar essas atividades é compreender como a Igreja ocupou um espaço crucial na manutenção do tecido social, especialmente entre as populações mais vulneráveis, e como essa rede

foi construída e mantida ao longo do tempo e abrangeu espaços de ausência da atuação do Estado.

As relações entre a Igreja e o Estado constituem outro tema central que pode ser investigado a partir dos documentos que registram legislação, processos judiciais e correspondências oficiais. Esses registros permitem uma análise dos momentos de colaboração e tensão entre a Igreja e o poder civil. A influência da Igreja em momentos políticos críticos, sua posição em relação a mudanças legislativas e seu envolvimento em processos judiciais refletem a complexidade dessas relações e revelam o papel estratégico que a instituição desempenhou em moldar, por vezes diretamente, políticas e decisões que afetaram a sociedade paraibana. Esse ponto de estudo pode entender as nuances de um relacionamento permeado tanto pela cooperação quanto pela tensão.

A documentação relacionada ao Centro Feminino de Formação Missionária oferece um viés de análise particularmente rico sobre as dinâmicas de gênero nas práticas religiosas. Esse material permite explorar as experiências e contribuições das mulheres dentro da Igreja, lançando luz sobre o papel que elas desempenharam na vida religiosa e social da comunidade. Analisar a participação feminina em práticas religiosas e pastorais e a evolução de seus papéis ao longo do tempo colabora para uma compreensão mais inclusiva da história religiosa, revelando como as mulheres influenciaram e foram influenciadas pelas estruturas eclesiais e pelas expectativas sociais do seu tempo.

A reconstituição da memória coletiva é outro campo de estudo possível com base em registros de eventos, correspondências pessoais e crônicas, visto que a documentação apresenta relatos de vivências e acontecimentos locais. Pesquisas nesse sentido poderiam reconstruir, a partir da perspectiva eclesial, a experiência da comunidade, lançando luz sobre como eventos significativos foram vivenciados e

registrados. Esse enfoque pode revelar uma memória compartilhada na qual aspectos sociais e religiosos se entrelaçam para compor a identidade coletiva.

Por fim, questões econômicas também podem ser analisadas por meio de registros financeiros, contratos de trabalho e documentos administrativos. Esses documentos permitem apurar aspectos econômicos e relações sobre empregabilidade, investimentos em infraestrutura e gestão de recursos.

Essas perspectivas de pesquisa tornam evidente que o AEAP vai muito além de um repositório de documentos religiosos. Ele se configura como um recurso dinâmico e interdisciplinar, permitindo que os pesquisadores trabalhem com temas que podem contribuir para uma compreensão mais profunda da intersecção entre religião, sociedade, cultura e educação na Paraíba.

Através de um acervo diversificado que documenta desde a formação sacerdotal até as dinâmicas de interação com a sociedade civil, este arquivo oferece uma janela importante para estudo do passado. A continuidade da pesquisa e exploração do patrimônio documental é a base para desvendar as complexas camadas da história educacional local e regional, assegurando que a memória coletiva e a identidade cultural sejam preservadas para as gerações futuras.

Contudo, é importante destacar que apesar da relevância do AEAP para a História da Educação, ele, assim como todos os outros, é formado e organizado a partir de relações de poder e das narrativas de interesses institucionais. Corrobora-se Jacques Le Goff (2003) e Aleida Assmann (2011) quando destacam que a memória é seletiva e manipulada, o que é particularmente relevante ao tratarmos dos contextos eclesiais.

Paul Ricoeur (2007, p. 98) explica, da mesma forma, que “a memória é incorporada à constituição da identidade por meio de uma função

narrativa”. Essa narrativa emana da seleção, organização e/ou disponibilização desses acervos. Portanto, os silêncios e as memórias devem ser analisados igualmente dentro dessa realidade, pois ninguém seleciona ou proporciona a custódia de um acervo sem interesse qualquer.

Portanto, para que os documentos possam efetivamente contribuir no processo de ressignificação da memória social e no fortalecimento das identidades é fundamental o trabalho crítico do historiador no processo de interpretação dessas fontes. Farge (2017) define os arquivos como singulares e complexos na razão direta em que são saboreados. É preciso desvendá-los em sua materialidade tal como um mergulho no mar, cuidando para não se afogar. Ou seja, não podemos ser absorvidos pelo arquivo a ponto de não conseguir interrogá-lo, cabendo a nós historiadores questionar, refletir e dirimir os ditos e não ditos.

Considerações finais

O AEAP oferece um conjunto documental singular e multifacetado, que enriquece sobremaneira os estudos em História da Educação e amplia as possibilidades de investigação sobre o papel da Igreja Católica na sociedade paraibana. Ao longo do capítulo, foram evidenciadas as múltiplas potencialidades desse acervo, que transcendem o caráter puramente religioso e se expandem para áreas como assistência social, cultura, economia e relações institucionais.

O acervo proporciona oportunidades de estudo em diferentes eixos temáticos, como a evolução da educação confessional, as práticas informais de educação popular e a assistência social promovida pela Igreja. Torna-se possível compreender a construção de um sistema educacional voltado não apenas para a instrução religiosa, mas para o fortalecimento de uma rede de valores sociais e culturais. Esse olhar

permite aos pesquisadores vislumbrar o impacto da educação confessional em períodos históricos onde instituições de ensino seculares ainda não estavam consolidadas em determinados espaços.

As diversas linhas de pesquisa suscitadas, como o papel das mulheres em práticas religiosas, as relações entre Igreja e Estado, e o impacto econômico da Igreja na comunidade, ressaltam o caráter interdisciplinar do AEAP. Essas possibilidades não apenas abrem caminho para novas investigações, mas também para uma leitura crítica dos documentos e das relações de poder que permeiam a seleção e organização dos arquivos. Ao resgatar esses fragmentos de memória, a pesquisa oferece subsídios para a compreensão das estratégias institucionais de preservação, bem como das omissões que também fazem parte da construção da memória institucional.

As reflexões teóricas de autores como Arlette Farge, Jacques Le Goff e Paul Ricoeur, aqui discutidas, sublinham a importância dos arquivos como fontes vivas, que não apenas preservam o passado, mas que revelam um cenário de memórias ativas e silêncios impostos. Cabe aos historiadores e pesquisadores interrogar esses documentos, questionando os ditos e os não ditos, para que, assim, seja possível desvendar as camadas ocultas da história. O AEAP, portanto, não é apenas um espaço de preservação documental, mas um lugar onde o passado se transforma continuamente, abrindo caminhos para novas interpretações e ressignificações.

Em caráter propositivo, é fundamental que o AEAP continue a investir na preservação e na acessibilidade de seu acervo, incentivando parcerias e iniciativas que permitam ampliar o acesso aos documentos, especialmente aos pesquisadores que residem em localidades distantes. A digitalização documental e a criação de instrumentos de pesquisa *online* seriam passos importantes nesse sentido, garantindo que o

acervo seja mais amplamente explorado e valorizado pela comunidade acadêmica e pela sociedade em geral.

Ao modo de um arremate, o Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba não apenas preserva o passado, mas também promove uma contínua reflexão sobre os processos que influenciam a formação de memórias e identidades sociais. Ao tornar-se acessível para a pesquisa acadêmica, esse acervo reafirma seu valor não apenas para a Igreja, mas para toda a sociedade. A preservação, organização e democratização do acesso a esses documentos asseguram que a memória coletiva permaneça viva e que as gerações futuras possam explorar e reinterpretar os legados educacionais e culturais constituídos ao longo do tempo. Em suma, o AEAP se configura como um espaço de resgate e reinvenção da história, convidando pesquisadores a um mergulho profundo e criterioso na complexidade dos registros eclesiais.

Referências

- ABIB, Jamil Nassif. Arquivos eclesiais. In: Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 1999, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 25 nov. 2008.
- ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA (Brasil). **Guia do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba**. Revisto e atualizado por Ricardo Grisi Velôso. João Pessoa: [s. n.], 2023.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. **Código de Direito Canônico**: promulgado por S.S. O Papa João Paulo II. 4. ed. Braga: Editorial Apostolado da Oração, 2007. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

FARGE, Arlette. **Sabor do Arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

RUBIO MERINO, Pedro. La Iglesia: documentos y archivos. In: ARTOLA, M (Org.). **Enciclopedia de Historia de Espanha**. Madrid: Alianza Ed., 1993, 149-150 p.

SANTOS, Cristian José Oliveira. **Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2005.

SILVA, Ana Aparecida Gonzaga da; BORGES, Jussara. Arquivos secretos eclesiásticos em Salvador. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 38–61, 2009. DOI: 10.5433/1981-8920.2009v14n2p38. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/2858>. Acesso em: 01 nov. 2024.

VELÔSO, Ricardo Grisi; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Arquivo eclesiástico da arquidiocese da Paraíba: entre a teoria e prática de sua organização. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 242–521, 2024. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/racin/article/view/4004>. Acesso em: 20 out. 2024.

9

DINÂMICAS DA CIRCULAÇÃO DE AMOSTRAS DA NATUREZA: COLECIONISMO, MUSEUS E A FORMAÇÃO DE NATURALISTAS NO SÉC. XVIII

Verona Campos Segantini
Marta Eloísa Melgaço Neves
Giovanna Giovanelli Tacconi Gimenez
Isabelle Iennaco
Anna Carolina Oliveira Souza Santos
Ana Clara Lima Aires de Abreu

Introdução

O presente texto decorre de um projeto de pesquisa¹ que tem por objetivo investigar a produção e a circulação de instruções e memórias de cariz científico e administrativo, produzidas nas últimas décadas do século XVIII e início do século XIX. Esses documentos tinham como intuito orientar o reconhecimento dos territórios colonizados, sobretudo na América, envolvendo a observação da natureza e práticas colecionistas, sendo reveladores do desejo de conhecimento da natureza e sistematização de informações necessárias à administração portuguesa.

Tais textos foram produzidos, sobretudo, por naturalistas viajantes ou funcionários da administração portuguesa, muitos deles oriundos da Universidade de Coimbra, reformada em 1772, cujo projeto, marcado por uma abordagem pragmática e experimental na ciência, recebeu grande influência do italiano Domingos Vandelli. Estas reformas promovidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, trouxeram mudanças significativas para a

¹ Essa pesquisa recebeu, também, apoio da FAPEMIG por meio do edital da Fapemig 001/2017 (Demanda Universal).

Universidade, incluindo a criação de laboratórios, gabinetes de história natural e hortos botânicos. Esses espaços serviram como base para a prática experimental e para a formação de naturalistas, alinhando-se aos objetivos de documentar e explorar os recursos das colônias.

A pesquisa realizada em diferentes instituições de salvaguarda, como a Academia de Ciências de Lisboa, o Arquivo Histórico Ultramarino, o Museu Nacional de História Natural e da Ciência e os arquivos da Universidade de Coimbra, permitiu lançar questões sobre diferentes aspectos da dinâmica do período colonial, sobretudo em relação ao interesse pelo reconhecimento, o mapeamento e a sistematização de informações sobre os territórios e suas populações, bem como das produções da natureza que interessavam às metrópoles naquele momento. Nesse sentido, um dos eixos centrais de investigação foi compreender como as reformas educacionais e o novo paradigma científico do Iluminismo lusitano impactaram na formação de naturalistas luso-brasileiros e repercutiram na formação de espaços museológicos, revelando a intrínseca relação entre ciência, administração colonial e colecionismo. Foi no século XVIII que se criaram gabinetes de história natural, laboratórios de física, jardins botânicos e outros espaços científicos para a formação e a pesquisa, reconhecidos contemporaneamente como importantes registros para a compreensão dos processos de formação e produção do conhecimento científico no passado.

Nesse interesse de pesquisa, reconhecemos um importante conjunto documental produzido em Portugal por naturalistas envolvidos com a proposta de publicação de instruções luso-brasileiras que foram escritas e circularam a partir das últimas décadas do século XVIII. Tais instruções, manuscritas e impressas, escritas por Domingos Vandelli e seus discípulos, estão dispersas em diferentes arquivos

portugueses. A leitura comparada desses documentos permite reconhecer que as instruções buscam sistematizar e homogeneizar práticas relacionadas à observação da natureza, aos procedimentos de recolha, preparação e remessa de amostras para a constituição e ampliação de coleções, justificando-se, sobretudo, um interesse pragmático no conhecimento da natureza.

Diferentes questões foram já lançadas a esse gênero de escrita científica. Seja como parte da sistematização de um campo científico, seja inserida a um processo de institucionalização de práticas colecionistas e formação de museus, ou ainda como textos orientadores e homogeneizadores da prática científica.

A proliferação de publicações instrutivas para o viajante naturalista por toda a Europa do século XVIII, assim como a circulação internacional desse material, atesta o interesse da comunidade científica europeia em orientar, sob uma ótica minimamente uniforme, a visão do explorador da natureza, fosse ele amador ou profissional (Pereira; Cruz, 2009, p. 248).

Temos por hipótese que a escrita de instruções a viajantes, naturalistas, curiosos e funcionários da administração colonial se inscreve em um momento de reforço do interesse econômico, vinculado ao desejo de inventário e escrutínio da natureza, que repercutiram na criação de espaços colecionistas, tais como gabinetes e museus de história natural. As instruções também catalisaram a produção de “memórias” sobre capitânicas ou recursos naturais de interesse para a administração portuguesa, envolvendo, com isso, naturalistas e outros agentes que no exercício de suas funções sistematizaram informações seguindo a lógica argumentativa prescrita. Buscando ampliar as discussões dessa dinâmica, o presente texto buscará, a partir do cruzamento de fontes, compreender as práticas de identificação, investigação, remessa e circulação de itens e informações sobre as

produções da natureza que interessavam aos agentes que atuavam na esfera da administração em interação com naturalistas fixados em Portugal e nos territórios ultramarinos e como repercutiram na ampliação de coleções e na conformação de espaços museológicos.

Instruções, viagens filosóficas e circulação de exemplares da natureza

Domingos Vandelli, responsável por colaborar com a concepção e implementação da Reforma Universitária em Coimbra a partir da elaboração de textos, manuais e instruções detalhadas para guiar a realização de viagens filosóficas aos territórios coloniais, implicou-se também na estruturação de uma rede de conhecimentos que envolvia as colônias e a metrópole, bem como outras partes da Europa. Com isso, a conformação de equipamentos para a pesquisa e o ensino da história natural, como o Gabinete de História Natural da Universidade de Coimbra e o Real Gabinete e Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, foi essencial para o desenvolvimento da história natural e para a criação de espaços que possibilitaram também a produção, sistematização e a disseminação do conhecimento científico. Tal rede de conhecimento envolveu curiosos, viajantes e naturalistas que circularam pelo território das capitânicas recolhendo amostras da natureza e artefatos enviados a Portugal e outros países. Os registros e indícios dessas práticas estão presentes, ainda hoje, nas coleções dos museus nacionais, de história natural, antropologia, etnografia e arte na Europa.

A sistematização do saber, possível a partir dos espaços de reunião de espécimes, evidencia as diretrizes da administração no período colonial para a exploração dos territórios. Nesse sentido, as instruções produzidas e outros documentos orientadores para as práticas de recolhimento, preparação e remessa de itens identificados pelo seu

potencial econômico ou científico, dirigiam-se tanto para os naturalistas designados para as expedições, quanto para outros agentes implicados no programa colonial, cuja dinâmica se percebe a partir das trocas de correspondências e cartas registrando as remessas para a metrópole. É importante ressaltar que tal movimento da ilustração lusitana, - que possui como um dos centros de articulação e ressonância a Universidade de Coimbra e sobretudo, o naturalista Domingos Vandelli, orientou tanto a realização de viagens filosóficas quanto o envolvimento da administração das capitanias no projeto de observação, sistematização, coleta e escrita de memórias científico-administrativas.

Ao apontarmos para a circularidade dessas instruções, estamos problematizando o caráter mimético desses textos que, para além da tentativa de conceituar e descrever os interesses e domínios da história natural, em um momento de conformação dessa ciência, também buscavam sistematizar práticas, prescrever sobre formas de registrar, preservar, conservar e dispor coleções em espaços de colecionismo, das quais dependia a tentativa de classificar e compreender as hierarquias da natureza. Contudo, nos parece que essas instruções teriam circulado não apenas nos círculos de produção científica como também nas instâncias dos governos das capitanias que respondiam a elas a partir do envio sistemático de produções da natureza, memórias, descrições e desenhos.

Nesse sentido, embora os documentos produzidos a fim de viabilizar a realização de viagens científicas às colônias tivessem um caráter instrutivo ou prescritivo, eles engendraram práticas científicas em várias partes dos territórios sob o domínio colonial português, o que se revela através de fontes localizadas sobretudo nos arquivos do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa. Este conjunto documental, representado por correspondências,

bilhetes, listas de remessas e de recebimentos revela a dinâmica desse cotidiano que perpassava as instâncias administrativas.

Muitos desses interlocutores de Domingos Vandelli ocupavam cargos administrativos, como Luiz Pinto de Souza Coutinho, governador da Capitania de Mato Grosso (1769-1772). Em uma das correspondências remetidas, datada de 08 de fevereiro de 1769², essa relação de cooperação se evidencia, bem como a dinâmica de remessa de amostras que ocorria entre a capitania e a metrópole.

Sr. Domingos Vandelli

Com a presente ocasião, em que tenho o gosto de oferecer a Vossa Mercê a minha obsequiosa lembrança; remeto também um vidro com a semente de jalapa, de cuja planta encontrei abundância em uma das celebradas cachoeiras, que se encontram no interior do Rio da Madeira; [...] e de cuja planta remeto igualmente a Vossa Mercê o desenho incluso, pintado a partir de observação do exemplar com todas as suas cores próprias e proporções [...]

Quando descobri esta planta, que foi em 22 de Setembro, se achava com a semente já madura; e tinha sem [*corroído*] [passado] há muito [*corroído*] da sua flor, [*corroído*] ser amarela e de uma pequena circunferência.

O envio de sementes, bem como de desenhos e informações sobre espécies faziam parte do cotidiano administrativo e respondiam às expectativas tanto do governo metropolitano quanto das redes de cooperação científica que se organizavam. Na sequência da correspondência revela-se também a interlocução com Carlos Lineu³, cujos interesses em determinadas espécies se desenrolam através do envolvimento de Vandelli e dos agentes que atuavam no território das

² Correspondência de Coutinho Luiz Pinto de Balsemão à Domingos Vandelli em 8 de Fevereiro de 1769. Museu Bocage. CN B92.

³ Calor Lineu (1707-1788), naturalista nascido na Suécia, dedicou-se à taxonomia e à fixação da nomenclatura binominal e o desenvolvimento do sistema de classificação científica moderno. Estabeleceu uma rede de cooperação científica que lhe permitia mapear e identificar exemplares da natureza. Em 1735, publicou a primeira edição do seu trabalho *Systema Naturae*.

colônias e tinham elementos para levar a cabo a identificação, o recolhimento e a remessa de espécies.

[...] Tenho encomendado do Tucuman, e de outras parte do Perú, as plantas ou sementes, da árvore do Bálsamo daquele nome; assim como do de Tolús, que também é aqui desconhecida dos naturalistas: tanto que me chegarem às remeterei com as sementes da Epicalunha, que igualmente tenho recomendado de várias pessoas do Brasil; e de todas as 3 espécies que aqui se reconhecem.

Desta sorte, poderá Vossa Mercê satisfazer as recomendações do Sr. Lineu por cujos talentos eu conservo uma justa veneração há muito tempo.

Enquanto a Spigelia que o mesmo Lineu diz se encontrar vulgarmente no Brasil; ninguém me sabe dela dar a menor notícia talvez por ser conhecida com outro nome: por isto é conveniente que Vossa Mercê saiba em Lisboa o nome vulgar que se costuma dar em Português, para assim a puder procurar; ou ao menos a descrição dela e a que classe e gênero se reduz. Para assim a puder procurar; pois que com o nome de Spigelia [...] não posso descobrir em nenhum dicionário Botânico; nem ainda nas obras do Sr. Lineu que aqui conservo quase todas.⁴

Em seguida, ainda na mesma correspondência de Luiz Pinto de Souza Coutinho enviada à Vandelli, a dinâmica do envio das remessas através de emissários também se revela, bem como as expectativas de atender às demandas de vindas da Universidade de Upsala, onde Lineu se dedicava à cadeira de botânica e ao trabalho de classificação dos três reinos da natureza:

Pela presente ocasião, remeto ao meu correspondente Paulo Jorge uma pequena bolsa com a semente da Jalapa, que lhe recomendou o Sr. Lineu, como também a casca de uma planta da produção desta Capitania, em alguma coisa semelhante à quina; a qual produz aqui os mesmos efeitos, tirando as seções com felicidade; para que Vossa Mercê possa fazer as experiências que julgar mais proporcionadas.

⁴ Correspondência de Luiz Pinto de Souza à Domingos Vandelli. 1º de Novembro de 1770. Museu Bocage. CN S55.

As correspondências também indicam como as espécies seriam objeto de investigação ao chegarem à metrópole considerando-se, sobretudo, a sua utilidade e potencialidades econômicas. Na sequência da correspondência a dúvida sobre uma determinada espécie solicitada por Lineu permanece e o desenho aparece como uma prática que possibilita a circulação da informação sobre a espécie e sua identificação nos territórios:

[...] e espero que Vossa Mercê não se esqueça de me mandar dizer, se tem outro nome em Portugues, a celebrada Spigelia do Sr. Lineu, o qual dizendo que é muito comum em todo o Brasil, senão pode até agora descobrir por esse nome; e o mais seguro seria, que Vossa Mercê me mandasse o desenho dela, para se poder reconhecer com mais facilidade.⁵

As dinâmicas das redes de interação e conhecimento científico em processo de conformação também se relevam a partir dos registros de envio de amostras para Jardins e museus de outros países, como é o caso da ordem expedida pelo Visconde de Anadia, em 1803 a Domingos Vandelli solicitando que remetesse plantas vindas do Ceará para

[...] o Jardim de Berlim, cuja encomenda fez aquela Corte; nestes termos determina Sua Excelência que o Sr. Vandelli, depois de ter mandado separar para o nosso Botânico a porção daquelas sementes que entender ser precisa, faça acondicionar o resto com todo o resguardo a fim de ser entregue ao Ministro da sobredita Corte, a quem agora se faz participar da sua chegada.”⁶

Outra correspondência, datada de 1772, indicia como se dava a circulação dos textos instrutivos escritos por Vandelli entre a metrópole e os interlocutores que atuavam nos territórios coloniais:

⁵ Correspondência de Luiz Pinto de Souza Forte de Bragança à Domingos Vandelli. 1º de Novembro de 1770. Museu Bocage. CN 555.

⁶ Correspondência do Visconde de Anadia à Domingos Vandelli. 5 de Novembro de 1803. Museu Bocage. CN V42.

Recebi com a maior satisfação, a última Carta com que se dignou favorecer-me; e li com especial gosto a Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos, a respeito das artes e Agricultura: dando a Vossa Mercê os parabéns, de ser o primeiro, que depois de muitos anos mostrou aos Portugueses, o que verdadeiramente convém aos seus interesses; e o que é inseparável da glória das Nações.⁷

A continuidade da correspondência também remete aos espaços de colecionamento e pesquisa, bem como a perspectiva do fomento e incentivo à história natural dada pela corte naquele momento:

Os grandes progressos do Jardim Botânico, e do Gabinete Regio, anunciam a Portugal, uma fermentação considerável, nos espíritos: e a Proteção que sua Magestade dá às artes mais proveitosas à sociedade, completará a nossa fortuna: assim as academias de Agricultura, aumentassem e estendessem nas províncias este Régio influxo; e se applicassem as pessoas, a examinar cuidadosamente a diferente natureza dos terrenos, e a formarem tabuadas exatas deste ponto, para se formar um verdadeiro sistema de Agricultura; e aconselhar os lavradores, a dirigirem as suas operações com mais conhecimento; o que espero ver executado.⁸

As dificuldades com as remessas das amostras da fauna e da flora também eram registradas e nas correspondências evidenciavam-se os esforços para assegurar que, ao serem transportadas para Portugal, essas pudessem ser devidamente investigadas e documentadas. Nesse sentido, o trabalho dos naturalistas e outros agentes que atuavam na cooperação científica, tendo como centro catalisador a Universidade de Coimbra, envolvia a preparação adequada dos exemplares, respondendo às instruções escritas por Vandelli para garantir sua inserção a uma coleção científica, cuja finalidade se desdobrava na investigação e no ensino.

Pois pelos últimos avisos que acabo de saber, sei que de vários caixões de plantas que remetia a Vossa Mercê, e para o sr. de Wizme, tudo chegou

⁷ Correspondência de Luiz Pinto de Souza Forte de Bragança à Domingos Vandelli. 07 de Dezembro de 1772. Museu Bocage. CN B93.

⁸ Idem.

quebrado, e destruído; e uma coleção de serpentes, e outros anfíbios, que remetia duplicada, tão bem para Vossa Mercê, e para o Sr. Vandelli; [ilegível] duas trás queiras bem acondicionados; nem um só frasco deixou de ir quebrado e vazio, e conseqüentemente tudo perdido: não me sendo possível remetê-los em barris, por aqui não haver tanoeiros: porém sempre arrisco ainda uns caixotinhos de plantas, e algumas sementes que constarão da nota adjuntas, que espero Vossa Mercê repartirá com o Dr. Sr Devime, na forma que lhe aviso.⁹

Um museu para a formação de naturalistas

Em um dos escritos de Domingos Vandelli: *Memórias Sobre a utilidade dos Jardins Botânicos e Museus d’História Natural*¹⁰ revela-se como o projeto de constituição de espaços museológicos ocuparam o naturalista e sua rede de cooperação científica. Para Brigola (2003), apesar de não ser datada, a *Memória sobre os Museus* deve ter sido redigida por volta de 1785, ano em que Vandelli é aceito como sócio “Da Sociedade Real d’Agricultura de Paris”, como faz questão de registrar no manuscrito. Para Brigola (2003), a leitura desse texto

[...] constitui hoje gratificante exercício de descoberta de um texto museológico em estado puro, isto é, elaborado com o único e declarado propósito de justificar a existência mesma da instituição museal, tal como o seu autor a concebia, representando ao mesmo tempo um raro esforço teórico numa obra obsessivamente arregaçada ao pragmatismo (p. 239).

É interessante que, na comparação desse manuscrito com o verbete *Histoire Naturelle* publicado na *Encyclopédie* (1765) e escrito por Louis Jean Marie Daubenton (1716-1800), reconhecemos semelhanças argumentativas e na estrutura textual, revelando uma consonância de argumentos relativos às práticas científicas da história natural. Mas, para além de ser produzido um texto conceituador de um espaço

⁹ Idem.

¹⁰ Encontra-se no Arquivo BACL. Série Vermelha. Cota: Vermelho 143(2). 1788.

dedicado à reunião e exibição das amostras da natureza, é importante vislumbrar como a dinâmica do colecionismo se ramificou pelo território colonial. Nas inúmeras correspondências trocadas pelos agentes administrativos da metrópole, a chegada dos produtos advindos sobretudo das Capitanias do Rio de Janeiro, do Pará, do Mato Grosso e do Ceará era registrada através de relações, infelizmente, dissociadas no processo de arquivamento.

O direcionamento dado às amostras para o Real Gabinete de História Natural e para o Jardim Botânico podem nos ajudar a vislumbrar a conformação desse espaço científico sob a responsabilidade de Domingos Vandelli e seus discípulos. Os registros da chegada de remessas das colônias tornam-se mais volumosas na virada do século e o então Secretário de Estado dos Negócios e da Guerra, Visconde de Anadia, remetia a Vandelli instruções para o recebimento e análise das amostras:

Remeto a Vossa Mercê os Produtos contemplados na Relação junta que acabam de chegar da Capitania de São Paulo enviados pelo respectivo Governador. Vossa Mercê os mandará receber nesse Real Museu, e depois de proceder ao competente exame sobre aqueles que pela sua qualidade merecerem ser averiguados me comunicará o resultado que obtiver.

Deus guarde a Vossa Mercê: Palácio de Maфра em 3 de Novembro de 1804

Visconde de Anadia

Sr. Domingo Vandelli ¹¹.

A dimensão utilitária dada às remessas realizadas pelos territórios coloniais também é registrada em grande parte das correspondências enviadas a Vandelli pelos seus superiores na administração lusitana. Em uma delas, a indicação de análise de uma espécie para os usos na

¹¹ Correspondência do Visconde de Anadia à Domingos Vandelli. 3 de Novembro de 1804. Museu Bocage. CN V51.

medicina é solicitada a Vandelli, cumprindo o programa pragmático de fomento à ciência:

Remeto a Vossa Mercê dois caixotes com cascas de 2 espécies de Árvores de quinas descobertas no Rio de Janeiro, assim como a descrição Botânica feita naquela Capitania por Vicente Gomes da Silva: e ordena o Príncipe Regente Nosso Senhor que Vossa Mercê fazendo-as repartir pelos Médicos de maior nota nesta corte com recomendação de observarem os seus efeitos na sua aplicação às moléstias para que é próprio semelhante remédio, me informe depois Vossa Mercê sobre o resultado destas observações, para que eu possa vir no conhecimento do valor que merece esta descoberta.¹²

Outro documento importante para interpretar a formação das coleções de história natural envolve o capitão Luís Pereira da Cunha e Júlio Matiazzi, italiano que acompanhou Vandelli a Portugal, responsável principalmente pelos hortos botânicos. Na correspondência, Matiazzi sinaliza para a qualidade das remessas feitas pelo capitão que chegaram ao Real Gabinete *“perfeitamente condicionados, e que certamente até agora são os primeiros que assim chegaram”*. O jardineiro chefe também recomenda o envio das amostras coletadas por Alexandre Rodrigues Ferreira que, naquele momento, realizava a viagem filosófica pelo interior da Amazônia. Na continuidade da correspondência, o que se evidencia é a encomenda feita por Matiazzi com a finalidade de ampliar as coleções do gabinete:

Os Produtos que faltam são os seguintes: Peixes, Cobras, e animais quadrúpedes, e a estes não é necessário mais que tirem-lhes as entranhas, e metê-los em Barris, ou Pipas, segundo o seu tamanho, com aguardente que assim se livram da traça e baratas a que estão sujeitos vindo preparados ao natural, e como o Sr. Capitão remeteu perfeitíssima aguardente, assim poderá usar da dita que assim virá tudo perfeitamente. Também faltam

¹² Correspondência do Visconde de Anadia à Domingos Vandelli. 21 de Outubro de 1807. Museu Bocage. CN V70.

neste Gabinete, conchas do Mar, conchas de Rio, corações da Terra, Plantas marinhas etc.

[...] As mostras das Pedras devem ter um palmo de comprimento, três quartos de largura, e dois décimos de grossura; semelhantemente ninhos de pássaros; pássaros, borboletas, insectos, e tudo o mais que Vossa Mercê com a sua grande capacidade achar o que seria preciso para este Real Jardim Botânico: são Plantas, Árvores, Arbustos que certamente os dois caixotes que Vossa Mercê mandou vieram perfeitos e particularmente o da contra Erva que veio boa, e é a primeira que vive na Europa.

O Illustrissimo e Exímio Sr. Martinho de Mello etc. lhe recomenda muito que mande plantas vivas porque nenhuma parte das Américas podem vir mais perfeitas do que as do Pará. Desejo que Vossa Mercê ache em mim algum préstimo, e que tenha mil ocasiões de eu o servir, pois sou Devoto.¹³

Os registros documentais das expedições naturalistas, como as instruções meticulosas de Domingos Vandelli e suas correspondências com governadores e agentes coloniais, são testemunhos importantes da sistematização de práticas museológicas, guardando-se o cuidado historiográfico para a utilização desse termo¹⁴. Ao detalhar procedimentos de coleta, preservação e envio de espécimes, esses documentos estabelecem não apenas um padrão científico de catalogação, mas também a criação de um sistema de organização e exibição que orientaram o trabalho nos museus de história natural, sobretudo vinculados ao ambiente universitário. A preocupação com a preservação dos materiais enviados e a documentação precisa revelam uma visão pragmática e sistemática da ciência colonial, essencial para a constituição de coleções permanentes em instituições museológicas, mas também indicam a necessidade de garantir a qualidade de amostras

¹³ Correspondência de Júlio Mattiazzi ao Sr. Capitão Luis Pereira da Cunha. 17 de Março de 1785. Museu Bocage. CN M58

¹⁴ Considera-se que a Museologia tenha se constituído como área de conhecimento ou disciplina independente a partir da década de 1960, embora se considere a conformação das práticas e das instituições museológicas modernas no séc. XVII.

necessárias para a formação de naturalistas e a ampliação do conhecimento da história natural.

Dentre os registros encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, destaca-se uma lista detalhada dos itens do Museu da Universidade de Coimbra distribuídos em “três casas”. O contexto de produção de tal documento ainda nos é impreciso, porém nos ajuda a vislumbrar a conformação desse espaço museológico em 1800, momento em que a dinâmica de circulação de amostras naturais já estava estabelecida. A coleção incluía exemplares variados, sendo na primeira casa: pássaros como cisnes, faisões, garças, tucanos, além de peixes, peles de cobras, conchas, muitos em caixas de vidro, sugerindo um mobiliário que permitia a sua visualização. Na segunda casa, insetos, monstruosidades e peles de cobras, além de ouriços e estrelas-do-mar, corais, conchas e outros animais marinhos. Na mesma casa também estavam as amostras de minerais, sendo algumas distribuídas nas mesas que serviam para “as *demonstrações nos exames*” e, na terceira casa, herbários e plantas secas em papel. É interessante que a partir desse documento apresenta-se um espaço museológico cuja diversidade e quantidade de amostras são relevantes, bem como a marcação das origens diversas, sobretudo advindos de territórios coloniais.¹⁵

Outro documento em que se encomenda ao governador do Pará a aquisição de amostras também revela como a preocupação com uma descrição minuciosa, bem como uma preparação adequada eram fundamentais para o Gabinete da Universidade de Coimbra:

Relação de alguns animais que particularmente recomendo ao senhor Martinho de Souza e Albuquerque faça remeter para esta corte:

¹⁵ Informação acerca do museu da Universidade de Coimbra, que foi de Domingos Vandelli. Arquivo Histórico Ultramarino, Museu da Universidade de Coimbra, caixa 33-A, pasta 40. 1800

2 jacarés dos maiores bem preparados, e com as suas cabeças, metidos em caixas de pau, por conta da conservação na passagem; 2 jiboias também das maiores com suas cabeças; 2 tartarugas também das maiores.

Toda a carta de pássaros vivos grandes, ou pequenos assim de terra, como aquáticos, metidos em gaiolas, ou viveiros é muito recomendado ao capitão para que não morram no mar. Os mesmos pássaros mortos, preparados para o Museu [...] Os ditos jacarés, jibóias, e pássaros mortos, devem entregar ao Dr. Alexandre Ferreira para que ele os faça preparar como entender, e que possam o ir juntamente com todas as mais produções naturais de que o mesmo Dr. Alexandre vai incumbido.¹⁶

Esses registros não só documentam o envio de espécimes das colônias para a metrópole, mas também demonstram a institucionalização de práticas colecionistas que fundamentaram a museologia moderna. A dinâmica de remessas organizadas e os inventários detalhados dos itens recebidos no Real Gabinete de História Natural e no Jardim Botânico exemplificam a formação de espaços de visibilidade e exibição da natureza destinados ao ensino científico. Dessa forma, a rede de cooperação científica entre colônia e metrópole, mediada por instruções e relatórios, contribuiu para o desenvolvimento dos primeiros museus e gabinetes orientados pelos paradigmas da ciência moderna, estabelecendo os alicerces das práticas museológicas e científicas.

Considerações finais

As coleções de exemplares da natureza e outros itens pertencentes aos povos originários que também foram recolhidos, sobretudo por naturalistas, em viagens pelos territórios colonizados pelas metrópoles europeias, são importantes repositórios de informação e registro das

¹⁶ Relação dos animais que se recomenda ao governador do Estado do Pará e Rio Negro remeter a Corte, entregando os ao naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para que os prepare para o Museu da Universidade de Coimbra, que foi de Domingos Vandelli. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa. 33, Pasta 12. 1783-1790.

dinâmicas da colonização sob a guarda de museus, arquivos e bibliotecas. A partir dessas coleções, podemos compreender como se deram os processos de dominação a partir do interesse em mapear, registrar e recolher amostras dos diferentes territórios coloniais, sendo o Brasil um dos principais. São, portanto, coleções que permitem investigar dinâmicas compartilhadas entre agentes que atuavam em territórios coloniais distintos e desenvolveram estratégias para sistematizar e difundir informações e saberes sobre uma vasta área geográfica.

É importante ressaltar que as práticas de conhecimento da natureza dependiam, dentre vários elementos, de dois aspectos fundamentais, cujas perguntas podem ser fomentadas a partir da perspectiva da história conectada: a formação de uma rede de cooperação entre agentes que atuavam nos diversos territórios, exercendo diferentes funções e o trabalho de naturalistas cuja formação científica se estabelecia tanto no ambiente acadêmico, quando na vivência cotidiana das viagens filosóficas. Nesse sentido, o estudo comparado de documentos oferece argumentos sobre a interação entre ciência, exploração colonial, práticas educativas e museológicas no séc. XVIII e como a exploração dos territórios coloniais, sobretudo o Brasil, e de suas riquezas naturais engendraram um programa de sistematização do conhecimento e o fomento de ações que pudessem oferecer subsídios para a continuidade dos processos de dominação.

Por fim, a investigação sobre as viagens filosóficas e a formação de coleções em espaços vinculados às universidades, revela não apenas a importância dessas expedições para o conhecimento científico e administrativo da época, mas também a relevância da documentação e preservação dos registros relacionados a essas atividades, que evidenciam a formação de instituições de salvaguarda. Nesse sentido, a

partir da pesquisa desenvolvida, tornam-se mais evidentes as relações e dinâmicas das instituições no período colonial, ampliando nossa compreensão no presente sobre o contexto de produção de documentos localizados em diferentes instituições e as coleções hoje depositadas em arquivos, bibliotecas e museus.

Referências

- BRIGOLA, João Carlos Pires. **Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 614 p.
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. **Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-Etnográfica**. 2004. 317 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Método de Recolher, Preparar, Remeter, e Conservar os Produtos Naturais**. Lisboa: Academia de Ciências, 1781. (manuscrito, n.p).
- KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2001, vol. 8, suplemento, p. 863-880.
- KURY, Lorelai; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Ordem e Natureza: Coleções e Cultura Científica Na Europa Moderna. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro. 1997, vol. 29, p. 57-85.
- PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, 2005, vol. 3, n.1, p. 58-79.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. O viajante instruído: os manuais portugueses do Iluminismo sobre métodos de recolher, preparar, remeter, e conservar produtos naturais. In: SANTOS, Antonio Cesar de Alemida; DORÉ, Andrea. (Org.). **Temas Setecentistas**. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2009. p. 241-252.

PINHEIRO, Rachel; LOPES, Maria Margaret. Aspectos das produções textuais nas viagens científicas. **Revista Triplov**, Portugal, 2003.

SEGANTINI, VERONA CAMPOS; NEVES, MARTA ELOISA MELGAÇO. -Das necessidades dos Diários, e Methodos de os fazer-: textos para a instrução de naturalistas e para a investigação da natureza nos domínios ultramarinos no século XVIII. **Revista Antíteses**. v.13, p.596 - 620, 2020.

SEGANTINI, V. C.; NEVES, M. E. M.. Artes, Ciência, filosofia natural: universidades, estatutos, instruções e museus segunda metade do século XVIII In: **Instituições educativas: cultura, escrita e administração na América Portuguesa**, ed.1. Ponta grossa: Estúdio Texto, 2021, v.1, p. 316 - 341.

VANDELLI, Domingos. **Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa**. [S.l. : s.n], 1781, s.n.

VANDELLI, Domingos. **Viagens Filosóficas ou Dissertação Sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista nas suas peregrinações deve principalmente observar** [S.l. : s.n], 1779, (manuscrito, 109 p.) (BACL – Série Vermelha – Cota: Vermelho 405).

VANDELLI, Domingos. **Memórias Sobre a Utilidade dos Jardins Botânicos e Museus d’História Natural**. Arquivo BACL. Série Vermelha. Cota: Vermelho 143(2), 1788

10

O ESTADO E A EDUCAÇÃO NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: MEDIÇÕES E CONEXÕES (SÉCULO XVIII E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX) ¹

*Yasmin Grigório Silva
Beatriz Gomes Guimarães
Thais Nívia de Lima e Fonseca*

Historiografia e perspectivas norteadoras

Há várias frentes de debates na historiografia colonial acerca da natureza das relações entre Portugal e seus domínios americanos: a discussão sobre a polarização metrópole-colônia numa relação mecânica de dependência; a visão mais tradicional sobre o Brasil Colônia apenas como fase antecedente à independência política; o entendimento daquela sociedade como parte das estruturas de Antigo Regime na América. Esses debates implicam na definição de qual teria sido o lugar do Brasil naquele contexto e a natureza e características de suas relações com Portugal.²

Uma importante tradição historiográfica de orientação marxista defendia a tese de um *sentido* para a colonização, fundado na dependência econômica e na produção voltada para o mercado externo.³ Nessa perspectiva, o Brasil estaria inserido no *sistema colonial* antes de sua independência política, inserção explicada pela teoria do *pacto colonial*, que colocaria os domínios portugueses na América sob estrita dependência e submetido à exploração econômica e ao domínio político.

¹ Alguns trechos deste capítulo, aqui modificados, foram publicados em FONSECA, 2019c e FONSECA, 2023.

² Sobre essas questões, ver, por exemplo: SOUZA, 2006; FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, 2001;

³ Principalmente PRADO JR, 1942 e NOVAIS, 1979.

Essa interpretação favoreceu o entendimento sobre as divergências e transgressões como desequilíbrios no sistema que, quando captados pela metrópole, resultavam em ações de confronto e repressão.

Outra corrente interpretativa vem se consolidando na historiografia colonial desde o final dos anos 1990, e defende a presença das dinâmicas do Antigo Regime na América por meio da conhecida ideia do *Antigo Regime nos Trópicos*⁴, título do polêmico livro que desencadeou intenso debate (Fragoso; Bicalho; Gouveia, 2001). Essa corrente relativiza o caráter absoluto e centralizador da monarquia portuguesa na era moderna, procurando demonstrar a existência de uma fragmentação dos poderes no Império, e a força e relativa autonomia das elites locais em relação ao poder central da Coroa. Nesta perspectiva, evidenciam-se mais as relações de mútua dependência entre as diversas partes constituintes do Império, e fica enfraquecida a relação dicotômica e fundada na exploração unilateral da colônia pela metrópole.

Procurando matizar esse debate, Laura de Mello e Souza desenvolveu uma reflexão crítica sobre essas correntes e seus pressupostos (Souza, 2006). Enfatizando a crítica à tendência de transplantação de estruturas de Antigo Regime para a América, a autora discute a complexidade desse “mundo” colonial e suas diferenciações, onde era possível verificar as práticas vigentes em Portugal e talvez mais afinadas com as características gerais do Antigo Regime europeu, mas onde também se manifestavam as lógicas próprias, inerentes a uma sociedade escravista, elemento que condicionava toda a sua organização.

Assim como para outros campos de pesquisa sobre o período colonial, essas questões historiográficas são de grande importância para

⁴ Título do polêmico livro que desencadeou intenso debate, organizado por FRAGOSO, BICALHO, GOUVEIA, 2001.

a história das práticas e dos processos educativos. Seja nas revisões interpretativas de temas tradicionais, seja na proposição de novos temas e abordagens, os lugares da educação escolar e não escolar na Colônia precisam ser também entendidos a partir de uma perspectiva que defina o lugar da própria Colônia na estrutura dos domínios portugueses da época moderna. Se visto a partir de uma abordagem focada na relação de dependência e submissão absolutas, esse lugar poderá ser analisado ou como passivo ou como insurgente; se visto pela perspectiva das estruturas de Antigo Regime, ele sugerirá autonomia; e se a perspectiva for uma visão renovada do antigo sistema colonial, será um lugar ainda dependente e submisso, mas movendo-se entre as possibilidades de negociação e a transgressão. A forma como os sujeitos históricos, protagonistas de uma história da educação colonial e suas práticas serão descobertos e interpretados, será resultante dessas maneiras de se colocar o problema das relações entre a América portuguesa e Portugal, e é a partir dessa perspectiva que texto se posiciona.

A legislação e os documentos produzidos no âmbito da administração central e local têm sido a base de um dos temas de estudos mais consolidados sobre a educação no período colonial no Brasil: as reformas pombalinas e o processo de implantação do ensino régio, entre a segunda metade do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX. Por muito tempo, a maioria dos estudos compartilhou a visão disseminada por Fernando de Azevedo em *A cultura brasileira*, de que as reformas representaram um revés num suposto processo de escolarização comandado pelas ordens religiosas, especialmente pela Companhia de Jesus. Sua expulsão dos territórios portugueses em 1759 e as tentativas desorientadas da Coroa de implantar um “sistema” de ensino régio teriam provocado atraso educacional, só superado com o advento da República, no final do século

XIX. A obra de Azevedo, identificada ao movimento intelectual e político que na primeira metade do século XX buscava entender as bases de nossa formação histórica e cultural, aproxima-se da primeira corrente historiográfica comentada, isto é, aquela preocupada em demonstrar que o Brasil, enquanto território colonial explorado e submisso, ficou à mercê das intempéries administrativas da Coroa portuguesa, e somente sua condição de soberania permitiu o início de um processo decente de escolarização. E, é bom enfatizar, soberania republicana, já que a monarquia não teria conseguido superar os entraves herdados da colonização, especialmente o patriarcalismo e a escravidão.

Sob esse ponto de vista, interessam aos pesquisadores sobretudo os documentos legais que, a partir de 1759, integraram o processo de eliminação formal do ensino jesuítico, de criação do ensino régio e de sua administração nas décadas que se seguiram, até o reinado de D. João VI. Essa legislação, sendo no geral válida para todos os domínios portugueses, pode ter levado ao entendimento de alguma uniformidade em sua aplicação, reforçando a perspectiva que tende a valorizar o poder centralizado da Coroa, e a considerar as ações que se dirigiam aos territórios ultramarinos como meros atos de exploração e controle. Essa visão pouco atenta às especificidades locais e às diferentes possibilidades de apreensão do ordenamento que emanava de Lisboa tendeu a tratar o Brasil como um todo homogêneo, quase como já a unidade nacional construída no pós-independência (Azevedo, 1963)

Se essa perspectiva historiográfica e metodológica privilegiou as fontes legais e administrativas, não significa que estas induzam, necessariamente, uma interpretação limitada. O problema está, como sabemos, no risco de que as fontes sejam tomadas como representativas da realidade histórica e que produzam uma narrativa a partir delas, e não com elas. Com isso, quero dizer que essas mesmas fontes são

fundamentais se analisadas à luz da corrente historiográfica que defende a presença das estruturas de Antigo Regime no Brasil, tanto na sua vertente mais combativa quanto naquela que pondera essa presença, mesmo que não a rejeite por completo. Do ponto de vista de uma historiografia da educação colonial, essa é uma perspectiva bastante recente, e orienta os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo *Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos – CEIbero*, sob minha liderança, procurando valorizar as dinâmicas internas e as especificidades que, se não seriam suficientes para garantir expressivo grau de autonomia política e administrativa aos poderes locais, eram os caminhos pelos quais seguiam as soluções para os problemas que diziam respeito à vida das populações coloniais, entre as quais a educação. Mesmo na hipótese da replicação de estruturas de poder, relações políticas, e formas de convívio originadas em Portugal, na América elas se acomodavam às condições dadas por uma sociedade marcada pela escravidão, onde indivíduos de origens sociais e étnicas diversas podiam almejar alguma ascensão econômica e mesmo a obtenção de privilégios, muito mais difíceis numa estrutura estamental típica de Antigo Regime. Neste sentido, nos aproximamos das ideias defendidas por Laura de Mello e Souza.

A Coroa portuguesa se via, às vezes, obrigada a dividir o poder com as instâncias locais, ao perceber a quase impossibilidade de manter a centralização de determinadas ações administrativas, no mínimo em função das grandes distâncias entre Lisboa e seus domínios ultramarinos, usadas como argumento para provocar essa distribuição de poder. Veja-se, como exemplo, o caso dos exames para provimento das cadeiras do ensino régio que, a princípio, deveriam ser feitas em Portugal. A própria Coroa demonstrou um caráter previdente ao indicar que poderia haver a indicação de prepostos responsáveis por esta tarefa no ultramar, o que acabou dando aos governadores das capitanias e aos

bispos um papel central nas disputas locais pelas influências que poderiam ser mobilizadas para garantir a ocupação dos empregos de professores régios. Essas são relações importantes no estudo dos mecanismos de funcionamento do ensino régio, principalmente depois da criação do Subsídio Literário, fonte de recursos disputada, mas nem sempre aplicada para o fim a que se destinava.⁵ Noutro sentido, a fim de resolver inconstâncias e transgressões às normas impostas pela legislação, a Coroa acabou por conceder atribuições de fiscalização e controle às câmaras municipais, o que deu a elas a oportunidade de manter algum protagonismo local no contexto de maior centralização promovido pela administração pombalina e que foi continuado depois da queda de Pombal.

As complexas nuances das relações entre as diferentes esferas da administração colonial no que diz respeito à educação estão presentes na robusta correspondência trocada entre essas esferas, e desenham o trajeto que se pretende seguir com essa pesquisa. Dos documentos que acompanhavam as ordens vindas de Lisboa – ordenando aos governadores, ouvidores e vereadores que tomassem as providências para a execução de tais ordens, às queixas das Câmaras e aos requerimentos enviados por professores régios ao Conselho Ultramarino – emanam as vozes que nos ajudam a compreender que não se tratava apenas, nem da recepção passiva do ordenamento imposto por Portugal, nem de rejeição e transgressão sistemáticas a ele. Cobrava-se da Coroa a sensibilidade para as questões de valor para a sociedade colonial, não raro distintas conforme as regiões da América, bem como se procurava ajustar as obrigações de cada parte da relação entre os súditos americanos e a monarquia portuguesa.

⁵ Ver: SILVA, 2004; OLIVEIRA; SANTOS; MORAIS, 2012.

A criação do ensino régio se fez mediante promessas e concessões àqueles que nele trabalhariam – os professores – e à sociedade em geral, última beneficiária de um conjunto de reformas que visavam modernizar o império e torná-lo mais forte frente às potências mais influentes da Europa. A manutenção desse ensino dependia, diretamente, do contributo das populações, que não desdenhavam sua parcela de contribuição e cobravam da Coroa o acesso à instrução estatal, situação que fica evidente quando se analisa o processo de criação das cadeiras das aulas régias. Há evidências de que algumas devessem sua existência aos pedidos feitos pelas populações por intermédio das câmaras municipais, movidas pelas queixas do não cumprimento da Lei, ou seja, pagava-se o Subsídio Literário, mas não havia a criação de aulas⁶. É curioso que a Lei não estabelecia essa relação de forma tão bem definida e direcionada, isto é, não afirmava que, em cada localidade onde se recolheria o tributo haveria a contrapartida de instalação de uma cadeira. Essa relação era mencionada no texto legal de maneira genérica, mas foi certamente interpretada de forma literal pelos interesses locais gerando um argumento que dificilmente poderia ser contestado pela Coroa, o que indica um tipo de prática recorrente nas relações políticas e administrativas entre o poder central e as esferas a ele subordinadas na América: a possibilidade de alguma negociação, ainda que fundamentada na lei, «para que o bem comum fosse estabelecido» (Oliveira, 2013, p. 161), caracterizando o que Laura de Mello e Souza chamou de «prática política pendular» (Souza, 2006, p. 15).

A questão do tributo era tema recorrente na correspondência entre as câmaras e as autoridades superiores, mas vinha acompanhada de

⁶ *Carta de Lei de 10 de Novembro de 1772 e Instruções de 4 de Setembro de 1773*. Disponível em <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/>

outros, que expressavam as experiências cotidianas dos problemas locais. Muitas vezes eram eles que acabavam por orientar as ações da administração central, sensíveis, até certo ponto, a essas especificidades que afetavam o funcionamento do ensino régio. Numa estrutura evidentemente marcada pela força do poder central, as municipalidades tinham poucas chances de alterar o curso de determinadas políticas, especialmente quando se tratava de questões relativas à cobrança de impostos, vitais para a sustentação da economia e do Estado. Restava, então, construir estratégias de adaptação às situações desfavoráveis sem confrontar diretamente as decisões régias, procurando a negociação. É importante ter em conta que, apesar da diminuição sensível da autonomia das câmaras municipais no processo de centralização do poder a partir da política pombalina, as atribuições mantidas sob a sua responsabilidade mantiveram-nas no centro dos conflitos locais, pois continuavam como intermediárias entre as populações locais e as instâncias superiores da hierarquia administrativa do Império. Para muitas dessas municipalidades, o atendimento a seus pedidos pelas aulas não estava fundamentado, apenas, nos interesses materiais e legais, na satisfação da contrapartida pelo pagamento dos tributos e na observância da lei também por parte da Coroa. A chegada das aulas régias tinha sua face simbólica, pois representava a presença da civilização, traço distintivo para uma sociedade que, à sua maneira, procurava cercar-se dos elementos que a afastariam das supostas marcas da barbárie.

As implicações políticas no processo de implantação e funcionamento do ensino régio na América portuguesa, em conjunturas específicas nas diferentes capitanias do Brasil, são uma frente ainda por desbravar nos estudos sobre as reformas pombalinas da educação e seus efeitos. Se é possível e necessário associar esse movimento às intenções

modernizadoras da Coroa portuguesa, e que significavam a secularização progressiva da administração do Império, é fundamental considerar que, ao menos para os domínios americanos, ele era também parte do processo de sedimentação do poder régio nesses territórios e instrumento de negociação com as elites locais. A presença de professores régios em número expressivo de localidades significaria levar porções da administração e de seu controle para lugares onde essa estrutura não era ainda tão presente e permanente, além de fortalecer os liames entre eles e as vilas mais importantes. Afinal, elas, por meio de suas câmaras, tornavam-se responsáveis por parte desse controle graças às suas obrigações para com os professores régios, funcionários do Estado. Por ali, portanto, passariam as questões relacionadas à administração geral, à cobrança e à distribuição dos tributos.

Esse processo, além de ser justificado contemporaneamente por sua capacidade de levar a civilização, os bons costumes e a ordem para o máximo possível de lugares, contribuiu para aumentar progressivamente a visibilidade da instrução pública, construindo aos poucos a sua representação como um valor social e cultural, como um instrumento da elaboração de distinção, em diferentes níveis sociais. O ensino régio na América portuguesa guarda particularidades, sendo uma delas a sua opacidade material, pois as aulas não tinham local certo e específico para acontecer, sendo tão móveis quanto o eram seus professores. Apesar disso, ele foi se tornando parte integrante do cenário urbano, nas vilas e nos arraiais, e indicativo, para parcelas da população, de pertencimento ao Império não apenas como vassalos contribuintes, mas também como destinatários de um «serviço» que os beneficiaria individualmente. Era ainda um meio de obtenção de distinção para os estudantes que frequentariam as aulas, mas, sobretudo para os professores, que teriam, nos cargos de funcionários

da Coroa, uma oportunidade de construção de um lugar social mais visível e valorizado.

Considerando todos esses aspectos e sua importância para a compreensão histórica da educação no Brasil no período anterior à independência política, pretende-se dar um passo a mais no seu estudo, privilegiando-se a atuação dos seus principais agentes – governadores, câmaras municipais, autoridades eclesiásticas e professores – além das parcelas de população que seriam beneficiárias potenciais e/ou efetivas daquele ensino, colocando-os numa perspectiva comparada e conectada, pela investigação de diferentes partes da América portuguesa. A disponibilidade de documentos produzidos por essas instâncias permite uma análise comparada conforme as conjunturas específicas de cada capitania e, mesmo internamente, às particularidades das diferentes povoações, vilas e arraiais. Os resultados até aqui alcançados com as pesquisas realizadas nos últimos anos corroboram a hipótese sobre o jogo do confronto e da negociação, indicando que a relação monolítica entre Portugal e seus domínios poderia não ser nem mesmo pretendida pela própria Coroa em muitas situações relativas ao estabelecimento e funcionamento do ensino régio. O mesmo se pode dizer quando da análise comparada da atuação das câmaras, das autoridades eclesiásticas e dos próprios professores régios face às dinâmicas às quais respondiam. Sendo possível, pretende-se também avançar a pesquisa incorporando outras partes do Império português onde as reformas pombalinas do ensino também foram realizadas. Embora tenham sido localizados poucos estudos consistentes, e sendo maiores as dificuldades para o acesso a fontes documentais, há indícios das particularidades desse processo na África e na Ásia, sobretudo em Goa, Angola e Macau, e é sobre esses dois últimos territórios dos domínios portugueses que trataremos a seguir, além de algumas considerações acerca de diferentes capitanias do Brasil.

Nossas análises se baseiam em documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, do século XVIII, referentes a Macau, a Angola e algumas capitanias do Brasil. Foram levantados ofícios, requerimentos e cartas entre a Coroa e seus agentes nos domínios coloniais (governadores, câmaras, bispos, professores, reitores, entre outros). Os documentos disponíveis permitem análises comparadas por meio de uma abordagem micro historiográfica, uma vez que casos específicos podem estar ligados a contextos mais amplos e gerais que nos falam sobre estruturas sociais e culturais, associados a uma abordagem transnacional (Fonseca, 2019, p. 29-30). O levantamento bibliográfico realizado foi importante para esclarecer, inicialmente, acerca das especificidades da implementação do ensino régio em Angola e em Macau. No entanto, a historiografia recente pouco se debruçou sobre as reformas educativas em outros domínios lusitanos, para além da América portuguesa. Os trabalhos mapeados direcionam seus enfoques para a construção de um panorama da educação em Angola em diversos períodos e citam apenas brevemente a chamada “educação pombalina”. Ainda, os trabalhos referentes a Macau pouco se dedicam à temática da educação exclusivamente, tendo como enfoque as relações nas dimensões do comércio, da religião e da diplomacia entre os portugueses e os chineses. A partir disso, depreendemos o funcionamento de diferentes práticas educativas nos contextos locais.

Angola

Os primeiros contatos dos portugueses com a região de Angola datam de fins do século XV, sendo ali estabelecido um entreposto comercial e relações com as populações locais, nem sempre pacíficas, com o objetivo maior de estabelecer uma comunidade colonial estável. Quando se trata da temática da educação, pouco encontramos a respeito

de sua organização e práticas anteriores a meados do século XIX, contudo foi possível reunir informações que indicam desde as iniciativas fundamentais até o estabelecimento de um ensino formal por parte das autoridades. A bibliografia sobre a história da educação em Angola é marcada por um destaque ao período da independência e pós-independência do país, deixando em segundo plano os primeiros momentos do domínio português. Em alguns casos, mencionam-se as formas de educação tradicionais das populações nativas, como estratégia de valorização cultural. Ficam claros, também, os posicionamentos políticos, sobretudo de orientação marxista, inspirados nas lutas de independência do século XX.

De acordo com a maioria dos autores, o ensino formal em Angola foi iniciado com o estabelecimento de missões religiosas no século XVI. Portanto, inicialmente, a educação era baseada, principalmente, nos métodos dos jesuítas e envolvia a catequização e conversão para a fé católica, a adoção de hábitos, costumes e práticas portuguesas e o ensino das primeiras letras para um grupo mais exclusivo de colonos. Logo, esse modelo de educação refletia o que os europeus, em especial os portugueses, tinham como ideal civilizacional a ser difundido, opondo-se ao modelo de educação de sociedades africanas, que se assentava na transmissão geracional e oral (Oliveira, 2015). Conforme Teresa Neto, nesse primeiro momento, entre o século XVI e a primeira metade do século XVIII, existiu um esforço para a educação que envolvia não só as ordens religiosas, mas também por meio da criação de instituições de iniciativa particular-filantrópica, mas que não prosperaram. Ainda segundo a autora, as aulas ministradas nesse período contavam com provisão régia, autorizando as ordens religiosas responsáveis a receberem ordenados pelo trabalho de instrução (Neto, T. 2005).

É necessário levar em conta o contexto político e social local que influenciou a forma como foram tratadas e implementadas as práticas educativas em Angola, pelos europeus. A relação entre Portugal e Angola sempre foi marcada por instabilidades devido às constantes guerras com as populações locais resistentes à presença portuguesa. Diante disso, no desenvolvimento deste domínio, havia um esforço contínuo para a construção de fortalezas e tentativas de estabelecer povoados. No início do século XVII, a maioria da população que habitava esse domínio português era composta por africanos e soldados portugueses, havendo cerca de 400 famílias europeias (Neto, T. 2005). Para Manuel Neto (2005), os governadores estavam mais preocupados com o comércio de escravos e as guerras locais, acabando por não se importar muito com as atividades exercidas pelos jesuítas, o que os deixava livres para exercerem sua missão. Além disso, havia uma dificuldade de Portugal em manter seus domínios diante do interesse de outros países europeus em possessões ultramarinas, o que atrapalhava as atividades portuguesas. Tudo isso, somando-se aos conflitos locais, resultou em uma fraca ação educativa.

Antes das reformas pombalinas, em princípios de 1759, o governador-geral, António de Vasconcellos, dirigiu uma carta ao secretário do ultramar em que fazia recomendações a respeito da colonização e melhor uso dos homens que ocupavam aquela terra. Segundo o governador, faltavam moradores à cidade, especificamente, casais europeus “bem livrados”, pois havia recebimentos, cerca de 22 naquele ano, mas não eram o suficiente, e ele não conseguia recrutar pessoas. Os moradores da cidade eram apontados como sem fé: as crianças eram criadas com toda a liberdade sem conhecer a religião, os adultos não ouviam missa e eram desobrigados da quaresma. A princípio, o que fica evidente é que o incômodo do governador está na população pouco “civilizada” que povoava Angola. Segundo ele, os degradados do Santo Ofício, ladrões e

ciganos, melhor seriam usados nas galés ou nas casas de correção, mas estavam metidos a negociantes sem terem aumentado suas obediências⁷.

A partir das reformas pombalinas de 1759, Angola encontra-se em um novo momento educativo representado sobretudo na figura do governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que pode ser considerado um governador pombalino por excelência. Foi ele quem tentou implementar de fato aulas régias seguindo as ordens pombalinas:

Em 1765, funda a primeira escola pública de primeiras letras, de ler, escrever e contar, que recebeu a designação de Aula de Geometria e Fortificação, inaugura o ensino técnico prático, bem como cria escolas-oficinas de artes e ofícios (Ki-zerbo, 1999 apud Oliveira, 2015 p. 64).

Além disso, o governador incentivou a produção de pequenos proprietários na agricultura e na indústria para aumentar o exército colonial, a produção de bens materiais e realocar a função dos negros para serem operários dessas indústrias (Neto, M. 2005). Para Manuel Neto (2005), Angola estava à margem dos processos educativos, mesmo com as determinações de criação de aulas régias, exames para professores e regulamentação do ensino particular. Os jesuítas só foram expulsos definitivamente em 1770, deixando um déficit educacional que não foi suprido pelas efêmeras iniciativas pombalinas. Faltavam professores habilitados, os salários eram baixos e não havia dinheiro suficiente para a implementação. Até foram realizados concursos para provisão das cadeiras de gramática de latim e retórica e enviados professores régios para Angola, mas a documentação disponível não nos permite confirmar a implementação dessas cadeiras régias. A orientação educacional desse período mantinha o ideal civilizatório e era voltada para a formação de

⁷ OFÍCIO do Governador e Capitão-General de Angola, António de Vasconcelos. Conselho Ultramarino/Angola. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_ANGOLA, Cx. 46, D. 4215.

colonos nobres e negociantes, com conhecimentos técnico-científicos e o aprimoramento da língua portuguesa, relegando os nativos ao abandono. Enquanto havia essas dificuldades na esfera da educação, o comércio com Angola prosperava, tornando-a um dos principais portos importadores do Rio de Janeiro, por exemplo.

Os documentos mais relevantes que encontramos são os ofícios de D. Francisco Coutinho como Governador e Capitão-General de Angola e Benguela, datados entre 1767 e 1770. Alinhado às políticas reformistas, ele fez apelos pela intensificação da colonização em Angola. Assim, além de solicitar o envio de armas e munições, devido aos constantes conflitos bélicos e territoriais dos portugueses com os governos locais, também pedia o envio de casais da Europa, destinados à formação social e colonial dos domínios lusitanos em Angola⁸.

Em 1767, D. Francisco Coutinho, em concordância com o governador anterior, reivindicava maiores investimentos para a colonização e proteção de Angola e Benguela. Ele destacava a importância da ida de homens para a costa africana, que tivessem a mesma religião, fossem de províncias livres de suspeita e casados, pois seriam os melhores povoadores, ao encher as regiões de habitantes industriais e defensores. Havia uma necessidade especial de povoar e defender Benguela, já que a infantaria da localidade não tinha armas, fortalezas ou artilharia. O governador afirmava que o reino de Luanda, assim como o de Benguela, estavam exaustos de certos tipos de gente de má qualidade que vinham das cadeias para a África⁹.

⁸ CARTA do Governador e Capitão-General de Angola D. Francisco Inocêncio De Sousa Coutinho. Conselho Ultramarino/Angola. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_ANGOLA, Cx. 54, D. 4982.

CARTA do Governador e Capitão-General de Angola D. Francisco Inocêncio De Sousa Coutinho. Conselho Ultramarino/Angola. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_ANGOLA, Cx. 54, D. 4985.

⁹ OFÍCIO do Governador e Capitão-General de Angola D. Francisco Inocêncio De Sousa Coutinho. Conselho Ultramarino/Angola. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_001, Cx. 52, D. 4811.

Finalmente, em 1770, o governador continuava seus apelos, pedindo um substituto para seu cargo, já que afirmava não possuir mais a habilidade e o vigor para lidar com os assuntos do reino de Angola. Junto a esse pedido, fez orientações sobre como deveria ser essa substituição, dizendo que “se vier Homem habil, e zelozo, V. Ex.^a o ajudar com recrutas e cazáis, esteja certo que lhe deicho fundado hum dos mais ricos e opulentos Estádos que S. Magestade póde ter”¹⁰. O Governador e Capitão-Geral de Angola mencionava, ainda, a necessidade desse novo funcionário possuir “as forças da Europa”¹¹, o que demonstra uma preocupação com os princípios civilizacionais a serem difundidos da administração para outras instâncias da administração.

Thais Nívia de Lima e Fonseca (2023, 2024) aponta para dois fatores que podem ter influenciado a implementação da reforma educativa: a presença de outras ordens religiosas em Angola, que seriam capazes de suprir a ausência dos jesuítas, e a pequena população branca que se encontrava ali, alvos preferenciais da educação régia. O projeto pela formação de famílias brancas nessa localidade não está distante das pretensões educacionais, visto que o público-alvo principal da educação régia era justamente os portugueses e seus descendentes. Assim, o número de casais e de famílias poderia influenciar a implementação de aulas públicas e o envio de professores régios de acordo com a demanda desses serviços (Fonseca, 2024). A colonização de Angola representava uma preocupação primordial para os governantes que eram designados ao domínio. Ela representava uma forma de garantir o domínio português local e difundir a língua e cultura metropolitana, a partir de

¹⁰ CARTA do Governador E Capitão-General De Angola D. Francisco Inocêncio De Sousa Coutinho. Conselho Ultramarino/Angola. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_ANGOLA, Cx. 54, D. 4978, p. 3.

¹¹ *Ibidem*, p. 2.

ideais civilizatórios essa população poderia ser considerada súdita e cristã de qualidade para o império português.

Em seu artigo, Oliveira (2015) aponta outras iniciativas. Em 1791, o governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos fundou aulas de medicina e anatomia, aula de matemática e uma escola feminina de ler, escrever e contar. No entanto, Portugal mantinha pouco interesse em relação à consolidação de um modelo formal de ensino em territórios africanos, visto que os assuntos comerciais eram mais relevantes e viviam uma situação de subordinação ao Brasil, fornecendo mão de obra. Assim, somente após a independência do Brasil, a preocupação de Portugal se volta para esses locais, em busca de garantir o domínio, sendo a política educativa parte disso.

No intuito de desenvolver o território e atrair a imigração de famílias portuguesas, tornou-se essencial a criação de um sistema de ensino formal que satisfizesse as necessidades das populações. No entanto, apenas em 1845 é instituída em Angola uma estrutura oficial do ensino, pelo Decreto de 14 de agosto, criado por Joaquim José Falcão, Ministro do Estado, da Marinha e do Ultramar, e assinado pela rainha D. Maria II (Oliveira, 2015, p. 66).

Macau

Ao pensar a história da educação em Macau, é necessário destacar a forma como se dava a relação entre portugueses e chineses e a organização da sociedade desde o estabelecimento da possessão ultramarina. O contato com Macau data da segunda metade do século XVI e seu papel mais importante era como entreposto comercial e centro da religião católica no extremo oriente. Dessa forma, destaca-se a presença e atuação da Companhia de Jesus na organização político-administrativa e educacional da cidade, até sua expulsão em 1762. Os jesuítas estabeleceram seminários e colégios em Macau voltados para o ensino dos estudos menores e maiores, isto é, o ensino de ler, escrever, língua chinesa, latim, filosofia,

teologia, matemática, astronomia, física, medicina, música, retórica. Os clérigos também foram os primeiros a perceber a importância das pessoas letradas para a sociedade chinesa e usaram isso como estratégia de aproximação e catequização (Seabra, 2011).

Após a expulsão dos jesuítas, os clérigos de outras ordens substituíram, em parte, a função educacional, a evangelização e formação de missionários. Porém, eram considerados soberbos e ignorantes e não foram tão bem aceitos. Importante pontuar que as ordens religiosas, em geral, enfrentavam limitações para cumprir seus deveres como, por exemplo, o não pagamento das cômputas aos padres, o que os levava a procurar outras formas de fazer dinheiro como o ensino e o comércio (Czopek, 2014).

No século XVIII, a relação entre portugueses e mandarins foi, de certa forma, conflituosa com relação, principalmente, à ocupação da cidade. Os portugueses tinham dificuldades para comprovar os seus supostos privilégios de governo autônomo da cidade concedidos pelo imperador chinês no início de sua ocupação. Nesse período, também, se mostrava necessária uma renovação da sociedade macaense portuguesa, isto porque eram necessários missionários, médicos, professores, pintores, relojoeiros, entre outros, para ocupar o lugar deixado pelos jesuítas e garantir a presença portuguesa. Entretanto, faltavam interessados para ir à China (Czopek, 2014).

A relação entre o poder local de Macau e o poder central são relevantes para se compreender a forma como a instrução chegou a essa localidade. O governador e o capitão geral de Macau eram nomeados pelo vice-rei ou governador do Estado português da Índia em Goa, e além dos representantes régios, havia os locais. Além disso, a corte em Lisboa tinha direitos que interferiam na relativa autonomia dessa

possessão como a nomeação de professor de gramática latina e dos padres que lecionavam no real seminário (Czopek, 2014).

Em 1775, em carta direcionada ao Marquês de Pombal, o Bispo de Macau, D. Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães, informava sobre a carência de mestres de ler, escrever e contar e relatava a atuação do Padre Antônio da Silva, que mantinha aula pública de gramática latina e escola de ler, escrever e contar. Pelas determinações portuguesas, para lecionar em uma aula régia, ou mesmo particular, era necessária uma provisão específica concedida pela coroa, o que o padre, até então, não tinha. Pretendendo garantir o funcionamento legal desse ensino, o bispo solicitou que o padre recebesse seu provimento para o exercício das aulas de ler, escrever e contar e ampliasse a faculdade para ensinar gramática latina. Preocupado com a manutenção das aulas no futuro, o bispo dizia ser necessário já se providenciar outro mestre para o caso de morte do professor de gramática, pois era longe o recurso e tarde a resposta¹². A situação do padre Antônio da Silva permaneceu a mesma no ano seguinte, e ele continuava a ensinar publicamente gramática sem as devidas licenças da coroa portuguesa¹³, o que pode nos indicar que as dificuldades para o provimento adequado de cadeiras régias em Macau permitiam alguma tolerância em prol de se garantir a instrução da população portuguesa naquela parte do império.

A relação das ordens religiosas com a educação e a administração portuguesa fica bem evidenciada no caso do dominicano espanhol, Frei José Bandeique, a quem o Bispo de Macau solicitou, em 1777, que ministrasse um curso de teologia moral, justificada pela pouca

¹² CARTA do Bispo de Macau, D. Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães. Conselho Ultramarino/Macau. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_MACAU, Cx. 9, D. 10

¹³ OFÍCIO do Governador e Capitão-Geral de Macau, Diogo Fernandes Salema de Saldanha. Conselho Ultramarino/Macau. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_MACAU, Cx. 10, D. 13.

instrução dos confessores. Privado do sustento financeiro pelo procurador das missões espanholas, o Frei contava com o apoio financeiro do Bispo. A concessão de um provimento régio para que ele se mantivesse nesse ensino era, assim, necessária para resolver a situação¹⁴.

Ainda preocupado com a situação da instrução, o Bispo relatava haver criado um método fácil para ensinar a ler e escrever, e que seria utilizado pelo padre mestre Estevão Mendes, sacerdote secular, que havia sucedido, provavelmente, o já mencionado padre Antônio. Essas aulas de primeiras letras e a de teologia seriam supervisionadas pelo próprio bispo a fim de garantir sua aplicação, progresso e animar os estudantes, seguindo, na verdade, as determinações das reformas pombalinas da educação¹⁵.

As relações na esfera educativa não se resumiam apenas às aulas régias como podemos encontrar em ofício do senado da Câmara de Macau, em 1781, informando sobre o desejo do Imperador da China em ter na sua corte um professor de matemática português, fosse ele eclesiástico ou secular¹⁶. E não seria a primeira experiência deste tipo, pois, anteriormente, o Padre Felix da Rocha, professor de matemática português de nação, já havia estado na corte do Imperador e teria sido condecorado como Primeiro Ministro. Assim, após o falecimento do professor, o Imperador desejava a presença de outro com a mesma nação e perícia. Essas informações demonstram parte do

¹⁴ CARTA do Bispo de Macau, D. Alexandre Da Silva Pedrosa Guimaraes. Conselho Ultramarino/Macau. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_MACAU, Cx. 11, D. 15.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ OFÍCIO do Senado da Câmara de Macau. Conselho Ultramarino/Macau. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_MACAU, Cx. 13, D. 34.

desenvolvimento das relações diplomáticas entre China e Portugal, utilizando-se da troca de conhecimentos e posições na Corte.

Ainda, em 1785, o bispo de Pequim, Frei Alexandre de Gouveia, informou em ofício sobre os instrumentos matemáticos ofertados ao Imperador como presentes. Além disso, perguntou a padres mandarins do Tribunal da Matemática se poderiam ir para Macau ensinar a língua chinesa no Seminário. A resposta foi negativa, já que o Imperador não desejava que os estrangeiros aprendessem sua língua e, por isso, não concederia a licença. Entretanto, o bispo continuou seu esforço em busca de enviar um clérigo china, pois o Seminário de Macau, naquele momento, parecia atender principalmente “moços chinas” para serem educados¹⁷, e o aprendizado das línguas faladas pelos dois lados eram essencial para o estabelecimento da comunicação e do sucesso dos esforços educacionais e evangelizadores.

O avanço das iniciativas, principalmente das instituições eclesíásticas, no campo educacional, pode também ser percebida pela necessidade da ampliação das instalações destinadas à educação e à instrução, como o caso do Seminário de São José. Em 1786, seu reitor Manuel Correia Valente, solicitou ao Governador e Capitão-General da Índia, Bernardo Aleixo de Lemos e Faria, e ao Senado da Câmara da cidade que se construíssem mais cômodos, de forma a viabilizar as aulas que atendiam aos estudantes que vinham de fora¹⁸. É possível que o número de alunos do seminário estivesse crescendo nesse período, e os espaços não seriam suficientes. As aulas de Gramática, por exemplo,

¹⁷ OFÍCIO do Bispo de Pequim, Frei Alexandre de Gouveia. Conselho Ultramarino/Macau. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_MACAU, Cx. 17, D. 17.

¹⁸ REQUERIMENTO do reitor do Seminário de São José de Macau, Manuel Correia Valente. Conselho Ultramarino/Macau. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_MACAU, Cx. 17, D. 39.

estavam sendo ministradas em “um cubículo do dormitório de baixo”, e três seminaristas assistiam a essas aulas¹⁹.

Do ponto de vista da administração portuguesa, outros eram também os benefícios do fomento da instrução da mocidade, sobretudo quando se pensava em questões como defesa e comércio e navegação. Em 1791, o Governador e Capitão-General de Macau, Vasco Luís Carneiro de Sousa e Faro, informava ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a necessidade de se criarem aulas de matemática para que a mocidade se fizesse hábil na navegação, já que este era um importante meio de sustento, além de ser útil aos interesses comerciais portugueses²⁰. A instrução de caráter técnico se apresentava como uma preocupação dos administradores portugueses em diferentes partes do império e coerente com as diretrizes modernizadoras da Coroa, desde as reformas pombalinas iniciadas em meados do século XVIII. Esse tipo de instrução teria, também, a função de atacar o ócio, considerado nocivo para o desenvolvimento e a civilização.

Um dos casos mais bem documentados sobre o funcionamento das aulas régias em Macau refere-se a José dos Santos Baptista e Lima²¹, professor de Gramática Latina que, em 1794, requereu sua aposentadoria, depois de duas décadas de exercício do magistério régio.²² Pediu como jubilação da referida cadeira o seu ordenado por inteiro, ou, se isso não lhe fosse consentido, que seu filho, José Baptista de Miranda e Lima fosse seu substituto com o ordenado de 240 mil réis. Enquanto professor de Gramática Latina, José dos Santos recebia como ordenado 400 mil réis

¹⁹ *Idem*.

²⁰ OFÍCIO do governador e capitão-geral de Macau, Vasco Luís Carneiro de Sousa e Faro. Conselho Ultramarino/Macau. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_MACAU, Cx. 19, D. 17.

²¹ REQUERIMENTO de José dos Santos Batista e Lima. Conselho Ultramarino/Macau. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU_CU_MACAU, Cx. 20, D. 4.

²² Ver, também: FONSECA, 2009.

anuais, com acréscimo de 100 mil réis como ajuda de custo anual por ensinar também a Língua Portuguesa. Esse trabalho adicional foi justificado pelo próprio suplicante devido ao pouco domínio do português de seus estudantes, que falavam um misto de português e asiático *sinus*. Contudo, temos de considerar também a dificuldade de se apresentar um professor qualificado ao trabalho de mestre régio de gramática e primeiras letras em um domínio ultramarino distante da metrópole e marcado por relações comerciais. Certamente, essa peculiaridade do contexto local contribuiu para que o professor tivesse um ordenado mais significativo que em outras partes do império ultramarino português. Ainda, há nos documentos a indicação de que não se deveria desprezar a educação naquela colônia de Macau, na qual, inclusive, se cobrava a coleta literária, provavelmente o equivalente ao que conhecemos como subsídio literário. Portanto, isso demonstra a existência de uma comunidade com alguma solidez e efetiva preocupação com a educação de seus habitantes.

A relação de estudantes da classe desse professor régio, em anexo ao requerimento pela aposentadoria, traz informações sobre 18 alunos. A partir de suas descrições, podemos averiguar como e onde se deu a educação dos estudantes antes de ingressarem nesta classe. Três estudantes frequentaram aulas particulares (um deles com um padre dominicano), cinco estudaram na Escola de Ler e três passaram pelo Seminário de São José, onde muito pouco aprenderam. Além disso, três alunos tinham forte influência de língua *sínica*, que se confundia com o português. Um deles era nativo (“china”) e novo cristão, e, sendo ele muito pobre, lhe foi dada uma gramática. Outro estudante, Joaquim Vicente de Rego, frequentou o Seminário de São José, mas, vendo seu pai que, mesmo estudando há anos no dito seminário, nada aprendeu, decidiu tirá-lo e mandar seguir “vida do mar”. No entanto, o filho pedia

para que continuasse os estudos a fim de tornar eclesiástico, o que o levou a ingressar na classe de José dos Santos²³.

A diversidade de situações, de povos, línguas e culturas, foi determinante para que não houvesse condições para uma atuação uníssona da Coroa portuguesa em seus diversos domínios, e as reformas pombalinas da educação, ou mesmo a atuação das ordens religiosas no campo educacional tiveram que se render a essa diversidade e se adaptar conforme as situações encontradas, por mais que a uniformidade e o controle fossem desejados. Os aspectos aqui comentados acerca de Angola e Macau são indicativos dessa questão, importante para nossa análise em termos comparados e conectados. Passamos, a seguir, a analisar algumas questões relativas ao Brasil.

Brasil

Contrastando com a situação “confortável” em que vivia o professor de gramática latina de Macau, José dos Santos Baptista e Lima, cujo ordenado de 400 mil réis era ainda acrescido de mais 100 mil réis, as capitanias do Piauí e do Mato Grosso viviam um período de “mesquinaria”, como se referiu a Junta Governativa do Piauí.²⁴ Em ofício de 8 de junho de 1822 ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha (Inácio da Costa Quintela), a Junta Governativa comunicava a falta de mestres de gramática latina e de primeiras letras na capitania do Piauí. A condição “mesquinha” da instrução pública naquela localidade poderia ser entendida pela quantidade insignificante de cadeiras diante de um território de mais de 300 mil léguas, contando

²³ REQUERIMENTO de José dos Santos Batista e Lima. op. cit.

²⁴ É necessário ressaltar que os ordenados dos professores régios acabaram por ser equiparados durante o reinado de D. Maria I, a fim de se eliminarem as discrepâncias e constantes queixas sobre as diferenças pagas entre as diferentes partes do império. No entanto, isso não significa que, eventualmente, conforme as circunstâncias e interesses, os valores fossem alterados. Ver: FONSECA, 2009, 2010, 2023.

com uma cidade e seis vilas, em que estão distribuídas “10 freguesias não pouco populosas”, como é constantemente reafirmado na carta²⁵.

A Junta Governativa relembra que as cadeiras de primeiras letras foram criadas apenas com o Decreto de 1815, e, ainda assim, se mantinham vagas ou mal ocupadas devido aos baixos ordenados. Na cidade de Oeiras, capital do Piauí, o mestre receberia apenas 120 mil réis anuais, o que provocou a vacância da única cadeira desde 1820. Já nas Vilas da Parnaíba e de Campo Maior, o ordenado não passava de 60 mil réis, o que obrigou o professor de primeiras letras da Vila de Parnaíba a abrir mão de seu ofício pela dificuldade de subsistência.

O caso das cadeiras de gramática latina não é muito melhor. O governo do Piauí ressaltava que a primeira cadeira fora criada apenas em 1818, após muitos pedidos. Somente depois do envio de duas representações pelo ex-governador, foi criado um cargo para mestre de gramática latina na cidade de Oeiras, com o ordenado de 300 mil réis. Apenas em 1820, uma segunda cadeira foi criada na Vila da Parnaíba, que seguia desocupada até a data do documento²⁶. Os baixos ordenados foram grandes obstáculos naquela capitania, principalmente por conta do alto custo de vida na região. A Junta Governativa afirmava que, por ser uma província central, a dificuldade do transporte encarecia os gêneros de importação, o que elevava os preços e o custo de vida.

Diante das lentas e insuficientes respostas da Coroa, a Junta Governativa acabava, ela mesma, tomando medidas em prol da instrução no Piauí. Assim, decidiram por realizar concurso para professores provisórios de gramática latina e de primeiras letras, para a cidade de Oeiras. Nenhum candidato se apresentou para a cadeiras de

²⁵OFÍCIO da Junta Governativa do Piauí. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate - Piauí, AHU_ACL_CU_016, Cx. 31, D. 1642, 1822.

²⁶ *Ibidem*.

primeiras letras e houve apenas um pretendente para a cadeira de gramática latina. O candidato, José Lobo Froes, foi aprovado, mas pediu que seu ordenado fosse aumentado para 400 mil réis. Diante das dificuldades que a instrução encontrava na capitania, a Junta Governativa acatou o pedido do professor, solicitando, em seguida, que Sua Majestade aprovasse as deliberações realizadas para Oeiras, bem como estabelecesse ordenados suficientes para as demais cadeiras, nas outras vilas²⁷.

As relações da administração central portuguesa com o Governo do Piauí parecem ter sido marcadas por uma comunicação morosa e por determinações que nem sempre condiziam com as especificidades locais. No entanto, é evidente que a Junta Governativa encontrava espaço para negociação e adaptação, mobilizando inúmeros argumentos para a criação de cadeiras régias e aumento dos ordenados dos professores. Além disso, utilizava da lentidão na comunicação com a Coroa para tomar, ela mesma, medidas para a instrução no Piauí, cabendo ao Governo português a posterior aprovação ou recusa das deliberações.

O Governador e Capitão-General da Capitania do Mato Grosso, Caetano Pinto Miranda Montenegro, também parecia enfrentar dificuldades. A principal questão relacionada ao ensino régio não era o estabelecimento dos valores dignos dos ordenados dos professores, mas sim as dificuldades para o pagamento dos valores estabelecidos. Em ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar²⁸, Rodrigo de Souza Coutinho, o Governador informava sobre o rendimento do subsídio literário do Mato Grosso entre 1795 e 1797, e sobre o valor das

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ OFÍCIO do governador e capitão general da capitania de Mato grosso. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Mato Grosso, Cx. 38; D. 1926, 1801

dívidas com os professores régios referentes ao ano de 1800, ano anterior à data da carta. Nesse sentido, Caetano Pinto Miranda Montenegro tanto apresentava as adversidades vividas pela arrecadação insuficiente para o pagamento dos ordenados dos mestres, como também apresentava uma alternativa para melhorar a arrecadação, de acordo com as especificidades locais. O Governador propunha que se aumentasse o preço das carnes na Vila de Cuiabá e no Julgado de São Pedro, de forma a crescer também o tributo (subsídio literário) que incidia sobre esse gênero. Essa medida seria viável por conta do baixo valor deste produto na capitania, de forma que seu aumento não prejudicaria o consumo de carne pela população. A carta de Caetano Pinto Miranda Montenegro sugere a direção das ações e políticas da Coroa, tendo em vista os problemas locais e indica as estratégias utilizadas pelos poderes locais para a solução de problemas específicos, em claras tentativas de negociação e adaptações.

Os casos analisados aqui, relativos ao Piauí e ao Mato Grosso, permitem uma análise comparativa da implementação do ensino régio tendo em vista as especificidades e características de cada local. É possível pensar as proximidades e distanciamentos na comunicação com Portugal, bem como as narrativas e tentativas de negociação que são mobilizadas nesse sentido. No entanto, a comparação pode ir mais adiante. Além de propormos análises comparativas, é possível investigar as comparações que os próprios agentes locais apontaram nesse império conectado, como os casos registrados sobre a capitania da Paraíba e sobre a Vila de Alagoas.

A capitania da Paraíba, que até o ano de 1799 ainda estava anexada à capitania do Pernambuco, lidou por cerca de 17 anos com a falta total de professores régios de gramática. O governador, Jerônimo José de Melo e Castro, enviou diversas cartas para o Secretário de Estado da

Marinha e Ultramar entre os anos de 1765 e 1776, sendo que apenas em 1782 o secretário enviou ordem para a Mesa Censória para que providenciasse um mestre para a capitania²⁹. Nesse meio tempo, diversas narrativas e argumentações foram mobilizadas de forma a sensibilizar a Coroa da urgente necessidade de implementação da instrução régia na Paraíba.

Jerônimo José de Melo e Castro afirmava nas cartas sobre o grande vácuo deixado pela expulsão dos jesuítas, de forma a fazer crescer, cada dia mais, a “ociosidade” e a “ignorância” na mocidade. A juventude “perdida”, para o governador, seria algo ainda mais danoso em uma capitania em que “a bárbara gentilidade [...] abunda nos sertões”³⁰. A ideia de uma região “selvagem” é recorrentemente explorada nessas correspondências, de forma a argumentar que, ali, mais do que em qualquer outro lugar, a instrução e a cristianização eram essenciais para promover a “civildade” e impedir o avanço da “ignorância”.

Além disso, o governador sugeria uma solução para a situação, propondo que os religiosos das ordens de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, ambos com conventos instalados na capitania, abrissem os estudos competentes³¹. No ano seguinte, em 1766, Jerônimo José de Melo e Castro retomaria os pedidos, comparando a situação da Paraíba com a do Recife e de Pernambuco. Em tom de descontentamento, o governador dizia não compreender porque nessas localidades os novos mestres régios já se encontravam em exercício, enquanto a sua capitania permanecia a ver navios. Nesse sentido, Melo

²⁹ AVISO (cópia) do secretário de estado da Marinha e Ultramar. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Paraíba, AHU_ACL_CU_014, Cx. 28, D. 2109, 1782.

³⁰ CARTA do governador da Paraíba. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Paraíba, AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1759. 1765, p. 2.

³¹ *Ibidem*.

e Castro questionava a própria política centralizadora e aparentemente homogênea da Coroa, em prol de medidas mais justas e de benefício para a Paraíba³².

Diante desses primeiros ofícios enviados ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, o governo recebeu, em 1766, o deferimento de Sua Majestade da solicitação de envio de professor de gramática³³. No entanto, a providência que deveria ser tomada pelo Diretor de Estudos não se realizou. Com isso, o governo da Paraíba seguiu solicitando a atenção da administração central³⁴.

Os argumentos em relação à mocidade “perdida” permanecem, bem como as comparações com outras localidades. Em ofício de 6 de novembro de 1776, Jerônimo José de Melo e Castro comparava os caminhos da instrução nas vilas de Penedo e de Igarassu, como também na cidade do Sergipe. Essas comparações são, assim, instrumentalizadas para legitimar uma das soluções sugeridas para as adversidades vividas na Paraíba. Nesses outros locais, os religiosos atuavam como mestres públicos de gramática, o que também poderia se dar na capitania em questão, com o aval da Coroa³⁵.

Uma estratégia argumentativa bastante parecida foi mobilizada pelo professor régio de gramática latina da Vila de Alagoas, capitania de

³² OFÍCIO do governador da Paraíba. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Paraíba, AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1783, 1766.

³³ OFÍCIO do governador da Paraíba. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Paraíba, AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1794, 1766.

³⁴ OFÍCIO do governador da Paraíba. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Paraíba, AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1862, 1769.

OFÍCIO do governador da Paraíba. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Paraíba, AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1883, 1770.

OFÍCIO do governador da Paraíba. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Paraíba, AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1943, 1773.

³⁵ OFÍCIO do governador da Paraíba. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Paraíba, AHU_ACL_CU_014, Cx. 25, D. 1977, 1776.

Pernambuco. Em 1784, João Mendes Sanches Salgueiro foi nomeado para o cargo com um ordenado de 300 mil réis, somado a um auxílio do mesmo valor para custear o seu transporte de Portugal para a América portuguesa. O valor complementar deveria ser pago um ano antes de seu envio, para cobrir seu preparo e deslocamento. No entanto, o investimento da Coroa na viagem do dito professor não parece ter ocorrido sem garantias por parte da administração central. Pelo contrário, passava por compromissos e proteção do erário público. Para isso, foi solicitado ao professor que indicasse um fiador idôneo como garantia do cumprimento de suas obrigações, o que foi rapidamente realizado por Sanches Salgueiro. Entretanto, o fiador indicado não foi admitido, de forma que o professor foi obrigado a indicar um outro homem. Diante do conflito, João Mendes Sanches Salgueiro apelou para a piedade de Sua Majestade, D. Maria I, para que aceitasse o referido fiador, questionando a ordem recebida. Para isso, o requerente argumentava que os professores enviados para Angola, para o Rio de Janeiro (como um professor de grego) e para a capital da ouvidoria de Ilhéus não tiveram que indicar fiador algum³⁶.

O caso do professor de gramática latina nomeado para a Vila de Alagoas demonstra mais uma vez as negociações baseadas na comparação com outras localidades. Sanches Salgueiro solicitava condições semelhantes àquelas aplicadas para outros professores, indicados para ocupar cadeiras em regiões distantes, na América portuguesa e em Angola. É preciso considerar que essas diferenciações estabelecidas pela Coroa poderiam ter origem em alguma questão de fundo pessoal, por descrédito no caráter ou na idoneidade do professor

³⁶ REQUERIMENTO de João Mendes Sanches Salgueiro. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate. Alagoas, AHU_ACL_CU_004, Cx. 3, D. 231, 1784

João Mendes Sanches Salgueiro, por exemplo. Esse mesmo professor foi processado pelo Santo Ofício em 1796, após a sua transferência para a Vila de Alagoas, por fazer proposições heréticas (Santos, 2022). No entanto, é possível suspeitar também que a localidade para onde o professor foi enviado tenha tido alguma influência na solicitação de um fiador. Entendendo que tal solicitação indicaria uma necessidade de garantir segurança e assegurar que o investimento da Coroa fosse bem empregado, seria legítimo supor que havia alguma desconfiança em relação à implementação do ensino régio na Vila de Alagoas. É possível considerar, por exemplo, a dificuldade de fiscalizar e garantir o cumprimento das responsabilidades do professor com a instrução pública em uma vila distante e não muito povoada. Ou, ainda, considerar a possibilidade de Sanches Salgueiro abandonar o cargo diante de adversidades e dificuldades para subsistência na Vila de Alagoas.

De todo modo, as intensas negociações, argumentações e adaptações evidenciam um jogo de confronto e acordo, longe de uma política monolítica e inflexível por parte de Portugal. Ainda que a legislação acerca da implementação do ensino régio no ultramar português tenha levado à interpretação de que seria uma política aparentemente uniforme e homogênea para todos os domínios, a documentação revela que a própria Coroa reconhecia certas particularidades de cada local e abria margem para negociação. Os agentes coloniais, por sua vez, compreendiam e utilizavam os espaços de comunicação, lançando mão de argumentos que considerassem as especificidades locais, bem como daqueles que levassem em conta a comparação com outras localidades.

Referências

- CZOPEK, Natalia. Os portugueses em Macau no século XVIII – considerações sobre um encontro de culturas. **Romanica Cracoviensia**, 3:153-167. 2014.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. v. 1. 174p.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **O ensino régio na Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. v. 1. 106p.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. O transnacional na pesquisa histórica: o que pensam os historiadores? In: LINHALES, Meily; RODRIGUES PUCHTA, M.; ROSA, María Cristina. **Diálogos transnacionais na história da educação física**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019a. p. 19 – 32.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. As vilas na América portuguesa e a emergência da instrução pública (séculos XVIII e XIX), publicado na **Sarmiento – Revista Galego-Portuguesa de Historia da Educación**, n. 23, 2019b, pp. 13-30.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Pesquisa sobre educação no Antigo Regime luso-americano: percursos metodológicos. In: VEIGA, Cynthia Greive; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (orgs). **Historiografia da Educação: abordagens teóricas e metodológicas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019c, pp.21-48.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. A expansão do ensino régio na América Portuguesa no século XVIII: centralização e singularidades. **Cadernos de História da Educação**, v. 22, 2023.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Educação no Brasil no século XVIII e início do século XIX: olhares em escala. **Educação**, 49(1), 2024. e69/1-24.
- NETO, Manuel Brito. **História e Educação em Angola: do colonialismo ao movimento popular de libertação de Angola (MPLA)**. 2005. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 2005.

- NETO, Teresa Jose Adelina da Silva. **Contribuição a história da educação e cultura de Angola: grupos nativos, colonização e a independência**. 2005. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 2005.
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- OLIVEIRA, M. S.; SANTOS, P. X. M. ; MORAIS, C. C. Carnes Verdes e Aguardentes: arrecadação do subsídio literário e investimento em educação na Capitania de Minas Gerais (1772-1777). **E-Hum Revista Científica do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes do UNI-BH**, v. 5, p. 136-152, 2012.
- OLIVEIRA, Sílvia de. A Implantação do modelo formal de ensino em Angola (Séculos XV-XX). **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 15, n. 2, p. 55-80, 2015.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia**. 17 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 (primeira edição 1942).
- SANTOS, Ivanildo Gomes dos. As aulas avulsas de latim na comarca das Alagoas: dos conventos franciscanos a uma educação não dirigida por religiosos. **II Encontro Sergipano de História da Educação**, Aracaju, v.2, n.2, p. 107-118, 2023. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/eshe/article/download/16224/14624/61074>
- SEABRA, Leonor D. Macau e os jesuítas na China (séculos XVI e XVII). **História Unisinos**, vol. 15, núm. 3, set-dez, 2011, pp. 417-424.
- SILVA, Diana de Cássia. **O processo de escolarização no Termo de Mariana (1772-1835)**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, UFMG, 2004 (Dissertação de Mestrado em Educação).
- SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**. Política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOBRE OS AUTORES

Ana Clara Lima Aires de Abreu - Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista pelo CNPq, com interesse nos estudos sobre a formação nacional brasileira.

Anna Carolina Oliveira Souza Santos - Graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi estagiária no Setor Educativo do Museu Mineiro e desde agosto de 2023 atua como assessora na Diretoria de Museus, unidade da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais.

Ana Cristina Pereira Lage - Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora associada do curso de História e do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do Grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFMG).

Ana Rita Bernardo Leitão - Professora Adjunta na Escola Superior de Educação Jean Piaget em Almada (Portugal), atuando nas áreas de Didática do Português, Formação Inicial de Educadores e Professores, Cultura Escrita, História do Ensino do Português. É coordenadora adjunta do Insight - Centro de Investigação Piaget para o Desenvolvimento Humano e Ecológico e colaboradora do Centro de História da Universidade de Lisboa e pesquisadora do Grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFMG).

Beatriz Gomes Guimarães - Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi bolsista CNPQ de Iniciação Científica e participante no Programa de Iniciação Científica Voluntária da UFMG. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da UFMG. Integra o Grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFMG).

Edson Júnio dos Santos - Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestre em Educação Matemática pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Desenvolve pesquisa em Arte e Educação Matemática, História da Matemática, História da Educação Matemática. Pesquisador do Grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFGM) e do Perspectiva Pictorium (FAFICH-UFGM).

Danielle Alves de Oliveira - Doutora e mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Líder do grupo de pesquisa Epistemologia Arquivística (GEPE-ARQ). Coordenadora do subprojeto Manuscritos de José Américo de Almeida: Identificação, tratamento e descrição de documentos financiado pela FAPESQ/PB. Pesquisa Arquivologia, História, Informação Patrimonial, preservação da Memória, acesso e uso da Informação, digitalização de documentos e preservação da informação Arquivística; Conservação e restauração.

Fabício Vinhas Manini Angelo - Doutor em Educação e Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor contratado do magistério superior na Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Ibirité. Pesquisa a História da Educação, a História das Emoções e a História da Família no contexto ibero-americano moderno. Pesquisador do Grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFGM) e do Grupo Escravidão, mestiçagem, Trânsito de Culturas e Globalização - séculos XV a XIX.

Giovanna Giovanelli Tacconi Gimenez - Mestranda em Educação (Promestre/FaE/UFGM) na Linha de Museus e Divulgação Científica. Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, realizando pesquisas acerca de metodologias expográficas em museus universitários. Atuou em diversos projetos na UFGM, dentre eles a pesquisa *Ilustração e produção de documentos científicos e administrativos na Capitania de Minas Gerais* com financiamento da Fapemig.

Isabelle Iennaco - Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, atuou como bolsista de iniciação científica CNPq em projetos sobre as coleções científicas e a formação de instituições museológicas no sec. XVIII e XIX.

Jane Elisa Otomar Buecke - Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará e Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (PPGED - UEPA) Atua como Técnica Pedagógica na Universidade do Estado do Pará (UEPA) e pesquisa a História da Educação na Amazônia com ênfase no Período Colonial. Pesquisadora dos História da Educação na Amazônia (GHEDA/UEPA), Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFG), Grupos Estudo e Pesquisa Pedagogia em Movimento (GEPPEM/UEPA),

Justino Magalhães - Doutor em História da Educação pela Universidade do Minho (Portugal) com pós doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris). Professor catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, onde é também investigador. Pesquisa principalmente História da Escolarização; História das Instituições Educativas; História do Livro Escolar; História da Alfabetização; História da Cultura Escrita. Pesquisador do Centro de História da Universidade de Lisboa e do Grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFG).

Kelly Lislie Julio - Doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del-Rei Professora do Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisa história das mulheres, das famílias, história da educação, e diversidade e relações étnico-raciais. Pesquisadora do Grupo Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFG).

Marta Eloísa Melgaço Neves – Mestre em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e especialista em Arquivo Públicos pelo Arquivo Nacional. Professora da Escola de Ciência da Informação/UFG. Tem experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nas seguintes áreas: arquivística, arquivologia, história administrativa, paleografia e arquivos pessoais.

Thais Nívia de Lima e Fonseca – Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais, integrando o quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição. Pesquisa História da Educação no período colonial brasileiro e latino americano. Pesquisadora do Centro de

Pesquisa em História da Educação (GEPHE/UFMG), e líder do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFMG).

Thiago Gomes Medeiros - Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professor da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Conde-PB. Pesquisador e Paleógrafo na Fundação Casa de José Américo. Pesquisa História Religiosa, História das Instituições, Seminários, Formação de sacerdotes na América portuguesa. Integra o Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFMG) e o Grupo de Pesquisa Justiça, Administração e Luta Social - JALS, da Universidade Federal de Ouro Preto.

Verona Campos Segantini – Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Associada da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. Participou do Scholarship Programme for Young Professors and Researchers from Latin American Universities (Coimbra Group) na Universidade de Pádua. Pesquisa História da Educação, história da ciência e história dos museus e das coleções. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Cultura e Educação nos Impérios Ibéricos (CEIbero/UFMG).

Yasmin Grigório Silva - Graduada em licenciatura em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi bolsista de iniciação científica da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisando com ênfase em História da Educação. Atualmente, cursa o bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e é professora de educação básica.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org

contato@editorafi.org

Neste livro apresentamos alguns resultados desse esforço investigativo da equipe do projeto, fruto não apenas das pesquisas individuais de cada um e de seus colaboradores, mas também, e principalmente, dos debates historiográficos e teórico-metodológicos realizados ao longo desses últimos anos, como parte importante das atividades do CEIbero. Com isso, podemos apresentar ao leitor as diferentes dimensões educacionais presentes entre os séculos XVIII e XIX, relacionadas a instituições religiosas, à educação das mulheres, dos indígenas, às estratégias educativas familiares, às práticas educativas ligadas às artes, à circulação dos livros, à expansão da língua portuguesa, às ações do Estado no processo de instituição do ensino e às discussões sobre fontes documentais e arquivos.



editora *fi.org*

